



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Psicologia

Reitor

Carlos Roberto Juliano Longo

Pró-Reitora Acadêmica

Adriana Pelizzari

Pró-Reitor Administrativo

Wesley Rodrigues Sepúlveda

Coordenadora Acadêmica de Graduação Presencial

Camilla Sara Gonçalves Cunha

Equipe - Coordenação Acadêmica de Graduação Presencial

Adriana Cardoso Furtado

Angélica Bussolo Rodrigues

Degvânia Fernandes Pereira

Gidalti Guedes da Silva

Luciano Blasius

Mariane Chinelato Boente do Nascimento

Nilza Maria do Valle Pires Martinovic

Patrícia Targino Melo

Samuel Estevam Vidal

Sheila da Silva Borges

Tatyane Souza Nunes Rodrigues

Valéria Maria Gonzaga dos Santos

Procuradora Institucional

Naiara Nunes da Silva

Coordenadora do Curso

Ana Cristina de Alencar Bezerra Oliveira

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Psicologia

Alessandra Rocha de Albuquerque

Ana Cristina de Alencar Bezerra Oliveira (Coordenadora)

Andréa Dias Garzesi Souza Sobrinho

Douglas Dias Leite Piasson

Eduarda Rezende de Freitas

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	
2	INFORMAÇÕES GERAIS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO	
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO, DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO	
2.2	CONTEXTO EDUCACIONAL, ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL – CARACTERÍSTICA LOCAIS E REGIONAIS	
2.3	CONTEXTO INSTITUCIONAL	
2.3.1	Mantenedora - União Brasileira de Educação Católica	
2.3.2	Universidade Católica de Brasília	
2.3.2.1	Missão	
2.3.2.2	Princípios institucionais	
2.3.2.3	Valores institucionais	
2.3.2.4	Coordenação de pastoralidade	
2.3.2.5	Visão de futuro	
3	CONTEXTO DO CURSO DE PSICOLOGIA	
4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	
4.1	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO DE PSICOLOGIA	
4.2	POLÍTICAS DE ENSINO	
4.3	POLÍTICAS DE EXTENSÃO	
4.4	POLÍTICAS DE PESQUISA E/OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
4.5	RESPONSABILIDADE SOCIAL DA FORMAÇÃO INTEGRAL	
5	COERÊNCIA ENTRE O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO	
5.1	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO CURSO DE PSICOLOGIA	
6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	
6.1	DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SEGUNDO AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	
6.2	MONITORAMENTO DO PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	
6.3	INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA REGIONAL E LOCAL DE SAÚDE	
7	ESTRUTURA CURRICULARES E COMPONENTES CURRICULARES	
7.1	PROGRAMA PROPÓSITO DE VIDA	
7.1.1	O ser ético	
7.1.2	O ser histórico	
7.1.3	O ser solidário	
7.2	CONTEÚDOS PERTINENTES ÀS POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO BILÍNGUE E ECOLOGIA INTEGRAL	
7.3	FLEXIBILIDADE CURRICULAR	
7.4	INTERDISCIPLINARIDADE	

7.5	ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA	
7.6	CONTEÚDOS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO	
7.7	MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	
7.8	MATRIZ, EMENTAS E REFERÊNCIAS	
7.9	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
7.10	ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	
7.11	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
7.12	METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
7.13	PROGRAMA DE MONITORIA	
7.14	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)	
7.15	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
8	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO CURSO: AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DO CURSO E AVALIAÇÕES EXTERNAS	
9	CORPO DISCENTE	
9.1	FORMAS DE INGRESSO	
9.2	REGISTRO ACADÊMICO	
9.3	APOIO E ATENÇÃO AO DISCENTE	
9.4	OUVIDORIA	
9.5	POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	
10	GESTÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA	
10.1	PERFIL DA COORDENAÇÃO DE CURSO	
10.2	PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	
11	CORPO DOCENTE	
11.1	COLEGIADO DO CURSO E PERFIL DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	
11.2	PERFIL DO CORPO DOCENTE	
11.3	FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE	
11.3.1	Objetivo geral	
11.3.2	Objetivos específicos	
12	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	
13	POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO CORPO DOCENTE E AO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	
13.1	POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO E DISPENSA DOS COLABORADORES	
13.2	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA	
13.3	POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	
13.4	POLÍTICA DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO	
13.5	POLÍTICAS DE ATENÇÃO	
14	INFRAESTRUTURA	
14.1	INSTALAÇÕES GERAIS	
14.2	RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA	
14.3	ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CURSO	

14.4	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS E AMBIENTES DE FORMAÇÃO BÁSICA E ESPECÍFICA DO CURSO DE PSICOLOGIA	
14.5	BIBLIOTECA	
14.6	UNIDADES DE SAÚDE CONVENIADAS	
15	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	
15.1	PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	
15.2	FUNCIONAMENTO	
15.3	O COMITÊ DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA (CEUA-UCB)	
	REFERÊNCIAS	

1 APRESENTAÇÃO

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um instrumento norteador do curso de Psicologia da Universidade Católica de Brasília (UCB), integrando as políticas acadêmicas institucionais, contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigência 2023/2027, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), Resolução CNE/CES 05 de 15 de março de 2011.

Releva notar que no ano de 2018 teve início um movimento nacional com vistas à revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia que resultou na consolidação de uma Minuta avaliada e validada pelo Conselho Nacional de Saúde (Resolução CNS 597 de 13/09/2018) e pela Câmara de Educação Superior (Parecer CNE/CES nº 1.071 de 04/12/2019 e Parecer CNE/CES nº 179 de 17/02/2022), estando atualmente no aguardo da homologação definitiva do Ministério da Educação.

2 INFORMAÇÕES GERAIS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO, DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO

O surgimento da Universidade Católica de Brasília (UCB) está atrelado à história de Brasília, de maneira especial. Inserida no contexto regional do Planalto Central, a UCB vem contribuindo de forma significativa para a consolidação da região.

Brasília é uma cidade que nasce com a vocação para a administração pública federal. Assim, foi preciso considerar esta questão, bem como as contradições do sistema político e econômico específicos dessa realidade no projeto de criação da instituição que buscou, de maneira consistente e comprometida, atender à demanda por uma formação acadêmico-profissional de qualidade, e que também valorizasse uma atuação humanista e ética.

Em 12 de março de 1985, foi inaugurado o campus das então Faculdades Integradas Católica de Brasília (FICB), em Taguatinga, com o primeiro conjunto de edificações. A expansão das FICB era inquestionável, confirmando as possibilidades de trabalhos cujos objetivos, diretrizes de ação e metas visavam à elaboração do Projeto para o reconhecimento das FICB em Universidade Católica de Brasília.

A cidade de Taguatinga se tornara um local estratégico. Localizada a 25 km do Plano Piloto, Taguatinga cresceu e se tornou um importante polo econômico, com avenidas, altos edifícios. Neste sentido, pode-se afirmar que a UCB e sua expansão liga-se à própria condição de Brasília, importante espaço geopolítico que atrai pessoas de todo país.

O espaço geográfico do campus em Taguatinga, desde sua inauguração, não só valorizou a área, mas se transformou num ponto de convergência populacional que traz para si pessoas do Plano Piloto, Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Guará, Gama, Ceilândia, Samambaia, Brazlândia, Riacho Fundo, além de Taguatinga e outras regiões do Distrito Federal e entorno. Os vários cursos oferecidos, desta forma, buscam responder às demandas sociais, ofertando à população uma formação acadêmica de qualidade que promova o

crescimento e a qualificação pessoal e profissional dos seus estudantes, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional.

No final da década de 90 a Universidade Católica de Brasília (UCB), depois de consolidar-se por 29 anos na Educação Superior e por seis anos como Universidade, já havia estabelecido sua área de saúde, com os cursos de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Enfermagem, Farmácia e Biologia.

Com a infraestrutura já instalada e ciente da relevância social deste curso para a região, a UCB propôs a abertura do curso de Psicologia no Campus Taguatinga, partindo de princípios legais, institucionais, filosóficos e socioculturais perfeitamente identificados com o perfil pedagógico de sua Mantenedora e com os anseios da comunidade na qual estava inserida.

Assim, a partir da Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) de nº03 de 12/03/1997, o curso de Psicologia iniciou suas atividades no Campus da UCB. Relewa notar que em 2019 foi inaugurado o campus em Ceilândia, com uma estrutura de 15.000m² de área total, funciona onde antes era o Colégio CESAM – Centro Salesiano do Aprendiz, da Inspeção São João Bosco, uma das províncias fundadoras da UBEC. No local são ofertados os cursos de graduação presencial de Direito e Psicologia.

Nesse sentido, a UCB se coloca no mercado como uma instituição confessional-filantrópica (comunitária) que prima pela formação de qualidade, desenvolvendo suas atividades de forma indissociável entre Pesquisa, Ensino e Extensão, considerando a necessidade da região por profissionais altamente qualificados na administração pública e na iniciativa privada.

2.2 CONTEXTO EDUCACIONAL, ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL – CARACTERÍSTICA LOCAIS E REGIONAIS

A UCB é a única Universidade privada do Distrito Federal-DF. Tem estudantes matriculados em cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, nas modalidades presencial e a distância. Dispõe de mais de 600 mil m² de área e conta com infraestrutura que privilegia o atendimento às demandas dos cursos/programas por ela oferecidos, e que vão desde salas de

aula equipadas com acesso à internet, a recursos multimídia e laboratórios de ponta.

O avanço da modalidade de Educação a Distância veio atender às novas exigências sociais de formação. A UCB dispõe de Polos de Educação a Distância (PEAD), distribuídos em vários locais do território nacional e no exterior – EUA (Boston e Orlando) e Japão (Tóquio e Nagoya) – que contam com toda a infraestrutura necessária para o suporte à aprendizagem dos estudantes e à realização dos encontros e atividades presenciais. Os polos são viabilizados por uma aliança estratégica entre instituições parceiras e a UCB, caracterizando-se como uma grande rede de Educação a Distância e como uma ação com vistas à democratização do acesso ao Ensino Superior.

Nos últimos anos, o mundo tem sofrido profundas transformações, principalmente nos campos tecnológico e econômico, com impactos significativos no mundo do trabalho. A velocidade das mudanças traz novos desafios, exigindo capacidades de aprender e desenvolver novas competências (metacognição) para assimilar e se adaptar a novos contextos, avaliar novas e diferentes situações, lidar com o inesperado, e propor mudanças que tragam impactos positivos para a sociedade em permanente transformação. A mundialização do mercado, dos investimentos, da indústria, da informação e da produção do conhecimento sobre os processos locais, regionais e nacionais caracterizou a globalização. A nova economia sustenta-se, dentre outros aspectos, na utilização eficiente do conhecimento e na capacidade de inovar

O desenvolvimento tecnológico, neste sentido, é aspecto importante a ser considerado, pois tem demandado da sociedade (tanto das organizações quanto das pessoas), cada vez mais, a capacidade de gerar, lidar, produzir, gerir e armazenar, com segurança e de forma ética, dados e informações. O conhecimento, sua produção, gestão e disseminação, ganha novos contornos. Tais transformações resultaram, e ainda resultam, na mudança de valores e na reorganização da política mundial, com reflexo na educação.

Este contexto é ainda marcado por profundas desigualdades sociais que nos desafiam a construir alternativas criativas para os problemas da nossa época, em especial aos problemas da educação. Soma-se a isso a pandemia de Covid-19 que, desde 2020 obrigou os cursos a adaptarem suas formas de aprender e ensinar, bem como adaptar as suas atividades práticas e

assistenciais. Os desafios que se colocam na atualidade para o educador parecem que se multiplicam diariamente.

Logo após decretada a Pandemia de Covid-19 pela OMS (12/03/2020), o curso de Psicologia da UCB traçou um planejamento estratégico para minimizar o impacto nas atividades práticas dos estudantes, com algumas ações a saber:

- monitoramento dos casos de Covid-19 para os estudantes com identificação de sinais e sintomas e preenchimento de formulário específico

- construção de um protocolo de segurança institucional, referente ao SARS Cov-2

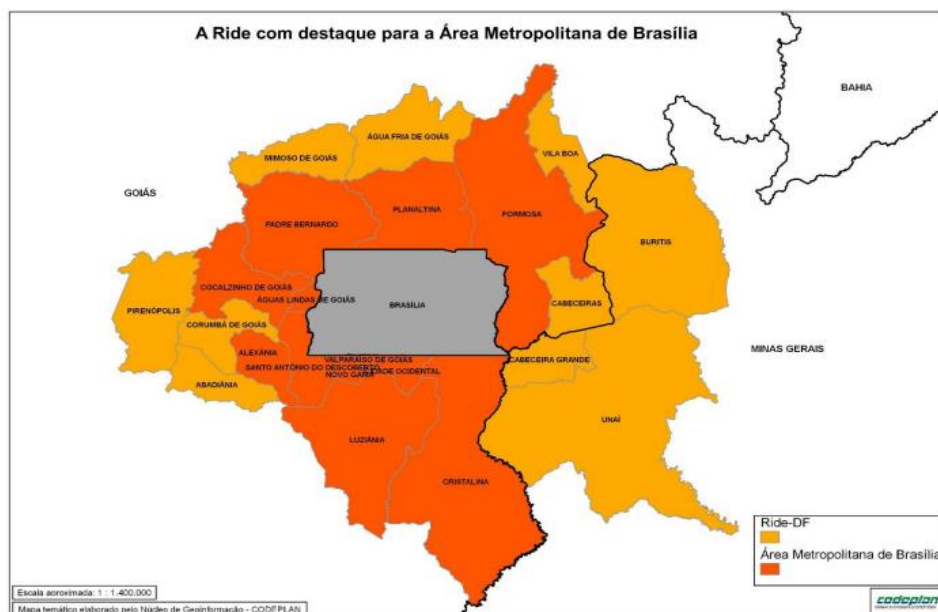
- transferência das atividades teóricas para a modalidade síncrona e, após autorização por órgãos competentes, retomada gradativa das atividades práticas com redução do número de estudantes nos cenários.

- retorno do estudante do estágio ou atividades correspondentes (cursos de saúde previstos em orientações legais), que já estava inserido nos cenários, para as atividades práticas interrompidas por curto período, colaborando no atendimento dos pacientes com Covid-19.

As mudanças que ocorrem em nossa sociedade são caracterizadas tanto pela sua expansão como pelo ritmo acelerado em que elas ocorrem. Compreender a evolução da sociedade e da educação como fatores interligados, nos leva a apontar que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade de sua educação. Por meio dela, existem diferentes possibilidades a serem trabalhadas, desde a socialização e a preparação para o trabalho, até a construção de conhecimentos especializados que permitam novas soluções e promovam a inovação.

O Distrito Federal está localizado na Região Centro-Oeste, no centro leste do estado de Goiás. Limita-se a leste com os municípios de Cabeceira Grande, estado de Minas Gerais, e Formosa, estado de Goiás; a oeste limita-se com Santo Antônio Descoberto, Padre Bernardo e Águas Lindas; ao norte com Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Formosa e ao sul com Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama, todos estes municípios pertencentes ao estado de Goiás (SES/DF, 2019).

FIGURA 1 – Composição da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF e Entorno), Região Metropolitana e Municípios



Fonte: Nota Técnica CODEPLAN/DF (2018)

A configuração territorial do complexo territorial produzido pela transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília tem raízes fortes nessa história. O processo de ocupação do território do Planalto Central é datado do período pós-colonial, no início do séc. XVIII, com a vinda dos bandeirantes à procura de minérios, ampliações das áreas de pastagens e escravização dos índios nativos. Os fluxos populacionais de bandeirantes e africanos escravizados foram atraídos em virtude da atividade mineira e esvaziados após o declínio desta atividade. Entretanto, no início do século XX, o território do Planalto Central que inclui os Estados de Tocantins e Rondônia, permanecia pouco habitado, estando à margem dos movimentos migratórios. Para promover uma maior ocupação demográfica do território, o governo federal deu início a ações de interiorização da ocupação populacional e das atividades produtivas do Brasil, destacando-se duas delas: o lançamento do programa “Marcha para o Oeste”, proclamado por Vargas na década de 1940 e, posteriormente, a transferência da Capital para a região, com Juscelino Kubistchek (CODEPLAN, 2018).

A proposta de transferência da Capital Federal para o interior do país está registrada na Constituição de 1891, mas somente foi efetivada na segunda metade do Século XX, culminando com a construção de Brasília e a transferência da Capital. A região do Planalto Central escolhida para a construção do Distrito Federal era ocupada com latifúndios voltados para a produção agrícola de subsistência e para a pecuária extensiva. Com as transformações estruturais da

economia brasileira nas décadas de 1940 e 1950, a população da Região, que era de 370 mil habitantes, passou para 3,0 milhões, inicialmente associada à expansão da atividade agropecuária e, depois, com a urbanização de Brasília. Com a inauguração de Brasília, o adensamento populacional passou a ocorrer inicialmente no interior do Distrito Federal e nas cidades a ele adjacentes, processo que se intensificou no início da década de 1970 com a consolidação da transferência da Capital. A expansão dessa área ocorreu de forma polinucleada e esparsa no território no Distrito Federal, ultrapassando posteriormente seus limites político-administrativos e abrangendo um espaço de influência direta em municípios do Estado de Goiás, formando o aglomerado urbano da Área Metropolitana de Brasília (CODEPLAN, 2018; SES/DF, 2019). Veja-se que há uma interface grande entre a implantação de Brasília, uma cidade planejada urbanisticamente, e os movimentos muito rápidos de expansão populacional e da economia da região, gerando um efeito muito diverso nos diferentes recortes territoriais.

A Tabela 1, apresenta uma caracterização da RIDE DF e Entorno, considerando os municípios e estados que a compõem, o instrumento formal de inclusão e características demográficas e socioeconômicas da região.

Os dados da tabela permitem compreender a relação de dependência das diferentes organizações políticas territoriais entre si e, sobretudo, com a Capital Federal e o Distrito Federal como um todo. A dinâmica regional envolve diferentes funcionalidades de ocupação dos territórios, desde a polarização econômica até fluxos diários da população para o trabalho, deslocamentos para compras ou obtenção de serviços, acesso a meios de comunicação etc. Como se verificou acima, no centro do território ocupado pela RIDE está a área mais densa, composta pelo Distrito Federal, detentor de 66% da população, e uma grande área conurbada na direção sul, acompanhando a BR-040, incluindo-se nessa região os municípios de Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Luziânia. Outros municípios bastante populosos são Águas Lindas de Goiás (margens da BR-070), Formosa (margens da BR-020), Planaltina (BR-010) e Santo Antônio do Descoberto (BR-060). Esses municípios com o Distrito Federal somam uma população de aproximadamente 4,6 milhões de pessoas. Como se registrou, além da população adscrita no Distrito Federal, para fins de análise do funcionamento da infraestrutura do território, é importante considerar

a população residente nos municípios de Goiás e Minas Gerais que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), que foi criada com a Lei Complementar nº 94 de 19/02/1998, regulamentada pelo Decreto nº 7.469 de 04/05/2011, e teve a composição alterada pela Lei Complementar nº 163/2018. São de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos Municípios que a integram devendo para tanto articular-se administrativamente com a União, Distrito Federal e com os Estados de Goiás e de Minas Gerais que a compõem. Atualmente a RIDE é composta por 29 municípios do Estado de Goiás e 4 municípios do Estado de Minas Gerais, além do DF (SES/DF, 2019).

TABELA 1 – Caracterização da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF e Entorno), 2020

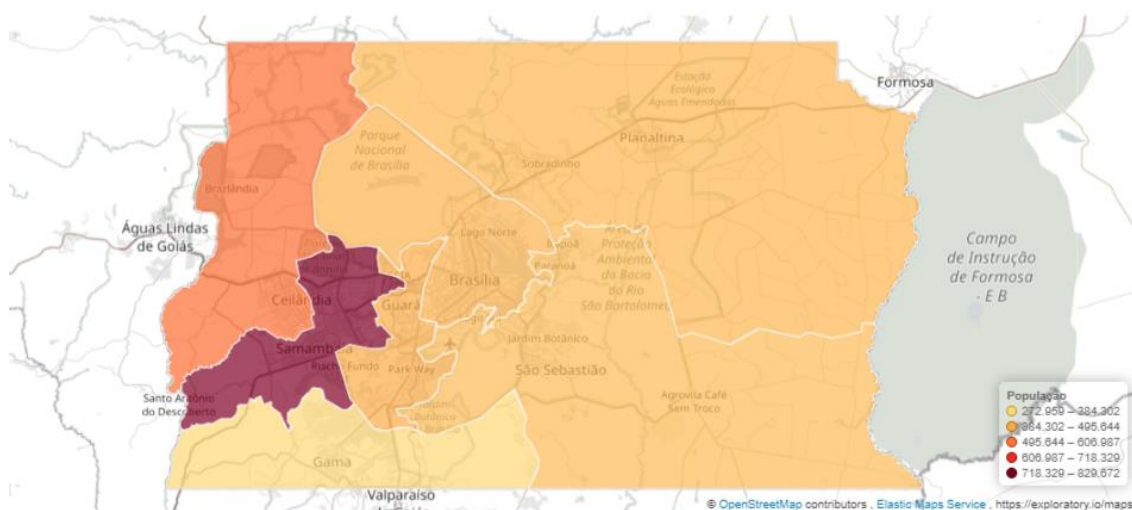
Nº	UF	Nome	Legislação	Área (km²)	População Estimada 2020	IDH (2010)	PIB (em R\$ mil) (2015)	Densidade Demográfica (hab./Km²)
1	DF	Distrito Federal	LC 94/1998	5.779,997	3.055.149	0,824	215 613 025	528,57
2	GO	Abadiânia	LC 94/1998	1.045,127	20.461	0,689	289 099	19,58
3	GO	Água Fria de Goiás	LC 94/1998	2.029,416	5.793	0,671	201 809	2,85
4	GO	Águas Lindas de Goiás	LC 94/1998	188,385	217.698	0,686	1 542 997	1.155,60
5	GO	Alexânia	LC 94/1998	847,893	28.010	0,682	730 529	33,03
6	GO	Alto Paraíso de Goiás	LC 163/2018	2.593,905	7.688	0,713	138 658	2,96
7	GO	Alvorada do Norte	LC 163/2018	1.259,366	8.705	0,660	108 906	6,91
8	GO	Barro Alto	LC 163/2018	1.093,248	11.408	0,742	605 006	10,43
9	GO	Cabeceiras	LC 94/1998	1.126,912	8.046	0,668	218 672	7,14
10	GO	Cavalcante	LC 163/2018	6.953,666	9.725	0,584	249 871	1,40
11	GO	Cidade Ocidental	LC 94/1998	389,985	72.890	0,717	642 343	186,90
12	GO	Cocalzinho de Goiás	LC 94/1998	1.789,039	20.504	0,657	285 878	11,46
13	GO	Corumbá de Goiás	LC 94/1998	1.061,955	11.169	0,680	145 059	10,52
14	GO	Cristalina	LC 94/1998	6.162,089	60.210	0,699	1 944 492	9,77
15	GO	Flores de Goiás	LC 163/2018	3.709,427	17.005	0,597	130 968	4,58
16	GO	Formosa	LC 94/1998	5.811,788	123.684	0,744	1 934 488	21,28
17	GO	Goiânia	LC 163/2018	1.547,274	71.075	0,727	1 098 113	45,94
18	GO	Luziânia	LC 94/1998	3.961,100	211.508	0,701	3 353 547	53,40
19	GO	Mimoso de Goiás	LC 94/1998	1.386,915	2.583	0,665	37 431	1,86
20	GO	Niquelândia	LC 163/2018	9.843,247	46.730	0,715	1 199 152	4,75
21	GO	Novo Gama	LC 94/1998	194,992	117.703	0,684	799 207	603,63
22	GO	Padre Bernardo	LC 94/1998	3.139,175	34.430	0,651	479 875	10,97
23	GO	Pirenópolis	LC 94/1998	2.205,010	25.064	0,693	373 758	11,37
24	GO	Planaltina	LC 94/1998	2.543,677	90.640	0,669	917 297	35,63
25	GO	Santo Antônio do Descoberto	LC 94/1998	944,145	75.829	0,665	572 101	80,31
26	GO	São João d'Aliação	LC 163/2018	3.327,379	14.085	0,685	229 562	4,23
27	GO	Simolândia	LC 163/2018	347,976	6.879	0,645	86 138	19,77
28	GO	Valparaíso de Goiás	LC 94/1998	61,450	172.135	0,746	2 155 089	2.801,22
29	GO	Vila Boa	LC 94/1998	1.060,172	6.312	0,647	104 363	5,95
30	GO	Vila Propício	LC 163/2018	2.181,583	5.882	0,634	199 087	2,70
31	MG	Arimas	LC 163/2018	5.279,419	17.862	0,656	197 938	3,38
32	MG	Buritiz	LC 94/1998	5.225,186	25.013	0,672	601 789	4,79
33	MG	Cabeceira Grande	LC 163/2018	1.031,409	6.988	0,648	203 236	6,78
34	MG	Unai	LC 94/1998	8.448,082	84.930	0,736	2 439 492	10,05
TOTAL				94.570,389	4.693.793	0,782	239 828 975	49,63

Fonte: Plano Distrital de Saúde (SES/DF, 2019); dados populacionais recuperados de estimativas do TABNET/Ministério da Saúde para 2020; IDH recuperado do IBGE Cidades (cor azul = IDH Muito Alto, verde = Alto; amarelo = Médio; alaranjado = Baixo).

A organização descentralizada da gestão também é um modelo utilizado no Distrito Federal. O DF é composto por 33 Regiões Administrativas e 07 Regiões de Saúde (SES/DF, 2019). O histórico da regionalização da saúde no DF teve início em 2010 com o Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde (PDPAS). Até 2015, existiam 15 regionais subordinadas diretamente à SES/DF. Com a implantação de um novo modelo de organização territorial do sistema de saúde, todas foram agrupadas em sete Regiões de Saúde (Centro-Sul, Centro-Norte, Oeste, Sudoeste, Norte, Leste e Sul). Cada região é coordenada por uma superintendência, que trabalha de forma integrada, visando otimizar os fluxos assistenciais, os serviços disponíveis, o planejamento e os custos. Os gestores de cada uma das sete regiões são nomeados pelo governador ou secretário de Saúde e acompanhados pelo controle social (por meio do Conselho de Saúde do DF e Conselhos Regionais de Saúde).

A Figura 2 apresenta a estrutura regionalizada do sistema distrital de saúde e a comparação da densidade populacional de cada uma das sete regiões de saúde do DF, demonstrando uma diversidade populacional importante.

FIGURA 2 – Organização administrativa do sistema de saúde do GDF e densidade populacional, Censo Demográfico de 2010



Fonte: Plano Distrital de Saúde (SES/DF, 2019)

Verifica-se que a Região de Saúde mais populosa é a Sudoeste, com 26,68% da população do Distrito Federal e a Região de Saúde Leste é a menos populosa com 7,78% da população distrital. A Região Administrativa mais populosa é Ceilândia com 15,51% da população do Distrito Federal. As demais Regiões Administrativas mais populosas compõem a Região de Saúde

Sudoeste: Taguatinga com 8,05% e Samambaia com 7,62% da população distrital. A Figura 2.3, retirada da última versão do Plano de Saúde do DF (SES/DF, 2019) apresenta a distribuição das Regiões Administrativas e das Regiões de Saúde com as respectivas projeções da população feitas para 2018, demonstrando a diversidade de densidades populacionais. A população do Distrito Federal registrou um aumento de 25,30%, entre 2000 e 2010, anos em que foram realizados Censos Populacionais. Quando analisada a situação de domicílios da população residente, 96,58% moravam na área urbana e 3,42% na área rural no ano de 2010. De acordo com as estimativas da PNAD Contínua de 2017, a população era de 3.036.006 pessoas, sendo composta, em sua maioria, por mulheres e negros.

A distribuição da população e dos indicadores sociais e econômicos no DF dá destaque à alta densidade demográfica nas áreas de ocupação mais recentes de expansão da urbanização. Existem “bolsões” de densidade muito acima da média, que se refletem em outros indicadores sociais e econômicos.

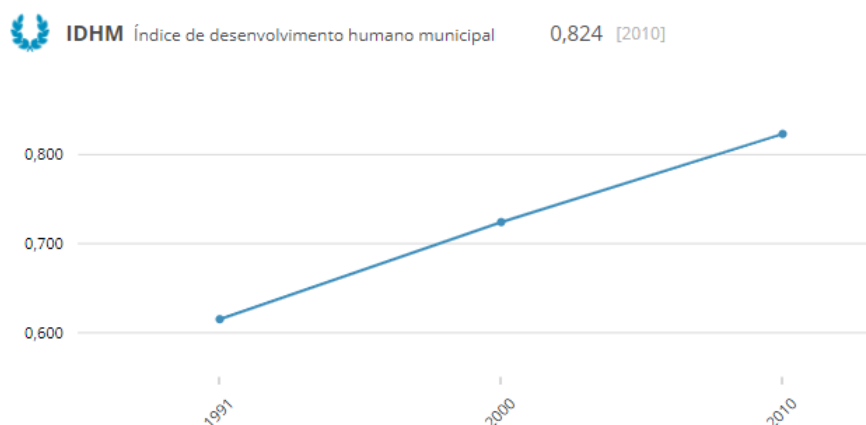
TABELA 2 – Distribuição da população por Regiões de Saúde e Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2018

Região de Saúde	Região Administrativa (RA)	População 2018	%
CENTRAL	RA1 - Brasília (Asa Norte)	145.311	4,89%
	RA1 - Brasília (Asa Sul)	104.817	3,53%
	RA11 - Cruzeiro	41.457	1,39%
	RA16 - Lago Sul	36.673	1,23%
	RA18 - Lago Norte	39.152	1,32%
	RA 22 - Sudoeste/Octogonal	59.117	1,99%
	RA 23 - Varjão	10.385	0,35%
	Total da Região Central	436.912	14,70%
CENTRO-SUL	RA8 - N. Bandeirante	28.698	0,97%
	RA10 - Guará	126.829	4,27%
	RA17 - R. Fundo I	41.347	1,39%
	RA19 - Candangolândia	18.444	0,62%
	RA 21 - R. Fundo II	40.694	1,37%
	RA 24 - Park Way	23.064	0,78%
	RA 25 - SCIA (Estrut.)*	33.494	1,13%
	RA 29 - S.I.A*	2.772	0,09%
	Total da Região Centro-Sul	315.342	10,61%
NORTE	RA5 - Sobradinho I	89.935	3,03%
	RA 6 - Planaltina	195.027	6,56%
	RA 26 - Sobradinho II	83.713	2,82%
	RA 31 - Fercal	10.054	0,34%
	Total da Região Norte	378.729	12,74%
SUL	RA2 - Gama	156.321	5,26%
	RA13 - Santa Maria	133.905	4,51%
	Total da Região Sul	290.226	9,76%
LESTE	RA7 - Paranoá	62.510	2,10%
	RA14 - São Sebastião	95.199	3,20%
	RA 27 - Jd. Botânico	23.385	0,79%
	RA 28 - Itapoã	50.073	1,68%
	Total da Região Leste	231.167	7,78%
OESTE	RA4 - Brazlândia	65.814	2,21%
	RA9 - Ceilândia (**)	461.057	15,51%
	Total da Região Oeste	526.871	17,73%
SUDOESTE	RA3 - Taguatinga	239.315	8,05%
	RA12 - Samambaia	226.355	7,62%
	RA15 - Recanto das Emas	141.218	4,75%
	RA 20 - Águas Claras (†)	117.834	3,96%
	RA 30 - Vicente Pires	68.240	2,30%
	Total da Região Sudoeste	792.962	26,68%
TOTAL		2.972.209	100%

Fonte: Plano de Saúde do DF (2019).

O Distrito Federal tem um Índice de Desenvolvimento Humano que se mantém na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano nos últimos anos, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD). Calculado a partir dos dados da Pesquisa Nacional da Amostra de Domicílios, o IDHM do Distrito Federal era 0,854, em 2016 e em 2017 era de 0,850. Esse desempenho coloca do Distrito Federal em primeiro lugar entre as 27 Unidades da Federação. Entretanto, esse indicador tem variações por sexo, por cor e por situação do domicílio, conforme se verá. A tendência do IDH no Distrito Federal é de crescimento, conforme demonstra a figura abaixo, calculada com dados dos censos populacionais.

FIGURA 3 – Variação do IDHM no Distrito Federal, 1991 a 2010



Fonte: IBGE Cidades.

A desagregação do indicador por sexo também é relevante para analisar o contexto do Distrito Federal. Em 2010, o valor para as mulheres no Distrito Federal era 0,851 e, para os homens, de 0,797, o que coloca ambos os grupos na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,054. O IDHM da população feminina em 2017 era 0,875, e da população masculina neste mesmo ano era de 0,823, o que coloca os dois grupos na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

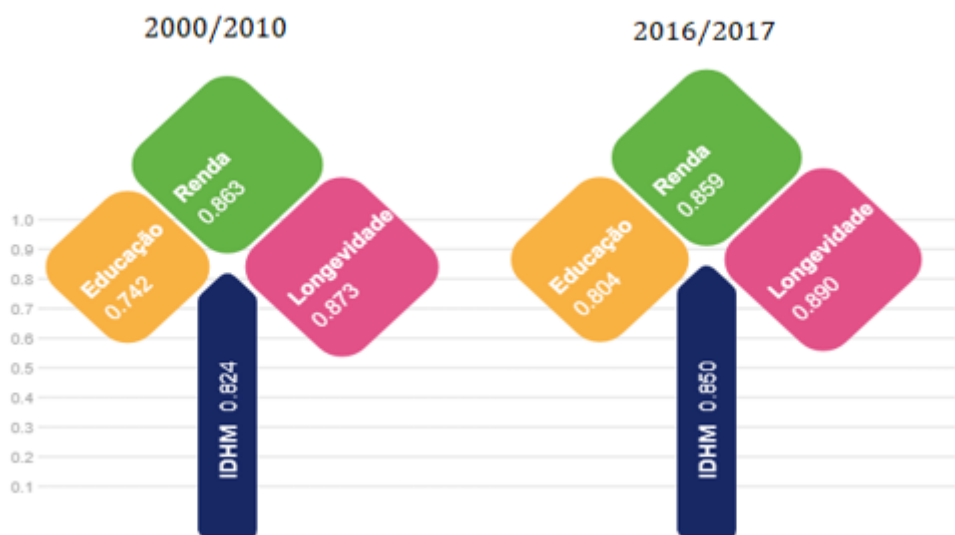
Analisando as informações por cor, segundo o Censo Demográfico, o IDHM da população negra do Distrito Federal era de 0,788, o que a situava na faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Já o IDHM da população branca nesse mesmo ano, era de 0,867, correspondente à faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,079. O IDHM da população negra em 2017 era 0,810, posicionado na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. O IDHM da população branca neste mesmo ano era de 0,890, o que a situava na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

Quando os dados são desagregados por situação de domicílio, segundo o Censo Demográfico de 2010, o IDHM da população residente na área urbana do Distrito Federal era 0,829 em 2010, o que a situava na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Já o IDHM da população residente na área rural nesse mesmo ano, era de 0,702, correspondente à faixa de Alto

Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,127.

Os dados do IDHM também podem ser analisados de acordo com as dimensões que o compõe. O IDHM do Distrito Federal apresentou aumento entre os anos de 2000 e 2010, segundo informações do Censo Demográfico. Neste período, a evolução do índice foi de 13,66%. Ao considerar as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2000 e 2010, verifica-se que o IDHM Longevidade apresentou alteração de 7,25%, o IDHM Educação apresentou alteração de 27,49% e o IDHM Renda apresentou alteração de 7,20%. Em 2016, era 0,854 e em 2017, 0,850, e, neste período, a evolução do índice foi de -0,47%. Na figura abaixo, vemos que, para as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2016 e 2017, o IDHM Longevidade apresentou alteração de 0,56%, o IDHM Educação apresentou alteração de -2,43% e o IDHM Renda apresentou alteração de 0,70%

FIGURA 4 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) segundo as variações das dimensões que o compõe, Distrito Federal, 2000/2010 e 2016/2017



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

O IDHM Educação é composto por cinco indicadores, quatro referentes ao fluxo escolar de crianças e jovens, buscando medir até que ponto estão frequentando a escola na série adequada à sua idade. O quinto indicador refere-se à escolaridade da população adulta. A dimensão Educação, além de ser uma das três dimensões do IDHM, faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento

Sustentável 4 – Educação de Qualidade. Segundo dados do último Censo Demográfico, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 92,46%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 88,32%; a de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 66,32%; e a de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 53,48%. Utilizando dados da PNAD Contínua, é possível identificar que, em 2017, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola neste ano era de 93,50%. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 95,50%, a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 66,75%; e, por fim, a de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 69,12%. Ainda com base nas informações da PNAD Contínua, em 2012, 84,31% da população de 6 a 17 anos do Distrito Federal estava cursando o ensino básico regular com menos de dois anos de defasagem idade-série. Em 2017, esse percentual era de 87,31% da população. A taxa de Distorção Idade-Série no ensino médio era de 26,70%, em 2013, e passou para 24,60%, em 2017. Por sua vez, a taxa de evasão no fundamental foi de 2,00%, em 2013 para 2,40%, em 2014. A taxa de evasão no ensino médio foi de 9,90%, em 2013 e em 2014, de 9,80%. Por sua vez, o indicador Expectativa de anos de estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica a média de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Em 2012, segundo informações da PNAD Contínua, essa média era de 9,90 anos e em 2017, foi de 10,33 anos. Outro indicador que compõe o IDHM Educação e mede a escolaridade da população adulta é o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo, que é afetado pela menor escolaridade das gerações mais antigas. Com base nos dados do Censo Demográfico, entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 59,48% para 72,32%. Utilizando as informações da PNAD Contínua, nos anos de 2012 e 2017, esse percentual foi de 76,14% e 78,72%. Em 2017, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade do Distrito Federal, 3,74% eram analfabetos, 76,06% tinham o ensino fundamental completo, 66,42% possuíam o ensino médio completo e 30,59%, o superior completo.

Sobre a dimensão Renda do IDHM, que representa o segundo componente de maior relevância na composição final do Índice em 2010, os dados também são favoráveis. Segundo informações do Censo Demográfico, a renda per capita mensal no Distrito Federal era de R\$ 1.199,44, em 2000 e R\$ 1.715,11, em 2010, a preços de agosto de 2010. Nesse período observa-se que houve crescimento desse valor a uma taxa média anual de 42,99%. As informações da PNAD Contínua mostram que houve crescimento da renda per capita mensal entre os anos de 2016 e 2017, passando de R\$ 1.614,34 para R\$ 1.681,05 (a preços de agosto de 2010), o que equivale a uma variação de 4,13% no período, em termos reais. Entretanto, os indicadores de pobreza não são tão positivos e demonstram que a renda aumentou, concentrando-se nos segmentos populacionais mais abastados. A proporção de pessoas extremamente pobres, ou seja, com renda per capita inferior a R\$70,00 (a preços correntes de agosto de 2010), passou de 1,77%, em 2016, para 2,76%, em 2017. Já a proporção de pessoas pobres (com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, a preços de agosto de 2010) era de 4,34%, em 2016 e 4,96%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a R\$255,00, a preços de agosto de 2010), era 11,780%, em 2016 e 11,780%, em 2017. Em 2017, as proporções de extremamente pobres, de pobres e de vulneráveis à pobreza na população feminina eram de 2,94%, de 5,21% e de 12,23%, respectivamente. Já na população masculina, essas mesmas proporções eram de 2,56%, de 4,69% e de 11,28%. Considerando a desagregação da população por cor, nesse mesmo ano, 3,67% dos negros eram extremamente pobres, 6,33% eram pobres e 14,79% eram vulneráveis à pobreza. Na população branca, essas proporções eram de 1,33%, 2,87% e 7,06%, respectivamente. A desigualdade da renda pode ser descrita pelo Índice de Gini. No Distrito Federal, esse índice era de 0,630 em 2000 e de 0,630, em 2010, segundo dados do Censo Demográfico. Mais recentemente, segundo dados da PNAD Contínua, situou-se em 0,570, em 2016 e em 0,591, em 2017.

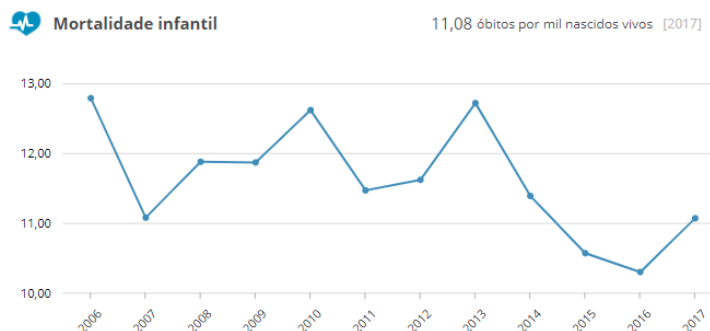
Entre 2000 e 2010, período entre os dois últimos Censos Demográficos, no Distrito Federal a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente, passou de 72,99% para 74,34%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária, ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou

de 15,93% para 7,58%. O grau de formalização da população ocupada de 18 anos ou mais de idade era de 71,62 em 2010, sendo maior entre a população masculina e de brancos; dessa população ocupada, a porcentagem com rendimento mensal de até 1 salário-mínimo era de 8,46% em 2010, sendo maior entre a população feminina e de negros.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do IDHM e faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 – Saúde e Bem-estar. A esperança de vida ao nascer da população do Distrito Federal, de acordo com os dados do Censo Demográfico, se alterou em 3,49 anos entre 2000 e 2010. Analisando as informações por situação de domicílio, a esperança de vida ao nascer da população residente na área urbana foi 77,53, já na área rural foi de 73,81, ambas para 2010. Em 2017, de acordo com os dados da PNAD Contínua, a esperança de vida ao nascer era de 78,37 anos. Por sua vez, a mortalidade infantil, definida como a mortalidade de crianças com menos de um ano de idade, passou de 20,71 por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,01 por mil nascidos vivos, em 2010, de acordo com os dados do Censo Demográfico. Nas informações por situação de domicílio, em 2010, a mortalidade infantil na área urbana foi 13,64 e na área rural 22,17. Em 2017, de acordo com os dados da PNAD Contínua, a mortalidade infantil era de 10,32 por mil nascidos vivos. Em 2013, esse valor era de 11,22 por mil nascidos vivos.

Na Figura 1.7 se pode verificar uma oscilação importante do coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal, com uma tendência de redução significativa no período de 2013 a 2016, com um pico de crescimento nos dois últimos anos da série. Como se verá adiante, esse pico recente está associado à redução da cobertura populacional por atenção básica.

FIGURA 5 – Série histórica do coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal, 2006 - 2017

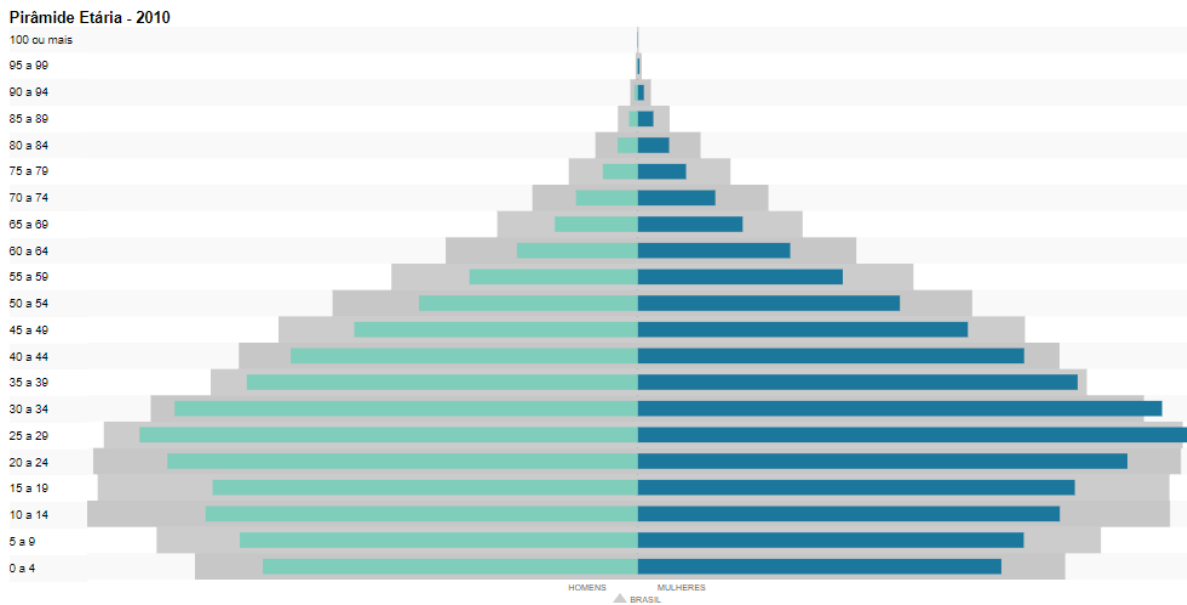


Fonte: IBGE Cidades.

O indicador Razão de Dependência é a proporção de população com menos de 15 anos ou com mais de 65 anos de idade (população economicamente dependente) em relação à população de 15 a 64 anos de idade (população potencialmente ativa). Segundo as informações do Censo Demográfico, a razão de dependência no Distrito Federal era de 46,49%, em 2000 e 40,14% em 2010. Para os mesmos anos, a taxa de envelhecimento registrou 3,29% e 4,97% respectivamente. Ao observar os resultados para 2017, segundo a PNAD Contínua, a razão de dependência atingiu 37,49% e, por sua vez, a taxa de envelhecimento alcançou 8,09%. Taxa de envelhecimento é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Na Figura 6 pode ser verificado que a estrutura etária da população do Distrito Federal é muito diversa daquela do Brasil como um todo. O formato da pirâmide revela uma transição demográfica mais avançada no município e no estado em comparação com o Brasil como um todo, com a maior concentração de população nas faixas de 25 a 34 anos, tanto para o sexo masculino quanto feminino. O desenho da pirâmide populacional indica uma redução de natalidade e da tendência da mortalidade infantil nos últimos anos. Esse desenho também está associado a uma transição epidemiológica, com o aumento das doenças crônicas e aquelas prevalentes na população adulta e idosa.

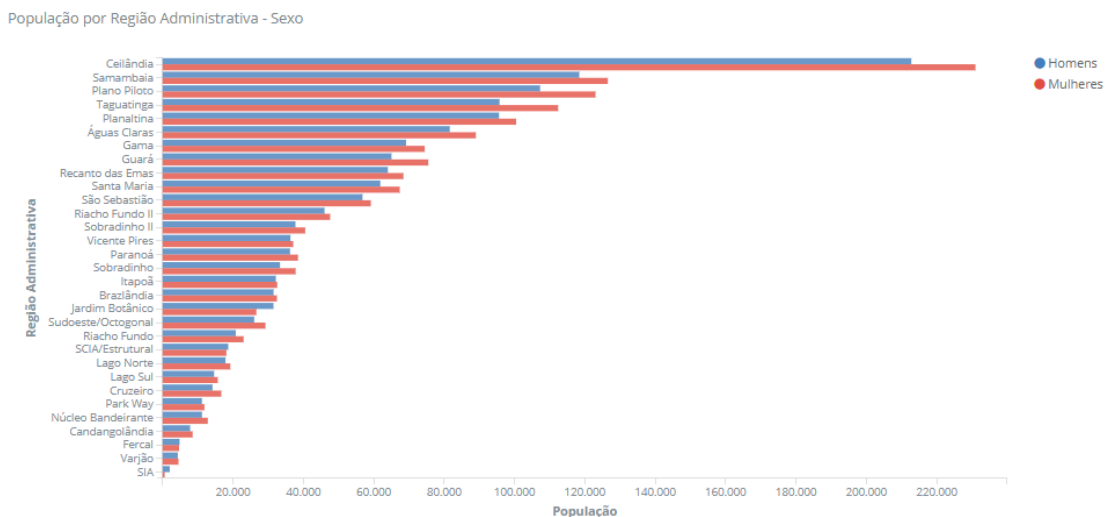
FIGURA 6 – Pirâmides Etárias do Distrito Federal, Censo Demográfico, 2010



Fonte: IBGE Cidades.

Conforme se verificou na Tabela 2, a população do Distrito Federal não se distribuiu uniformemente pelo território. A figura abaixo detalha a composição da população, por sexo, nas Regiões Administrativas do DF apontando, igualmente, uma distribuição populacional bem desigual no território.

FIGURA 7 – Distribuição da população pelas Regiões Administrativas, Distrito Federal, 2020



Fonte: InfoSaúde/Secretaria da Saúde do Distrito Federal.

A tabela a seguir apresenta a distribuição da população por Regiões Administrativas, agrupando-as por Regiões de Saúde e detalhando grupos específicos de interesse para a área da saúde. A concentração populacional na Região de Saúde é evidente, com aproximadamente 27% da população do DF residindo na Região Sudoeste e 15% na Região Central. Entretanto, a maior concentração de idosos está na Região Central, sobretudo no Plano Piloto, onde mais de 17% da população está nessa faixa etária, com picos de concentração no Lago Sul (25%) e na Asa Sul (23%). No Distrito Federal como um todo, aproximadamente 10,5% da população é composta por idosos.

A distribuição de mulheres em idade fértil tem pouca variação no território do DF e oscila em torno da média de 34%, sendo menor apenas nas regiões já citadas com maior concentração de idosos.

Esses dados caracterizam a condição do Distrito Federal como referência territorial para a RIDE DF e Entorno e a organização territorial do próprio DF. A implementação de novas parcerias com instituições de ensino e pesquisa se reveste, nesse caso, de uma dimensão estratégica ampliada: para além da expansão de vagas e da oferta de profissionais, a interação com os sistemas e serviços de saúde no sentido da sua qualificação, particularmente na resolutividade e na organização de redes de cuidado. A questão da saúde em contextos metropolitanos, com diversidades muito significativas entre os territórios, merece ênfase nessa expansão.

Nesse cenário, a preocupação da educação deve se voltar para a formação de cidadãos críticos, conscientes e profissionalmente competentes, que sejam capazes de interagir com as diferentes áreas do conhecimento, respeitando o outro, a si mesmo e a natureza, ao mesmo tempo em que precisam acompanhar o constante avanço tecnológico.

TABELA 3 – Distribuição da População do Distrito Federal por grupos de características especiais, 2020

Distrito	Total	Homens	Mulheres	Mulheres em Idade Fértil (10 a 49 anos)	Faixa etária (pessoas)			
					0 a 4 anos	10 a 19 anos	60 anos e mais	30 a 69 anos
Região Central	486.912	202.909	284.003	138.009	38.964	46.499	75.485	233.977
..Brasília	250.128	134.300	136.028	78.761	9.974	26.211	45.821	145.378
..Área Norte	145.311	67.629	77.682	47.839	6.081	15.407	21.455	85.523
..Área Sul	104.817	46.471	58.346	30.941	3.893	10.804	24.366	59.855
..Cruzeiro	41.457	39.125	22.332	14.023	1.896	5.531	5.819	23.125
..Lago Norte	39.152	39.003	20.149	11.044	1.398	3.717	7.790	23.041
..Lago Sul	36.673	17.583	19.090	9.883	1.264	3.681	9.311	21.542
..Sudoeste/Oct	59.117	27.982	31.135	20.586	3.305	5.378	6.276	36.401
..Varjão do Tordo	10.385	5.116	5.269	3.712	987	1.981	480	4.290
Região Centro-Sul	315.342	149.657	165.685	106.534	20.158	46.736	35.782	161.734
..Candangolândia	18.444	8.816	9.628	6.204	1.147	2.738	1.987	9.216
..Guará	126.828	57.381	69.446	41.904	6.636	15.749	19.629	69.345
..Núcleo Bandeirante	28.698	13.336	15.362	9.908	1.661	4.085	3.561	34.888
..Park Way	23.064	11.354	11.711	7.227	1.300	3.030	3.339	13.203
..Riacho Fundo I	41.347	39.845	21.502	14.624	2.639	6.108	3.544	21.393
..Riacho Fundo II	40.694	39.879	20.815	14.629	3.259	7.612	2.328	38.987
..SCIA (Estrutural)	33.494	17.089	16.405	11.487	3.381	7.162	1.256	13.322
..SIA	2.772	1.957	815	576	134	293	139	1.380
Região Leste	231.167	117.534	113.634	79.448	39.646	40.183	12.952	104.837
..Itapoá	50.073	25.336	24.737	17.701	5.395	9.794	1.486	20.723
..Jardim Botânico	23.385	11.387	11.998	7.726	1.457	3.022	2.526	13.327
..Paranoá	62.530	30.486	32.034	21.435	5.063	10.560	4.875	28.566
..São Sebastião	95.199	50.315	44.884	32.567	7.530	16.808	4.055	42.221
Região Norte	378.729	183.461	195.267	128.711	28.723	64.483	34.762	182.007
..Fercal	10.054	5.290	4.864	3.225	1.008	1.930	684	4.140
..Planaltina	295.027	95.444	99.583	66.721	15.861	35.896	15.873	89.650
..Sobradinho	89.935	42.560	47.375	29.948	5.669	12.991	11.342	46.792
..Sobradinho II	83.713	40.357	43.445	28.817	6.386	13.667	6.863	41.424
Região Oeste	526.871	254.763	272.109	177.511	41.301	85.603	52.264	253.840
..Brasília	65.814	32.628	33.186	21.553	5.245	11.993	6.373	30.301
..Ceilândia	461.057	222.134	238.923	155.958	35.857	73.610	45.891	223.540
Região Sudoeste	752.962	380.176	412.786	274.076	56.743	124.280	71.232	356.439
..Águas Claras	117.834	57.054	60.780	41.796	9.375	14.438	9.357	64.476
..Recanto das Emas	341.238	68.924	72.294	50.732	11.529	28.144	7.734	63.486
..Samambaia	226.355	109.781	116.574	78.746	38.293	39.097	15.088	105.129
..Taguatinga	239.315	130.382	128.933	79.443	13.122	32.467	33.583	126.806
..Vicente Pires	68.240	34.034	34.206	23.339	4.424	10.134	5.660	36.543
Região Sul	290.236	138.959	151.267	99.640	20.159	50.092	28.946	140.068
..Gama	156.321	74.124	82.197	52.628	9.671	25.445	20.361	78.802
..Santa Maria	133.905	64.836	69.069	47.011	10.488	24.648	8.585	61.267
DF	2.972.209	1.427.459	1.544.750	1.003.949	205.484	457.878	311.433	1.492.902

Fonte: InfoSaúde - SES/DF.

Assim, no contexto das transformações, a Universidade precisa refletir sobre as suas estruturas organizacionais e os objetivos traçados para o fazer pedagógico. O desafio de preparar uma geração para a vida, requer não só o conhecimento da realidade em que se está inserido, mas também a participação no enfrentamento dos problemas sociais de sua comunidade na construção de um futuro mais justo, equânime, saudável e sustentável.

2.3 CONTEXTO INSTITUCIONAL

2.3.1 Mantenedora - União Brasileira de Educação Católica

A União Brasileira de Educação Católica (UBEC) é uma associação civil, confessional, de direito privado, de caráter assistencial, educacional e filantrópico e sem fins econômicos, comunitária e reconhecida como de utilidade

pública. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.331.801/0001-30, fundada em 08 de agosto de 1972, na Cidade de Brasília-DF, registrada no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, sob nº de ordem 1.132, no Livro A-6, datado de 12 de agosto de 1972, com sede à Avenida Dom Bosco, nº 2.139, Silvânia-GO e, com Escritório Executivo na QS 01 Rua 210 sala 1105 e 1106, Lote 40 – Areal/Águas Claras-DF.

QUADRO 01 – Dados da UBEC

Mantenedora:	União Brasileira de Educação Católica - UBEC						
End.:	QS 1 Rua 210 salas 1105 e 1106					n.:	Lote 40
Bairro:	Areal	Cidade:	Brasília	CEP:	71950-770	UF:	DF
Fone:	(61) 3383-9000			Fax:	(61) 3383-9030		
Site:	http://www.catolica.edu.br/ubec/						

Fonte: UBEC

Constituída como Associação Civil, religiosa de direito privado e de caráter assistencial, educacional e filantrópica, a UBEC é formada pela união de cinco Províncias Religiosas e uma Diocese: a Província Lassalista de Porto Alegre – Irmãos Lassalistas; a Província São José da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo – Padres e Irmãos Estigmatinos; a Província Marista do Centro Norte do Brasil – Irmãos Maristas; a Inspeção São João Bosco – Salesianos de Dom Bosco; a Inspeção Madre Mazzarello – Irmãs Salesianas; a Diocese de Itabira/Coronel Fabriciano.

A diretoria da UBEC adota o modelo de Governança Corporativa (aprovado pela Assembleia Geral nº 84, de 17/18 de novembro de 2009), na intenção de aumentar a eficiência e eficácia no trato das ações desenvolvidas em todas as instâncias da UBEC.

Atualmente, além da UCB, a UBEC mantém: o Centro Educacional Católica de Brasília (CECB), o Centro Educacional Católica do Leste de Minas Gerais (CECMG), o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE), o Colégio Padre de Man (CPM), em Minas Gerais, a Faculdade Católica do Tocantins (FACTO) e a Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FCR), além de cinco instituições de Educação Básica em Brasília, Coronel Fabriciano, Timóteo, Joinville e Curitiba.

FIGURA 7 - Unidades de missões mantidas pela UBEC



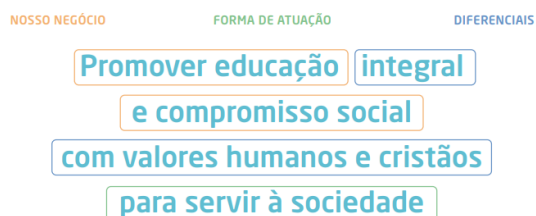
Fonte: UBEC

Ao longo de meio século de existência, muitas vidas foram e estão sendo transformadas por meio de ações educacionais e sociais desenvolvidas. Atualmente, mais de 27 mil estudantes fazem parte do Grupo e mais de 3,5 mil são atendidos pelo programa de filantropia.

O Plano Estratégico da UBEC (2023-2027) assume como valores institucionais: o humanismo solidário, a gestão compartilhada, a inovação com performance, a ética, a ecologia integral e a espiritualidade. Estes valores demonstram o compromisso do Grupo com sua missão.

FIGURA 8 – Missão do Grupo UBEC

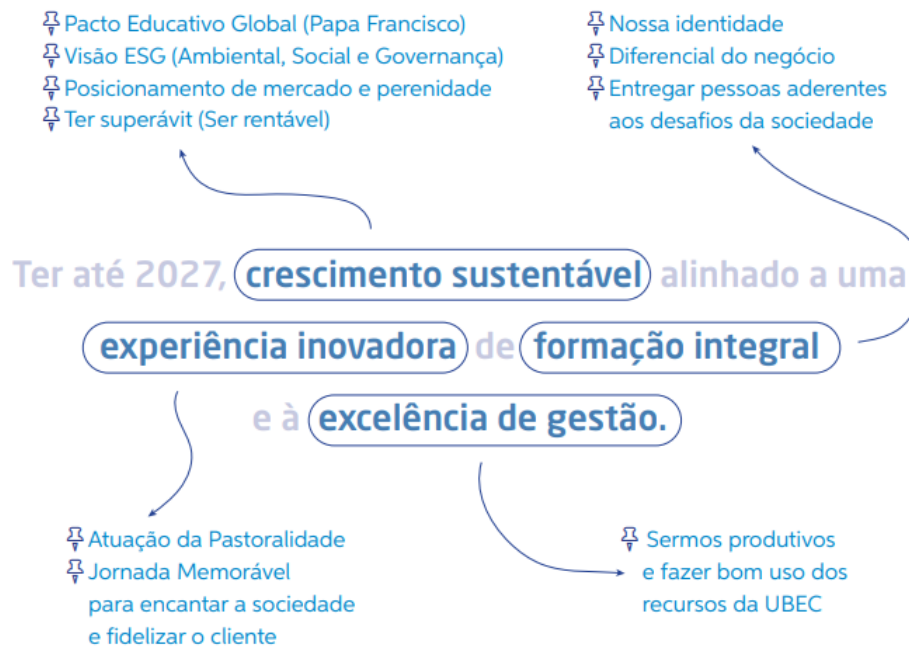
A Missão do Grupo UBEC é



Fonte: UBEC

FIGURA 9 – Visão do Grupo UBEC

A Visão do Grupo UBEC é



Fonte: UBEC

São direcionadores da Visão da UBEC, definidos em seu Planejamento Estratégico:

- Crescimento Sustentável:** entendido como o potencial de crescer nos mercados em que atua e, também, em novos mercados, seja por novos negócios ou negócios já existentes. A perspectiva de conhecimento está alinhada à missão Institucional, pois pressupõe o crescimento como uma organização que prima por uma governança social e ambientalmente comprometida. Deve promover, desta forma, o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, buscando a perenidade do Grupo UBEC ao mesmo tempo que garante nosso compromisso com a sociedade;
- Experiência Inovadora:** a experiência inovadora traz uma atuação na jornada do estudante de modo que ele obtenha o máximo de aproveitamento e reconhecimento quanto ao crescimento pessoal e ao sucesso por ter percorrido sua jornada formativa. Neste sentido, o ecossistema educativo do Grupo, que impacta diretamente na experiência do estudante, é composto por vários atributos, dentre eles a formação

integral, pensando na completude do ser, e a pastoralidade como um elemento de espiritualização e evangelização;

- c) **Formação Integral:** a formação integral é entendida como um conjunto de ações educativas que promovem o desenvolvimento da pessoa (criança, jovem e adulto) em todas as suas dimensões, envolvendo os aspectos emocional, espiritual, cultural, físico, intelectual, psíquico e social. Requer a compreensão de que a Educação deve promover o crescimento para além da dimensão intelectual, proporcionando o aperfeiçoamento de toda a pessoa e de todas as pessoas. Por esse motivo, na Educação integral defendida e oferecida pelas instituições educacionais do Grupo UBEC, a aprendizagem não se dá apenas na sala de aula e nem só com a presença direta do professor/educador. Ela acontece nos diversos e múltiplos espaços e situações em que os estudantes/educandos vivenciam, por meio de experiências, formas e várias linguagens;
- d) **Excelência em Gestão:** elemento que envolve diversas práticas e resultados associados à produtividade, qualidade educacional, assegurado pelo uso eficiente dos recursos do Grupo.

2.3.2 Universidade Católica de Brasília

A Universidade Católica de Brasília (UCB), mantida pela União Brasileira de Educação Católica (UBEC), é regida pela legislação pertinente em vigor, pelos Estatutos da Mantenedora, no que couber, por seu Estatuto, pelo Regimento Geral e por atos normativos internos.

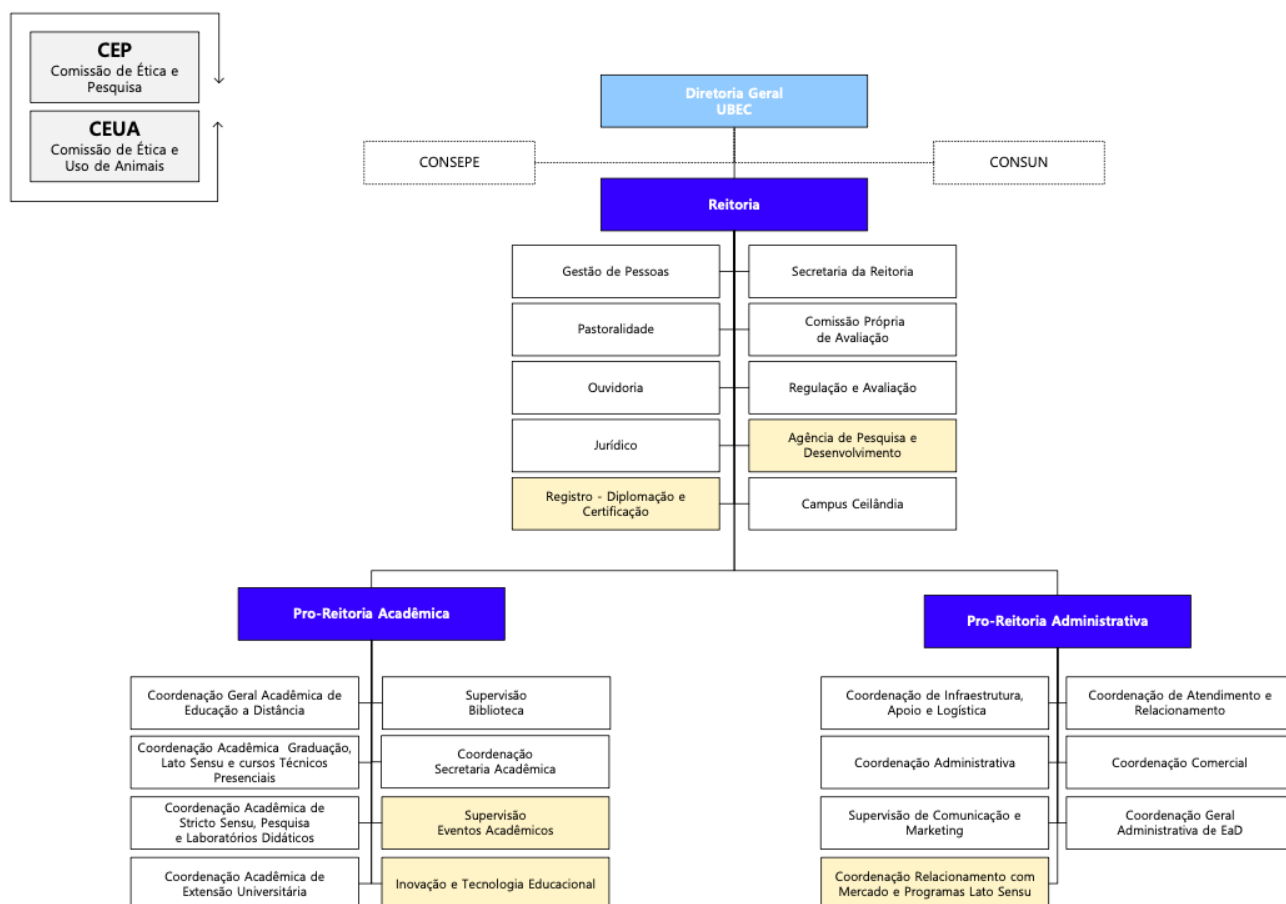
QUADRO 02 – Dados da UCB

Mantida:	Universidade Católica de Brasília – UCB						
End.:	QS 07 – Lote 1 – EPCT						
Bairro:	Águas Claras	Cidade:	Taguatinga	CEP:	71966-700	UF:	DF
Fone:	(61)3356 9000						
Site:	http://www.UCb.br						

Fonte: UBEC

A UCB goza de autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, dentro dos limites fixados pela legislação federal e por seu Estatuto, adotando o seguinte modelo organizacional:

ORGANOGRAMA 01 – Estrutura UCB



Fonte: UBEC

Toda a gestão da UCB, conforme apresentada no organograma acima, orienta-se pelos princípios cristãos e pauta sua atuação no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, tendo como finalidades: formar cidadãos e profissionais conscientes e competentes; promover a Educação cristã pelo diálogo entre razão e fé, integrando os diversos ramos do saber, tendo como compromisso a busca da verdade; incentivar o exercício da justiça, o fortalecimento da sociedade humana, a compreensão e promoção dos direitos e deveres da pessoa; promover a evangelização da cultura; desenvolver ensino de qualidade; promover a pesquisa científica, tecnológica, filosófica, teológica e cultural em geral, bem como as atividades de Educação continuada; desenvolver atividades de extensão, colocando à disposição da comunidade os resultados

das atividades de ensino e pesquisa, mediante cursos e serviços especiais; colaborar com entidades públicas e privadas na busca de um modelo integrado de desenvolvimento, fundado no respeito e na assimilação dos valores culturais, sem perder de vista a formação da consciência crítica para o exercício da cidadania, bem como o caráter universal do saber.

A história da UCB está ligada à própria organização da UBEC, em 1972, graças à iniciativa de diretores de Colégios Religiosos de Brasília, sob a liderança do Padre José Teixeira da Costa Nazareth. Em um primeiro momento, foi criada a instituição responsável por manter a futura Universidade Católica de Brasília, a União Brasileira de Educação Católica. Logo em seguida, foi criada a Faculdade Católica de Ciências Humanas (FUCH), em 1974, como primeira unidade de ensino.

O registro em cartório da Ata da Assembleia, Estatuto e Posse da 1ª Diretoria, realizado no dia 12 de agosto de 1972, oficializou o grupo de Diretores de Escolas Católicas de Brasília na fundação da UBEC - sociedade civil de direito privado e objetivos educacionais, assistenciais, filantrópicos e sem fins lucrativos -, cujo principal objetivo foi criar, na cidade de Brasília, uma Universidade Católica. Eram cerca de dez congregações, todas com mais de 100 anos de experiência internacional em Educação.

Daquelas instituições iniciais, permaneceram seis associadas à frente da UBEC. A primeira unidade, a Faculdade Católica de Ciências Humanas (FUCH), foi sediada provisoriamente no Plano Piloto de Brasília, tendo início em 12 de março de 1974, com os cursos de Economia e Administração de Empresas, que funcionaram no Colégio Sagrado Coração de Maria, e com o curso de Pedagogia, cujas aulas ocorreram no Colégio Marista, na região administrativa de Taguatinga. Nos anos de 1980, duas outras Faculdades: a Faculdade Católica de Tecnologia e a Faculdade de Educação reuniram-se à FUCH. Nessa época, alteraram-se Estatutos e Regimentos, em razão da nova realidade conjuntural, permitindo uma estrutura de ensino coerente e adequada à sua própria expansão, sendo então instaladas as Faculdades Integradas da Católica de Brasília (FICB).

Os cursos na área de Educação, de capacitação dos docentes da Secretaria de Educação do DF e a Graduação na área de Ciência e Tecnologia foram priorizados, levando-se em conta o conhecimento, experiências históricas

e proposições das FICB nessa área. A criação da Faculdade Católica de Tecnologia, reunindo os cursos de Ciências (Matemática, Física, Química e Biologia) e o Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, mostrava a expansão gradativa e segura da Católica. Em março de 1985, o *campus*, posteriormente denominado *campus I*, em Taguatinga, foi inaugurado com o primeiro prédio, hoje denominado São João Batista de La Salle. Em 1987, a Instituição oferecia cursos de Graduação tais como o de Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Filosofia, Física, Letras, Matemática e Química, com opções em licenciatura e bacharelado, além de cursos de Pós-Graduação.

O desenvolvimento das FICB confirmava as possibilidades dos trabalhos acadêmicos consolidando os objetivos, as diretrizes de ação e as metas na elaboração do projeto para o reconhecimento das FICB como Universidade. Uma das ações necessárias para isso foi a implantação do Curso de Mestrado em Educação, cujas atividades começaram em 1994.

De acordo com a Portaria nº 1.827, de 28 de dezembro de 1994, a Católica foi reconhecida pelo Ministério da Educação e do Desporto como Universidade Católica de Brasília (UCB) e, no dia 23 de março de 1995, foi oficialmente instalada em seu *campus I*, em Taguatinga. Na ocasião, o Chanceler, Irmão Gentil Paganotto, teve a atribuição de nomear o Reitor, Padre Décio Batista Teixeira e entregar a Universidade à comunidade. Durante a gestão do Padre Décio, a UCB contava com 377 professores, 6.990 estudantes e 488 funcionários administrativos. Esse considerável corpo acadêmico ajudou o Reitor a superar as inúmeras dificuldades no processo de organização da Universidade.

Esse momento marca o início das edificações que hoje totalizam 112.460 m² de área construída nos *campi* da UCB, com prédios modernos e funcionais. De março de 1995 até 1998 existiam na UCB 20 cursos de Graduação e 24 cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (destes, 04 cursos na modalidade a distância), além de 03 cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*. Acompanhando esta linha de planejamentos bem estruturados, consolidou-se a Pós-Graduação *stricto sensu*, acompanhada da implantação de outros cursos de mestrado, como: Economia (1998), Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação (1998), Psicologia (1999), Educação Física (1999), Planejamento e Gestão Ambiental (2000), Ciências Genômicas e Biotecnologia (2000), Direito

(2003), Gerontologia (2005). A expansão do *stricto sensu* se fortaleceu com a criação dos cursos de doutorado em Educação, Psicologia, Educação Física, Gerontologia, Ciências Genômicas e Biotecnologia.

2.3.2.1 Missão

A Universidade Católica de Brasília tem como missão promover Educação integral e compromisso social com valores humanos e cristãos para servir à sociedade.

2.3.2.2 Princípios institucionais

A Universidade Católica de Brasília faz parte da rede brasileira e mundial de Instituições de Educação Católica e traz em si a marca do compromisso em promover processos educativos que contribuam para a construção da dignidade da vida. Nesse sentido, professa e se compromete, diante da comunidade humana, a seguir os seguintes princípios fundantes:

- a) o sentido cristão da existência humana, a valorização da vida em todas as suas formas, o respeito à dignidade da pessoa humana e à liberdade pessoal, a busca da verdade e do transcendente e o relacionamento da pessoa humana consigo mesma, com os outros, com o mundo e com Deus;
- b) o confronto, no diálogo entre a fé e a cultura, de critérios e itinerários culturais e religiosos diferentes;
- c) a competência no Ensino, em todos os seus níveis e modalidades;
- d) a construção da comunidade, pelo testemunho solidário do convívio fraterno e da corresponsabilidade;
- e) a formação da consciência e do agir cristãos no âmbito social, para a consolidação da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e fraterna;

- f) a busca constante da eficiência e da eficácia na gestão acadêmica, administrativa e financeira, de acordo com o modelo de Governança Corporativa, assumido pela UBEC;
- g) a formação da consciência em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável;
- h) gestão pautada na transparência, equidade e conformidade;
- i) unidade de patrimônio e de administração;
- j) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- k) racionalidade de organização para a utilização máxima dos meios disponíveis, vedada a duplicação de recursos para a realização de objetivos idênticos ou equivalentes;
- l) corresponsabilidade de todos os envolvidos na busca da realização dos objetivos da Universidade;
- m) flexibilidade de métodos e critérios com vistas às diferenças individuais dos estudantes, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa e de extensão;
- n) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano, estudadas em si mesmas ou em razão de ulteriores aplicações em áreas técnico- profissionais.

São princípios que acompanham todo o fazer educativo da UCB, a saber:

- a) Pastoralidade: A UCB é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, conforme a natureza de uma Universidade, mas é também uma comunidade educativa confessional. Assim, tem sua referência numa experiência de fé, por meio da qual busca ser fermento evangélico no mundo social. Daí a importância de compreender a pastoralidade como o primeiro princípio estruturante da instituição;
- b) Extensionalidade: O princípio da extensionalidade, sob essa ótica, é valor epistemológico, ético e político buscado pela Instituição no seu processo educativo. Esse valor perpassa, transversalmente, as atividades de ensino-aprendizagem, visando oferecer condições para a geração de competências científicas, profissionais e humanas no

mundo do trabalho e em todos os espaços onde a vida pode acontecer;

- c) Sustentabilidade: Entre os diversos segmentos que compõem a sociedade estão as instituições de Educação superior, colaboradoras importantes por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na construção de um conhecimento compatível com a sustentabilidade do desenvolvimento, bem como com a equidade, o equilíbrio e a conservação do planeta e da humanidade. A sustentabilidade pode tornar-se um princípio da instituição à medida que pautar o seu processo de ensino e de aprendizagem, considerando, dentre outros, o aspecto ecológico, econômico, ecumênico, educacional e ético;
- d) Indissociabilidade: As atividades do ensino, da pesquisa e da extensão são tempos, espaços e processos de aprendizagem, em vista da formação do educando e da transformação social. Para tanto, a Universidade precisa constituir-se, cada vez mais, numa comunidade de aprendizes onde se desenvolvem os talentos, as competências e as habilidades necessárias para a formação pessoal, profissional e social. A atitude aprendente é, portanto, o elemento integrador das diversas formas de produção e comunicação do conhecimento. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é, acima de tudo, um princípio pedagógico e político que permeia todas as ações que são realizadas na Universidade. Assim, em cada ação realizada, devem estar presentes: o princípio do ensino como processo de autonomia na aprendizagem; o princípio da pesquisa como processo de autonomia da investigação científica; o princípio da extensão como autonomia na ética e na relevância social do conhecimento.

2.3.2.3 Valores institucionais

Os valores e os princípios norteadores da existência da UCB estão em consonância com a proposta da sua fundação, com os pilares básicos

ideológicos defendidos por sua Mantenedora e com o papel social de uma Universidade.

Valores:

- Humanismo solidário;
- Espiritualidade;
- Ecologia integral;
- Gestão compartilhada;
- Ética;
- Inovação com percepção.

Para o cumprimento dos valores institucionais a UCB empenha suas forças com foco em valores indispensáveis e necessários à sociedade, alinhados à visibilidade pública da Igreja Católica, quais sejam:

- a) Ser testemunho da Igreja na sociedade;
- b) Ser espaço dinâmico de encontro e tensão entre experiência de fé e saber científico, em contínua busca de sentido;
- c) Cumprir sua responsabilidade sociopolítica conforme as orientações da Igreja;
- d) Pronunciar-se com competência sobre questões político-econômico-sociais, tendo presentes princípios ético-religiosos;
- e) Prestar serviços à Igreja e à Sociedade;
- f) Como comunidade educativa católica:
 - atender a todos os estudantes, sejam quais forem suas convicções;
 - ser, para todos, lugar de experiência religiosa; de estímulo à busca do transcendente; de apresentação da proposta cristã sem proselitismo;
 - proporcionar aos estudantes um ambiente favorável para o cultivo de sua identidade e a formação de lideranças cristãs, sendo um lugar de síntese entre fé e razão, sempre em espírito ecumênico, no sentido mais amplo do termo.
 - Como Universidade:
 - testemunhar e construir comunhão e fraternidade na comunidade acadêmica e estendê-las à comunidade local;

- ter presentes, em suas opções, as necessidades das classes populares;
- respeitar a diferença e propiciar o crescimento dos integrantes da comunidade acadêmica;
- oferecer, à sociedade e à Igreja, profissionais com fundamentada formação ética, cultural, tecnológica e científica.

2.3.2.4 Coordenação de pastoralidade

A Universidade Católica de Brasília (UCB), como um espaço de acolhida, evangelização e Educação na fé, dedica atenção especial aos universitários, docentes e colaboradores, disponibilizando momentos para celebração da vida, reflexão pastoral, vivência dos valores do Reino, ação evangelizadora no meio acadêmico e comunidade externa. E como instrumento para viabilizar essa missão, concretizando os valores e os princípios institucionais, o setor de Coordenação de Pastoralidade dispõe de espaços para a comunidade educativa desenvolver e valorizar a dimensão mística e espiritual em nossas vidas.

A pastoralidade tem seu fundamento no cuidado e no serviço das pessoas, como espiritualidade que inspira, permeia e norteia todas as ações e decisões institucionais, sendo uma dimensão que abarca a totalidade da Instituição, o complexo das suas atividades e o conjunto das pessoas que a compõem. Neste sentido, toda a comunidade acadêmica é convidada a: fazer parte dessa ação que se realiza no cotidiano da vida universitária para construir espaços e momentos celebrativos, reflexivos, meditativos e orantes; ajudar no planejamento de ações pastorais; dar sugestões para aperfeiçoar as já existentes e a criação de novas atividades de vivência da espiritualidade; e promover o diálogo entre fé, cultura, ciência, sustentabilidade ambiental nos processos educativos em que está inserido e assim contribuir para a efetividade do Reino de Deus em nossas vidas.

Assim, a pastoralidade é o DNA que irrigará toda a vida universitária em todas as suas dimensões, sejam elas pedagógicas, administrativas, financeira, educacional, pastoral e as relações humanas. Tendo esse norte, a UCB

apresenta a Coordenação de Pastoralidade como o setor responsável por animar, promover e provocar as ações pastorais no ensino, pesquisa e extensão, extrapolando os muros do Câmpus e irradiando energias de um novo Sol para toda a sociedade.

2.3.2.5 Visão de futuro

Universidade Católica de Brasília será uma instituição de referência na excelência acadêmica e na geração do desenvolvimento sustentável. A visão Institucional é ter até 2027, crescimento sustentável alinhado a uma experiência inovadora de formação integral e à excelência em gestão.

Para a consecução dessa visão de futuro a UCB desenhou objetivos estratégicos com base nas perspectivas de crescimento e na consolidação desta Universidade como referencial de qualidade no Ensino Superior, dentro do cenário local, regional e nacional, bem como pelas diretrizes de sua mantenedora.

A UCB estabeleceu também alguns projetos como balizadores e prioritários para o seu desenvolvimento, bem como a sua correlação entre futuras metas e ações. Esse processo contará com uma avaliação permanente e ajustável, em função de um conjunto de fatores internos e externos inter-relacionados.

Os projetos têm por finalidade apresentar os principais elementos que compõem o processo de revitalização do modelo de gestão da Universidade Católica de Brasília e estabelecer os pilares do planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento do Projeto de Universidade.

3 CONTEXTO DO CURSO DE PSICOLOGIA

A profissão de Psicólogo foi regulamentada no Brasil em 1962 (lei 4.119 de 27 de agosto de 1962), mesmo ano em que foram fixados, oficialmente, pela primeira vez no país, o currículo mínimo e a duração dos cursos de Psicologia (Resolução de 19 de dezembro de 1962 do Conselho Federal de Educação), com o objetivo de garantir direitos de exercício profissional.

Em 1995, passados 32 anos de regulamentação da profissão, a comissão de especialistas do MEC, composta por Mariza Monteiro Borges (UnB - Presidente), Antônio Virgílio Bittencourt Bastos (UFBA) e Yvonne Alvarenga G. Khouri (PUC-SP), apontou que a experiência acumulada até então não havia produzido reformas na estrutura do currículo mínimo, o qual refletia a psicologia produzida e praticada em tempos pretéritos. À época então, esta comissão elaborou, um documento (A formação em psicologia: contribuições para a reestruturação curricular e avaliação dos cursos) cujo objetivo era organizar ideias preliminares para nortear o processo de formação e avaliação curricular. Foram então configuradas 10 diretrizes, com sugestões de implementação, assim apresentadas: garantir uma formação básica pluralista e sólida; garantir uma formação generalista; garantir uma formação interdisciplinar; preparar o psicólogo para uma atuação multiprofissional; assegurar uma formação científica, crítica e reflexiva; permitir uma efetiva integração teoria-prática; buscar o compromisso com o atendimento das demandas sociais; garantir que o compromisso ético permeie todo o currículo; romper com o modelo de atuação tecnicista e precisar as terminalidades dos cursos de psicologia.

Em consonância ao movimento nacional à época, que primava pela necessidade de investimento na formação em Psicologia com responsabilidade ética e compromisso com novas demandas sociais, a Universidade Católica de Brasília, no ano de 1996 instituiu uma comissão formada pelas professoras Marta Helena de Freitas, Maria Aparecida Penso, Deise Matos do Amparo e Cleusa Mirândola, com consultoria da Professora Thereza Pontual de Lemos Mettel, para elaborar o projeto de implantação do curso de Psicologia. A Comissão, atenta às discussões que vinham ocorrendo em nível nacional a respeito da formação em psicologia, elaborou, entre os meses de outubro de 1996 e março de 1997 o projeto do Curso, já incorporando ao mesmo, parte das diretrizes

esboçadas no documento referente à formação em Psicologia elaborado pela comissão de especialistas do MEC.

Destaca-se que desde 1997 (com a edição da Resolução CNS nº 218) o Conselho Nacional de Saúde reconhece o psicólogo como um profissional de saúde de nível superior e, portanto, comprometido com a consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS, com a importância da ação interdisciplinar no âmbito da saúde; bem como com o reconhecimento da imprescindibilidade das ações realizadas pelos diferentes profissionais no que concerne à concepção de saúde e a integralidade da atenção.

Em 11/03/97, o projeto de implantação do curso de Psicologia da UCB foi apresentado ao CONSEPE que emitiu parecer favorável à implantação do curso. A decisão do CONSEPE foi homologada pelo CONSUN em sua Resolução nº 03/97 de 12.03.97. Em 05/06/97, a Universidade, cumprindo o disposto na Portaria Ministerial/ MEC nº 531, de 10 de abril de 1997, e apoiada no Decreto Presidencial nº 2.207, de 15 de abril de 1997, encaminhou à Secretaria de Educação Superior - SESU/MEC o Projeto de Instalação do Curso de Psicologia. O referido projeto, após o protocolo no MEC e considerando o reconhecimento dos psicólogos como categoria profissional de saúde de nível superior, foi encaminhado ao Conselho Nacional de Saúde, que entendeu ser inviável o atendimento ao pleito da UCB, alegando não haver necessidade social para implantação de novos cursos de Psicologia no país naquele momento.

Devolvido à Secretaria de Educação Superior do MEC "com vistas à Comissão Interinstitucional de Avaliação", o processo foi avaliado pela Comissão de Especialistas de Ensino de Psicologia daquela Secretaria. A Comissão esteve reunida em 28 de janeiro de 1998, analisou a proposta e concluiu que o projeto apresentava elevada qualidade técnica, no que diz respeito à concepção geral e aos princípios norteadores da formação a ser oferecida. A infraestrutura da UCB foi considerada apropriada e o plano de expansão da mesma, que incluía as condições necessárias para abarcar o Curso de Psicologia, também foi considerado adequado. Fundamentados na análise realizada, de acordo com os padrões de qualidade propostos para a área, os especialistas manifestaram-se favoráveis à implantação do curso, mediante o Parecer DEPES/SESU nº 128/98. Desta forma, o projeto de implantação do Curso de Psicologia na UCB foi aprovado pelo MEC e homologado pelo Ministro em 06.03.98, com publicação

no Diário Oficial de 10.03.98, pág. 5. Deste modo foi autorizada pelo MEC a abertura do terceiro curso de Psicologia do DF.

Por decisão do Magnífico Reitor à época, foi realizado vestibular especial nos dias 21 e 22 de março de 1998, o que viabilizou o ingresso da primeira turma de estudantes do novo curso de Psicologia na UCB.

O curso foi reconhecido, pelo período de quatro anos, por portaria ministerial Nº 705 de 13 de março de 2002, publicado no Diário Oficial da União, Nº 50 de 14 de março de 2002, tendo obtido conceito global “bom”. Em fevereiro de 2002 foi realizada a primeira reformulação do Projeto Pedagógico do curso (Resolução CONSEPE Nº 13/2002, de 24/06/2002), com a extinção das habilitações para bacharelado e licenciatura, em consonância com as discussões vigentes relativas à criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, posteriormente aprovadas e instituídas com a publicação da Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004. A nova legislação unificou as habilitações numa única – Bacharelado em Psicologia.

Desde então, o projeto pedagógico do curso tem sido acompanhado e avaliado internamente pela Coordenação e NDE do Curso e, quando necessário, passa por reformulações, devendo caracterizar-se com um instrumento dinâmico e ajustado às novas demandas sociais, às exigências do MEC/INEP e às perspectivas institucionais.

No ano 2005 o curso, até então ofertado nos turnos matutino e vespertino, passou a ser oferecido também no turno noturno (Resolução CONSEPE nº 30/2004 de 26/08/2004). No ano de 2006 o curso foi avaliado para fins de renovação de reconhecimento e obteve parecer favorável (Portaria Ministerial Nº 251 de 19 de junho de 2006) e alcançou conceito “Muito Bom” (CMB) nos indicadores referentes ao corpo docente e às instalações e conceito “Bom” (CB) quanto à organização didático-pedagógica; com indicação de adequação do Projeto Pedagógico às novas Diretrizes Curriculares Nacionais (homologadas em 2004). Em agosto do mesmo ano o fluxo curricular do curso passou por nova reformulação (Resolução CONSEPE nº 40/2005 de 31/08/2005), com a implementação dos Estágios Básicos e reorganização dos Estágios Supervisionados Específicos conforme as Ênfases Curriculares do Curso.

Em 2007, a Pró-Reitoria de Graduação propôs que todos os cursos de graduação da UCB reformulassem, simultaneamente, seus projetos pedagógicos, com os seguintes objetivos: atender à demanda institucional de padronização da estrutura dos Projetos Pedagógicos dos cursos; garantir maior coerência entre o Projeto Pedagógico e os documentos institucionais (PPI e PDI); garantir maior ajuste às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos, em especial no caso do curso de Psicologia; fortalecer e consolidar áreas afins de conhecimento, a exemplo da área de Ciências da Vida. Em especial, essa proposta institucional beneficiava o curso de Psicologia na medida em que possibilitou reorganizar a proposta original de Estágio Básico; delimitar e fortalecer as Ênfases curriculares que orientavam os Estágios Específicos e, de forma ampla e aprofundada, realinhar todo o fluxo curricular da formação em Psicologia conforme as novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Em outubro de 2007 o novo projeto pedagógico do curso de Psicologia foi apresentado à Câmara de Graduação que emitiu parecer favorável à implementação do mesmo (Resolução CONSEPE no. 074/07 de 22/11/2007). Em novembro do mesmo ano, todos os estudantes regulares até o 8º semestre migraram do currículo vigente para o novo currículo. Em 2008 teve início uma discussão institucional no sentido de que todos os cursos passariam por uma revisão crítica de seus projetos pedagógicos no sentido da proposição dos ajustes necessários. Em novembro de 2009 o novo projeto foi submetido à Câmara de Graduação e obteve parecer favorável, com indicação de sua implantação imediata para os estudantes ingressantes no primeiro semestre de 2010 e migração de todos os estudantes regulares até o 7º semestre no segundo semestre daquele mesmo ano.

No ano de 2009, porém (Parecer CNE/CES nº 338 aprovado em 12 de novembro de 2009) foi indicada a necessidade de alteração no Art. 13º das DCN o que ensejou a reedição das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia com a publicação da Resolução CNE/CES nº 5 de 15 de março de 2011. Cumpre destacar que as Diretrizes definem em seu Art. 3º que “O Curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação do psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia” indicando na sequência os princípios que devem organizar e direcionar a formação do profissional psicólogo incluindo a formação

complementar para professores de Psicologia (Art. 13 da Resolução CNE/CES nº 5 de 15 de março de 2011).

Observa-se, a partir das novas diretrizes, que o cenário para a profissão de psicólogo começa a ser reconhecido pelo potencial de transformação e ampliação de perspectivas num movimento de revisão e reformulação de parâmetros formativos do psicólogo brasileiro. Fundamentalmente, as diretrizes orientam que a proposta do curso articule as habilidades e competências considerando os seguintes eixos norteadores:

Fundamentos epistemológicos e históricos.

Fundamentos teórico-metodológicos.

Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional.

Fenômenos e processos psicológicos.

Interfaces com campos afins do conhecimento.

Práticas profissionais.

A proposta das novas Diretrizes da formação em Psicologia dialogava à época com a proposta institucional de organização dos cursos da Área de Ciências da Vida na UCB, de forma coerente com a Missão da Universidade e com o perfil desejado do egresso, considerando que o objetivo maior era a formação de pessoas capazes de compreender, analisar, criticar e intervir nos diversos contextos de inserção profissional, de forma competente, humana e ética. Na apresentação da dinâmica de formação em Psicologia, proposta pela trajetória do Curso na UCB, percebe-se sua estreita relação com a missão institucional e com o tripé de sustentação universitária, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão. Com a dedicação ao reconhecimento, investigação, promoção da saúde em diferentes contextos e processos de desenvolvimento humano e social, o Curso de Psicologia na UCB tem, de forma contínua, se comprometido com a atuação profissional pautada em sólidas bases éticas. Estas bases são construídas na interação entre o conhecimento teórico e as práticas realizadas nos espaços comunitários e institucionais. Nestes contextos, evidencia-se a necessidade dos futuros psicólogos se posicionarem de forma coerente com uma atuação solidária, com elementos teóricos e técnicos capazes de auxiliar no desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade em geral.

Também, dentro das premissas que sustentam a missão da UCB, o curso de Psicologia da UCB tem valorizado em sua trajetória a construção do

conhecimento de acordo com os parâmetros da responsabilidade social, demarcando os espaços fundamentais de troca e partilha com todos os atores envolvidos nas pesquisas, projetos, programas de intervenção, práticas de extensão e atividades de ensino. Tem valorizado a realização de atividades acadêmicas que se traduzem em serviços e ações em prol de indivíduos e comunidades visando contribuir para o crescimento pessoal, comunitário, institucional, familiar e social, valorizando o ideal de construção da verdade em dimensões críticas e transformadoras.

No ano de 2014 a Pró-Reitoria de Graduação sofreu alterações na sua estrutura e a proposta das Áreas do conhecimento que até então agrupavam os cursos de graduação e os programas de pós-graduação por áreas afins foi substituída pelo modelo de Escolas. Tal mudança tinha como objetivo principal: oferecer um ensino de qualidade articulado com o desenvolvimento da tríade universitária ensino, pesquisa e extensão, colocando-se a serviço da comunidade. Às Escolas coube então a organização do processo de reformulação acadêmica, por meio do contínuo diálogo entre os diferentes atores da comunidade acadêmica (discentes, docentes, gestores e colaboradores administrativos) e o mercado de trabalho, em busca da compatibilização das necessidades identificadas com as diretrizes fornecidas pela mantenedora.

Nesse interim o curso de Psicologia, até então agrupado à Área de Ciências da Vida, foi inserido na estrutura da Escola de Saúde, à época identificada como Escola de Saúde e Medicina. A proposta de organização dos cursos no contexto da Escola de Saúde e Medicina coadunava com a proposta institucional de reconhecer como uma responsabilidade coletiva a formação integral dos estudantes, comprometendo-se assim com a qualidade científica e profissional dos egressos, apostando no maior contato entre os cursos das mesmas áreas e entre as diferentes áreas, com o desenvolvimento de projetos que pudessem ser configurados como multi, inter e transdisciplinar.

No contexto desta nova arquitetura institucional, o projeto pedagógico de todos os cursos vinculados à então Escola de Saúde e Medicina foram objeto de reformulação no ano de 2016 no intuito de contemplar um novo modelo acadêmico. A proposta em questão articulava a formulação de políticas institucionais da Escola com a proposta de uma formação baseada no desenvolvimento de habilidades e competências para proporcionar atenção à

saúde, de acordo com os princípios da integralidade, universalidade e equidade, em diálogo com os princípios organizativos e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Cumprir destacar que o Curso de Psicologia da UCB, integrando à época a Escola de Saúde e Medicina, seguiu investindo num modelo pedagógico diferenciado, cujo principal objetivo segue sendo a formação integral e ajustada às necessidades da sociedade brasileira, em especial no que diz respeito ao sistema de saúde, priorizando iniciativas de promoção da saúde dos indivíduos e das comunidades. Essa interface com os demais cursos da área da Saúde, no entanto não inviabilizou a constante troca e interface do Curso de Psicologia com outras áreas do conhecimento e formação. Sendo assim, foi preservada a articulação com as demais Escolas que compunham a estrutura organizacional da UCB e em especial a Escola de Educação, a Escola de Humanidades e Direito e a Escola de Gestão e Negócios.

No intuito de buscar a atualidade e relevância dos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos, (conforme previsto no PDI da UCB-2013-2017), O Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia passou por uma nova reformulação considerando as premissas definidas pela então gestão da Universidade e registradas no documento intitulado “Diretrizes Institucionais para atualização dos PPC e matrizes curriculares 80/20”. Tais premissas visavam consolidar uma identidade institucional e ao mesmo tempo resguardar as necessidades e especificidades das respectivas áreas do conhecimento. Sendo assim, entendeu-se como necessária a renovação da proposta do curso de Bacharelado em Psicologia de forma a contemplar não apenas as novas premissas institucionais, mas também atualizar a proposta do curso quanto à formação em Psicologia a partir dos novos pressupostos, princípios e diretrizes comuns para a graduação na área de saúde editados na Resolução nº 569 de 8 de dezembro de 2017.

No contexto da especificidade da formação em Psicologia, tornava-se imperativo o ajuste da estrutura curricular da UCB ao delineamento proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais atuais (Resolução CNE/CES nº 5/2011) para a formação em Psicologia que em seu Art. 4º indica a necessidade de que a formação tenha por objetivos gerais dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício de competências e habilidades gerais.

Registra-se então que no ano de 2020, a partir da edição das “Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação do Grupo UBEC” editadas pela mantenedora da UCB, uma nova adequação no PPC do curso fez-se necessária, com o objetivo do compartilhamento e maior unidade quanto à organização curricular das Unidades de Missão da União Brasileira de Educação Católica – UBEC. Registra-se que tal reformulação visava preservar o compromisso institucional com a promoção do “desenvolvimento integral da pessoa e o exercício da cidadania responsável, engajada e comprometida com os valores humanos, éticos e cristãos, visando à transformação da sociedade.”

Considerando o contexto dinâmico do processo de formação profissional, em especial em Psicologia, registra-se que no ano de 2018 teve início um movimento nacional com vistas à revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia. Tal movimento contou com a mobilização e participação ativa de integrantes do Sistema Conselhos (Conselho Federal de Psicologia e respectivos Conselhos Regionais), da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), além de psicólogos, docentes e estudantes em todo o território nacional. Este movimento foi responsável pela produção do documento intitulado “Ano da formação em Psicologia – 2018 Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia”. Registra-se que a partir de tal produção foi possível a consolidação de uma Minuta com as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Cumpre destacar que a minuta proposta foi avaliada e validada pelo Conselho Nacional de Saúde (Resolução CNS 597 de 13/09/2018) e pela Câmara de Educação Superior (Parecer CNE/CES nº 1.071 de 04/12/2019 e Parecer CNE/CES nº 179 de 17/02/2022), estando atualmente no aguardo da homologação definitiva do Ministério da Educação.

Neste interim e a partir das discussões realizadas no âmbito das novas diretrizes curriculares, assim como de novas diretrizes acadêmicas definidas no âmbito da UCB e de sua mantenedora, uma nova matriz curricular foi reconfigurada no ano de 2022 no âmbito da UCB e especificamente do Curso de Psicologia. Esta nova proposta visa contemplar, de forma harmônica e equilibrada, as diretrizes da DCN vigente, as propostas de mudança necessárias conforme a minuta das novas DCNs, os novos normativos e orientações do

SINAES e as diretrizes institucionais do Grupo UBEC. O resultado deste processo culmina na proposta atual configurada no presente Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Brasília. Apresenta-se a seguir quadro síntese com as informações acerca das atividades do Curso de Psicologia da UCB.

Denominação do Curso:	Bacharelado em Psicologia	
Modalidade:	Educação Presencial	
Endereço de Oferta:	QS 07, EPCT LOTE 01 Universidade Católica de Brasília	
Regime de matrícula:	Semestral	
Tempo de integralização	10 semestres	
Situação Legal do Curso	Autorização:	Reconhecimento:
Documento	PM nº 208 de 06/03/1998	P.M. Nº 271 de 03/04/2017 Renovação de reconhecimento do curso. Vinculado ao ciclo avaliativo
Nº Documento	Resolução CONSUN nº 03 de 12/03/1997	201707206 (E-MEC)
Data Documento	06/03/1998	03/04/2017
Data da Publicação	10/03/1998	04/04/2017
Nº Parecer/Despacho	Parecer DAPES/SESU 128/1998	

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Em relação especificamente ao curso de Psicologia, a organização didático-pedagógica responde às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia atualmente em vigência, instituídas com a publicação da Resolução nº 5 de 15 de março de 2011, publicada no DOU em 16 de março de 2011, a qual orienta sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste curso (Art. 2º).

A proposta de reorganização do Curso de Psicologia da UCB fundamenta-se numa estrutura curricular que prioriza a inovação e o uso de metodologias ativas de aprendizagem que segundo as Diretrizes definidas pela UBEC visam proporcionar “a criatividade, o protagonismo, a autonomia, a experiência colaborativa e a centralidade do estudante, mediadas por tecnologias digitais de informação e comunicação que estimulem a aprendizagem autodirigida”.

A nova estrutura curricular está organizada por competências que configuram diferentes unidades curriculares flexíveis o suficiente para o desenvolvimento acadêmico aliado à aprendizagem significativa, com base nas habilidades socioemocionais e no perfil de egresso desejado. O objetivo maior

dessa proposta deve ser a formação integral do estudante aliada à formação de uma identidade profissional coerente e comprometida socialmente.

A carga horária total do curso é de 4.000 horas/aula, com tempo mínimo de 10 e máximo de 20 semestres para integralização curricular, conforme definido na Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

A formação em Psicologia ofertada pela Universidade Católica de Brasília – UCB fundamenta-se nos princípios e compromissos expressos no texto da DCN, quais sejam:

I - construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia; II - compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais; III - reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico; IV - compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão; V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades; VI - respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia; VII - aprimoramento e capacitação contínuos. (Art. 3º da DCN/2011)

Toda a proposta de formação em Psicologia da UCB está fundamentada no reconhecimento do valor das áreas tradicionais de atuação do profissional psicólogo (escolar, clínica e organizacional) mas também na necessidade da inserção de psicólogos em novos campos de atuação, a exemplo da atuação junto à formulação e implementação de políticas públicas e situações de emergências. As necessidades sociais atuais demandam uma formação fundamentada na inclusão de conhecimentos e contextos práticos representativos da diversidade dos campos de atuação do profissional psicólogo e também de práticas mais comprometidas com as condições e necessidades da população brasileira.

4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ÂMBITO DO CURSO DE PSICOLOGIA

A UCB, atenta ao Art. 207 da Constituição (1988), atua com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A organização didático-pedagógica do curso de Psicologia da UCB é estabelecida e atualizada a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2023-2027), levando em consideração os aspectos regulatórios, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais, no caso do curso, a Resolução nº CNE/CES 05 de 15/03/2011. A implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão tem foco na promoção do desenvolvimento integral da pessoa, da competência para o exercício profissional comprometido com a ética e com a aprendizagem contínua e do exercício da cidadania responsável, engajada e comprometida com os valores humanos e cristãos, visando à transformação da sociedade. As estratégias adotadas pela Universidade trazem a inovação como característica principal, sendo oferecida à comunidade acadêmica opções estratégicas do modelo acadêmico-pedagógico, a saber:

- a adoção da Educação híbrida como forma de estímulo à autonomia intelectual, ao protagonismo, à autoria, ao trabalho colaborativo e ao desenvolvimento de competências relacionadas ao uso qualificado de recursos tecnológicos e informacionais;
- a atenção ao desenvolvimento de conhecimentos de forma inter, multi e transdisciplinar.
- a inserção de 03 componentes curriculares relacionadas ao Programa Propósito de Vida (PPV) possibilitando, dentre outros aspectos, a reflexão necessária acerca do projeto de vida individual e de seu impacto pessoal, profissional e social;
- o cuidado com formação integral e humanística, revelado nos componentes curriculares do PPV, em componentes curriculares específicos, e em atividades e eventos acadêmicos diversos, realizados pela Universidade;
- o destaque às atividades de inserção social a partir de componentes curriculares dedicadas à realização e atuação em projetos de extensão;

- a diversificação curricular promovida pela carga horária destinada às atividades complementares, nas disciplinas optativas e, ainda, pela possibilidade de cursar componentes curriculares de forma eletiva;
- a atenção e o zelo pela formação profissional qualificada que podem ser observados no alinhamento das componentes curriculares específicas às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos, às macrotendências e demandas sociais e ao perfil de egresso definido;
- o compromisso com a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, que marca todas as práticas educativas promovidas na e pela Universidade.

Em destaque, a opção Institucional pela inovação se dá pelo uso de tecnologias e metodologias de aprendizagem ativas que possibilitam o desenvolvimento da criatividade, do protagonismo, da autonomia e da experiência colaborativa, revelando nas práticas educativas a centralidade do estudante e de sua aprendizagem, visando a formação integral que privilegia o autodesenvolvimento e o desenvolvimento da sociedade, comprometido com o respeito ao meio ambiente e com o transcendente.

A organização didático-pedagógica do curso de Psicologia da UCB contempla as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. Isso está explícito nos componentes curriculares escolhidos para compor a grade curricular do curso, e implícito nos Planos de Ensino desses componentes curriculares. As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, atualmente em vigor na UCB, estão implementadas no curso de Psicologia.

A estrutura curricular proposta atende aos aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total, com a previsão de horários protegidos para o estudo e ampla articulação da teoria com a prática.

Os conteúdos curriculares, além de possibilitarem de maneira excelente o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, são coerentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), com os objetivos do curso, e com as necessidades sociais. Os estudantes têm acesso de maneira transversal, em grande número de disciplinas, a conteúdos pertinentes às políticas de Educação

ambiental, de Educação em direitos humanos, Educação bilíngue (Libras – Português) e de Educação para as relações étnico-raciais.

Considerando que a Universidade visa o desenvolvimento da capacidade reflexiva e crítica em uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar, o curso busca implementar tais aspectos procurando possibilitar ao acadêmico o desenvolvimento de uma visão profunda e global sobre o ser humano, combinando os conhecimentos específicos das áreas técnicas com a abordagem de temas diversos. Portanto, o encadeamento dos componentes curriculares permite um arranjo em espiral e de complexidade crescente dos raciocínios utilizados para trabalhar os diversos componentes que compõem a matriz curricular. Assim, a reflexão advinda preliminarmente serve de base à consolidação da matriz, constituindo uma totalidade de inteligibilidade, estruturalmente harmônica, formando uma unidade aos participantes do processo de ensino-aprendizagem.

Englobando tudo isso, este PPC contribui com a missão da instituição, de promover a Educação integral e o compromisso social com valores humanos e cristãos para servir à sociedade. As grandes funções da Universidade são permanentemente enriquecidas e complementadas por uma vasta ação educativa, que envolve os diversos seguimentos da Instituição, propiciando, ao lado do desenvolvimento profissional, o crescimento da pessoa em todas as suas dimensões: social, ética, cultural, afetiva e humanitária. Baseando-se em princípios que assumem eixos transversais, sendo eles: pastoralidade, extensionalidade, sustentabilidade e indissociabilidade. Tais princípios estão instituídos no projeto pedagógico por meio das unidades curriculares, projetos de extensão, horas complementares, atividades práticas supervisionadas obrigatórias, entre outros.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a integração entre ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável é fundamentada no fazer acadêmico e conduz a mudanças no processo pedagógico por posicionar estudantes e professores como sujeitos ao ato de aprender, ao mesmo tempo em que possibilita uma democratização do saber acadêmico capaz de contribuir na transformação social.

Neste sentido, os elementos que formam a base do projeto pedagógico do curso estão em consonância com o PDI e com o PPI da UCB.

A formação em Psicologia possibilita a articulação e interface com várias outras áreas do conhecimento, tornando viável o compartilhamento de unidades curriculares, conforme a descrição abaixo:

Unidades curriculares compartilhadas pelo Curso de Psicologia com outras áreas de formação

COMPONENTE CURRICULAR	ÁREAS DE CONHECIMENTO EM COMUM
Saúde Coletiva	Demais cursos da Área da Saúde (Biomedicina, Educação Física, Farmácia, Fisioterapia, Gerontologia, Medicina, Nutrição, Odontologia).
Economia, Política e Sociedade	Psicologia
	Direito
	Relações Internacionais
Desenvolvimento ao Longo do Ciclo Vital	Psicologia
	Gerontologia
Ciência, Comunicação e Sustentabilidade	Todos os demais cursos da Universidade
Psicologia Organizacional e do Trabalho	Psicologia
	Administração
Toxicologia Clínica	Psicologia
	Farmácia
Psicologia Jurídica	Psicologia
	Direito

A articulação do Curso de Psicologia com as demais áreas de conhecimento confere a proposição de um modelo pedagógico diferenciado, cujo principal intento é a formação integral e ajustada às necessidades da sociedade brasileira, em especial no que diz respeito às demandas contemporâneas e ao sistema de saúde, seja no setor público ou privado, priorizando iniciativas de promoção da saúde do indivíduo e da comunidade.

A interdisciplinaridade da formação em Psicologia está pautada numa aprendizagem que valoriza as relações humanas, as expressões afetivo-emocionais e biológicas, associadas às condições sociais, históricas, econômicas e culturais dos indivíduos e das coletividades. Esta dimensão é implementada desde os primeiros semestres dos cursos, de maneira integrada, proporcionando ao estudante a oportunidade de problematizar a realidade local e nacional. Dessa forma, os cenários de ensino são dirigidos para uma realidade constituída de diversos campos do conhecimento. Permitindo assim uma formação prática profissional baseada em princípios éticos, bem como na interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fomentando a interlocução entre os diversos segmentos acadêmicos.

Nesse sentido a proposta curricular e pedagógica da formação em Psicologia na UCB fomenta a constituição de redes formativas que exploram a diversidade de recursos acadêmicos da UCB e favorecem a formação de profissionais com visão crítica da realidade, comprometidos com as demandas sociais, viabilizando o cumprimento da missão institucional e favorecendo a formação interdisciplinar e a atuação multiprofissional, considerando o estudante como protagonista de seu processo de aprendizagem.

Para viabilização desses pressupostos, a concepção pedagógica fundamenta-se na criticidade, na valorização de atitudes e estratégias problematizadoras, na inovação, na inserção do estudante na comunidade e no seu papel como protagonista do processo de ensino-aprendizagem, bem como o desenvolvimento desse processo em diferentes cenários, incluindo aqueles mediados pelas novas tecnologias educacionais. Estes cenários constituem uma excelente oportunidade ao propiciar a aprendizagem contextualizada e integrada às atividades de investigação e de extensão, seja por meio da iniciação científica, da pesquisa em sala de aula, da participação em projetos de extensão, da interação e diálogo com a comunidade.

Na proposta de formação em Psicologia da UCB prima-se pela contínua relação com a missão institucional e com o tripé de sustentação universitária, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão. Uma importante referência dessa relação está representada na articulação entre as atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia e em Gerontologia da UCB (Mestrado e Doutorado) e a proposta da Graduação.

Além da inserção dos estudantes da graduação em projetos de pesquisa coordenados por professores credenciados aos Programas a partir da experiência da Iniciação Científica, têm-se ainda a participação ativa de tais docentes em espaços de ensino e extensão da Graduação, sendo estas referências de excelência em áreas especializadas da formação em Psicologia.

Ainda em consonância com as premissas que sustentam a missão da UCB e os princípios institucionais definidos no PDI, o curso de Psicologia da UCB valoriza a construção do conhecimento de acordo com os parâmetros da responsabilidade social, demarcando os espaços fundamentais de troca e partilha com todos os envolvidos nas pesquisas, projetos de extensão e

programas de intervenção. Um importante exemplo desta articulação com os princípios institucionais são os serviços ofertados à comunidade externa pelo Serviço-Escola de Psicologia, denominado de Centro de Formação em Psicologia Aplicada – CEFPA. Tais práticas valorizam a realização de atividades acadêmicas que contemplem serviços em prol de indivíduos e comunidades visando contribuir para o crescimento pessoal, comunitário e social, valorizando-se os espaços de promoção de saúde, as escolas, os serviços comunitários e do Sistema de Justiça, assim como as organizações que compartilham do ideal de construção da verdade em dimensões críticas e transformadoras.

Este compromisso com a missão institucional fica particularmente evidenciado nos componentes curriculares que contemplam o Programa Propósito de Vida, organizado pelo Núcleo de Formação Geral e Humanística, mas também em alguns componentes curriculares específicos do Curso de Psicologia, a exemplo de: Psicologia Comunitária, Psicologia e Políticas Públicas, Psicologia Necessidades Especiais e Inclusão Social, Intervenção em Crise e Emergências, Intervenções Psicopedagógicas, Intervenções em Processos Clínicos e Intervenções Psicossociais entre outras. Tais unidades curriculares têm como parte dos objetivos de conhecimento temas, necessidades e conflitos contemporâneos que reforçam a necessidade da promoção de “valores éticos, humanísticos e cristãos, na busca da verdade”.

Além disso, as práticas de estágio supervisionado básico (realizadas no 6º e 7º semestres do curso) e específico (realizadas no final do curso – 8º, 9º e 10º semestres) se concretizam em atividades diversificadas de prestação de serviços à comunidade externa, voltada para o atendimento de demandas relacionadas ao sofrimento psíquico e de processos de desenvolvimento humano, bem como para a promoção da saúde de grupos específicos (crianças, adolescentes, adultos, idosos) como para contextos comunitários e institucionais diversos

4.2 POLÍTICAS D ENSINO

Da maneira como descrito no PDI 2023-2027, a concepção de ensino adotada pela UCB define este um processo de mediação entre o conhecimento

científico elaborado e o contexto social, desenvolvido entre docentes e discentes. Levando em consideração a Resolução CNE/CES nº 5 de 15/03/2011, o curso de Psicologia, orienta as diferentes estratégias adotadas para o ensino focadas na formação integral do discente, tanto no aspecto intelectual (técnico e profissional) quanto moral e ético, respeitando-se a liberdade do ser humano.

A fim de atender as Diretrizes Pedagógicas da Mantenedora, bem como aos aspectos legais e reguladores pertinentes ao curso, os seguintes elementos são considerados fundamentais: a abordagem curricular por competências, a partir de currículos construídos em torno de uma perspectiva integradora; a flexibilidade curricular, possibilitando a escolha do estudante na composição da sua própria formação; a inovação, elemento de expansão estratégia integrando ensino e pesquisas de ponta desenvolvidas no âmbito da universidade; a acessibilidade integral, garantindo para docentes, discentes e tutores o máximo de aproveitamento educacional de todas as estratégias adotadas, além dos demais pontos trazidos pela defesa de uma Educação emancipatória.

A aprendizagem híbrida também é adotada no curso de Psicologia, como uma modalidade de aprendizagem baseada na utilização de tecnologias para complementar o modelo presencial, pois utiliza-se de recursos online e digitais para apresentar diferentes formas de aprendizado ao aluno, engajando-o nos temas, exercícios e problemas apresentados.

Além disso, cabe destacar aqui a estrutura diferenciada da biblioteca virtual da instituição. A “Minha Biblioteca” da UCB é uma plataforma digital de livros que possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos. Formada por 16 grandes editoras acadêmicas e 42 selos editoriais, estudantes e professores têm acesso rápido, fácil e simultâneo a milhares de títulos, que atendem à bibliografia básica e complementar do curso.

A concepção pedagógica do curso de Psicologia fundamenta-se: no espírito crítico; na valorização de atitudes e estratégias problematizadoras; na inovação; na inserção do estudante na realidade local e no seu papel como protagonista do processo de ensino e de aprendizagem, que se dará em diferentes cenários, incluindo aqueles mediados pelas novas tecnologias educacionais e práticas metodológicas inovadoras.

A integração dos saberes, a centralidade na aprendizagem, a pesquisa como eixo da estruturação curricular, a extensão como partícipe do processo de

construção do conhecimento e do compromisso social e a avaliação como reflexão do ensinar e do aprender são os pontos norteadores da concepção didático-pedagógica da UCB, que se assenta no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Os fundamentos das Metodologias de Aprendizagem Ativa são elementos importantes da filosofia educacional da UCB e figuram há muito tempo em seus documentos institucionais. Tais fundamentos consideram o estudante protagonista no processo de aprendizagem, no ensino, na pesquisa e na extensão, com foco simultâneo no “conteúdo do sujeito” e no “conteúdo da matéria”. Propõe-se, assim, uma prática educativa calcada na cooperação, interatividade, olhar crítico, reflexivo e criativo, comprometido com a pesquisa orientada para o desenvolvimento sustentável.

4.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A extensão é definida como um processo educativo interdisciplinar de caráter científico, cultural e social cujo objetivo é promover a interação entre a Universidade e a sociedade com a participação da comunidade acadêmica. Tem como foco aumentar o protagonismo estudantil e a dimensão acadêmica que impacte na formação do estudante.

As atividades extensionistas na UCB possuem diferentes modalidades:

- a) Projetos: conjunto de ações de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico, com objetivo bem definido e prazo determinado. O prazo é definido de acordo com o tempo necessário para alcançar os objetivos da proposta. Tem característica multidisciplinar, ajustados às linhas de pesquisa institucionais. O Programa Ser+ reúne os projetos institucionais e coordena as ações junto às comunidades, organizações e entidades parceiras;
- b) Prestação de serviços: está relacionada à realização das práticas obrigatórias dos cursos ou programas. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico e científico, sendo encarada como um trabalho social. Configura-se como tarefa profissional fundamentada em habilidades e competências inerentes a cada

profissão, tais como: atendimento jurídico, à saúde humana, ao público nas áreas de Educação, ciências e tecnologia ou ainda para exames e laudos técnicos, além de prestação de serviços eventuais como assessorias, consultorias e curadoria;

- c) Eventos: ações pedagógicas de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária de 4 a 180 horas. São organizadas na forma de apresentação pública, livre ou para clientela específica, objetivando a difusão de conhecimento. Tais atividades podem ocorrer com a participação dos cursos. Podem ser: palestras, cursos, workshops, seminários, congressos, exposições, espetáculos, festivais, dentre outros;
- d) Ligas acadêmicas: associações civis e científicas livres, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, que visam complementar a formação acadêmica em uma área específica da saúde, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nelas, são desenvolvidas atividades extraclasse com ações voltadas para a promoção da saúde, da Educação e da pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento científico e o aprimoramento do futuro profissional;
- e) Componentes curriculares extensionistas: componentes curriculares desenvolvidos no âmbito do curso, envolvendo a prática e a vivência comunitária discente.

As atividades extensionistas estão sustentadas nas seguintes linhas de atuação:

- Sustentabilidade ambiental: consiste em ações que objetivam a manutenção das funções e dos componentes dos ecossistemas para assegurar que continuem factíveis, capazes de se autorreproduzir e adaptarem-se às alterações, mantendo assim a variedade biológica;
- Sustentabilidade econômica: ações que pretendem realizar práticas econômicas, financeiras e administrativas que visam ao desenvolvimento econômico de um país ou empresa, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações;
- Justiça social e direitos humanos: ações que visam à manutenção do direito à vida, privacidade, igualdade, liberdade, além de outros

conhecidos como direitos fundamentais, que podem ser divididos entre direitos individuais, coletivos, difusos e de grupos. Seu foco está na construção moral e política baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva;

- Humanização da saúde: ações integradas que visavam mudar substancialmente o padrão de assistência à saúde, com o objetivo de provocar mudanças progressivas, sólidas e permanentes na cultura de atendimento à saúde, em benefício tanto dos usuários-clientes quanto dos profissionais;
- Educação e tecnologia: ações que visam causar mudanças no processo de ensino e aprendizagem, buscando novas soluções para tornar o aprendizado mais significativo, prático, fácil, interativo e até mesmo divertido para as pessoas.

4.4 POLÍTICAS DE PESQUISA E/OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A Universidade considera a iniciação científica como fundamento da formação do estudante desde o início da Graduação. Essa preocupação se concretiza na oferta de componentes curriculares que o estudante tem contato com as principais questões referentes à fundamentação conceitual da ciência e da prática de pesquisa científica. Contribui ainda para a elaboração de trabalhos acadêmicos, utilizando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), salientando a relevância da pesquisa científica para a formação acadêmica e profissional.

É importante ressaltar que estreitar o contato do estudante da Graduação com a pesquisa passa pelo hábito da leitura, por meio da qual aprofunda os conhecimentos adquiridos, familiarizando-se com o vocabulário técnico das obras especializadas. O contato com os textos científicos contribui ainda para o desenvolvimento das competências comunicativas e para o princípio do compartilhamento de conhecimentos. Para tanto, a UCB realiza diferentes ações para orientar os estudantes sobre a pesquisa acadêmica, promovendo diferentes atividades na Trilha de Pesquisa do PPV.

Para além das atividades de iniciação à pesquisa integradas às atividades de ensino, realizadas a partir de pesquisas exploratórias, trabalhos de conclusão de curso, pesquisas de campo e bibliográficas, a UCB também apoia o surgimento de novos talentos em todas as áreas do conhecimento, por meio de programas de iniciação científica. O fomento à pesquisa se dá por meio de editais internos; editais externos e apoio à participação de pesquisadores em eventos científicos na Graduação e Pós-Graduação.

Dentre os objetivos institucionais para a oferta dessas atividades está o de contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, incentivando a participação discente ativa em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada e continuada.

Na Graduação, a inserção dos estudantes em atividades de pesquisa e inovação se faz por meio de atividades voluntárias e, também, de bolsas de Iniciação Científica (IC), bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (ITI) e por meio da vinculação dos projetos de conclusão de curso aos projetos de pesquisa institucionais.

O Programa de Iniciação Científica concede bolsas em três modalidades:

- Programa Interno (PIC/UCB): utiliza recursos financeiros próprios e engloba estudantes voluntários. Nesse caso, as bolsas são distribuídas em forma de cotas e seguem critérios estabelecidos em editais específicos;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC – CNPq/UCB): com fomento do Governo Federal, as bolsas institucionais do PIBIC são distribuídas anualmente sob a forma de cotas, a partir dos critérios estabelecidos em editais anuais, que consideram os méritos técnicos e científicos da proposta;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq/UCB): voltado à formação e ao engajamento de estudantes de Graduação em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.

A UCB tem em seu corpo docente pesquisadores aptos a atender a editais externos de financiamento à Ciência e Tecnologia, com reconhecimento local, regional, nacional e internacional. A instituição viabiliza as pesquisas por

meio de sua infraestrutura laboratorial, alocação de horas para as atividades, bem como recursos para custeio e investimento. O apoio é oferecido tanto para projetos aprovados por agências de fomento (CNPq, FINEP, CAPES, Fundações de Amparo à Pesquisa, organismos internacionais e outros) como para atividades inovadoras ou projetos desenvolvidos em conjunto com empresas privadas. Possui também um programa próprio de apoio à participação de seus pesquisadores em eventos científicos que contribuam para a divulgação dos resultados de projetos de pesquisa.

A UCB participa da organização e da realização dos Congressos de Iniciação Científica do Distrito Federal disponibilizando logística, infraestrutura e o apoio técnico de seu núcleo de eventos, em um esforço conjunto com as outras instituições do DF que possuem Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

Durante estes eventos, pesquisadores de instituições externas ao DF avaliam os trabalhos dos estudantes como parte do processo de avaliação do Programa PIBIC. Desde 2009, os melhores trabalhos de cada sessão são premiados com a concessão de certificados aos estudantes e seus orientadores. Além dos Congressos anuais de IC do DF, cuja participação é obrigatória, os trabalhos desenvolvidos por estudantes da UCB são encaminhados e aceitos para apresentação em congressos locais, nacionais e internacionais.

A UCB conta com diversos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que oferecem oportunidades de pesquisa para os estudantes.

4.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA FORMAÇÃO INTEGRAL

A temática Responsabilidade Social (RS) na Universidade Católica de Brasília encontra-se fundamentada e descrita no PDI como um de seus princípios norteadores. Ciente de seu papel na formação integral de cidadãos competentes para atuação como agentes de transformação social, na defesa do meio ambiente e com o empreendedorismo social.

A missão da UCB deve se refletir em todos os eixos que perpassam o trabalho da Universidade, devendo, portanto, estar evidenciada também nas atividades de extensão. E para que a extensão cumpra seu papel, necessita desenvolver ações com o objetivo de atender a sociedade nos aspectos

culturais, científicos, tecnológicos e na prestação de serviços, como resultado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Concebida como instrumento articulador do ensino e da pesquisa entre si, e da Universidade com a comunidade em que atua, a extensão cumpre papel relevante como instrumento de emancipação.

A Universidade atribui à extensão um escopo amplo e diversificado, que se desdobra em ações voltadas às comunidades interna e externa da Instituição e à comunidade relacionada aos campi da Universidade.

Além disso, a extensão precisa estar alinhada aos objetivos de responsabilidade social da Universidade, neste sentido, a UCB oferece serviços que têm como objetivo servir à comunidade. São clínicas (de odontologia, fisioterapia, nutrição, veterinária, farmácia, psicologia, entre outras). Estrutura para prática esportiva, atendimento jurídico e outros que estreitam os laços da população interna da universidade e externa a ela, e propiciam uma formação não só técnica, mas também embasada em valores humanos.

Assim, visa-se à promoção de um desenvolvimento sustentável para a região e à produção e à disseminação de conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse contexto, a articulação entre o Curso de Graduação e a Política de RS fundamenta-se nos propósitos da UCB, previstos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no PDI, trazendo para as ações pedagógicas a perspectiva tríade referente à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a inter-relação entre teoria e prática. Ainda, garante-se atenção especial aos princípios e diretrizes para o ensino, destacando o compromisso com a missão, os valores, os princípios e os objetivos da UCB, a formação integral, a autonomia intelectual, a flexibilidade, a inter, multi e transdisciplinaridade, a pluralidade, a atualização e a excelência acadêmica.

A Política de Responsabilidade Social, que está presente desde a concepção inicial do Curso, integra, conseqüentemente, os percursos formativos dos estudantes, mobilizando a comunidade acadêmica e geral ao permitir que os sujeitos envolvidos possam construir conhecimentos, procedimentos, comportamentos e atitudes, materializando as questões epistemológicas que permeiam o propósito Institucional e que conferem valor às três dimensões do desenvolvimento sustentável - econômico, social e

ambiental. Dessa maneira, componentes e atividades do currículo buscam contribuir com a formação dos estudantes, sendo previstas habilidades e competências voltadas à temática da RS. Dito isso, entende-se a RS como dimensão transversal, encontrada de diferentes maneiras, em diferentes tempos e espaços do Curso, perspectivada pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ainda, à RS se atribui valor formativo, pois ela permite criar oportunidades de estudo, de ensino e de aprendizagem, promovendo diálogos com as necessidades sociais das comunidades do entorno da Universidade Católica de Brasília, levando os estudantes à proposição de alternativas para as demandas das sociedades contemporâneas, tornando-os agentes de mudanças, de transformação e de consciência cidadã.

Por fim, a concretização da Política de RS apresenta-se e organiza-se de formas múltiplas, desde a integração de objetos de conhecimento específicos nos componentes curriculares da matriz do Curso, que estabelecem relações com este campo, até a execução de trabalhos, ações, atividades e programas que efetivam conexões dialógicas entre estudantes, professores e comunidades. Em relação a este conjunto, as parcerias públicas e privadas de interesse e de impacto coletivo, colaboram com a inclusão, a justiça social, o desenvolvimento econômico e sustentável, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura local e a inovação social.

5 COERÊNCIA ENTRE O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO

A proposta das DCN de formação em Psicologia de que a identidade do Curso de Psicologia seja representada por meio de um Núcleo comum de formação, subsidia a estrutura curricular do Curso de Psicologia da UCB, organizada de forma a contemplar os eixos estruturantes propostos (Art. 5º da Resolução CNE/CES 05/2011).

Considerando a diversidade e pluralidade teórico-metodológica que permeia a formação em Psicologia, destaca-se que os componentes curriculares que compõem a presente matriz curricular foram organizados de forma a contemplar os 6 Eixos estruturantes previstos no Art. 5º da DCN. Sendo certo, porém que alguns dos componentes – em função do seu conteúdo e/ ou atividades propostas e desenvolvidas, contemplam mais de um eixo estruturante.

De forma a melhor identificar os componentes curriculares que compõem o Núcleo comum de formação eles foram distribuídos de acordo com sua articulação com os respectivos eixos estruturantes, conforme o quadro a seguir:

Demonstrativo dos componentes curriculares específicos da formação em Psicologia em sua articulação com os Eixos estruturantes (DCN 2011)

COMPONENTE CURRICULAR	EIXOS ESTRUTURANTES (DCN/2011)					
	Fundamentos Epistemológicos e Históricos	Fundamentos Teórico-metodológicos	Procedimentos para a Investigação científica e a prática profissional	Fenômenos e processos psicológicos	Interfaces com campos afins do conhecimento	Práticas Profissionais
Saúde Coletiva		X	X		X	
Cognição e Neurociências	X	X	X	X	X	
Economia, Política e Sociedade	X	X			X	
Prática Profissional em Psicologia	X		X		X	X
Temas contemporâneos em Psicologia		X	X	X		

COMPONENTE CURRICULAR	EIXOS ESTRUTURANTES (DCN/2011)					
	Fundamentos Epistemológicos e Históricos	Fundamentos Teórico-metodológicos	Procedimentos para a Investigação científica e a prática profissional	Fenômenos e processos psicológicos	Interfaces com campos afins do conhecimento	Práticas Profissionais
Desenvolvimento ao Longo do Ciclo Vital		X		X	X	
Ética em Psicologia	X		X	X		X
Fundamentos Epistemológicos e História da Psicologia	X	X		X	X	
Ciência, Comunicação e Sustentabilidade		X	X		X	X
Relação: Princípios e Valores	X				X	
Fundamentos em Psicanálise	X	X		X		
Observação e Técnica de Entrevista		X	X	X		X
Psicologia do Desenvolvimento	X	X		X		
Psicologia Fenomenológica e Existencial	X	X		X	X	
Psicologia Social	X	X	X	X	X	
Análise do Comportamento	X	X	X	X		X
Profissão: Competências e Habilidades		X		X	X	
Psicologia Comunitária		X		X	X	X
Psicopatologia Geral	X	X		X	X	
Técnicas de Avaliação e Exame Psicométrico		X	X	X		X
Psicologia Escolar		X	X	X	X	
Psicologia Familiar		X	X	X		
Psicologia Organizacional e do Trabalho	X	X	X	X	X	

COMPONENTE CURRICULAR	EIXOS ESTRUTURANTES (DCN/2011)					
	Fundamentos Epistemológicos e Históricos	Fundamentos Teórico-metodológicos	Procedimentos para a Investigação científica e a prática profissional	Fenômenos e processos psicológicos	Interfaces com campos afins do conhecimento	Práticas Profissionais
Técnicas de Avaliação e Exame Projetivo		X	X	X		X
Teorias e Técnicas Psicoterápicas		X		X		X
Cooperação: Humanismo Solidário, Redes e Comunidades				X	X	X
Estágio Básico em Avaliação Psicológica			X	X		X
Intervenções Psicopedagógicas		X	X	X	X	
Psicologia da Saúde		X		X	X	
Intervenções Psicológicas com Grupos		X		X		X
Estágio Básico em Intervenção com Grupos			X	X	X	X
Psicologia e Gestão de Pessoas		X	X	X	X	
Psicologia e Políticas Públicas		X		X	X	X
Psicologia, Necessidades Especiais e Inclusão Social		X	X	X	X	
Toxicologia Clínica			X		X	X
Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Subjetividade e Processos Institucionais			X	X		X
Intervenções em Processos Clínicos		X	X	X		X
Psicologia Jurídica	X			X	X	
Estágio Supervisionado Específico –			X			X

COMPONENTE CURRICULAR	EIXOS ESTRUTURANTES (DCN/2011)					
	Fundamentos Epistemológicos e Históricos	Fundamentos Teórico-metodológicos	Procedimentos para a Investigação científica e a prática profissional	Fenômenos e processos psicológicos	Interfaces com campos afins do conhecimento	Práticas Profissionais
Ênfase em Processos Clínicos						
Intervenções em Crise e Emergências		X	X	X	X	
Intervenções Psicossociais				X	X	X
Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Intervenções Psicossociais			X	X	X	X
Seminário de Pesquisa em Psicologia		X	X		X	

De forma ainda a atender à recomendação das DCNs (Art. 20º) que considera a relevância histórica do caráter multidisciplinar da Psicologia, entende-se como necessária que a formação em Psicologia também possa contemplar essa multiplicidade na medida em que a formação estruturada nos termos do Núcleo Comum deverá ser complementada com a organização da oferta de estudos e estágios organizados em *Ênfases curriculares*. Para tanto, o Curso de Psicologia da UCB organiza-se a partir da proposta de **3 (três) Ênfases curriculares**, além do Núcleo Comum da formação em Psicologia, a saber:

1. Ênfase em Subjetividade e Processos Institucionais;
2. Ênfase em Processos Clínicos;
3. Ênfase em Intervenções Psicossociais.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Psicologia há a recomendação de que as Ênfases reflitam um conjunto delimitado de habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes de modo integrado e generalista. As ênfases indicadas foram então concebidas considerando a vocação e perfil do corpo docente; as características locorregionais onde a instituição está localizada; assim como as condições institucionais para sua implementação.

Desde a sua criação, o curso de Psicologia da UCB tem primado por oferecer, por meio de sua organização curricular, uma formação múltipla e qualificada em uma diversidade de campos de atuação do psicólogo, sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas e práticas. O corpo docente do curso vem reafirmando sua vocação e competência nos cenários das diferentes psicologias: Clínica e da Saúde; Jurídica e Social-Comunitária; Escolar-Educacional e Organizacional-Institucional. Essa diversidade potencializa o princípio generalista e a oportunidade de ampla formação do estudante. Desse modo, as ênfases escolhidas contemplam múltiplos enfoques teóricos em diferentes contextos e domínios da Psicologia.

Cada uma das três ênfases do curso está garantida por 160 horas de Estágio Supervisionado Específico e componentes curriculares obrigatórios e específicos (cada um de 80h), que articulados, reforçam as especificidades de cada ênfase. Tais unidades curriculares configuram o conjunto de pré-requisitos necessários para a realização dos respectivos Estágios Supervisionados Específicos. Cabe relacionar abaixo as disciplinas previstas para a configuração, no conjunto, de cada Ênfase curricular:

Distribuição das disciplinas específicas por Ênfase curricular

ÊNFASES CURRICULARES	COMPONENTES CURRICULARES
Ênfase em Subjetividade e Processos Institucionais	Psicologia Escolar
	Psicologia e Gestão de Pessoas
	Intervenções Psicopedagógicas
	Intervenção em Crise e Emergências
Ênfase em Processos Clínicos	Teorias e Técnicas Psicoterápicas
	Psicologia da Saúde
	Psicologia, Necessidades Especiais e Inclusão Social
	Intervenções em Processos Clínicos
Ênfase em Intervenções Psicossociais	Psicologia Comunitária
	Psicologia e Políticas Públicas
	Psicologia Jurídica
	Intervenções Psicossociais

Cumprir destacar que cada Ênfase conta no curso com docentes com perfil para abordar os respectivos conteúdos de forma articulada e com isso

ampliar possibilidades de campos de Estágio, de forma a garantir que a formação em Psicologia contemple não apenas as competências e habilidades gerais indicadas nas DCNs (2011), mas também a perspectiva de flexibilização da formação, de forma a atender novas demandas que configuram cada Ênfase e demandas emergentes. Cumpre destacar que a disciplina Temas Contemporâneos em Psicologia visa contemplar de forma flexível e ajustável temáticas emergentes e relevantes para um perfil de egresso atualizado e em consonância com as demandas do mercado, assim como a diversidade de disciplinas optativas ofertadas na matriz curricular do curso.

Considerando que o curso estrutura-se na proposta de uma formação generalista, com o acesso a conhecimentos e práticas preparatórias a diversas possibilidades de atuação, o corpo docente do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Brasília tem uma configuração diversa quanto às competências e habilidades de atuação, assim como as parcerias interinstitucionais já consolidadas e outras em expansão e que visam contemplar a relação com as demandas sociais e a organização das políticas públicas atuais.

A proposta da matriz curricular atual oferece aos estudantes a oportunidade de realização de dois componentes curriculares de Estágio Básico que privilegiam habilidades e competências afetas ao Núcleo comum da formação, além de três componentes curriculares de Estágios Supervisionados Específicos que contemplam, obrigatoriamente, a formação mínima em cada Ênfase do curso. Essa configuração garante o que foi preconizado nas DCNs de que as *“As Ênfases devem incorporar estágio supervisionado estruturado para garantir o desenvolvimento das competências específicas previstas”* (Art. 12º §2º). As atividades de estágios específicos em cada Ênfase são precedidas de disciplinas específicas indicadas como pré-requisitos e que proporcionam o acesso aos conteúdos teórico-metodológicos necessários para o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas em cada Ênfase curricular.

Entende-se que essa proposta consolida uma formação ampla e contextualizada com as demandas contemporâneas, além de reforçar a recomendação das DCN de que as Ênfases sejam estruturadas em articulação com as competências e habilidades gerais do curso, possibilitando a aproximação com a diversidade de contextos de atuação sem, no entanto,

assumir a expectativa de especializações quando da graduação em Psicologia. A diversidade que permeia as Ênfases do curso possibilita reforçar a proposta da formação generalista, considerando o gradativo crescimento e fortalecimento da prática profissional em psicologia na interface com diferentes campos do saber.

Entende-se que a oferta de disciplinas específicas e práticas de Estágio Supervisionado nas três ênfases caracteriza-se como um diferencial de qualidade do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Brasília, oportunizando ao egresso melhores condições, técnicas e recursos teórico metodológicos, de inserção nas distintas possibilidades de atuação que o mercado de trabalho oferece atualmente, seja no contexto dos espaços públicos e/ou privados.

Ao possibilitar ao estudante o acesso ao conhecimento não apenas teórico, mas também prático e interventivo que os componentes curriculares de Estágio Supervisionado Específico possibilitam, espera-se contribuir efetivamente para uma postura mais assertiva por parte dos egressos quando do enfrentamento dos desafios do mundo do trabalho. Ressalta-se ainda que o mercado de trabalho e as instituições parceiras reconhecem a qualidade da formação dos estudantes de Psicologia da UCB, na medida em que identificam no cotidiano de práticas de ensino, pesquisa, extensão e estágios o diferencial da articulação dos saberes aplicados às necessidades práticas de intervenção.

Os egressos do Curso de Psicologia da UCB são inseridos no mercado de trabalho a partir do reconhecimento da qualidade dos serviços que prestam à sociedade, nos diversos contextos de atuação. Cumpre esclarecer que a configuração atual das Ênfases propostas contempla o investimento na formação das áreas clássicas de atuação do profissional psicólogo (escolar, clínica e organizacional), sem perder de vista, porém a necessidade de se contemplar também demandas e necessidades sociais contemporâneas e emergentes; a exemplo da interface com as diferentes políticas públicas, e/ou com situações de crise e emergências. Essa ampliação é também garantia de uma formação articulada e contextualizada com a realidade social brasileira, ainda marcada por situações de conflito, vulnerabilidade e exclusão social.

5.1 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO CURSO DE PSICOLOGIA

As DCN para os cursos de graduação em Psicologia (Art. 3º DCN 2011) estruturam a formação em Psicologia a partir de objetivos gerais que visam dotar o profissional psicólogo de conhecimentos necessários e suficientes para a atuação profissional a partir do exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I - *Atenção à saúde*: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética. Destaca-se que tais competências/habilidades são reiteradas na formação dos profissionais de saúde em geral, considerando a necessidade de acesso a uma formação comprometida com a superação das iniquidades que ocasionam o adoecimento dos indivíduos e das coletividades. Com a garantia da oferta de práticas de ensino, pesquisa e extensão que primem por processos formativos que visem o equilíbrio entre excelência técnica e relevância social.

II - *Tomada de decisões*: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas. Para tanto o curso de Psicologia proporciona a utilização de metodologias diversificadas para o processo de ensino-aprendizagem e que privilegiem a participação e a autonomia dos estudantes; de forma a reconhecê-los como sujeitos ativos na construção do conhecimento. Os docentes são então reconhecidos como ativadores do processo de formação integral que prima pela articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

III - *Comunicação*: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. Para tanto prima-se pelo investimento institucional numa formação política e cidadã capaz de promover diálogos sobre as relações humanas, estruturas e formas de organização social. Para tanto o curso propõe a inclusão de componentes curriculares com vistas a abordar temáticas atuais, a exemplo dos componentes curriculares de Psicologia e Políticas Públicas e Intervenções em Crise e Emergências; bem como atividades práticas de ensino e de estágio articuladas

de forma a ampliar a rede, diversificar os cenários profissionais e possibilitar o exercício da prática interprofissional.

IV - *Liderança*: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. Para o exercício de tais competências e habilidades o curso oferece ao seu estudante possibilidades para abordar de forma crítica e contextualizada temas transversais que envolvam conhecimentos, vivências e reflexões acerca dos direitos humanos de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, educação das relações étnico-raciais e história da cultura afro-brasileira. A oferta de componentes curriculares como Psicologia Comunitária, Psicologia Jurídica, Psicologia Necessidades Especiais e Inclusão Social, e Temas contemporâneos em Psicologia oferece aos estudantes o contato e a possibilidade de exercício de tais habilidades e competências para o exercício de lideranças positivas.

V - *Administração e gerenciamento*: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e a administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho. Componentes curriculares que compõe o Núcleo de Formação Geral e Humanística, a exemplo de “Relações: princípios e valores” e “Profissão: competências e habilidades”, assim como componentes curriculares específicos do curso (Psicologia e Gestão de Pessoas, Psicologia Institucional e Psicologia e Políticas Públicas, etc) são possibilidades que complementam a formação em Psicologia, considerando que essas experiências potencializam os estudantes para o desenvolvimento de competências gerenciais articuladas com as necessidades atuais do mercado de trabalho. A participação nas atividades da Empresa Júnior de Psicologia – *Lógica Consultoria* é outra possibilidade ofertada aos estudantes do Curso de Psicologia da UCB, que além de integrarem a experiência gerencial e organizacional de uma empresa júnior poderão, na prática, conhecer e reconhecer as principais necessidades que o mercado de trabalho apresenta ao profissional psicólogo nos dias atuais.

VI - *Educação permanente*: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das

futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais. Para o desenvolvimento de tais competências e habilidades a UCB tem investido cada vez mais na utilização de metodologias diversificadas que possibilitem o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, ampliando seu potencial de participação, bem como integrando conteúdos curriculares de forma a proporcionar processos de aprendizagem colaborativa e significativa, a exemplo da unidade curricular de “Cooperação: Humanismo solidário, redes e comunidades”. O investimento no uso de tecnologias comunicacionais e do uso estratégico de metodologias ativas em sala de aula, assim como a proposta das atividades gamificadas vinculadas ao uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem, possibilitam ao estudante o desenvolvimento de um perfil de maior autonomia e protagonismo frente a sua formação bem como para a continuidade desta no contexto das ofertas atuais de pós-graduação (*stricto sensu e lato sensu*).

Considerando que a formação em Psicologia se estrutura a partir dos seis eixos descritos a seguir (conforme Art. 5º da DCN/2011), torna-se necessário identificar e orientar a proposta do Curso quanto aos objetivos que poderão/deverão compor os componentes curriculares de cada Eixo, conforme descrição no Quadro a seguir, e reiterando a indicação de que um mesmo componente curricular poderá contemplar mais de um Eixo estruturante:

Identificação dos objetivos dos componentes curriculares de acordo com os eixos estruturantes propostos nas DCN (2011).

Eixo Estruturante	Objetivos para composição dos componentes curriculares do Núcleo Comum
I - Fundamentos Epistemológicos e Históricos	Conhecer/Identificar/Aplicar as bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico.
	Desenvolver/Empregar/Implementar/Avaliar/Criticar/ Comparar as linhas de pensamento em Psicologia.
II - Fundamentos Teórico-Metodológicos	Desenvolver/Avaliar/Discutir a apropriação crítica do conhecimento científico.
	Conhecer/Reconhecer/Diferenciar/Aplicar/Descrever os diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia.
III - Procedimentos para a Investigação Científica e a Prática Profissional	Definir/Classificar/Empregar/Diferenciar/Comparar instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção psicológica.
	Escolher /Avaliar/Aplicar/Adequar os instrumentos e as estratégias a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional.

Eixo Estruturante	Objetivos para composição dos componentes curriculares do Núcleo Comum
IV - Fenômenos e Processos Psicológicos	Reconhecer/Descrever/Delimitar a área de investigação da ciência psicológica a partir do conhecimento do seu objeto de estudos e trabalhos.
	Conhecer/Reconhecer/Examinar/Avaliar características, questões conceituais e modelos explicativos dos fenômenos e processos psicológicos.
	Elaborar/Reconstruir/Categorizar argumentação técnico-científica acerca da construção no campo de modelos explicativos para o objeto do conhecimento psicológico.
	Acompanhar/Discutir/Avaliar o desenvolvimento recente do campo de pesquisas e de intervenções relativos à ciência psicológica.
V - Interfaces com Campos Afins do Conhecimento	Conhecer/Demarcar/Diferenciar/Comparar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico.
	Reconhecer/Descrever/Comparar/Discutir as interações dos fenômenos psicológicos com fenômenos biológicos e sociais.
	Conhecer/Compreender /Contrastar de forma integral e contextualizada os fenômenos e processos psicológicos na interface com outras áreas.
VI - Práticas Profissionais	Inserir/Contextualizar o graduando em Psicologia em diferentes contextos institucionais e sociais.
	Promover/Empregar/Executar a intervenção psicológica de forma articulada com profissionais de áreas afins.
	Desenvolver/Empregar/Usar o conhecimento e a reflexão de questões éticas concernentes ao exercício profissional.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A formação do estudante de Psicologia da UCB define-se por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos que subsidiam o estudante para a compreensão e uso crítico da diversidade teórica, instrumental e técnica na atuação profissional e na produção de conhecimentos com as pesquisas em Psicologia. Durante a graduação busca-se a formação integral da pessoa humana em suas dimensões ética, técnica, espiritual e cidadã.

Desse modo, é parte fundamental da formação do estudante um compromisso pessoal com os aspectos social, econômico, político e cultural no contexto global da sociedade atual. Suas práticas ao sair da instituição devem estar atreladas, ainda, à missão da UCB, aos princípios fundamentais do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), do PDI, e do esperado aos discentes da área de Ciências da Saúde. Expressando também, harmonicamente, as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação da área. Assim, o profissional egresso em psicologia da UCB terá condições de exercer sua prática profissional com compromisso teórico-metodológico, estruturando sua atuação profissional a partir de preceitos éticos.

Os objetivos do curso de Psicologia da UCB foram eleitos e definidos a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia (Art. 3º DCN 2011) em consonância com a missão da UCB e o **perfil desejado para o egresso** relacionam-se à formação de profissionais aptos a:

- Trabalhar em diversos contextos de atuação da Psicologia, demonstrando competências e habilidades no domínio de conceitos, métodos e técnicas psicológicas, a partir de uma postura crítica, humanista, eticamente responsável e comprometida com a melhoria da qualidade de vida da pessoa humana e da sociedade em geral.

- Construir e validar o conhecimento científico a partir de referenciais teórico-metodológicos e práticos estabelecidos e da própria atuação profissional.

- Trabalhar em equipes multi e interprofissionais, de forma competente, coerente e pertinente com a própria área de conhecimento e com os objetivos da equipe. Além disso, respeitar e compreender a área de atuação dos demais profissionais, assumindo, quando necessário, uma posição de liderança com

compromisso, responsabilidade, empatia, comunicação eficaz e atitudes proativas, visando o bem-estar de indivíduos, grupos e da comunidade, assim como a integralidade da atenção à saúde.

- Aplicar o conhecimento teórico-técnico desenvolvido na formação em Psicologia em consonância com os conceitos, construtos e métodos que são próprios de determinada área de atuação.

- Buscar continuamente o conhecimento, construindo-o de forma autônoma e compreendendo a proposta de educação continuada.

- Atuar com o compromisso ético necessário quanto ao respeito e a valorização das variáveis que definem diferenças e caracterizam a diversidade.

- Identificar as áreas de necessidades e os recursos adequados a elas, de forma a aplicar diferentes enfoques e estratégias para abordar e enfrentar problemáticas diversas.

- Determinar a aplicabilidade dos conhecimentos e das técnicas psicológicas com diferentes segmentos populacionais e em diferentes contextos de atuação.

- Tomar decisões relativas às intervenções necessárias e adequadas, considerando-se as dimensões científicas, culturais, econômicas, sociais e espirituais e usando criativamente as competências e habilidades adquiridas ao longo da formação na solução de problemas.

- Propor e executar intervenções fundamentadas por teorias ou modelos psicológicos com a finalidade de facilitar e/ou fomentar a transformação em um indivíduo, grupo ou comunidade, organização ou sistema da sociedade.

- Resolver dilemas éticos apresentados no exercício profissional a partir da aplicação da estratégia mais adequada e dentro dos limites de sua competência.

- Estabelecer relações profissionais com seus pares, pautadas por princípios éticos de confidencialidade, privacidade, sigilo e favorecendo o compartilhamento de informações quando necessário e nos termos do que está previsto no Código de Ética do profissional Psicólogo(a).

- Atuar com competência profissional baseada na ética e na responsabilidade social, destacando o compromisso com o desenvolvimento local/regional de forma a possibilitar a transformação e a melhoria da realidade na qual se dá sua prática profissional.

- Refletir criticamente a respeito dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos, fundamentais ao exercício da cidadania e aos campos de atuação da profissão.

- Atuar em defesa da valorização da vida em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades.

- Reconhecer a diversidade de perspectivas necessárias para a compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e a multideterminação do fenômeno psicológico, atuando numa perspectiva colaborativa e interdisciplinar, interprofissional e intersetorial.

- Estar apto a analisar necessidades e fenômenos humanos de diversas naturezas, no intuito de planejar a intervenção adequada e melhor condução do processo de pessoas, grupos e instituições.

- Desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo, respeitando o pluralismo e diversidade das pessoas atendidas.

- Ter respeito e ética nas relações com clientes, pacientes e usuários, com colegas e chefias, sabendo relacionar-se de forma harmoniosa com o outro no exercício da profissão.

- Elaborar e manusear adequadamente os instrumentos, procedimentos e documentos necessários na prática profissional e no campo da investigação científica.

- Ter equilíbrio ao garantir acessibilidade e confidencialidade das informações obtidas, assegurando o sigilo profissional.

- Construir e desenvolver o conhecimento científico em Psicologia, compreendendo as suas atividades profissionais como permanentes campos de pesquisa e produção de conhecimento, atentando-se aos cuidados quanto à produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia.

- Reconhecer e estruturar sua prática na compreensão do usuário dos serviços psicológicos como protagonistas ativos e coprodutores do cuidado em saúde.

- Atuar de forma crítica, colaborativa e consciente do seu papel enquanto cidadão e agente de transformação social.

- Aprimorar seus conhecimentos e práticas de forma continuada, atentando-se às características do mercado de trabalho, às inovações e às tendências sociais.

- Exercer sua prática em Psicologia com o nível de excelência e ética esperado de um profissional comprometido com o contexto histórico, político, social e cultural no qual está inserido.

6.1 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SEGUNDO AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

O percurso formativo do estudante do curso de Psicologia da UCB foi construído para proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes à atuação do futuro profissional, e leva em consideração premissas institucionais e regulamentares.

A preocupação da Educação deve se voltar para o desenvolvimento de cidadãos críticos, conscientes e que saibam lidar com a enorme gama de conhecimento disponível, interagindo com ele por meio das possibilidades advindas do constante avanço tecnológico, sem se descuidar de valores imprescindíveis como criatividade, coerência, comprometimento, empatia e transparência, os quais devem fazer parte do comportamento de todos aqueles que compõem a comunidade acadêmica da UCB.

Dessa forma, todo o processo de aprendizagem se dá por meio do relacionamento dos diversos atores sociais que se manifesta nas bases de uma Educação voltada para: o desenvolvimento de capacidades cognitivas e socioemocionais, de comunicação, interação, colaboração e boa relação interpessoal; a solução de problemas; a aprendizagem significativa; o autodesenvolvimento e a autonomia; a agilidade mental e a reflexão, os quais passam as competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso.

Os cursos de graduação da UCB têm como perspectiva:

a) Desenvolver a integralidade, espiritualidade, respeito, empatia, cooperação, ética, solidariedade, sociabilidade, predileção pelos vulneráveis, culturas do diálogo com o diferente e para a paz;

- b) Promover o autoconhecimento, autonomia, autocuidado, autoconfiança, autocrítica, protagonismo, senso de equidade, determinação, responsabilidade, resiliência e adaptabilidade;
- c) Estimular o pensamento crítico-reflexivo, cidadania, criatividade, inovação e curiosidade intelectual;
- d) Identificar problemas, formular hipóteses e propor/criar soluções;
- e) Desenvolver competência leitora na enunciação e recepção de discursos;
- f) Oferecer novas experiências estéticas, culturais e intelectuais, possibilitando a superação da discriminação, aceitação da diversidade e do pluralismo cultural, bem como novos pensamentos e conhecimentos para o exercício da tolerância e da inclusão;
- g) Assumir compromisso e responsabilidade socioambiental;
- h) Dominar e utilizar tecnologias de informação e comunicação, por meio da consolidação da cultura digital no ambiente acadêmico;
- i) Instrumentalizar para a tomada de decisão pautada em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários das especificidades de cada curso.

O percurso formativo do estudante de graduação em Psicologia da UCB foi construído para proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes à atuação do futuro profissional, e leva em consideração premissas institucionais e regulamentares.

A preocupação da educação deve se voltar para o desenvolvimento de cidadãos críticos, conscientes e que saibam lidar com a enorme gama de conhecimento disponível, interagindo com ele por meio das possibilidades advindas do constante avanço tecnológico, sem se descuidar de valores imprescindíveis como criatividade, coerência, comprometimento, empatia e transparência, os quais devem fazer parte do comportamento de todos aqueles que compõem a comunidade acadêmica da Universidade Católica de Brasília.

Dessa forma, todo o processo de aprendizagem se dá por meio do relacionamento dos diversos atores sociais que se manifesta nas bases de uma educação voltada para: o desenvolvimento de capacidades cognitivas e socioemocionais, de comunicação, interação, colaboração e boa relação interpessoal; a solução de problemas; a aprendizagem significativa; o

autodesenvolvimento e a autonomia; a agilidade mental e a reflexão, os quais perpassam as competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso.

Os Cursos de Graduação do Grupo UBEC têm como perspectiva:

- j) Desenvolver a integralidade, espiritualidade, respeito, empatia, cooperação, ética, solidariedade, sociabilidade, predileção pelos vulneráveis, culturas do diálogo com o diferente e para a paz;
- k) Promover o autoconhecimento, autonomia, autocuidado, autoconfiança, autocrítica, protagonismo, senso de equidade, determinação, responsabilidade, resiliência e adaptabilidade;
- l) Estimular o pensamento crítico-reflexivo, cidadania, criatividade, inovação e curiosidade intelectual;
- m) Identificar problemas, formular hipóteses e propor/criar soluções;
- n) Desenvolver competência leitora na enunciação e recepção de discursos;
 - Oferecer novas experiências estéticas, culturais e intelectuais, possibilitando a superação da discriminação, aceitação da diversidade e do pluralismo cultural, bem como novos pensamentos e conhecimentos para o exercício da tolerância e da inclusão;
 - Assumir compromisso e responsabilidade socioambiental;
 - Dominar e utilizar tecnologias de informação e comunicação, por meio da consolidação da cultura digital no ambiente acadêmico;
 - Instrumentalizar para a tomada de decisão pautada em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários das especificidades de cada curso.

A estas perspectivas se associam as competências e habilidades específicas do curso. As Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia (Resolução CNE/CES nº 5 de 15/03/2011) definem um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos que devem compor a identidade do curso de Psicologia no país, sendo o mesmo configurado num *Núcleo comum* de formação. A proposta do *Núcleo* é estabelecer uma base homogênea para a formação, bem como uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia (Art. 6º e Art. 7º). De forma a melhor representar a aplicação de tais referências à proposta da matriz curricular da formação em Psicologia na UCB, a partir da indicação das competências a seguir

relacionadas, propõe-se a correlação das mesmas às unidades curriculares que configuram a estrutura curricular do Curso.

A seguir são apresentadas as *Competências requeridas do formado em Psicologia de forma a garantir o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos* e quando necessário conforme Art. 8º da Resolução CNE/CES nº 05 de 15/03/2011:

I - Analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos.

II - Analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais.

III - Identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo.

IV - Identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa.

V - Escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em Psicologia, tendo em vista a sua pertinência.

VI - Avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos.

VII - Realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações.

VIII - Coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças individuais e socioculturais dos seus membros.

IX - Atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar.

X - Relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional.

XI - Atuar, profissionalmente, em diferentes níveis de ação, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara.

XII - Realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia;

XIII - elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação.

XIV - Apresentar trabalhos e discutir ideias em público.

XV - Saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional.

Demonstrativo das competências gerais da formação em Psicologia por componente curricular conforme a matriz proposta:

COMPONENTE CURRICULAR	COMPETÊNCIAS GERAIS – DCN (Art.8º)														
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV
Componentes Curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística															
Relação: princípios e valores	X		X			X				X	X			X	
Profissão: competências e habilidades	X		X			X			X	X					X
Cooperação: Humanismo solidário, redes e comunidades	X	X	X			X	X	X	X	X	X				
Ciência, Comunicação e Sustentabilidade	X	X	X	X					X	X			X	X	X
Componentes Curriculares comuns a outros cursos															
Saúde Coletiva	X	X					X		X	X	X			X	X
Economia, Política e Sociedade	X	X							X					X	
Desenvolvimento ao longo do ciclo vital	X		X			X		X	X	X	X	X		X	X
Toxicologia Clínica	X	X					X		X	X	X				X
Componentes Curriculares Específicos da Formação em Psicologia															
Cognição e Neurociências	X					X			X					X	X
Prática Profissional e Ética em Psicologia	X	X				X				X				X	X
Temas contemporâneos em Psicologia	X		X			X			X	X				X	
Ética em Psicologia	X	X				X				X				X	X
Fundamentos Epistemológicos e História da Psicologia	X			X										X	X
Fundamentos em Psicanálise	X		X			X								X	
Observação e Técnica de Entrevista			X	X	X	X	X			X	X		X	X	X
Psicologia do Desenvolvimento	X		X			X	X							X	
Psicologia Fenomenológica e Existencial	X		X	X		X			X					X	
Psicologia Social	X	X		X		X			X	X	X			X	X
Análise do Comportamento			X	X	X	X				X			X		X
Psicologia Comunitária	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X
Psicopatologia Geral			X		X	X	X		X		X		X	X	
Técnicas de Avaliação e Exame Psicométrico			X	X	X	X	X			X			X		X
Psicologia Escolar	X	X	X			X	X		X	X	X			X	
Psicologia Familiar	X	X	X			X	X		X		X	X		X	

COMPONENTE CURRICULAR	COMPETÊNCIAS GERAIS – DCN (Art.8º)														
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV
Psicologia Organizacional e do Trabalho	X	X		X			X		X				X	X	
Técnicas de Avaliação e Exame Projetivo			X	X	X	X	X			X			X		X
Teorias e Técnicas Psicoterápicas	X		X			X									
Estágio Básico em Avaliação Psicológica	X	X	X		X	X	X		X	X	X		X		X
Intervenções Psicopedagógicas		X	X			X	X	X	X	X	X	X		X	
Psicologia da Saúde	X	X	X			X	X		X		X		X	X	
Intervenções Psicológicas com Grupos		X	X			X	X	X	X	X	X	X		X	
Estágio Básico em Intervenção com Grupo	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X			X	X
Psicologia e Gestão de Pessoas	X	X	X			X	X	X	X	X	X		X	X	X
Psicologia e Políticas Públicas	X	X	X			X			X	X	X			X	X
Psicologia, Necessidades Especiais e Inclusão Social	X	X	X		X	X	X		X	X	X			X	
Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Subjetividade e Processos Institucionais	X	X	X			X	X		X		X	X		X	
Intervenções em Processos Clínicos	X	X	X			X	X		X		X	X		X	
Psicologia Jurídica	X	X							X		X		X	X	X
Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Processos Clínicos			X		X	X	X			X	X	X	X		X
Intervenção em Crise e Emergências	X	X	X			X	X	X	X		X				X
Intervenções Psicossociais	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Intervenções Psicossociais	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Seminário de Pesquisa em Psicologia	X	X		X	X								X	X	X

Destaca-se que as competências básicas descritas acima devem apoiar-se nas habilidades (Art. 9º) descritas a seguir e relacionadas às respectivas unidades curriculares:

I - Levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos.

II - Ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia.

III - Utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica.

IV - Planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos.

V - Analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais.

VI - Descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos.

VII - Utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

Demonstrativo das habilidades gerais da formação em Psicologia por componente curricular conforme a matriz proposta:

COMPOENENTE CURRICULAR	HABILIDADES GERAIS – DCN (Art. 9º)*						
	I	II	III	IV	V	VI	VII
Componentes Curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística							
Relação: princípios e valores	X						
Profissão: competências e habilidades	X		X		X		
Cooperação: Humanismo solidário, redes e comunidades	X			X	X	X	
Ciência, Comunicação e Sustentabilidade	X	X	X		X		
Componentes curriculares comuns a outros cursos							
Saúde Coletiva	X	X			X		
Economia, Política e Sociedade	X				X		
Desenvolvimento ao longo do ciclo vital		X			X	X	
Toxicologia Clínica			X		X		X
Componentes Curriculares Específicos da Formação em Psicologia							
Cognição e Neurociências	X	X			X		
Prática Profissional em Psicologia	X	X			X		
Temas contemporâneos em Psicologia	X	X		X	X		
Ética em Psicologia	X	X			X		
Fundamentos Epistemológicos e História da Psicologia	X	X			X		
Fundamentos em Psicanálise		X			X	X	
Observação e Técnica de Entrevista			X	X	X	X	
Psicologia do Desenvolvimento	X	X			X		
Psicologia Fenomenológica e Existencial	X	X			X	X	
Psicologia Social	X	X	X		X		
Análise do Comportamento		X	X		X		X
Psicologia Comunitária	X	X	X	X	X	X	
Psicopatologia Geral		X			X	X	
Técnicas de Avaliação e Exame Psicométrico			X	X	X	X	X
Psicologia Escolar	X	X		X			
Psicologia Familiar		X		X	X	X	
Psicologia Organizacional e do Trabalho	X	X	X	X	X	X	
Técnicas de Avaliação e Exame Projetivo			X	X	X	X	
Teorias e Técnicas Psicoterápicas		X			X	X	
Estágio Básico em Avaliação Psicológica			X	X	X	X	X
Intervenções Psicopedagógicas		X		X	X	X	

COMPOENENTE CURRICULAR	HABILIDADES GERAIS – DCN (Art. 9º)*						
	I	II	III	IV	V	VI	VII
Psicologia da Saúde		X		X	X		X
Intervenções Psicológicas com Grupos			X	X	X	X	
Estágio Básico em Intervenções com Grupos	X		X	X	X	X	
Psicologia e Gestão de Pessoas	X	X	X	X	X	X	
Psicologia e Políticas Públicas	X	X			X		
Psicologia, Necessidades Especiais e Inclusão Social		X	X		X		
Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Subjetividade e Processos Institucionais	X	X		X	X	X	
Intervenções em Processos Clínicos		X	X	X	X	X	
Psicologia Jurídica	X	X		X	X		
Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Processos Clínicos	X			X	X	X	
Intervenção em Crise e Emergências		X	X		X	X	
Intervenções Psicossociais	X		X	X	X	X	
Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Intervenções Psicossociais	X	X	X	X	X	X	
Seminário de Pesquisa em Psicologia			X	X	X	X	X

Destaca-se que além do *Núcleo comum*, a formação em Psicologia na UCB oferece ao estudante Ênfases Curriculares, conforme previsão das DCN/2011, de forma a possibilitar uma formação plural que contemple não apenas as áreas clássicas da prática psicológica (escolar, clínica e trabalho), mas também possibilite o acesso a conhecimentos e o desenvolvimento de competências e habilidades de áreas emergentes e/ou em ascensão. Sendo assim, cabe o esclarecimento de que a proposta das Ênfases é a de complementar a formação e não a de proporcionar estratégias de especialização.

Sendo assim, torna-se necessário contextualizar cada Ênfase em seu propósito e diferencial, de forma justificar, na oferta da formação em Psicologia da UCB a configuração de 03 Ênfases Curriculares:

1. Ênfase em Subjetividade e Processos Institucionais.
2. Ênfase em Processos Clínicos.
3. Ênfase em Intervenções Psicossociais.

O Quadro apresentado a seguir, possibilita a compreensão de como os componentes curriculares específicos de cada Ênfase estão articuladas com os eixos estruturantes da formação em Psicologia.

Demonstrativo dos componentes curriculares de cada Ênfase curricular em sua articulação com os Eixos estruturantes (DCN 2011)

	EIXOS ESTRUTURANTES (DCN/2011)
--	--------------------------------

COMPONENTE CURRICULAR	Fundamentos Epistemológicos e Históricos	Fundamentos Teórico-metodológicos	Procedimentos para a Investigação científica e a prática profissional	Fenômenos e processos psicológicos	Interfaces com campos afins do conhecimento	Práticas Profissionais
Ênfase em Intervenções Psicossociais						
Psicologia Comunitária		X		X	X	X
Psicologia e Políticas Públicas		X		X	X	X
Psicologia Jurídica	X			X	X	
Intervenções Psicossociais				X	X	X
Ênfase em Subjetividade e Processos Institucionais						
Psicologia Escolar		X	X	X	X	
Psicologia e Gestão de Pessoas		X	X	X	X	
Intervenção em Crise e Emergências		X	X	X	X	
Intervenções Psicopedagógicas		X	X	X	X	
Ênfase em Processos Clínicos						
Teorias e Técnicas Psicoterápicas		X		X	X	
Psicologia da Saúde		X		X	X	
Psicologia, Necessidades Especiais e Inclusão Social	X	X		X	X	
Intervenções em Processos Clínicos		X	X	X		X

As ênfases curriculares que configuram a formação em Psicologia na UCB agrupam em um mesmo cenário mais de uma possibilidade dentre aquelas indicadas no texto da DCN (Art. 12 § 1º), considerando que é permitido às *“instituições formadoras conceber recortes inovadores de competências que venham a instituir novos arranjos de práticas no campo”* sem, no entanto, configurar uma especialização, em uma prática, procedimento ou local de atuação do psicólogo. Entende-se que a proposta de oferta de três ênfases curriculares que agreguem aos domínios mais consolidados de atuação profissional do psicólogo demandas emergentes, faz da proposta da UCB um diferencial para o mercado; com a formação de profissionais comprometidos com a superação das iniquidades que ocasionam o adoecimento dos indivíduos e das coletividades.

1. A Ênfase em Subjetividade e Processos Institucionais:

- Compreende a concentração nas competências para diagnosticar necessidades, planejar condições e realizar procedimentos que envolvam o processo de educação e de ensino-aprendizagem por meio do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de indivíduos e grupos em distintos contextos.

- Concentra ainda competências definidas no núcleo comum da formação para o diagnóstico, o planejamento e o uso de procedimentos e técnicas específicas voltadas para uma análise crítica que vise o aprimoramento dos processos de gestão organizacional, em distintas configurações institucionais.

2. A Ênfase em Processos Clínicos:

- Envolve a concentração de competências para atuar, de forma ética e coerente com referenciais teóricos, e a partir da utilização de recursos de avaliação psicológica, aconselhamento, psicoterapia e outras estratégias clínicas frente a demandas de ordem psicológica apresentada por indivíduos em diferentes momentos do ciclo de vida (crianças, adolescentes, adultos, idosos) ou grupos em diferentes contextos.

- Compreende ainda competências referentes ao uso de diferentes recursos, estratégias e instrumentos de observação e avaliação aplicados à compreensão diagnóstica em diversos domínios e níveis de ação profissional em contextos de promoção e reabilitação em saúde.

3. A Ênfase em Intervenções Psicossociais:

- Agrega a proposta de analisar criticamente diferentes estratégias de pesquisa, articuladas com as Ciências Sociais e incentiva a investigação de fenômenos psicossociais a partir da aplicação de recursos teórico-metodológicos que se configuram também como dispositivos de transformação social, a exemplo da pesquisa-ação e da pesquisa-intervenção.

- Concentra competências que garantam ações ético-políticas e de caráter preventivo e interventivo, em nível individual e/ou psicossocial, voltadas à capacitação de indivíduos, grupos, instituições e comunidades para a promoção dos direitos humanos, da qualidade de vida e de ações de proteção social em diferentes contextos, muitos destes representativos de situações de conflito e/ou vulnerabilidade e risco social.

6.2 MONITORAMENTO DO PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

No Curso de Psicologia da UCB tem mecanismos de revisão sistemática do perfil do formando, por meio do NDE, do Colegiado de Curso, da Avaliação Institucional e da percepção da coordenação.

O NDE, por sua atribuição inata, fará acompanhamento de todo curso para garantir que:

- a) Os objetivos do curso continuem alinhados ao perfil profissional do egresso e à estrutura curricular e que seus conteúdos estejam atualizados e na medida necessária de carga horária; que respondam às demandas do contexto educacional, às características locais e regionais e apontem para as práticas atuais no campo da Psicologia;
- b) As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa, previstas no curso, promovam oportunidades de aprendizagem coerentes com o perfil que se quer formar;
- c) A acessibilidade metodológica esteja adequada e sempre respondendo às demandas discente.

O Colegiado de Curso, pelo PDI, define o perfil do egresso e poderá propor mudanças curriculares para garantir a sua consecução.

O Colegiado de Curso e o NDE, subsidiados pelo Relatório da CPA, farão reflexões e tomarão decisões de mudanças de rumo, se necessário for, para garantir o desenvolvimento das competências constituintes do perfil, visando que o profissional, egresso da UCB tenha um perfil, o mais atualizado possível, com o desenvolvimento científico da área e com a expectativa da sociedade.

O coordenador de curso também tem importante contribuição na revisão constante do perfil do egresso, na medida em que acompanhará o desenvolvimento do curso cotidianamente. Testemunhará se, o que foi idealizado para a construção do perfil está se concretizando, o que precisa de intervenção imediata, que se resolve com diálogo e orientação ao professor, ou mesmo, o que deve ser levado ao NDE e Colegiado de Curso para os devidos encaminhamentos e alinhamento. Ele deverá acompanhar o desempenho dos discentes, comparar resultados do desenvolvimento de habilidades de cada período, levantar hipótese e inventariar as situações para o corpo docente, discentes e colegiados. O perfil precisa ser revisitado sempre. Todas as atividades e práticas, como também, todos os atores desse processo formativo, devem cooperar para o desenvolvimento e revisão do perfil em formação.

6.3 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA REGIONAL E LOCAL DE SAÚDE

As características do sistema distrital de saúde do Distrito Federal e das redes locais de atenção à saúde, conforme aponta o Plano de Saúde do Distrito Federal (SES/DF, 2019), inclui a Capital Federal e um território singular, indivisível em municípios, conforme determina a Constituição Brasileira, e de um volume expressivo de municípios de pequeno e médio portes em outras duas Unidades da Federação (Goiás e Minas Gerais), com uma grande concentração populacional e de serviços na Região Metropolitana do DF, que se amplia para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF e Entorno). A configuração do sistema de saúde do DF, sobretudo a dimensão territorial reduzida e os mecanismos de acesso intermunicipais, fizeram com que o seu sistema de saúde ficasse estruturado com base em Regiões de Saúde definidas no seu território, mas também como referência especializada integrada, por definição legal, com os demais territórios e capacidades instaladas dos municípios de Goiás e Minas Gerais.

Como se registrou anteriormente, a tensão entre as lógicas da regionalização da saúde e da metropolização das cidades gera condições particulares para compreender, planejar e atuar no cotidiano da saúde (Ianni et al, 2012). A característica de concentração de densidade tecnológica nas grandes cidades é um desafio importante para a organização de redes de atenção resolutiva no território dos municípios, das regiões e do estado como um todo. No caso da Capital Federal e do Distrito Federal, em que não são encontradas fronteiras formais, a capacidade instalada é distribuída em Regiões Administrativas e Regiões de Saúde, para o planejamento e prospecção, mas que atende às demandas da região ampliada, que é interestadual.

Considerando os 33 municípios da RIDE DF e Entorno e o próprio DF, 6 tem mais de 100 mil habitantes (18%), 5 tem entre 50 e 100 mil habitantes (15%) e os demais 23 tem menos de 50 mil habitantes (67%). Na Região Metropolitana há um fenômeno de conurbação, sobretudo nas principais vias de acesso à Capital Federal, em que os limites territoriais são constituídos por continuidades de residências, avenidas e fluxos de circulação, mas que concentram emprego, renda e oferta de serviços nos municípios satélites. Sendo constituída por

território contínuo e fluxos intensivos de circulação, os processos de organização das políticas públicas, muitas vezes, independem da organização formal. Essa composição de fluxos intermunicipais dá uma aproximação das desigualdades na organização dos sistemas municipais de saúde e das redes de atenção à saúde, sobretudo a facilidade de consumir procedimentos em outros municípios, inclusive por diferenças nos territórios de residência e atuação profissional.

No Distrito Federal, os indicadores de saúde e socioeconômicos são mais favoráveis em relação às médias do país e à RIDE DF e Entorno, mas essa condição esconde diversidades territoriais importantes. Conforme definido no Plano de Saúde (SES/DF, 2019), os territórios que compõem o DF e a região do entorno têm como meta a resolutividade da atenção básica e vigilância em saúde, sendo que há solidariedade na composição de arranjos tecnoassistenciais compatíveis com as necessidades de saúde e com a realidade local.

A Resolução nº 287/1998 do Conselho Nacional de Saúde reconheceu a Psicologia como uma das categorias profissionais de nível superior da área da saúde. Tal condição tornou obrigatória, desde então, a incorporação dos princípios, competências, habilidades e atitudes previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da área da saúde também à formação do profissional de Psicologia. Isso implica na incorporação de prerrogativas que visem uma formação para lidar com projetos humanos e de vida em todas as formas de expressão e com garantia de direitos.

Torna-se assim imprescindível o reconhecimento de que a formação para o SUS deve estar pautada nas necessidades de saúde das pessoas, no respeito à garantia de direitos e na dignidade humana. Para isto a formação deste profissional de saúde deve se caracterizar como interprofissional, humanista, técnica, científica e de ordem prática presencial, permeada pela integração ensino, serviço, comunidade, de forma a ser possível experienciar a diversidade de cenários de vivências e práticas.

O estudante do curso de Psicologia da UCB está em contato com situações e contextos de atenção primária (unidades básicas da rede de saúde, escolas, comunidades, etc.), secundária (ambulatórios e/ou similares) e terciária (instituições hospitalares e seus diferentes segmentos). Desde o primeiro ano da formação é ofertado ao discente de Psicologia, mediante a proposta de unidades

curriculares como Saúde Coletiva e Temas contemporâneos em Psicologia, a possibilidade de inserção dos estudantes na comunidade e na rede de serviços do SUS com vistas ao fomento e promoção da integração ensino-serviço-comunidade.

Tais ações poderão ser realizadas no âmbito das parcerias institucionais já consolidadas entre a Universidade Católica de Brasília e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, mediante convênio. Esta parceria viabiliza a inserção dos estudantes em diversos serviços de atenção à saúde, tais como Unidades Básicas de Saúde (atenção primária), serviços da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial – atenção à saúde mental), Unidades Ambulatoriais e Hospitalares em geral (média e alta complexidade); conforme a disponibilidade de vagas, a oferta das respectivas unidades curriculares e o perfil docente dos(as) supervisores(as).

7 ESTRUTURA CURRICULAR E COMPONENTES CURRICULARES

O currículo do curso de Psicologia leva em consideração a Resolução CNE/CES nº 5 de 15/03/2011 e foi concebido em uma abordagem curricular que privilegia o desenvolvimento de competências, estratégia inovadora adotada para implementação das disposições do PDI UCB 2023-2027. Para a consecução dos princípios e das perspectivas que orientam o modelo acadêmico-pedagógico adotado pela UCB, a estrutura curricular da matriz é organizada considerando os seguintes componentes:

- atividades de extensão universitária a partir da inserção em Projetos de Extensão e atividades de atendimento à comunidade;
- atividades complementares, visando propiciar ao estudante experiências diversificadas, inerentes e indispensáveis à formação do estudante enquanto cidadão e profissional;
- estágio curricular supervisionado obrigatório, quando previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- trabalho de conclusão de curso, quando previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- componentes curriculares optativas;
- componentes curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística do Grupo UBEC, comuns a todos os cursos e Unidades de Missão, com o objetivo de promover a prática pedagógica interdisciplinar, com vistas à superação da estrutura fragmentada do conhecimento e à promoção de conectividade, integração, diálogo, reciprocidade, integralização de saberes para a significação das aprendizagens e, de modo especial, para o desenvolvimento do Projeto de Vida do estudante;
- componentes curriculares do Núcleo Comum das Áreas de Conhecimento dos cursos;
- componentes curriculares de formação específica de cada curso, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A organização curricular do curso de Psicologia está configurada considerando as prerrogativas da Resolução CNE/CES nº 05 de 15/03/2011, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em

Psicologia; as Diretrizes institucionais do Grupo UBEC e os princípios que fundamentam o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005). Sendo assim, o currículo proposto configura-se como instrumento de promoção do desenvolvimento integral da pessoa, assim como o exercício da cidadania responsável considerando o compromisso do profissional de Psicologia para com os valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A estrutura curricular proposta prioriza a inovação e o uso de metodologias ativas de aprendizagem considerando a necessidade de fomento e promoção da expressão da criatividade, autonomia e protagonismo do estudante frente ao seu processo de aprendizagem. Para tanto o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação devem compor a rotina pedagógica, proporcionando recursos diversos que estimulem e favoreçam uma aprendizagem autodirigida.

Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação do Grupo UBEC (Art. 8º) a formação integral do estudante deverá ser priorizada a partir de experiências que proporcionem *o autodesenvolvimento, o desenvolvimento em sociedade, para com o meio ambiente e o transcendente*. Esta perspectiva considera as competências e habilidades descritas no item anterior e, conseqüentemente, orienta a proposta curricular do curso. Assim, a estrutura curricular está organizada de forma a contemplar:

1) Núcleo de Formação Geral e Humanística: formado pelas unidades curriculares:

- *Relação: Princípios e Valores;*
- *Profissão: Competências e Habilidades;*
- *Cooperação: Humanismo solidário, Redes e Comunidades.*

2) Atividades de Extensão universitária: previstas em unidades curriculares com carga horária e configuração extensionista, a exemplo de *Ciência, Comunicação e Sustentabilidade, Psicologia Comunitária, Intervenções Psicológicas com Grupos*.

3) Atividades Complementares: de acordo com a DCN de formação em Psicologia (Resolução nº 5 de 15/03/2011) o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária, o envolvimento do estudante em atividades, individuais e de equipe que contemplem propostas diversificadas,

dentre elas a participação em aulas, conferências, palestras, projetos de pesquisa, práticas didáticas em forma de monitoria, projetos de extensão universitária, dentre outras.

4) Unidades curriculares compartilhadas com outras Áreas de conhecimento: considerando a importância de que durante a formação em psicologia o discente possa compreender criticamente os fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país assim como reconhecer a diversidade de perspectivas necessárias à compreensão do ser humano, faz-se necessário que a formação em Psicologia se organize de forma a valorizar a interdisciplinaridade e a interface com outras áreas do conhecimento. Essas são as premissas que justificam a oferta de unidades curriculares compartilhadas com outras áreas de conhecimento, sendo essas:

- *Saúde Coletiva;*
- *Economia, Política e Sociedade;*
- *Desenvolvimento ao Longo do Ciclo Vital;*
- *Psicologia Jurídica;*
- *Toxicologia Clínica.*

5) Estágios Supervisionados: conforme previsto na Resolução 5 de 15/03/2011, os estágios supervisionados (Básicos e Específicos) que compõem a estrutura curricular do curso de Psicologia, caracterizam-se como “*um conjunto de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas*” (Art. 20º). Desta forma a estrutura curricular do curso conta com 5 componentes de Estágio Supervisionado assim denominados:

- Estágio Básico em Avaliação Psicológica (6º semestre);
- Estágio Básico em Intervenções com Grupos (7º semestre);
- Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Subjetividade e Processos Institucionais (8º semestre);
- Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Processos Clínicos (9º semestre);
- Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Intervenções Psicossociais (10º semestre).

Registra-se que os Estágios Supervisionados Específicos devem ser realizados em Ênfases curriculares distintas, de forma a contemplar a configuração de uma formação generalista e diversificada, como preconizado na Diretriz Curricular Nacional vigente.

7. **Unidades curriculares optativas:** a carga horária total do curso contempla a previsão de 01 disciplina optativa de escolha do estudante dentre um rol de possibilidade de disciplinas comuns, ofertadas de forma compartilhada com outras áreas de formação, com vistas à fomentar maior interação e interdisciplinaridade quando da formação.

8. **Unidades Curriculares específicas:** são ofertadas um rol de unidades curriculares classificadas entre teóricas e práticas, de configuração híbrida, sendo apresentados e descritos na matriz curricular e no ementário, apresentados a seguir.

Os componentes curriculares somam 4.000 horas, considerando as orientações registradas na Resolução CNE/CES 2/2007 de 18 de junho de 2007. Essa carga horária está assim distribuída:

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA (horas)	%
Teórica	1.490	37,25
Híbrida	1.020	25,5
Extensão	480	12
Prática (Disciplinas)	210	5,25
Prática (Estágios supervisionados)	640	16
Atividades Complementares	80	2
Disciplina Optativa	80	2
TOTAL	4.000 horas	100%

Deste total 3.480 horas são destinadas aos componentes obrigatórios, 80 horas ao componente optativo e 80h de Atividades Complementares a serem somadas ao total de horas no curso, perfazendo 4000 horas. O número de semestres para integralização é de no mínimo 10 e no máximo 20.

7.1 PROGRAMA PRÓPÓSITO DE VIDA

A Universidade Católica de Brasília (UCB), como um espaço de acolhida, evangelização e Educação na fé, dedica atenção especial aos universitários, docentes e colaboradores, disponibilizando momentos para celebração da vida, reflexão pastoral, vivência dos valores do Reino, ação evangelizadora no meio acadêmico e comunidade externa. E como instrumento para viabilizar essa missão, concretizando os valores e os princípios institucionais, o setor de Coordenação de Pastoralidade dispõe de espaços para a comunidade educativa desenvolver e valorizar a dimensão mística e espiritual em nossas vidas.

A pastoralidade tem seu fundamento no cuidado e no serviço das pessoas, como espiritualidade que inspira, permeia e norteia todas as ações e decisões institucionais, sendo uma dimensão que abarca a totalidade da Instituição, o complexo das suas atividades e o conjunto das pessoas que a compõem. Neste sentido, toda a comunidade acadêmica é convidada a: fazer parte dessa ação que se realiza no cotidiano da vida universitária para construir espaços e momentos celebrativos, reflexivos, meditativos e orantes; ajudar no planejamento de ações pastorais; dar sugestões para aperfeiçoar as já existentes e a criação de novas atividades de vivência da espiritualidade; e promover o diálogo entre fé, cultura, ciência, sustentabilidade ambiental nos processos educativos em que está inserido e assim contribuir para a efetividade do Reino de Deus em nossas vidas.

Assim, a pastoralidade é o DNA que irrigará toda a vida universitária em todas as suas dimensões, sejam elas pedagógicas, administrativas, financeira, educacional, pastoral e as relações humanas. Tendo esse norte, a UCB apresenta a Coordenação de Pastoralidade como o setor responsável por animar, promover e provocar as ações pastorais no ensino, pesquisa e extensão, extrapolando os muros do Câmpus e irradiando energias de um novo Sol para toda a sociedade.

Programa Propósito de Vida:

Em todos os países, as Universidades constituem a sede primeira da investigação científica para o avanço dos conhecimentos e da sociedade, desempenhando um papel determinante no desenvolvimento econômico, social e cultural, sobretudo em um tempo, como o nosso, marcado por rápidas, constantes e visíveis mudanças no campo das ciências e das tecnologias. (PAPA FRANCISCO, 2018, p. 25)

O Programa Propósito de Vida (PPV) objetiva o protagonismo de cada estudante e de cada educador com vistas à formação acadêmica-profissional inspirado em valores fundantes distintos daqueles sustentados pela lógica mercantilista. Tais valores devem considerar as múltiplas maneiras a partir das quais e com as quais as relações do eu-com-o-outro e com-o-mundo se efetivam com vistas a possibilitar amplos e diversos significados da vida universitária. Esses significados devem ultrapassar os meros modelos fixos de compreensão já tão propalados e sustentados por uma concepção de Educação mecanicista, objetivista e instrumental.

No limiar das duas primeiras décadas do Século XXI já temos mostras do esgotamento desse modelo, pois ele não abre espaço para o protagonismo estudantil e muito menos promove uma formação humanizante e inspiradora que considere as múltiplas e infinitas maneiras de atuar ética e solidariamente visando um mundo mais justo e fraternal.

Nesse sentido, o PPV objetiva contribuir para a formação gradativa/processual do estudante promovendo, ao longo da sua jornada acadêmica, experiências significativas que ampliem seus horizontes de modo a aprimorar o ser ético, o ser histórico e o ser solidário. Todas estas três dimensões se sustentam no agir solidário porque são pautadas na busca de sentidos que revelem originalidade e autenticidade das suas ações. Assim, todo o processo educativo deve se direcionar para a busca da felicidade, pois essa contribuirá para a consolidação de novos sentidos da formação profissional sempre atrelada a princípios humanísticos. Trata-se assim de favorecer o florescimento de cada uma dessas dimensões.

Em se tratando da busca por uma formação humanística com vistas a ampliar os sentidos do que significa ser graduado pela Universidade Católica de Brasília, o PPV tem como finalidade favorecer o florescimento de cada uma dessas dimensões. A oferta das três componentes curriculares que compõem o Núcleo de Formação Geral e Humanística deve promover um complemento valoroso à formação técnica, científica e profissional.

7.1.1 O ser ético

Trata-se de considerar então o ser ético que se instaura no mundo e procura realizações significativas a partir de si mesmo. Será ele capaz de perceber que pode e deve agir solidariamente e para isso reconhecerá o outro como dimensão fundamental para a realização dos seus projetos existenciais.

A dimensão ética a ser fomentada não se constitui numa mera questão de discussão acadêmica ou de caráter formal. Busca-se acentuar a ética atrelada à própria condição humana, ou seja, refere-se ao ser de possibilidades porque revela o seu inacabamento, sua indeterminação e sua pluralidade. O estudante deve, portanto, construir e desconstruir seu próprio ser, pois sua condição primeira e fundamental é a de seguir fazendo-se pessoa a partir das experiências reveladoras de si mesmo.

Considerando que as exigências e os desafios para a formação profissional têm se tornado cada vez mais complexos, torna-se imperioso o agir ético de modo a proporcionar uma convivência respeitosa e feliz porque pautada em princípios humanísticos.

7.1.2 O ser histórico

A outra dimensão relevante que o PPV busca promover na formação do estudante é a sua condição de ser histórico. Tal condição deve ser fomentada nas experiências plurais a serem realizadas ao longo da sua vida acadêmica. Cabe salientar então que os fundamentos autenticamente históricos do ser se revelam a partir do momento em que este se faz como protagonista da história e da sua própria história. Dada a sua natureza inacabada, o estudante deve rearticular constantemente os sentidos do arcabouço teórico-conceitual da sua área com as vivências significativas a serem adquiridas ao longo de todo o processo formativo. Assim, perceberá a relevância de pautar suas ações em valores humanísticos, favorecendo a ampliação dos significados da sua própria história de vida.

A proposta das componentes curriculares do PPV é contribuir para que o estudante perceba os sentidos de pertencimento. Esses se efetivam não só porque o ser está num determinado tempo histórico, mas antes de tudo, porque ele se faz como ser histórico a partir daquilo que realiza no mundo com o outro.

Assim, ele pertence à história porque dela é protagonista cada vez mais engajado, pois visa a construção permanente do seu ser.

Desse modo, a proposta do PPV procura promover no estudante a compreensão de que o ser não é temporal por estar na história, mas existe historicamente por ser temporal. Fundada na temporalidade, a historicidade do ser enquanto capacidade de construir uma história é um modo que ele tem de assumir o seu próprio futuro.

7.1.3 O ser solidário

Uma terceira dimensão promovida pela proposta do PPV é a da pastoralidade como valor agregador de toda e qualquer área de formação e atuação profissional. A condição concreta da existência humana exige que olhemos o outro como resposta ao apelo fundamental à solidariedade.

Num mundo em que a dinâmica social é marcadamente definida por interesses materiais e individualistas, onde as mudanças ocorrem de maneira acelerada e essas por sua vez resultam numa situação de constantes crises sociais, emocionais, culturais e identitárias, torna-se cada vez mais urgente a reelaboração de sentidos sobre a formação acadêmica e profissional.

Trata-se então de redefinir constantemente os papéis do educador e do educando, pois fazem-se necessárias ações que promovam a solidariedade e o olhar constante para o outro assim como o bom pastor olha para suas ovelhas. Constitui-se tarefa inadiável o compromisso por uma Educação superior que promova mudanças radicais de paradigma e a proposta do PPV se dispõe a ser contribuição significativa para isso.

Neste sentido, cabe destacar que os objetivos do PPV serão consolidados por meio de diferentes estratégias e abordagens acadêmicas. A primeira delas é caracterizada pela oferta das três componentes curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística. São elas:

- a) Relação: Princípios e Valores;
- b) Profissão: Competências e Habilidades;
- c) Cooperação: Humanismo Solidário, Redes e Comunidades.

Além da oferta das componentes curriculares acima destacadas, com o intuito de abarcar as diversas áreas de formação que compõem os cursos de graduação, o PPV contempla também a realização de 6 (seis) trilhas de desenvolvimento relacionadas à consecução das atividades complementares, componente curricular obrigatório nos cursos. São elas: (1) Liderança, (2) Pesquisa, (3) Esporte, (4) Cultura, (5) Espiritualidade e (6) Empreendedorismo. As trilhas apresentam, ainda, estreita relação com a atuação discente nos projetos de extensão, em especial os que atuam no atendimento às comunidades e instituições parceiras por meio do Programa Ser+.

O Programa Propósito de Vida objetiva, desta forma, uma ressignificação dos sentidos da formação acadêmica em consonância com os princípios norteadores do Grupo UBEC. Sua finalidade maior se exprime na identificação dos interesses dos estudantes pela busca de projetos significativos e inspiradores que possam nortear sua vida pessoal, acadêmica e profissional e seus projetos futuros. Nesse sentido, o PPV espera contribuir para que, ao longo da formação acadêmica, se efetivem vivências pautadas em princípios éticos e solidários que marcam a identidade do Grupo UBEC. Trata-se, portanto, de manter e reforçar o espírito fundante e a razão de ser de uma Educação solidária, ética, evangelizadora e, por isso, promotora de espírito humanizador.

7.2 CONTEÚDOS PERTINENTES ÀS POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO BILÍNGUE E ECOLOGIA INTEGRAL

A Resolução CNE/MEC nº 1, de 17 de junho de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH).

As observações, recomendações e definições presentes nessas Resoluções, bem como no Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004 devem orientar as definições curriculares e as políticas institucionais no que

tange à Educação das Relações Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como as políticas para a Educação dos Direitos Humanos. Neste sentido, institui a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos relacionados ao tratamento destas questões, tendo como meta promover a Educação de cidadãos atuantes e conscientes na sociedade brasileira, marcadamente multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

A Educação das Relações Étnico-raciais, segundo a Resolução CNE/MEC nº 1/2004 (art. 2º, §1), tem por objetivo “a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira”. Já o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo “o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas” (Resolução CNE/MEC nº01/2004, art. 2º §2º).

E é pela Educação para o atendimento aos Direitos Humanos que alcançaremos uma sociedade melhor e mais justa. A própria Resolução CNE/CP nº 1/2012 afirma que “a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades.”. Reafirma ainda que tal Educação “poderá influenciar a construção e a consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos.”. Toda a compreensão da EDH se fundamenta nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na Educação; transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental.

Cabe ressaltar que os princípios que orientam a Resolução CNE/CP nº 02/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental) e a Resolução CNE/CP nº 01/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos) são princípios

norteadores da Educação preconizada pela UCB, assumidos em sua missão. Dessa forma, as questões relacionadas à formação de uma consciência cidadã, marcada pelo respeito à diversidade, pela defesa dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, econômicos e culturais, na construção de uma sociedade justa e equânime, representam o projeto de formação desta Universidade, encontrando-se presentes em suas políticas institucionais.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, em componentes curriculares de formação humanística geral, como “Relação: princípios e valores”, “Profissão: competências e habilidades”, “Cooperação: Humanismo solidário, redes e comunidades”.

O Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação) e a Resolução CNE/CP nº02, de 15 de junho de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental), compõe o marco legal específico que orienta a atuação da UCB em relação à Educação Ambiental.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº02/2012, art. 3º), a Educação Ambiental “visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” e não deve ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (art. 8º).

Da mesma forma que a Universidade aborda as questões da Educação das Relações Étnico-Raciais, do Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação em Direitos Humanos, as questões e conteúdos relacionados à Educação Ambiental também são tratados de forma transversal e nos componentes curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística, citados anteriormente. Por fim, cabe destacar que a Educação Ambiental, em especial seu aspecto de sustentabilidade, é contemplada na missão da UCB, orientando a gestão da Universidade e sua atuação por meio dos programas e projetos de pesquisa e extensão, considerando de forma especial a perspectiva da ecologia integral, preconizada pelo Papa Francisco na carta encíclica *Laudato Si'*. Neste sentido, defende-se o estudo e a promoção das relações entre os organismos vivos e o meio ambiente, em defesa das condições de vida

e de sobrevivência, questionando os modelos de desenvolvimento, consumo e produção em favor da vida e do planeta.

De forma a contemplar e abordar temas transversais, dinâmicos e atuais, a matriz curricular do curso de Psicologia da UCB propõe que o componente curricular identificado como “Temas contemporâneos em Psicologia” possa ser utilizado estrategicamente quando da possibilidade, institucional e de perfil docente qualificado, para a inclusão de discussões como a proposta no contexto da Educação Ambiental. É possível, por exemplo, que um dos temas a ser abordado no contexto dos componentes curriculares de “Temas contemporâneos” seja afeto à Psicologia Ambiental e os desafios que esta área considerada emergente na formação em psicologia tem enfrentado; por exemplo quando do enfrentamento de temas como a mobilidade urbana ou situações de emergências e desastres.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, em componentes curriculares de formação humanística geral, quanto em componentes curriculares específicas, além de orientar a atuação discente em suas práticas extensionistas e na realização das Trilhas formativas do PPV. Ademais, esses conteúdos são também contemplados de maneira transversal por meio da oferta de palestras, mesas-redondas, encontros e eventos culturais ao longo dos semestres.

7.3 FLEXIBILIDADE CURRICULAR

Flexibilidade curricular dos cursos de graduação se constitui a adoção de estratégias acadêmicas e de atividades didáticas, que despertem no estudante a necessidade de interação com outras áreas do saber e, de modo especial, com o mundo do trabalho e da cultura, desde o início do curso. Assim, se faz necessário que se articule, no processo de formação do aluno, maior comunicação e permeabilidade entre diferentes cursos, buscando eixos comuns e disciplinas que permitam a formação ampla dos universitários, com mobilidade entre cursos. A integração entre cursos por meio de eixos temáticos comuns é

uma prática que estimula a mobilidade do aluno na Educação superior e favorece sua formação interdisciplinar.

Nesse sentido, a UCB busca ampliar a flexibilidade curricular como prática pedagógica que favorece o desenvolvimento da autonomia do aluno e a sua formação interdisciplinar e integral. Essa flexibilização implica rever as disciplinas, buscando aspectos integradores e organizações curriculares que favoreçam a interdisciplinaridade.

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014/2024 estabelece que as Instituições de Ensino superior deverão buscar a flexibilização de seus currículos, ofertando, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária do curso em programas de extensão.

Há também pareceres do CNE (nº 776/97 e nº 583/2001) que defendem flexibilidade na organização de cursos, para atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e às expectativas e interesses dos sujeitos que fazem a Educação, bem como a revisão dos cursos que burocratizados e fragmentados revelam incongruência com as tendências contemporâneas para uma boa formação na graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Assim, na UCB a Flexibilização curricular é identificada:

- na busca de articulação entre teoria e prática desde os momentos mais precoces do curso;
- nas Atividades Complementares, que integram obrigatoriamente o currículo desse curso. Com base no princípio de que o aluno é o agente da aprendizagem, ele é estimulado a aprender a aprender e a ter responsabilidade e compromisso com sua Educação, sendo estas atividades um dos mecanismos que proporcionarão a participação do aluno na construção do saber com experiências inovadoras. A proposta também permite ao discente a participação na formação do seu currículo, atendendo à necessidade de diversificação do conhecimento;
- na implantação de disciplinas optativas no Curso que são decorrentes das escolhas do sujeito que constrói o próprio conhecimento e percurso formador;
- nas metodologias ativas e problematizadoras, que possibilita ao aluno vivenciar a práxis educativa, construindo e fundamentando as decisões

para a solução de problemas, o que favorece a interdisciplinaridade e a percepção da realidade;

- na extensão, cumprindo o que preconiza a Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que foi alterada pelo CNE, pelo Parecer CNE/CES Nº 498/2020;
- na pesquisa, que trazem diferencial à formação, e, se concretiza quando se transforma em trajetórias autônomas e particulares, nos currículos de cada discente, enriquecidos de conhecimentos diversificados.

Na “sociedade do conhecimento”, uma das habilidades exigidas é a de trabalhar em grupo, pensar coletivamente, com pessoas com pontos de vistas e conhecimentos diferenciados. Acreditamos que favorecer a convivência entre estudantes de diferentes áreas do saber por meio de Componentes curriculares que tenham um eixo comum é uma forma de desenvolver essa habilidade. Ampliar o desenvolvimento de atividades relacionadas a empreendedorismo, incluindo no currículo projetos e/ou Componentes curriculares que estimulem o empreendedorismo é também uma exigência que se faz na inserção social dos cidadãos.

Nessa perspectiva, também se busca ampliar a integração entre a graduação e a pós-graduação. Esta deverá ocorrer não apenas por intermédio de docentes que lecionem em ambos os níveis de ensino, mas também pela participação de estudantes em grupos de pesquisa da pós-graduação e até na possibilidade de o aluno frequentar aulas de determinadas disciplinas da pós-graduação, conforme cada curso reger.

7.4 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade não está ligada apenas à organização dos conteúdos em si, mas também à ação do professor e do processo de ensino que ele utiliza para que o aluno aprenda, bem como à organização que a instituição

propõe para que o aluno se movimente entre as várias áreas de conhecimento e disciplinas acadêmicas.

Tanto a interdisciplinaridade, quanto a transdisciplinaridade ocorrem no sujeito, no professor e no aluno e surgirão a partir das possibilidades concebidas no âmbito dos processos de ensino e de aprendizagem. Quanto ao professor, que domina a disciplina, que entende profundamente as hierarquias conceituais nela presentes e que adota processos de ensino planejados e intencionais, cabe atravessar fronteiras das áreas do conhecimento e encarar a complexidade da realidade do pensamento pontual. Aos estudantes cabe o desafio de romperem, invadirem e mesclarem essas fronteiras na busca de solução às questões postas pelos problemas do cotidiano e das áreas de saberes diversos.

Objetiva-se, assim, que os projetos pedagógicos dos cursos da UCB garantam a possibilidade de o aluno movimentar-se entre as várias áreas dos saberes, buscando as interlocuções e as complementações de sua formação. Assim, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) têm a liberdade para inovarem e usarem a criatividade na elaboração de seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

Alguns procedimentos são importantes para que se possa ser bem-sucedido no desenvolvimento de uma organização curricular inovadora e do protagonismo estudantil. Uma das orientações para isso é a ênfase que as próprias DCNs colocam na redução do tempo que o aluno passa dentro de uma sala de aula.

Conseqüentemente, as atividades complementares são consideradas de fundamental importância no desenvolvimento do currículo e exigem, da parte do aluno e da IES, sistematização e organização para seu cumprimento.

As atividades de síntese e integração de conhecimentos são também oportunidades tanto para o desenvolvimento do protagonismo estudantil como para o estímulo à interdisciplinaridade.

Essa mobilidade e flexibilidade na construção do currículo do aluno possibilita uma formação profissional generalista e adaptável a situações novas e emergentes, sem renunciar à fundamentação técnica e teórica de sua área de formação.

Oferecer sentido ao trabalho acadêmico é o grande desafio da Educação. A visão interdisciplinar dos problemas ligados ao fazer profissional

não apenas oferece sentido como multiplica as possibilidades de solução de problemas. Ao oferecer a perspectiva de busca de solução de problemas - não de respostas a perguntas - muda inteiramente a perspectiva do ensino profissional, tornando-o útil, real e efetivo.

Para se atingir os objetivos de sua atuação na área de ensino, pesquisa e extensão, a UCB declara, em acordo com os aspectos gerais da maioria das Diretrizes Curriculares Nacionais que objetiva formar profissionais com:

- Formação generalista, humanista e reflexiva;
- Visão do seu contexto socioeconômico e cultural;
- Preocupação ambiental;
- Visão crítica, criativa e empreendedora;
- Competências e habilidades, explicitadas no PPC, requeridas para o exercício profissional;
- Atitudes com ênfase nos princípios e valores.

As DCNs apresentam uma clara e explícita articulação entre os elementos de competências, habilidades e atitudes, as estratégias de ensino e aprendizagem e os esquemas de avaliação. Diante do exposto a UCB entende que o modo como o professor desenvolve o processo de ensino e aprendizagem permitirá o desenvolvimento do aluno. Professor, conteúdo e aluno desempenham papéis fundamentais e complementares.

Diante do exposto, é possível definir que a coerência entre as atividades de ensino dos níveis da graduação e pós-graduação acontece quanto as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da IES estão articuladas com a proposta pedagógica e aplicadas nesses dois níveis, mantendo um correto alinhamento entre políticas, objetivos e metas.

Há também pareceres do CNE (nº 776/97 e nº 583/2001) que defendem flexibilidade na organização de cursos, para atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e às expectativas e interesses dos sujeitos que fazem a Educação, bem como a revisão dos cursos que burocratizados e fragmentados revelam incongruência com as tendências contemporâneas para uma boa formação na graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

7.5 ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

No Curso da Universidade Católica de Brasília, a articulação teoria-prática baseia-se na tese segundo a qual o conhecimento deve emergir da prática e a ela retornar mediado pela reflexão teórica. Trata-se de enfatizar o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes.

As metodologias ativas contribuem com esta articulação, ao estimular no curso a aplicação de metodologias dinâmicas do processo ensino-aprendizagem como instrumentos de desenvolvimento do discente, disseminando também a cultura da pesquisa, da discussão, do debate, do levantamento de situações-problema para análise crítica.

7.6 CONTEÚDOS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Os conteúdos curriculares, previstos no PPC, possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de Educação ambiental, de Educação em direitos humanos e de Educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.

Para alcançar o perfil profissional delineado e atender às políticas de ensino, os conteúdos serão selecionados para favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes. Os conteúdos serão tratados metodologicamente para que o aluno se aproprie ativamente dos conceitos e desenvolvam as competências necessárias para atuar como médicos. A seleção dos conteúdos passa pelo direcionamento das DCNs e das entidades profissionais e pesquisadores das várias áreas de conhecimento.

As estratégias de ensino foram escolhidas a partir do tipo de conteúdo, para garantir a consecução do perfil de egresso desejado. Nesse sentido, as

Diretrizes Curriculares Nacionais de todos os cursos têm apontado para um currículo que possibilita uma formação de perfil profissional generalista e adaptável a situações novas e emergentes. Conseqüentemente a UCB orienta os professores para que desenvolvam um trabalho de articulação entre conteúdos e estratégias pedagógicas de forma a favorecer ao aluno o desenvolvimento de competências para:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo em que estiver envolvido, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão, com fundamentação ética e responsável;
- Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional e o meio, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- Refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle e/ou gerenciamento;
- Desenvolver raciocínio crítico e analítico para operar com valores nas relações formais e causais entre fenômenos característicos de sua área de atuação, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos e sistemas, revelando-se profissional versátil;
- Dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;

- Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional;
- Atuar em equipe multiprofissional;
- Manter-se atualizado com a legislação pertinente à sua área profissional;
- Manter-se atualizado com a evolução do conhecimento e das práticas profissionais em seu campo de atuação, através do envolvimento com a formação continuada;
- Dentro de sua área profissional de formação, ampliar a preocupação com o desenvolvimento de ações sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente.

7.7 MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

O princípio estabelecido no PPI da UCB de que “[...] para alcançar o perfil profissional delineado e atender às políticas de ensino, devem ser selecionados conteúdos que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades nos estudantes [...]”, será respeitado no âmbito do Curso de Psicologia, mas, com suas especificidades. Cada semestre corresponde a 1 (um) conjunto de 20 (vinte) semanas, constituído por 5 (cinco) componentes curriculares.

Cada Componente curricular (CC) corresponde a um conjunto de conteúdos integrados reunindo conhecimentos básicos e clínicos. A componente curricular integra várias áreas do conhecimento, articulando-as, indo muito além da justaposição de conteúdo.

O currículo do Curso Psicologia da UCB propicia formação dos estudantes para atuarem com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana.

Cabe enfatizar que o desenho desta proposta inovadora intra e interdisciplinar e transversal propicia uma conjugação de saberes, o aperfeiçoamento e a atualização técnico-científica, primando por uma formação

na área humanística e de conhecimento técnico, com espírito científico, empreendedor e consciente da ética profissional.

O currículo do Curso de Psicologia da UCB está coerente com os objetivos do curso e com o compromisso da mantenedora com a região onde está inserida, orienta para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais, de modo a tornar os futuros profissionais aliados para o desenvolvimento regional. A visão crítica, empreendedora e humanística da realidade social, trabalhada ao longo de todo o curso, insere no aluno, por meio da conjugação da teoria à prática, uma perspectiva pluralista da prática das disciplinas e das atividades acadêmicas previstas para o curso.

Respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso conta com atividades complementares, abordando as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional.

A matriz curricular dá visibilidade ao percurso que o aluno deve fazer para integralização curricular, indicando, para cada período as disciplinas e atividades complementares sugeridas, assim como as respectivas cargas horárias teóricas e práticas.

7.8 MATRIZ, EMENTAS E REFERÊNCIAS

7.8.1 Matriz curricular

Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em Psicologia:

Nº	SEMESTRE	DISCIPLINA	CH Híbrida (TDE)	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	TOTAL
1	1º	SAÚDE COLETIVA	30	20	30	0	80
2	1º	COGNIÇÃO E NEUROCIÊNCIAS	30	50	0	0	80
3	1º	ECONOMIA, POLÍTICA E SOCIEDADE	30	50	0	0	80
4	1º	PRÁTICA PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA	30	0	50	0	80
5	1º	TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM PSICOLOGIA	30	50	0	0	80
6	2º	DESENVOLVIMENTO AO LONGO DO CICLO VITAL	30	50	0	0	80

Nº	SEMESTRE	DISCIPLINA	CH Híbrida (TDE)	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	TOTAL
7	2º	ÉTICA EM PSICOLOGIA	30	50	0	0	80
8	2º	FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E HISTÓRIA DA PSICOLOGIA	30	50	0	0	80
9	2º	CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	0	0	0	120	120
10	2º	RELAÇÃO: PRINCÍPIOS E VALORES	30	50	0	0	80
11	3º	FUNDAMENTOS EM PSICANÁLISE	30	50	0	0	80
12	3º	OBSERVAÇÃO E TÉCNICA DE ENTREVISTA	30	20	30	0	80
13	3º	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	30	50	0	0	80
14	3º	PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA E EXISTENCIAL	30	50	0	0	80
15	3º	PSICOLOGIA SOCIAL	30	50	0	0	80
16	4º	ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	30	50	0	0	80
17	4º	PROFISSÃO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	30	0	50	0	80
18	4º	PSICOLOGIA COMUNITÁRIA	0	0	0	120	120
19	4º	PSICOPATOLOGIA GERAL	30	50	0	0	80
20	4º	TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO E EXAME PSICOMÉTRICO	30	20	30	0	80
21	5º	PSICOLOGIA ESCOLAR	30	50	0	0	80
22	5º	PSICOLOGIA FAMILIAR	30	50	0	0	80
23	5º	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO	30	50	0	0	80
24	5º	TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO E EXAME PROJETIVO	30	20	30	0	80
25	5º	TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS	30	50	0	0	80
26	6º	COOPERAÇÃO: HUMANISMO SOLIDÁRIO, REDES E COMUNIDADES	0	0	0	120	120
27	6º	ESTÁGIO BÁSICO EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	0	0	80	0	80
28	6º	INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS	30	20	30	0	80
29	6º	PSICOLOGIA DA SAÚDE	30	50	0	0	80
30	6º	INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS COM GRUPOS	0	0	0	120	120

Nº	SEMESTRE	DISCIPLINA	CH Híbrida (TDE)	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	TOTAL
31	7º	ESTÁGIO BÁSICO EM INTERVENÇÕES COM GRUPOS	0	0	80	0	80
32	7º	PSICOLOGIA E GESTÃO DE PESSOAS	30	0	50	0	80
33	7º	PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	30	0	50	0	80
34	7º	PSICOLOGIA, NECESSIDADES ESPECIAIS E INCLUSÃO SOCIAL	30	0	50	0	80
35	7º	TOXICOLOGIA CLÍNICA	30	50	0	0	80
36	8º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO ESPECÍFICO – ÊNFASE EM SUBJETIVIDADE E PROCESSOS INSTITUCIONAIS	0	0	160	0	160
37	8º	INTERVENÇÕES EM PROCESSOS CLÍNICOS	30	20	30	0	80
38	8º	PSICOLOGIA JURÍDICA	30	50	0	0	80
39	9º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO ESPECÍFICO – ÊNFASE EM PROCESSOS CLÍNICOS	0	0	160	0	160
40	9º	INTERVENÇÕES EM CRISE E EMERGÊNCIAS	30	50	0	0	80
41	9º	INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS	30	50	0	0	80
42	10º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO ESPECÍFICO – ÊNFASE EM INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS	0	0	160	0	160
43	10º	SEMINÁRIO DE PESQUISA EM PSICOLOGIA	30	50	0	0	80
44	10º	DISCIPLINA OPTATIVA	30	50	0	0	80

7.8.2 Ementas e referências

UNIDADE CURRICULAR: SAÚDE COLETIVA	
SEMESTRE: 1º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
<p>EMENTA</p> <p>História da Saúde Pública e do sistema de saúde no mundo e no Brasil. O Sistema Único de saúde (SUS) estruturada. Estudo do processo saúde-doença-cuidado, da população em geral e de grupos sociais específicos, baseado na análise epidemiológica e estatística dos indicadores de saúde e sistema de informação e na Vigilância em saúde. A humanização, promoção, prevenção, comunicação, regulação como estratégias de atenção em saúde. Construção e execução de projeto de intervenção em saúde coletiva, em âmbito coletivo e individual, incluindo as práticas educativas em saúde, desenvolvidos com vistas à promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação.</p>	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Coord.). Tratado de saúde coletiva. 2. ed., rev. e aum. São Paulo, SP: Hucitec, 2015.

PEREIRA, Maurício Gomes. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

ROUQUAYROL, Maria Zélia. Epidemiologia e saúde. 6. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FALEIROS, V. P. A construção do SUS: histórias da reforma sanitária e do processo participativo. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

LUNA, R. L.; SABRÁ, A. Medicina de família: saúde do adulto e do idoso. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

CURY, C. G. Epidemiologia aplicada ao Sistema Único de Saúde / Programa de Saúde da Família. Belo Horizonte: Coopmed Editora Médica, 2005.

STRAUB, R. O. Psicologia da saúde uma abordagem biopsicossocial. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2014.

ANGERAMI-CAMON, V. A. (Org.). Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica. São Paulo: Pioneira, 2000. GORDIS, L. Epidemiologia. 5. Ed. – Rio de Janeiro – RJ: Thieme Revinter Publicações, 2017.

GIOVANELLA, L. Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil.; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

UNIDADE CURRICULAR: COGNIÇÃO E NEUROCIÊNCIAS**SEMESTRE:** 1º**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 80 horas**EMENTA**

Visão geral das Neurociências: conceitos básicos de neuroanatomia, neurofisiologia e neuropsicologia. Visão geral dos estudos e da história da Psicologia Cognitiva e de seus conceitos básicos. Cognição na clínica e principais métodos de estudos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIORI, N. As Neurociências Cognitivas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, A.B.M. Neuroanatomia funcional. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atheneu, 2014.

STENBERG, R.J. Psicologia cognitiva. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2014. LENT, R. Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência. São Paulo, SP: Atheneu, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSENZA. Fundamentos de neuroanatomia. 4. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2012 (recurso online).

EYSENCK, M. W. Manual de psicologia cognitiva. 7. Porto Alegre ArtMed 2017 (recurso online).

FUENTES, D. Neuropsicologia: teoria e prática. Porto Alegre, RS: Grupo A Educação S/A, 2008.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A.; RUIZ, P. Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 11. ed. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2017.

YOUNG, P. A. Neurociência clínica básica. 3. São Paulo Manole 2018 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: ECONOMIA, POLÍTICA E SOCIEDADE

SEMESTRE: 1º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Economia e Política como aspectos fundamentais da vida em sociedade. Conceitos básicos de Economia: escassez, incerteza, racionalidade instrumental, custo oportunidade, oferta, demanda, demanda agregada. Noções de economia política e política econômica. A Teoria Política e sua influência na constituição da democracia contemporânea. Origem e formação do Estado. Estrutura política e organizacional do Estado. Sociedade, classes sociais e poder. A relação entre economia e política e seus impactos sobre a sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. 10. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2001. 179 p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 33. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2018. ISBN 9788502638617.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. 4. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, c2020. xxxi, 686 p. ISBN 9788522127917.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Tradutor). Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2012. 173 p. (Coleção Pensamento Crítico; 69) ISBN 9788577530175.

MELO, Débora Sinflório da Silva. Ciência política e teoria geral do estado. Porto Alegre SAGAH 2017 1 recurso online ISBN 9788595021891.

QUINTANEIRO, Tânia. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2002. 159 p. ISBN: 85-7042-317-3.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia micro e macro. 6. São Paulo Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788597003505.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. 2. São Paulo Grupo Almedina 2018 1 recurso online (Biblioteca 70). ISBN 9789724422534.

UNIDADE CURRICULAR: PRÁTICA PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA

SEMESTRE: 1º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

A Psicologia no panorama atual das ciências e das profissões, seus desafios e a relevância do seu compromisso social. A formação em Psicologia a partir das Diretrizes curriculares, da regulamentação da profissão e a trajetória histórica da Psicologia enquanto profissão no Brasil. A diversidade dos principais campos de atuação do profissional psicólogo e os desafios contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, M.A.M. A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição. 5. Ed. São Paulo, SP: EDUC, 2014.

FONSECA, DC., CANEEO, L.C.; CORRER, R. Práticas psicológicas e reflexões dialogadas. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2005.

WEITEN, W. Introdução à psicologia temas e variações. 3. São Paulo Cengage Learning 2018 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, C.N. de. Psicologia do cotidiano 2 - como a ciência explica o comportamento humano. Porto Alegre ArtMed 2019 (recurso online).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Dossiê 60 anos da psicologia no Brasil, Psicologia: Ciência e Profissão, vol. 42, n. spe, 2022 (recurso online disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/i/2022.v42nspe/>).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho. Volume I: formação e inserção no mundo do trabalho. 1. ed.— Brasília: CFP, 2022. (recurso online disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1-1.pdf)

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho. Volume II : condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social. 1. ed.— Brasília: CFP, 2022. (recurso online disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol2-1.pdf).

FELDMAN, Robert S. Introdução à psicologia. 10. Porto Alegre, RS: AMGH, 2015. (recurso online)

UNIDADE CURRICULAR: TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM PSICOLOGIA**SEMESTRE:** 1º**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 80 horas**EMENTA**

Temas contemporâneos, desafios teóricos e metodológicos aplicados à prática psicológica em contextos complexos. Avaliação e condução de intervenções em contextos específicos; suas implicações técnicas, éticas e psicossociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARONE, I.; BENTO, M.A.S.(Coord.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2012.

CORDIOLI,. Psicoterapias abordagens atuais. 4ªed. Porto Alegre ArtMed 2018 (recurso online).

LACERDA Jr., F.; GUZZO, R.S.L. (Orgs.). Psicologia e Sociedade. Interfaces no debate sobre a questão social. Campinas: Ed. Alínea, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIRRE ANTÚNEZ, A.E. Consultas terapêuticas on-line na saúde mental. Barueri, SP: Manole, 2021 (recurso online).

BECK, J.S. Terapia cognitivo-comportamental teoria e prática. 3. Porto Alegre ArtMed 2021 (recurso online).

BUTLER, J.. Vida precária os poderes do luto e da violência. São Paulo, SP: Autêntica, 2019 (recurso online).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Catálogo de práticas em psicologia ambiental. 1ª. ed.— Brasília: CFP,2022.(recurso online disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/catalogo_praticas_psi_ambiental_web.pdf). PEYON, E.R.. Sobre o trabalhar contemporâneo diálogos entre a psicanálise e a psicodinâmica do trabalho. São Paulo Blucher 2018 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: DESENVOLVIMENTO AO LONGO DO CICLO VITAL

SEMESTRE: 2º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Fundamentos e conceitos da Psicologia do Desenvolvimento. Compreensão teórica-metodológica do desenvolvimento biopsicossocial ao longo do ciclo da vida. Atuação do profissional da saúde para a promoção do desenvolvimento da criança, do adolescente, do adulto e da pessoa idosa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FOLQUITTO, C.T.F.; GARBARINO, M.I.; SOUZA, M.T.C.C. (null). Psicologia do desenvolvimento: teorias e práticas contemporâneas. Rio de Janeiro: LTC, 2023.

PAPALIA, D.E.; FELDMAN, R.D. Desenvolvimento humano. 14. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2021.

MARTORELL, PAPALIA E FELDMAN. O Mundo da Criança: Da Infância à Adolescência. 12.ed: Artmed, 2019.

BARROSO, A. S.; HOYOS, A.; SALMAZO-SILVA, H.; FORTUNATO, I. (org.) Diálogos Interdisciplinares do Envelhecimento. São Paulo: Edições Hipótese, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORTINAZ, T. et al. Psicologia do desenvolvimento infantil. Porto Alegre, RS: SAGAH, 2022.

LIMA, C.C.N.. Desenvolvimento infantil. Porto Alegre, RS: SER – SAGAH. 2019.

MALAGUTTI, W.; BERGO, A.M.A. (Coord) (Coord.). Abordagem interdisciplinar do idoso. Rio de Janeiro, RJ: Rubio, 2010.

SANTROCK, J.W. Adolescência. 14. Porto Alegre, RS: AMGH, 2013.

TEIXEIRA, I.B. et al. (null). Psicologia do desenvolvimento da adolescência ao envelhecimento. Porto Alegre, RS: SAGAH, 2022.

UNIDADE CURRICULAR: ÉTICA EM PSICOLOGIA

SEMESTRE: 2º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Princípios básicos de ética, bioética e direitos humanos. O Código de Ética do Profissional Psicólogo. Sistema Conselhos, regulação, fiscalização da prática psicológica e orientações técnicas. Reflexões éticas acerca dos desafios contemporâneos à prática do profissional de Psicologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COMPARATO, F.K. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo, SP: Saraiva, 2018 (recurso online).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo: legislação e resoluções para a prática profissional. Brasília: Autor, 2005.

GOZZO, D. Bioética e direitos fundamentais. São Paulo, SP: Saraiva, 2012 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Z. A arte da vida. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

COIMBRA, C.M.B. Psicologia, ética e direitos humanos. 2. ed. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Psicologia brasileira na luta antirracista : volume 1, Brasília, DF: CFP, 2022. (recurso online disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web.pdf>).

FIGUEIREDO, L.C.M. Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.

MARTINS-COSTA, J. Bioética e responsabilidade. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2008 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

SEMESTRE: 2º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

As Influências epistemológicas das diferentes correntes filosóficas na construção do conhecimento Psicológico. As relações da Psicologia com outros campos do saber. Principais sistemas psicológicos: histórico, principais conceitos, influência na ciência e profissão. A trajetória da Psicologia no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIGUEIREDO, L.C.M. Matrizes do pensamento psicológico. 20ª. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

JACÓ-VILELA, A.M; FERREIRA, A.A.L; PORTUGAL, F.T (Coord.) História da psicologia: rumos e percursos. 3. Ed., ver. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Nau Editora, 2014.

SCHULTZ, D. P. História da psicologia moderna. 4. São Paulo: Cengage Learning 2019 (Recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Dossiê 60 anos da psicologia no Brasil, Psicologia: Ciência e Profissão, vol. 42, n. spe, 2022 (recurso online disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/i/2022.v42nspe/>).

GOODWIN, C.J. História da Psicologia Moderna. São Paulo, SP: Cultrix, 2010.

HOTHERSALL, D. História da psicologia. 4. Porto Alegre AMGH 2019 (recurso online).

LOURENÇO, É.; ASSIS, R.M.; CAMPOS, R.H.F. (Coord.). História da psicologia e contexto sociocultural: pesquisas contemporâneas, novas abordagens. Belo Horizonte, MG: PUC MG, 2012. (Coleção Encontros Anuais Helena Antipoff).

NOLEN-HOEKSEMA, S.; FREDRICKSON, B.L.; LOFTUS, G.; WAGENAAR, W.A. Introdução à Psicologia – Atkinson & Hilgard: Tradução da 16ª edição norte-americana. Cengage Learning Brasil, 2017. (Recurso Online).

UNIDADE CURRICULAR: EXTENSÃO - CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE**SEMESTRE:** 2º**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 120 horas**EMENTA**

Ciência e fundamentos do conhecimento científico. Método científico. Investigação científica baseada em evidências. Etapas de elaboração da pesquisa científica. Estudo das práticas de Comunicação, narrativas e oralidade. Aprendizagem baseada em experimentação e os conceitos de aprendizagem criativa. Cultura Maker e Design Thinking. Extensão Universitária e Intervenção Sociocultural a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, Maria Eduarda et al. Desenvolvendo competências comportamentais no meio acadêmico. ANALECTA-Centro Universitário Academia, v. 5, n. 5, 2020.

NUNES, Suzana Gilioli; MORAES, Nelson Russo de; SOUZA, Fernando da Cruz. As mídias digitais e a nova sociedade: um olhar sobre as interações humanas e as relações organizacionais. 2020.

SÍVERES, Luiz. A extensão como princípio de aprendizagem. 2008. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/1946/1266> . Acesso em: 24 fev. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. Estudos avançados, v. 31, p. 75-87, 2017.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? Disponível em: http://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf

LUNA, Sergio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1996. 108 p.; 18 cm. - (Série Trilhas)

PESSOA, Luísa Martins. INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE E DESIGN THINKING: INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS. Universidade de Lisboa, 2018. https://www.academia.edu/download/59205491/Inovacao_Criatividdade_DesignThinking_IntroducAoAosConceitos20190510-111542-l5nuik.pdf

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. 2011. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3185/2079>. Acesso em: 04 ago. 2021.

UNIDADE CURRICULAR: RELAÇÃO: PRINCÍPIOS E VALORES

SEMESTRE: 2º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Programa Propósito de Vida (Inspirações). Projeto de vida. Relacionamento do eu, outro, planeta e transcendente. História de vida. Fundamentos da ética. Felicidade. Espiritualidade Existencial. Consciência da Educação Superior. Competências acadêmicas. Habilidades educacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOFF, L. Ética e moral. A busca dos fundamentos. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ROHR, F. Educação e espiritualidade. Contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOFF, L. Espiritualidade: um caminho de transformação. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2001 recurso online.

BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J.A.; GUIMARÃES, S.E.R. Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, recurso online.

DWIGHT, F. Ética. Porto Alegre: Artmed, 2017 recurso online.

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2018 recurso online.

PEGORAGO, O. Ética dos maiores mestres através da história. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 recurso online.

UNIDADE CURRICULAR: FUNDAMENTOS EM PSICANÁLISE	
SEMESTRE: 3º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA	
<p>Noções básicas de Psicanálise: histórico, conceitos, técnicas fundamentais e principais teorias psicanalíticas. Psicanálise e cultura. Psicanálise na contemporaneidade.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>FREUD, S. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.</p> <p>LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B.,. Vocabulário da psicanálise. 4. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2012. (Recurso Online).</p> <p>NASIO, J. Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1995.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>FAVILLI, M.P. Caminhando pela psicanálise. São Paulo, SP: Editora Blucher, 2021. (Recurso online).</p> <p>FERREIRA, T. A escrita da clínica psicanálise com crianças. São Paulo, SP: Autêntica, 2017 (recurso online).</p> <p>JUNG, C.G. Fundamentos de psicologia analítica. 8. ed Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.</p> <p>MEZAN, R. Sociedade, cultura, psicanálise. São Paulo, SP: Blucher, 2017 (recurso online).</p> <p>ZIMERMANN, D.E.. Vocabulário contemporâneo de psicanálise. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2011 (Recurso online).</p>	

UNIDADE CURRICULAR: OBSERVAÇÃO E TÉCNICAS DE ENTREVISTA	
SEMESTRE: 3º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA	
<p>A entrevista e a observação como instrumentos de investigação, pesquisa e avaliação aplicados a diversos contextos. Objetivos, modalidades, processos e técnicas. Análise da relação entrevistador-entrevistado, observador-observado, a escuta psicológica e cuidados éticos.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>DANNA, M.F.; MATOS, M.A. Aprendendo a observar. São Paulo, SP: Edicon, 2006.</p> <p>KREPPNER, K. Aplicando a metodologia de observação em psicologia do desenvolvimento e da família. Curitiba, PR: Juruá, 2012.</p>	

MACEDO, M.M.K.; CARRASCO, L.K. (Coord.). (Con)textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENTZEN, W. R. Guia para observação e registro do comportamento infantil. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012.

CARRIÓ, F. B. Entrevista clínica: habilidades de comunicação para profissionais de saúde. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012 (recurso online).

FIRST, M.B. Entrevista clínica estruturada para os transtornos do DSM-5 SCID-5-CV versão clínica. 5. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2017 (recurso online).

HUTZ, C.S., BANDEIRA, D.R., TRENTINI, C.M. & KRUG, J.S. Psicodiagnóstico – Coleção Avaliação Psicológica. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2016 (recurso online).

MORRISON, James. Entrevista inicial em saúde mental. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2015 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

SEMESTRE: 3º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Compreensão teórico-metodológico nas principais perspectivas teóricas da Psicologia do Desenvolvimento. Desafios contemporâneos e a atuação do psicólogo frente as demandas do ciclo vital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELSKY, J. Desenvolvimento humano: experienciando o ciclo da vida. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

BRONFENBRENNER, U. Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.

DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, Á. L. (Coord.). A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTORINA, J.A. Dialética e psicologia do desenvolvimento. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2011 (recurso online).

FOLQUITTO, C.T.F; GARBARINO, M.I.; SOUZA, M.T.C.C. Psicologia do desenvolvimento: teorias e práticas contemporâneas. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2023 (recurso online).

PAPALIA, D.E. Desenvolvimento humano. 14ª ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2019.

LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M.K. de; DANTAS, H.. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 12. ed. São Paulo, SP: Summus Editorial, 2019.

ROGOFF, B. A natureza cultural do desenvolvimento humano. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

UNIDADE CURRICULAR: PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA E EXISTENCIAL

SEMESTRE: 3º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Noções básicas de humanismo, existencialismo e fenomenologia: histórico, fundamentos e principais conceitos. Implicação e aplicabilidade na Psicologia. Atuações e abordagens contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOREIRA, V. De Carl Rogers a Merleau-Ponty: a pessoa mundana em psicoterapia. São Paulo, SP: Annablume, 2007.

PEIXOTO, A. J.; HOLANDA, A. F. (Coords.). Fenomenologia do cuidado e do cuidar: perspectivas multidisciplinares. Curitiba, PR: Juruá, 2011.

SARTRE, J.P. O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica. 24ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANGERAMI-CAMON, V.A.; MORENO, A.B.; AZEVEDO, D.C.; et al. O Atendimento Infantil na Ótica Fenomenológico-Existencial: 2ª edição revista e ampliada. São Paulo, SP: Cengage Learning Brasil, 2016 (recurso online).

HUSSERL, E. A crise da humanidade européia e a filosofia. 3. ed. Porto Alegre, RS: Ed. da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

HUSSERL, E. Conferências de Paris. São Paulo, SP: Grupo Almedina, 2017 (Recurso online).

MORATO, H.T.P.. Fundamentos de psicologia aconselhamento psicológicos numa perspectiva fenomenológica existencial. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2009 (recurso online).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Dossiê Psicologia e Fenomenologia, Estudos & Pesquisas em Psicologia, vol. 20, n. 4, 2020. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/issue/view/2451>.

UNIDADE CURRICULAR: PSICOLOGIA SOCIAL

SEMESTRE: 3º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

História da Psicologia Social. Principais perspectivas teóricas e temáticas contemporâneas. Questões ético-políticas da realidade brasileira. A pesquisa em psicologia social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JACQUES, M.G.C. Psicologia social contemporânea: livro-texto. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (Coleção Psicologia Social.)

LANE, S.T.M. & GODO, W. (Coord.). Psicologia social: o homem em movimento. 14. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2012.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E.M.L.; JABLONSKI, B. Psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, R.H.F.; GUARESCHI, P.A. (Coord.). Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (Coleção psicologia social.)

CIAMPA, A.C. A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social. São Paulo, SP: Brasiliense, 2011.

MICHENER, H.A.; DELAMATER, J.D.; MYERS, D. Psicologia Social. São Paulo, SP: Pioneira Thomson, 2005.

SPINK, M.J.P. (Coord.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo, SP: Brasiliense, 1993.

TORRES, C. V; NEIVA, E. R. (Coord.). Psicologia social: principais temas e vertentes . Porto Alegre, RS: Artmed, c2011 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO**SEMESTRE:** 4º**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 80 horas**EMENTA**

Noções básicas sobre a Análise do Comportamento: histórico, conceitos fundamentais e principais desdobramentos teórico-metodológicos. A Pesquisa empírica experimental e aplicações práticas da Análise do Comportamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUM, W.M. Compreender o behaviorismo comportamento, cultura e evolução. 3ª ed. Porto Alegre, RS: ArtMed 2018 (recurso online).

MATOS, M.A.; TOMANARI, G.Y. Análise do comportamento no laboratório didático. São Paulo, SP: Manole, 2002.

MOREIRA, M.B.; MEDEIROS, C.A. Princípios básicos de análise do comportamento. Porto Alegre, RS: Artmed, 2018 (recurso eletrônico).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE-FARIAS, A.K. C. R. Análise comportamental clínica: aspectos teóricos e estudos de caso. Porto Alegre: RS, ArtMed 2011 (recurso online).

DE-FARIAS, A.K. C. R; KIRCHNER, L.F. (org.). Análise do comportamento aplicada na atenção primária, secundária e terciária à saúde. Porto Alegre: ArtMed, 2022 (recurso online).

HÜBNER, M.M.C. Fundamentos de psicologia temas clássicos de psicologia sob a ótica da análise do comportamento. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2012 (recurso online).

MILTENBERGER, R. G. Modificação do comportamento teoria e prática. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2019 (recurso online).

SKINNER, B. F.; TODOROV, J.C. tradutor. Ciência e comportamento humano. 10. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.

UNIDADE CURRICULAR: PROFISSÃO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

SEMESTRE: 4º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Programa Propósito de Vida (Proposições). Qualificação profissional. Ética profissional. Felicidade do bem viver e bem-estar. Espiritualidade profissional. Hard and Soft Skills. Criatividade. Inovação. Empreendedorismo. Liderança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIERI, J. C; CAJAZEIRA, J. E. R. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRUM TORRES, J. C. (org.) Manual de ética - questões de ética teórica e prática. Petrópolis: Vozes, 2014.

DUTRA, Joel Souza; FLEURY, Maria Tereza Leme; RUAS, Roberto L. (Coord.). Competências: conceitos, métodos e experiências. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 303 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PERRENOUD, P. Desenvolver competências ou ensinar saberes?: a escola que prepara para a vida [recurso eletrônico]. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SÁ, A. L. Ética profissional [recurso eletrônico]. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TUCHERMAN, Sonia Eva. Autoestima. São Paulo Blucher 2019 1 recurso online.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Competência a chave do desempenho. São Paulo: Atlas, 2012. recurso online.

CODA, Roberto. Competências comportamentais. Rio de Janeiro: Atlas. 2016. recurso online.

UNIDADE CURRICULAR: EXTENSÃO - PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

SEMESTRE: 4º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 120 horas

EMENTA

História da Psicologia Social Comunitária. Métodos de pesquisa em psicologia comunitária. Aspectos éticos e metodológicos da atuação em Psicologia Comunitária. A prática comunitária. Introdução à Psicologia Política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, R.H.F. (Org.). Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SARRIERA, J.C.; SAFORCADA, E.T. (Coord.). Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2010.

STELLA, C. (Coord.). Psicologia comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, P. Introdução à sociologia complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo, SP: Atlas, 2002 (recurso online).

FERREIRA, R.C.C.. Psicologia social e comunitária fundamentos, intervenções e transformações. São Paulo, SP: Erica, 2014 (recurso online).

HUR, D.U., LACERDA, JR.F Psicologia política crítica: insurgências na América Latina. Campinas, SP: Alínea, 2016.

LACERDA JR.F.; GUZZO, R.S.L. (Coord.). Psicologia & sociedade: interfaces no debate sobre a questão social. Campinas, SP: Alínea, 2010.

SAWAIA, B. B. (Coord.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

UNIDADE CURRICULAR: PSICOPATOLOGIA GERAL

SEMESTRE: 4º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Psicopatologia geral: evolução histórica e conceitos básicos. Introdução à semiologia psicopatológica e à psicopatologia descritiva. Identificação das principais alterações das funções mentais. Fenômenos psicológicos e o processo de adoecimento psíquico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2016.

BERGERET, J. Psicopatologia: teoria e clínica. 9. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3ª ed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2018 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHENIAUX, E. Manual de psicopatologia. 6ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2020 (recurso online).

DUMAS, J.E. Psicopatologia da infância e da adolescência. 3ª ed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2018 (recurso online).

FREITAS, E. V.; PY, L. (Coord.). Tratado de geriatria e gerontologia. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2018.

KAPLAN, H I.; SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A.; RUIZ, P. Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 11. ed. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2019 (recurso online).

PAIM, I. Curso de psicopatologia. 11. ed São Paulo, SP: E.P.U, 1993.

UNIDADE CURRICULAR: TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO E EXAME PSICOMÉTRICO

SEMESTRE: 4º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Avaliação Psicológica: conceitos básicos. Introdução à estatística aplicada à Psicologia. A medida em psicologia e os parâmetros psicométricos de validade, precisão e normas. O uso dos Testes Psicométricos em Avaliação Psicológica: implicações técnicas, éticas e psicossociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMBIEL, R.; RABELO, I.; PACANARO, S.; ALVES, G.; LEME, I. Avaliação psicológica. Guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2013.

ANASTASI, A.; URBINA, S. Testagem Psicológica. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2000.

HUTZ, C.S. Psicometria. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2015 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COHEN, R.J. Testagem e avaliação psicológica introdução a testes e medidas. 8. Porto Alegre, RS: AMGH, 2014 (recurso online).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo: legislação e resoluções para a prática profissional. Brasília, DF: Autor, 2005 (recurso online disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>).

DANCEY, C.P. Estatística sem matemática para psicologia. Porto Alegre, RS: Penso, 2018 (recurso online).

PASQUALI, L. Instrumentação Psicológica. Fundamentos e Práticas. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

URBINA, S. Fundamentos da testagem psicológica. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2007 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: PSICOLOGIA ESCOLAR	
SEMESTRE: 5º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA	
<p>O processo de construção da subjetividade no contexto institucional. Relação entre Psicologia, Educação e Sociedade. Psicologia escolar: construção histórica, conceitual e metodológica. O psicólogo no contexto escolar, desafios contemporâneos no campo da formação e atuação profissional. Compromisso ético e social do Psicólogo Escolar.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALMEIDA, S.F.C. (Org.). Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional. 2. ed Campinas, SP: Alínea, 2006.</p> <p>MEIRA, M. E. M., & ANTUNES, M. A. M. Psicologia escolar: práticas críticas. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. 2003.</p> <p>MOLON, S.I. Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>FERREIRA, B.O & NEGREIRO, F. (Orgs). Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia? São Paulo: Pimenta Cultural, 2021 (recurso online).</p> <p>PERRENOUD, P.. Os ciclos de aprendizagem um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2015 (recurso online).</p> <p>MARINHO-ARAÚJO, C.M.; ALMEIDA, S.F.C. Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional. 4. ed., rev. e ampl. Campinas, SP: Alínea, 2014.</p> <p>SILVA, F.G.A. Apresentando e analisando as causas da violência escolar. 2. São Paulo, SP: Blucher, 2017 (recurso online).</p> <p>SOUZA, B.P. (Coord.). Orientação à queixa escolar. 2. ed. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2013.</p>	

UNIDADE CURRICULAR: PSICOLOGIA FAMILIAR	
SEMESTRE: 5º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA	
<p>Fundamentos da Psicologia Familiar. Família e constituição subjetiva na contemporaneidade. Análise do contexto histórico e psicossocial em que se desenvolve o casal e a família em suas diferentes configurações. Conceitos fundamentais e abordagens de compreensão e de intervenção em Psicologia Familiar. Métodos de investigação, avaliação e intervenção e princípios éticos.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MCGOLDRICK, M.; RANDY, G.; PETRY, S. Genogramas: avaliação e intervenção familiar. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012. (Recurso online).</p>	

MINUCHIN, S.. Dominando a terapia familiar. 2ª ed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2008 (recurso online).

NICHOLS, M.P. Terapia familiar conceitos e métodos. 7ª ed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2011 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUSLOOS, G. A competência das famílias: tempo, caos, processo. 2ª ed. Lisboa, PO: Climepsi Editores, 2003.

FÉRES-CARNEIRO, T. (Coord.). Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia . São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2011.

MCGOLDRICK, M. (Coord.). Novas abordagens da terapia familiar: raça, cultura e gênero na prática clínica. São Paulo, SP: Roca, 2013.

OSÓRIO, L.C.; VALLE, M.E.P. (Orgs.). Manual de Terapia Familiar. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011 (recurso online).

WAGNER, A. Desafios psicossociais da família contemporânea pesquisas e reflexões. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2011 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

SEMESTRE: 5º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

História e fundamentos da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Estrutura e processos organizacionais. Métodos e técnicas de diagnóstico e intervenção organizacional. Trabalho e subjetividade. Saúde do Trabalhador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENDASOLLI, P.F.; BORGES-ANDRADE, J.E. (Coord.). Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2019.

MENDES, A.M. (Coord.). Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros. Curitiba, PR: Juruá, 2010.

ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E.; BASTOS, A.V.B. (Coord.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, L.O.; MOURÃO, L. (Coord.). O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia. Porto Alegre, RS: Artmed, 2013 (recurso online).

LIMONGI-FRANÇA, A.C. Práticas de Recursos Humanos: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo, SP: Atlas, 2012 (recurso online).

PUENTE-PALACIOS, K.. Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho um olhar a partir da psicologia. Porto Alegre, RS: Penso, 2015 (recurso online).

ROTHMANN, I. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. Rio de Janeiro, RJ: GEN Atlas, 2017 (recurso online).

SIQUEIRA, M.M.M. Novas medidas do comportamento organizacional ferramentas de diagnóstico e de gestão. 1ª ed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2013 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO E EXAME PROJETIVO

SEMESTRE: 5º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

O uso de métodos expressivo-projetivos: fundamentos históricos, conceitos fundamentais e recursos metodológicos. O uso dos métodos expressivo-projetivos em Avaliação Psicológica: implicações técnicas, éticas e psicossociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANCONA-LOPEZ, M. Psicodiagnóstico: processo de intervenção. 3ª ed. São Paulo, SP: Cortez Editora e Livraria Ltda., 2002.

CUNHA, J.A.. Psicodiagnóstico, v.5 edição revisada e ampliada. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2011 (recurso online).

HUTZ, C.S., BANDEIRA, D.R., TRENTINI, C.M. & KRUG, J.S. Psicodiagnóstico – Coleção Avaliação Psicológica. Porto Alegre ArtMed 2016 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANZIEU, D. Os métodos projetivos. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ, 1979.

ARZENO, M. E. G. Psicodiagnóstico clínico: novas contribuições. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

AUGRAS, M. (Coord.). Teste de Rorschach: atlas e dicionário: padrões preliminares para o meio brasileiro. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004.

HUTZ, C.S. Avaliação psicológica da inteligência e da personalidade. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2018 (Recurso online).

MÄDER, B.J. (Coord.). Avaliação psicológica: dimensões, campos de atuação e pesquisa. Curitiba, PR: Conselho Regional de Psicologia do Paraná, 2016.

UNIDADE CURRICULAR: TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS

SEMESTRE: 5º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Principais teorias e técnicas em Psicoterapia. Modalidades de intervenção em Psicoterapia. Dimensão ética da relação terapêutica e os desafios contemporâneos do processo psicoterápico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUCHER, R. A psicoterapia pela fala: fundamentos, princípios, questionamentos. São Paulo, SP: E.P.U, 1989.

CORDIOLI, A. Psicoterapias abordagens atuais. 4ªed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2018 (recurso online).

FIORINI, H. Teoria e técnica de psicoterapias. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECK, J.S. Terapia cognitivo-comportamental teoria e prática. 3ª ed. Porto Alegre,RS: ArtMed, 2021 (recurso online).

CALLIGARIS, C. Cartas a um jovem terapeuta: reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008.

CARNEIRO, S. L. M. A. Principais abordagens em psicologia clínica. São Paulo, SP: Saraiva, 2021 (recurso online).

CASTRO, M.G.K; STURMER, A. Crianças e adolescentes em Psicoterapia: a abordagem psicanalítica. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2011 (recurso online).

MORENO, A. L. & MELO, W. V. Casos clínicos em saúde mental diagnóstico e indicação de tratamentos baseados em evidências. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2022 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: EXTENSÃO - COOPERAÇÃO: HUMANISMO SOLIDÁRIO, REDES E COMUNIDADES**SEMESTRE:** 6º**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 120 horas**EMENTA**

Programa Propósito de Vida (Atuação comunitária). Ética comunitária. Felicidade comunitária. Aprendizagem participativa. Inserção, responsabilidade e compromisso social. Ecologia Integral. Exercício da cidadania. Atuação profissional comunitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOYOS GUEVARA, A. J. et al. Educação para a era da sustentabilidade: Abrindo caminhos, promovendo valores, por um mundo melhor. São Paulo: Saint Paul, 2011.

SUNG, J. M.; SILVA, J. C. Conversando sobre ética e sociedade. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JONAS, H. O Princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEITE, M. B. A questão da dimensão ética em ser e tempo [recurso eletrônico]. 2. São Paulo: Blücher, 2017.

UNIDADE CURRICULAR: ESTÁGIO BÁSICO EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	
SEMESTRE: 6º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA	
<p>Práticas integrativas de habilidades e competências para avaliação psicológica de indivíduos. O processo de avaliação psicológica em diferentes contextos. Identificação, seleção e aplicação de instrumentos de avaliação psicológica. Aspectos éticos da avaliação psicológica. Elaboração de documentos psicológicos e/ou comunicações profissionais resultantes do processo de avaliação psicológica.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>AMBIEL, R. Avaliação psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2013.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Cartilha de avaliação psicológica, 3ª ed, DF: CFP, 2022. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/cartilha_avaliacao_psicologica-2309.pdf).</p> <p>CUNHA, J.A. Psicodiagnóstico, V. 5ª edição revisada e ampliada. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2011 (recurso online).</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>COHEN, R.J. Testagem e avaliação psicológica introdução a testes e medidas. 8. Porto Alegre, RS: AMGH, 2014 (Recurso online).</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo: legislação e resoluções para a prática profissional. Brasília, DF: Autor, 2005 (recurso online disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf).</p> <p>HUTZ, C.S.; BANDEIRA, D.R.; TRENTINI, C.M.; et al. Avaliação psicológica no contexto escolar e educacional. São Paulo, SP: Grupo A, 2021 (recurso online).</p> <p>HUTZ, C.S., BANDEIRA, D.R., TRENTINI, C.M., ROVINSK, R.L.S. & LAGO, V.M. (Orgs.). Avaliação psicológica no contexto forense. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2019 (Recurso online).</p> <p>PASQUIALI, L. Instrumentação psicológica fundamentos e práticas. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2011.</p>	

UNIDADE CURRICULAR: INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS	
SEMESTRE: 6º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA	
<p>O processo de ensino-aprendizagem na perspectiva sócio-histórica, seu objeto de estudo e intervenção em Psicopedagogia. Interfaces entre a perspectiva escolar e clínica no contexto psicopedagógico. Conceitos e práticas interventivas nos cenários: familiar, comunitário, escolar e</p>	

institucional. Intervenção nos processos de sofrimento humano nos contextos de ensino-aprendizagem. Atuação e implicações éticas em Psicopedagogia Clínica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JERÔNIMO SOBRINHO, P. Fundamentos da psicopedagogia. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2015 (recurso online).

PAIN, S. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1992.

WEISS, M.L.L. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 13ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLL, César. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1994.

CORREIA, M.F.B.. Psicologia e atuação em queixas de dificuldades de aprendizagem: reflexões, atualizações e procedimentos para avaliações - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. [recurso eletrônico].

MITJÁNS MARTÍNEZ, A. Criatividade personalidade e educação. Campinas, SP: Papirus, 1997.

OLIVEIRA, M.K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo, SP: Scipione, 1998.

OLIVEIRA, V. B.; BOSSA, N. A. (Org). Avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

UNIDADE CURRICULAR: PSICOLOGIA DA SAÚDE

SEMESTRE: 6º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

A Psicologia da Saúde: fundamentos teórico-metodológicos. Variáveis dos processos de saúde e doença. Fundamentos da Psicologia Hospitalar. Intervenções interdisciplinares de promoção, prevenção e reabilitação em saúde. Funcionamento e dinâmica das instituições e serviços de saúde e a atuação em equipes multidisciplinares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANGERAMI-CAMON, V. A. (Org.). Psicologia da saúde: Um novo significado para a prática clínica. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2018 (recurso online).

SIMONETTI, A. Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença. 6. ed. Itatiba, SP: Casa do Psicólogo, 2011.

DE MARCO, M.A. (Coord.). A face humana da medicina: do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial. 2. ed. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANGERAMI-CAMON, V. A. (Coord.). Psicologia hospitalar: teoria e prática. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010.

BAPTISTA, M. N. Psicologia hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2009 (recurso online).

RODRIGUES, A. L. (Ed.). Psicologia da saúde – hospitalar abordagem psicossomática. Barueri Manole, 2019.

SPINK, M.J.P. A Psicologia em diálogo com o SUS. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2007.

STRAUB, R.O. Psicologia da saúde uma abordagem biopsicossocial. 3 ed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2014 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: EXTENSÃO - INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS COM GRUPOS

SEMESTRE: 6º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 120 horas

EMENTA

Fundamentos teórico-metodológicos da prática com grupos. O grupo como dispositivo: análise de processos grupais em diferentes contextos de atuação e suas implicações éticas. Experiência em práticas grupais com diferentes públicos. Planejamento e intervenção grupal. Processos grupais e questões contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OSÓRIO, L.C. Psicologia Grupal: uma nova disciplina para o advento de uma Era. Porto Alegre, RS: ARTMED, 2003.

ZIMERMAN, D.E. Fundamentos básicos das grupoterapias. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2000.

YALOM, I.D.; LESZCZ, M. Psicoterapia de grupo: teoria e prática. Porto Alegre, RS: Grupo A Educação S/A, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIELING, P.J. Terapia cognitivo-comportamental em grupos. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2008 (recurso online).

CESARINO, A.C. A ética nos grupos: Contribuição do psicodrama. São Paulo, SP: Ágora, 2002.

MIRANDA, S. Oficina de dinâmica de grupos para empresas, escolas e grupos comunitários. 14ª. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

NERY, M.P. & CONCEIÇÃO, M.I.G. (Orgs.). Intervenções grupais: o Psicodrama e seus métodos. São Paulo/SP: Ágora, 2012 (recurso online).

OSORIO, L.C. Como trabalhar com sistemas humanos grupos, casais e famílias, empresas. Porto Alegre/RS: ArtMed, 2013 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: ESTÁGIO BÁSICO EM INTERVENÇÕES COM GRUPOS	
SEMESTRE: 7º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA	
<p>Práticas integrativas de habilidades e competências para avaliação, planejamento e intervenções com grupos. Abordagens teóricas e metodológicas de análise, planejamento e intervenção grupal com diferentes públicos e em contextos diversos. Implicações éticas da intervenção com grupos.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>FIGLIE, N.B.; PAYÁ, R. Dinâmicas de grupo e atividades clínicas aplicadas ao uso de substância psicoativas. Rio de Janeiro, RJ: Roca, 2013 (recurso online).</p> <p>MINICUCCI, A.. Dinâmica de grupo teorias e sistemas. 5. São Paulo Atlas 2012. (Recurso online).</p> <p>YOZO, R.Y.K. 100 jogos para grupos: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas. 19ª ed. São Paulo/SP: Ágora, 1996.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>FRITZEN, S.J. Exercícios práticos de dinâmica de grupo. 38ª. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.</p> <p>MOSCOVICI, F. Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo. 22ª. ed. rev., ampl. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 2013.</p> <p>NERY, M.P. & CONCEIÇÃO, M.I.G. (Orgs.). Intervenções grupais: o Psicodrama e seus métodos. São Paulo/SP: Ágora, 2012 (recurso online).</p> <p>OSORIO, L.C. Como trabalhar com sistemas humanos, grupos, casais e famílias, empresas. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2013 (recurso online).</p> <p>YALOM, I.D.; LESZCZ, M. Psicoterapia de grupo: teoria e prática. Porto Alegre, RS: Grupo A Educação S/A, 2006.</p>	

UNIDADE CURRICULAR: PSICOLOGIA E GESTÃO DE PESSOAS	
SEMESTRE: 7º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA	
<p>Recursos técnicos e metodológicos aplicados à gestão estratégica de pessoas: recrutamento e seleção, orientação profissional, avaliação de desempenho e treinamento. Gestão por competências. Desenvolvimento e educação profissional. Estratégias de promoção de saúde no trabalho.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>LACOMBE, F.. Recursos humanos princípios e tendências. 3ª ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2020 (recurso online).</p>	

MENDES, A.M. (Coord.). Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros. Curitiba, PR: Juruá, 2010.

ZANELLI, J.C. Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho construção de projetos para o pós-carreira. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2011 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, D.C.. Atuando em psicologia do trabalho, psicologia organizacional e recursos humanos. 2. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2017 (recurso online).

DUTRA, J.S. Gestão de pessoas modelo, processos, tendências e perspectivas. 2. São Paulo, SP: Atlas, 2016 (recurso online).

FERREIRA, P.I. Gestão de pessoas gestão por competências. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015 (recurso online).

LEME, R. Aplicação prática de gestão de pessoas por competências: mapeamento, treinamento, seleção, avaliação e mensuração de resultados de treinamento. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2010.

MARRAS, J.P. (Coord.). Gestão estratégica de pessoas: conceitos e tendências. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

UNIDADE CURRICULAR: PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

SEMESTRE: 7º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

A prática psicológica em interface com o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Subjetividade e Políticas Públicas. Políticas Sociais e os desafios para o profissional de Psicologia. Intervenção Psicossocial e a prática interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, S. Atenção à saúde de populações vulneráveis. Barueri, SP: Manole, 2014 (recurso online).

CRUZ, L. R. da; GUARESCHI, N. M. de F. (Coord.). Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOLHA, R.K.T.. Sistema Único de Saúde componentes, diretrizes e políticas públicas. São Paulo, SP: Erica, 2014 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, P.A. P. Política social temas & questões. São Paulo, SP: Cortez, 2008 (recurso online).

PORTUGAL, S.; MARTINS, P.H. (Coord.). Cidadania, políticas públicas e redes sociais. São Paulo, SP: AnnaBlume, 2011.

SECCHI, L. Análise de políticas públicas diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016 (recurso online).

SPINK, M.J.P. A Psicologia em diálogo com o SUS. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

THEODORO, M. (Coord.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição . 2. ed. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008.

UNIDADE CURRICULAR: PSICOLOGIA, NECESSIDADES ESPECIAIS E INCLUSÃO SOCIAL

SEMESTRE: 7º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Aspectos biopsicossociais que caracterizam diferentes necessidades específicas e deficiências. Deficiência e subjetividade. Práticas psicológicas no contexto clínico, institucional e psicossocial, de avaliação, orientação e/ou intervenção frente ao processo de inclusão social da pessoa com necessidades específicas e/ou deficiência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. 3. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010.

DINIZ, M. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas avanços e desafios. São Paulo Autêntica 2012 (recurso online).

MADRUGA, S. Pessoas com deficiência e direitos humanos ótica da diferença e ações afirmativas. 4ª ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2021 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLL, C.. Desenvolvimento psicológico e educação psicologia da educação escolar, v.2. 2. Porto Alegre, RS: Penso, 2015 (recurso online).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Envelhecimento e subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo, SP: Brasiliense, 2007. RIBAS, J. Preconceito contra as pessoas com deficiência as relações que travamos com o mundo. São Paulo Cortez 2011 (recurso online).

VALLE, J.W. Ressignificando a deficiência da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre, RS: AMGH, 2014 (recurso online)

UNIDADE CURRICULAR: TOXICOLOGIA CLÍNICA

SEMESTRE: 7º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Introdução à toxicologia clínica. Toxicocinética e toxicodinâmica. Epidemiologia em toxicologia. Avaliação de toxicidade e risco. Toxicologia de Medicamentos e Cosméticos. Toxicologia clínica dos principais grupos de agentes tóxicos – intoxicação por fármacos/drogas com ação sobre o SNC - estimulantes, depressores e alucinógenos; toxicidade dos AINEs. Correlação com toxicologia

social. Toxicologia de alimentos – Micotoxinas. Toxicologia ambiental e ocupacional – pesticidas e solventes orgânicos. Drogas lícitas e ilícitas. Medidas Gerais no Paciente Intoxicado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OGA, Seizi; CAMARGO, Márcia Maria de Almeida; BATISTUZZO, José Antonio de Oliveira (Coord.). Fundamentos de toxicologia. 4. ed. São Paulo, SP: Atheneu, c2014. 682 p.

PASSAGLI, Marcos. Toxicologia forense: teoria e prática . 3. ed. Campinas (SP): Millennium, 2011.

CAMPOLINA, Délio; DIAS, Mariana Borges; ANDRADE FILHO, Adebald de (Coord.). Toxicologia na prática clínica. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Folium, c2013. 675 p. ISBN 9788588361607.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLSON, Kent R. Manual de toxicologia clínica.6. Porto Alegre AMGH 2013 1 recurso online (Tekne). ISBN 9788580552669.

EMERGÊNCIAS toxicológicas princípios e prática do tratamento de intoxicações agudas. Barueri Manole 2022 1 recurso online ISBN 9786555767551.

KATZUNG, Bertram G; VANDERAH, Todd W (null). Farmacologia básica e clínica. 15. Porto Alegre: ArtMed, 2023. 1 recurso online. ISBN 9786558040194.

TOXICOLOGIA. Porto Alegre SAGAH 2021 1 recurso online ISBN 9786556901954.

GOODMAN, Louis Sanford; BRUNTON, Laurence L.; CHABNER, Bruce A.; KNOLLMANN, Björn C. (Coord.). As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12. ed. Porto Alegre, RS: McGraw-Hill Education, 2010. xxi, 2079 p. ISBN 9788580551167.

UNIDADE CURRICULAR: ESTÁGIO SUPERVISIONADO ESPECÍFICO - ÊNFASE EM SUBJETIVIDADE E PROCESSOS INSTITUCIONAIS

SEMESTRE: 8º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 160 horas

EMENTA

Práticas supervisionadas de análise, avaliação e intervenção em processos institucionais de gestão e desenvolvimento de pessoas. Avaliação diagnóstica, planejamento e intervenção no processo de construção da subjetividade em contextos institucionais e/ou organizacionais diversos. Proposição e execução de práticas interventivas que visem a promoção da saúde de indivíduos, grupos, equipes e/ou instituições. Comprometimento ético quanto à atuação do psicólogo no âmbito de intervenções grupais e institucionais. Produção de documentos técnicos e/ou comunicações profissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. (Coord.). Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2008.

MÄDER, B. J. (Coord.). Ações e debates atuais em psicologia escolar/educacional. Curitiba, PR: Conselho Regional de Psicologia do Paraná, 2016. (Psicologia em diálogo).

MEIRA, M.E.M.; ANTUNES, M.A.M. (Orgs.). Psicologia escolar: teorias críticas. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo: legislação e resoluções para a prática profissional. Brasília, DF: Autor, 2005 (recurso online disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>).

FERREIRA, P. I. Gestão de pessoas gestão por competências. Rio de Janeiro, RJ: LTC 2015 (recurso online).

HUTZ, C.S; BANDEIRA, D.R. Avaliação Psicológica Cont. Escolar e Educacional. Artmed, 2022.

SIQUEIRA, M.M.M. Novas medidas do comportamento organizacional ferramentas de diagnóstico e de gestão. 1ª ed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2013 (recurso online).

VALLE, J.W. Ressignificando a deficiência da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre AMGH 2014 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: INTERVENÇÕES EM PROCESSOS CLÍNICOS**SEMESTRE:** 8º**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 80 horas**EMENTA**

Formação clínica: Identidade profissional, implicações técnicas e éticas da prática psicológica clínica na contemporaneidade. Atuação e intervenção em contextos clínicos diversificados. A função da clínica na promoção, prevenção e reabilitação em saúde mental. Teleatendimento em contexto clínico e demandas contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, G.G.; SIMIÃO, A.R.M.; CRUZ, L.; et al. Técnica de entrevista e aconselhamento psicológico. São Paulo, SP: Grupo A, 2022 (recurso online).

DA SILVA, A.E.A.A.; PEREIRA, N.H.L. Consultas terapêuticas on-line na saúde mental. São Paulo, SP: Editora Manole, 2021 (recurso online).

ENES, G.S.T. Psicologia clínica e avaliação psicológica. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2021 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNEIRO, S. L. M. A. Principais abordagens em psicologia clínica. São Paulo, SP: Saraiva, 2021 (recurso online).

DA DAMIANO, R.F.; LUCIANO, A.C.; CRUZ, I.D.A.G.; et al. Compreendendo o suicídio. São Paulo, SP: Editora Manole, 2021 (recurso online).

MACHADO, L.; MATSUMOTO, L.S. Psicologia positiva e psiquiatria positiva: a ciência da felicidade na prática clínica. São Paulo, SP: Editora Manole, 2020 (recurso online).

MCGOLDRICK, M. (Coord.). Novas abordagens da terapia familiar: raça, cultura e gênero na prática clínica. São Paulo, SP: Roca, 2013.

SOUZA, A.C.B.D. Ética e responsabilidade profissional. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2021 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: PSICOLOGIA JURÍDICA	
SEMESTRE: 8º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA	
<p>A interação entre o Direito e a Psicologia: considerações históricas e sociais. Fundamentos teórico-metodológicos e éticos da Psicologia aplicada ao Sistema de Justiça e de Garantia de Direitos. A Psicologia Jurídica no Brasil e os diversos contextos de atuação.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>GONÇALVES, H.S.; BRANDÃO, E.P. (Coord.). Psicologia jurídica no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nau Editora, 2011.</p> <p>PINHEIRO, C. Manual de psicologia jurídica. 6ª ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2022 (recurso online).</p> <p>SILVA, D.M.P. Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BARROS, D.M. Psiquiatria forense interfaces jurídicas, éticas e clínicas. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: ArtMed, 2019 (recurso online).</p> <p>CEZAR-FERREIRA, V.A.M.. Guarda compartilhada uma visão psicojurídica. Porto Alegre. RS: ArtMed, 2016 (recurso online).</p> <p>HIRIGOYEN, M.F.; KUHNER, M.H. (Trad). A violência no casal: da coação psicológica à agressão física. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006.</p> <p>HUTZ, C.S., BANDEIRA, D.R., TRENTINI, C.M., ROVINSKI, R.L.S. & LAGO, V.M. (Orgs.). Avaliação psicológica no contexto forense. Porto Alegre ArtMed 2019 (recurso online).</p> <p>SÁ, A.A. Criminologia Clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015 (recurso online).</p>	

UNIDADE CURRICULAR: ESTÁGIO SUPERVISIONADO ESPECÍFICO - ÊNFASE EM PROCESSOS CLÍNICOS	
SEMESTRE: 9º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 160 horas
EMENTA	
<p>Práticas supervisionadas de clínica psicológica para promoção, prevenção e reabilitação em saúde e qualidade de vida. Condução de processos de avaliação, orientação e aconselhamento psicológico, práticas e estratégias clínicas de natureza breve com vistas ao desenvolvimento pessoal. Atuação ética em clínica psicológica com públicos diversificados. Produção de documentos técnicos e/ou comunicações profissionais.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

ANGERAMI-CAMON, V. A. (Org.). Psicologia da saúde: Um novo significado para a prática clínica. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2018 (recurso online).

CORDIOLI, A. Psicoterapias abordagens atuais. 4ªed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2018 (recurso online).

WENZEL, A. Inovações em terapia cognitivo-comportamental intervenções estratégicas para uma prática criativa. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2018 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo: legislação e resoluções para a prática profissional. Brasília, DF: Autor, 2005 (recurso online disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>).

COSTA, G.S.P. A clínica psicanalítica das psicopatologias contemporâneas. 2ª ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2015 (recurso online).

MELZER, D.. Clínica psicanalítica com crianças e adultos. São Paulo, SP: Blucher, 2021 (recurso online).

STRAUB, R.O. Psicologia da saúde uma abordagem biopsicossocial. 3 ed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2014 (recurso online).

YALOM, I.D. Psicoterapia de grupo. 5ª ed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2017 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: INTERVENÇÕES EM CRISE E EMERGÊNCIAS

SEMESTRE: 9º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Contextos diversificados que caracterizam situações de crise. O manejo da crise em diferentes situações. Fatores de risco, vulnerabilidade, prevenção e acolhimento. Contribuições da psicologia em ações de prevenção, preparação, resposta e assistência, reabilitação e reconstrução de cenários de crises, riscos e/ou desastres.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Manual de desastres humanos: parte II - Desastres humanos de natureza social. Brasil: Secretaria Nacional de Defesa Civil, s.d.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). O suicídio e os desafios para a psicologia. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

VALÊNCIO, N. (Coord). Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos, SP: Rima, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOTEGA, N.J.. Crise suicida. Porto Alegre ArtMed 2015 (recurso online).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde no Brasil : 2017 a 2020, Brasília, DF : Ministério da Saúde, 2017

(recurso online disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acoes_estrategicas_vigilancia_).
CONSELHO FEDERAL de PSICOLOGIA. Psicologia de emergências e desastres na América Latina: Promoção de direitos e construção de estratégias de atuação. Brasília: CFP, 2011 (recurso online disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/emergencias_e_desastres_final.pdf).
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 1. ed., Brasília : CFP , 2021 (recurso online disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Crepop-RT-Emerge%CC%82ncias-e-Desastres-web_v2.pdf).
DA DAMIANO, R.F.; LUCIANO, A.C.; CRUZ, I.D.A.G.; et al. Compreendendo o suicídio. São Paulo, SP: Editora Manole, 2021 (Recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS	
SEMESTRE: 9º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA	
Avaliação da relação subjetividade e realidade social. Estratégias de avaliação e intervenção psicossocial. O fenômeno psicológico e sua interação com fenômenos socioculturais. Prática interdisciplinar e ética; aplicada a diferentes contextos institucionais e sociais de atuação profissional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BOCK, A.M.B.. Relações sociais e a vida coletiva aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais. São Paulo, SP: Expressa, 2021 (recurso online).	
GAULEJAC, V. As origens da vergonha. São Paulo: Via Lettera, 2006.	
SAWAIA, B.B. (Coord.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BARUS-MICHEL, Jacqueline. O sujeito social. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.	
HIRIGOYEN, M. F.; KUHNER, M. H. (Trad). A violência no casal: da coação psicológica à agressão física. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006.	
LEVY, A. et al. Psicossociologia: análise social e intervenção. Petrópolis: Vozes, 1994.	
PENSO, M.A. Jovens pedem socorro: o adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual. Brasília, DF: Editora Universa: Liber Livro, 2012.	
SÁ, A.A. Criminologia clínica e psicologia criminal. 4. ed., rev. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2014.	

UNIDADE CURRICULAR: ESTÁGIO SUPERVISIONADO ESPECÍFICO - ÊNFASE EM INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS

SEMESTRE: 10º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 160 horas

EMENTA

Práticas supervisionadas de investigação, análise, acompanhamento e intervenção psicossocial de indivíduos ou grupos em diversos contextos de vulnerabilidade social. Desenvolvimento de ações de prevenção, promoção, proteção e/ou reabilitação da saúde psicológica e psicossocial em diferentes contextos sociais de intervenção. Atuação interdisciplinar. Produção de documentos técnicos e/ou comunicações profissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MINUCHIN, S. Famílias e casais do sintoma ao sistema. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2011 (recurso online).

SÁ, A.A. Criminologia Clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015 (recurso online).

STELLA, C. (Org.). Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALA-FILHO, E. Psiquiatria forense de Taborda. 3ª ed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2016 (recurso online).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo: legislação e resoluções para a prática profissional. Brasília, DF: Autor, 2005 (recurso online disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>).

SALES, M.A. (In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência . São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SERAFIM, A.P.; BARROS, D.M.; RIGONATTI, S.P. (Coord.). Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica II. São Paulo, SP: Vetor, 2006.

SUTTER, C.; BUCHER-MALUSCHKE, J.S.N.F.; PEDROSO, J.S. (Coord.). Família e vulnerabilidade social: pesquisas e intervenções. Curitiba, PR: Editora Appris, 2015.

UNIDADE CURRICULAR: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

SEMESTRE: 10º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Desenvolvimento de recursos para a investigação científica e/ou a prática profissional em Psicologia. Produção de um projeto de pesquisa e/ou de intervenção em Psicologia a partir da aplicação de diferentes bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico. Aplicação de metodologias de pesquisa qualitativa e/ou quantitativas, com a devida aplicação do conhecimento científico em Psicologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, A.C.. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. Rio de Janeiro Atlas 2017 (recurso online).

CRESWELL, J.W. Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. Ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

SHAUGHNESSY, J.J., ZECHMEISTER, E.B.; ZECHMEISTER, J.S. Metodologia de pesquisa em psicologia. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2012 (recurso online).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo, SP: Edições 70, 2012. BELL, J. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4ª. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.

DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. S. (Coord.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. Rio de Janeiro Atlas 2019 (recurso online).

REY, F.L.G. Pesquisa qualitativa em psicologia os processos de construção da informação. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012 (recurso online).

UNIDADE CURRICULAR: MARKETING DE MÍDIAS SOCIAIS E DIGITAIS

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

A importância do planejamento; Frameworks para o plano de marketing; Alocação de recursos e pessoas; Ferramentas para a gestão colaborativa de projetos; Estimativa de ROI; Elementos de tráfego em mídias próprias, pagas e espontâneas; Mecanismos de busca; Google Page Rank e atualizações do Google; Elementos de força no Ranking do Google; SEO contemporâneo e melhores práticas; Google, Youtube, Amazon, Tripadvisor, Booking e outras ferramentas de busca específicas; PPC/Rede de display.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

YANAZE, Mitsuru H.; ALMEIDA, Edgar; YANAZE, Leandro Key H. Marketing digital: conceitos e práticas . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9788571441408. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441408/> Acesso em: 15 fev. 2023.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro, RJ: Zahart, 2003. 243 p. ISBN 9788571107403.

RECUERO, Raquel. A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador. Porto Alegre, RS: Sulina, c2012. 238 p. ISBN 9788520506509.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTOS, Carlos Roberto Gomes dos. Campanhas de mobilização social em espaços públicos ampliados pela comunicação digital. 2018. 128 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Comunicação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

DOMINGUES, Diana (Coord.). A arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo, SP: UNESP, 1997. 374 p. ISBN 85- 9788571391602.

RÜDIGER, Francisco. Cibercultura e pós-humanismo: exercícios de arqueologia e criticismo. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2008. 237 p. (Comunicação; 44) ISBN 9788574307244.

LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2010. 295 p. (Coleção Cibercultura) ISBN 9788520505779.

COMUNICAÇÃO na cibercultura. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001. 215 p. ISBN 8574310735.

UNIDADE CURRICULAR: TEORIAS DA COMUNICAÇÃO

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Conceitos de Comunicação e sua construção como objeto e área de pesquisa. Paradigmas clássicos das teorias da Comunicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RÜDIGER, Francisco. As teorias da comunicação. Porto Alegre: Penso. 2011.

PENA, Felipe. (Org.) . 1000 perguntas em Teoria da Comunicação. Rio de Janeiro: Thomson / IOB, 2005. v. 1. 430p.

FRANÇA; SIMOES. Curso Básico de Teorias da Comunicação. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. v. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (orgs.). Teorias da Comunicação. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

RÜDIGER, Francisco. O mito da agulha hipodérmica e a era da propaganda: 12 estudos de arqueologia do pensamento comunicacional. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SÁ MARTINO. Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes - Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

TEMER, Ana Carolina R. P. ; NERY, V. C. A. . Para entender as Teorias da Comunicação. 2. ed. Uberlândia: Edufu, 2009. v. 01. 205p.

VILALBA, Rodrigo. Teoria da Comunicação. São Paulo: Ática, 2007.

UNIDADE CURRICULAR: ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DO ENVELHECIMENTO

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Bases antropológicas para o estudo do envelhecimento humano; Construção social da velhice; Envelhecimento, Cultura e Sociedade; Curso de vida; Interseccionalidades e a experiência do envelhecer; Papéis sociais na velhice; Aplicações das teorias sociológicas nas práticas, programas e serviços voltados à população idosa; Reestruturação do conceito família e modalidades de moradia na velhice. O papel da religiosidade e da espiritualidade na vida da pessoa idosa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, Elizabete Viana; PY, Ligia (Coord.). Tratado de geriatria e gerontologia. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2018. xli, 1651 p. ISBN 9788527729406.

LOPES, Andrea. Os desafios da gerontologia no Brasil. Alínea, 2000. 209 p. (Coleção velhice e sociedade ; 1).

NERI, AL. Palavras-chave em Gerontologia. 4ª. ed. Campinas: Alínea, 2014. 214 p.

NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin (Org.). Velhice e sociedade. Campinas: Papyrus, 1999. 232 p. ISBN 8530805577.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; SILVA, Henrique Salmazo da (org.). Envelhecimento e velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais. Campinas, SP: Alínea, 2020. 210 p. (Coleção velhice e sociedade.). ISBN 9788575168929.

FERNÁNDEZ BALLESTEROS, Rocío (Dir.). Gerontologia social. Madrid: Ediciones Pirámide, c2004. 612 p. ISBN 8436814371.

NERI, A. L. Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas: Papyrus, 2007. 200p.

SIMSON, Olga R. de Moraes von (org.). As múltiplas faces da velhice no Brasil. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2006. 250 p. (Coleção velhice e sociedade). ISBN 857516077X.

UNIDADE CURRICULAR: DIREITO PENAL: TEORIA DO CRIME

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Conceito, objeto, fontes e método do Direito Penal. Política Criminal e Criminologia. Evolução histórica do Direito Penal e das escolas penais. Teoria da norma penal. Classificação das normas penais. Princípios de Direito Penal. Interpretação da lei penal. Conflito aparente de normas. Aplicação da lei penal. Teoria do crime. Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Erros. Consumação e tentativa do crime. Concurso de pessoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. 21. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal. 12. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Luiz Flávio; CUNHA, Rogério Sanches (Coord.). Ciências criminais. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

GRECO, Rogério. Código penal: comentado. 2. ed., rev. ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2009.

JESUS, Damásio E. de. Direito penal. 20. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. Direito penal: parte especial. 2. ed. rev. amp. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro. 9. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2007.

UNIDADE CURRICULAR: NUTRIÇÃO NOS CICLOS DA VIDA

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Fisiologia da gestação e lactação. Nutrição no desenvolvimento fetal. Aleitamento materno e artificial. Alimentação e nutrição no primeiro ano de vida, pré-escolares e escolares. Comportamento alimentar e transtornos alimentares na adolescência. Expectativa e qualidade de vida no processo de envelhecimento e suas modificações orgânicas e fisiológicas. Necessidades e recomendações nutricionais nos diferentes ciclos da vida. Acompanhamento de atendimento ambulatorial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

VITOLLO, M.R. Nutrição: da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro, RJ: Rubio, 2. ed., 2014. 576p.

COZZOLINO, S.M.F.; COMINETTI, C. (Coord.). Bases bioquímicas e fisiológicas da nutrição: nas diferentes fases da vida, na saúde e na doença. Barueri, SP: Manole, 2013. 1257p.

FRANK, A. A.; SOARES, E. A. Nutrição no envelhecer. São Paulo, SP: Atheneu, 2004. 300 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; LACERDA, E.M.A. Nutrição em obstetrícia e pediatria. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, c2009. 651 p.

MAHAN, L. K.; ESCOTT-STRUMP, S. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia. 12. ed. São Paulo, SP: Rocca, 2010. xxvi, 1351 p.

SILVA, S.M.C.S. Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia. 2. Rio de Janeiro:Roca, 2011. [E-book].

SHILS, M.E. (Coord.). Nutrição moderna na saúde e na doença. 10. ed. Barueri, SP: Manole, 2009. xxix, 2222 p.

WEFFORT. V. R. S.; LAMONIER. J. A. Nutrição em pediatria: da neonatologia à adolescência. São Paulo: Manole, 2009. 600 P. [E-book].

REVISTA DE NUTRIÇÃO [CAMPINAS] : Brazilian Journal of Nutrition. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1997-. Bimestral. ISSN 1678-9865 (versão on-line). Disponível em: /www.scielo.br/rn>. Acesso em: 10 jun. 2015. Classificação: 613.2(05) Ac.120063

UNIDADE CURRICULAR: FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA DO ESPORTE

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Psicologia do esporte e da atividade física: seu objeto de estudo e principais contribuições. Influências no rendimento esportivo e em atividades físicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOELLNER, S. V. Gênero e raça: inclusão no esporte e lazer. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2009.

SAMULSKI, D. M. Psicologia do esporte: manual para educação física, psicologia e fisioterapia. São Paulo, SP: Editora Manole, 2002.

WEINBERG, R. S.; GOULD D., Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOSIL, J. Psicologia y rendimiento deportivo. Buenos Aires: Ediciones Gersam, 2002.

FRANCO, G. S., Psicologia no Esporte e na Atividade Física: Uma coletânea sobre a prática com Qualidade. Belo Horizonte: Manole, 2000.

RUBIO, K. Encontros e desencontros: descobrindo a psicologia do esporte. Conselho Regional de Psicologia: Ed. Casa do Psicólogo. 2010.

SABO, D. F. Sport, men, and the gender order: critical feminist perspectives. Champaign: Human Kinetics, 1990.

SAMULSKI, D. M. Psicologia do esporte: conceitos e novas perspectivas. 2ª ed., rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2009.

UNIDADE CURRICULAR: QUALIFICAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

O novo mundo do trabalho; tendências do mercado; habilidades comportamentais; ética profissional; networking e demais fatores que contribuem para o sucesso na vida pessoal e profissional. Relações sociais, multiculturalismo, diversidade e liderança nas relações de trabalho. Design thinking aplicado a gestão de projetos; inovação e criatividade no mundo corporativo; formação continuada e desenvolvimento profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOFF, L. Ética e moral. A busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ROHR, F. Educação e espiritualidade. Contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PEGORAGO, O. Ética dos maiores mestres através da história. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

Fellipelli, Adriana. Autoconhecimento Para Um Mundo Melhor . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555201307/epubcfi/6/22%5B%3Bvnd.vst.idref%3DCG_Autoconhecimento_Cap01%5D!/4%5BCG_Autoconhecimento_Cap01%5D/4%5B_idContainer020%5D/6%5B_idParaDest-4%5D/3:37%5Bcia%2CI%3F%5D

GOLEMAN, Daniel; BOYATZIS, Richard; MCKEE, Annie. O poder da inteligência emocional. Rio de Janeiro: Campus, 2002. <http://cdl-static.s3.amazonaws.com/trechos/9788547000639.pdf>

Estrada, RJS, Flores, GT, & Schimith, CD (2011). Gestão do tempo e apoio ao planejamento estratégico pessoal. Revista de Administração da UFSM , 4 (2), 315–332. <https://doi.org/10.5902/198346593349https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:f22f48fc-0422-3ef8-bdd9-a76688018eac>

BUENO, José Maurício Haas; PRIMI, Ricardo. Inteligência emocional: um estudo de validade sobre a capacidade de perceber emoções. Psicologia: reflexão e crítica, v. 16, p. 279-291, 2003.

<https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000200008>

DRUKER, Peter. 50 casos reais de administração/Peter Ferdinand Druker: tradução de Carlos A. Malferrari. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DRUKER, Peter F. Liderança para o século XXI/Editores Frances. Hesselbein, Marshall Goldsmith, Iain Somerville; tradução Cynthia Azevedo. São Paulo: Futura.

DA COSTA, VAGNER NASCIMENTO. A HABILIDADE DE NEGOCIAÇÃO NA GESTÃO DE CONFLITOS NAS ORGANIZAÇÕES. Administração de Empresas em Revista, v. 2, n. 20, p. 26-37, 2020.

<https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:116cacd0-7068-3e29-a835-df4712998c46>

UNIDADE CURRICULAR: ORATÓRIA

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

<p>EMENTA</p> <p>Diferenças entre o ato de falar em público e a conversação. Falar em público como arte. Processo de comunicação oral. Etapas da preparação do discurso. Adaptação de mensagens para diferentes públicos. Construção do roteiro do discurso (organização e esboço). O uso de recursos tecnológicos para apresentação. Técnicas de comunicação verbal e não-verbal que possibilitam a comunicação eficaz. Apresentação de discursos temáticos, palestras, trabalhos acadêmicos, discursos para grupos pequenos. Gestão emocional para falar em público. Oratória em um mundo multicultural e democrático. Oratória e o exercício da liderança. Autopoiese e aprendizagem contínua na arte de falar em público.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>LUCAS, Stephen E. A arte de falar em público. Porto Alegre: AMGH, 2014.</p> <p>PEREIRA, Flávio. Oratória: como falar em público com segurança. Cérebro e Comunicação: Curitiba, 2010.</p> <p>POLITO, Reinaldo. Como falar corretamente e sem inibições. 111ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BRASSI, Sérgio. Comunicação Verbal – Oratória: a arte da persuasão. São Paulo: Madras, 2008.</p> <p>ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. 1948.</p> <p>PEREIRA, Flávio. Oratória: como falar em público com segurança. Cérebro e Comunicação: Curitiba, 2010.</p> <p>PEREIRA, NEY. Apresentações empresariais além da oratória. São Paulo: Elsevier, 2009.</p> <p>TOURAINÉ, Alain. O que é democracia? trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro? Vozes, 1996.</p>

UNIDADE CURRICULAR: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	
SEMESTRE: Op	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
<p>EMENTA</p> <p>A história da educação dos surdos. Aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos da Língua Brasileira de Sinais. A relação entre Libras e a Língua Portuguesa. Processos de significação e subjetivação. O ensino- aprendizagem em Libras. A linguagem viso-gestual e suas implicações em produções escritas.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>GUARINELLO, Ana Cristina. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo: Plexus. 2007. LIMA-SALLES, H. M. L. (Org.) Bilinguismo dos Surdos: Questões</p> <p>Linguísticas e Educacionais. Brasília: Cãnone Editorial, 2007.</p> <p>QUADROS, R. M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Artes Médicas, Porto Alegre, 1997</p>	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CADER-NASCIMENTO, F.A.A. et al. Descobrimo a surdocegueira: educação e comunicação. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

GESSER A. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009. LODI, A. C. B. et al. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

QUADROS, R. M. e KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SALLES, H. M. M. L. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília, 2002.

UNIDADE CURRICULAR: LIDERANÇA, NEGOCIAÇÃO E GRANDES NEGÓCIOS

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Liderança e habilidades. Estilos e eficácia da liderança. Valores e ética profissional. Motivação e comprometimento. Estratégias participativas. Comunicação empática. Comunicação empresarial. Negociação. Fases de uma negociação eficaz. Mapeamento de espaços de negociação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TAJRA, Sanmya Feitosa. Comunicação e negociação conceitos e práticas organizacionais. São Paulo Erica 2014 1 recurso online ISBN 9788536511054.

WEBER, Antônio Celso Mendes. Afinal, onde estão os líderes? Porto Alegre Bookman 2011 1 recurso online ISBN 9788577805914.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Além da hierarquia: como implantar estratégias participativas para administrar a empresa enxuta . São Paulo: Atlas, 1995. 143 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DRUKER, Peter. 50 casos reais de administração/Peter Ferdinand Druker: tradução de Carlos A. Malferrari. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DRUKER, Peter F. Liderança para o século XXI/Editores Frances. Hesselbein, Marshall Goldsmith, Iain Somerville; tradução Cynthia Azevedo. São Paulo: Futura.

UNIDADE CURRICULAR: INGLÊS INSTRUMENTAL

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Estratégias de leitura. Estudo das estruturas básicas da língua inglesa: tempos verbais; verbos de modalização; referência pronominal; voz passiva; estrutura nominal. Processo de formação de palavras. Leitura e interpretação de textos acadêmicos de diversas áreas em inglês. Estudos sobre as formas de desenvolvimento do parágrafo e das diferentes organizações textuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Inglês Instrumental 1. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2017.

MURPHY, Raymond; SMALZER, William R. Grammar in use intermediate: self-study reference and practice for students of English: with answers. 2. ed. New York, NY: Cambridge Press, 2009.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Inglês Instrumental 2. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACMILLAN ELT. MacMillan English Dictionary for Advanced Learners with CD-Rom. MacMillan ELT, 2002.

MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: Estratégias de Leitura. Módulos I e II. São Paulo, SP: Texto novo, 2001.

OLIVEIRA, Sara Rejjane de F. Estratégias de Leitura para Inglês Instrumental. Ed. UnB, 1994.

SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford University Press, England, 2005.

UNIDADE CURRICULAR: DESIGN THINKING E A BUSCA DA INOVAÇÃO

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

A abordagem design thinking; espaços de aplicação; etapas de produção na abordagem do design; Ideação, identificação do problema; de que forma ela interfere na resolução do problema e quais os estímulos que se pode utilizar; Imersão, pesquisa de campo aplicada, mapa da empatia; criação da persona;. prototipação, metodologia de projeto e intervenção a partir do design.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCAR, Eunice Lima Soriano de. Desenvolvendo a criatividade nas organizações: o desafio da inovação. Revista de Administração de Empresas, v. 35, p. 6-11, 1995. <https://www.scielo.br/j/rae/a/kcyZbN7gXtNLVfYFnKWh7QN/?format=pdf&lang=pt>.

BEHRENS, Marilda Aparecida. Metodologia de projetos: aprender e ensinar para a produção do conhecimento numa visão complexa. Coleção Agrinho, p. 95-116, 2014. https://www.academia.edu/download/53290513/2_04_Metodologia-de-projetos.pdf.

DA SILVA, Carlos Eduardo Leme; GASPERINI, Ricardo. Design thinking: contribuições na gestão de projetos do produto. Tekhne e Logos, v. 4, n. 3, p. 141-153, 2013. <http://revista.fatecbt.edu.br/index.php/tl/article/view/223>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE MATOS, Marilyn A. Errobidarte. A metodologia de projetos, a aprendizagem significativa e a educação ambiental na escola. Ensino, saúde e ambiente, v. 2, n. 1, 2009. <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/download/21036/12511>.

DE OLIVEIRA, Aline Cristina Antoneli. A contribuição do Design Thinking na educação. Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial-ISSN-1983-1838, p. 105-121, 2014. <https://etech.emnuvens.com.br/revista-cientifica/article/view/454>.

MACEDO, Mayara Atherino; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick; CASAROTTO FILHO, Nelson. A caracterização do design thinking como um modelo de inovação. RAI Revista de Administração e Inovação, v. 12, n. 3, p. 157-182, 2015. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809203916300961>.

PESSOA, Luísa Martins. INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE E DESIGN THINKING: INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS. Universidade de Lisboa, 2018. https://www.academia.edu/download/59205491/Inovacao_Criatividdade_DesignThinking_Introduc_aoAosConceitos20190510-111542-l5nuik.pdf.

SUGAI, Mari et al. Design Thinking: uma nova forma de pensar. QUIPUS-ISSN 2237-8987, v. 2, n. 2, p. 31-40, 2013. <https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/441>.

UNIDADE CURRICULAR: ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Conceitos de Estatística. Coleta de dados. Técnica de Amostragem. Distribuição de Frequência. Conceitos de métodos quantitativos. Softwares de análises de dados. Instrumentos de coleta de dados. Espaço amostral. Técnicas de amostragem. Estatística descritiva. Média, Moda e Mediana. Distribuição de frequência. Medidas de posição e dispersão. Medidas de assimetria e curtose. Análise de variância. Covariância e correlação. Análise de regressão. Testes de hipóteses. Noções de Probabilidade. Distribuições de probabilidade. Nível de significância do teste. Tipos de Erros. Distribuições binomial e normal. Inferências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SPIEGEL, Murray R. Probabilidade e estatística. 3. Porto Alegre Bookman 2015. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788565837477>)

FREUND, John E.; SIMON, Gary A.; FARIAS, Alfredo Alves de (Trad.). Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 404 p.

LOESCH, Cláudio. Probabilidade e estatística. Rio de Janeiro LTC 2012. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2172-0>)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREUND, John E. Estatística aplicada economicamente. 11. Porto Alegre Bookman 2006. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577800636>)

KAZMIER, Leonard J. Estatística aplicada à administração e economia. 4. Porto Alegre Bookman 2006. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577802470>)

MORETTIN, Pedro A. Estatística básica. 9. São Paulo Saraiva 2017. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547220228>)

TRIOLA, M.F. Introdução A Estatística. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A.C.P. Noções de probabilidade e estatística. São Paulo: Ed. Edusp, 2005.

UNIDADE CURRICULAR: ARTE E SOCIEDADE

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Contextualização histórica e cultural das imagens, do design e do cinema. Teoria da imagem: forma e movimento. Registros da comunicação visual humana da pré-história até a pós-modernidade. Escolas e movimentos artísticos do século XX. A arte e o design no contexto sociocultural brasileiro e regional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAUQUELIN, A. Teorias da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MEGGS, Phillip B. História do Design Gráfico. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIPP, Herschel B. Teorias da Arte Moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CARDOSO, Rafael. Uma introdução à história do design. 3. ed., totalmente rev. e ampl. São Paulo, SP: Blucher, 2008.

JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. São Paulo, SP: Papyrus, 1996.

MICHAUD, Philippe-Alan. Aby Warburg e a imagem em movimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

WOLFFLIN, Heinrich. Conceitos Fundamentais da História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

UNIDADE CURRICULAR: ESTUDOS DE DIREITOS HUMANOS

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

O processo de internacionalização dos Direitos Humanos. O Direito Internacional dos Direitos Humanos. O Direito Internacional Humanitário. O Direito Internacional dos Refugiados. Os sistemas regionais de proteção dos Direitos Humanos. O papel das organizações internacionais e sociedade civil na promoção e proteção dos Direitos Humanos. Concepção Multicultural de Direitos Humanos. As agendas internacionais de promoção e proteção dos Direitos Humanos. O panorama dos Direitos Humanos no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANNONI, Danielle. Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadania, democracia e direitos humanos. Rio de Janeiro, RJ: América Jurídica, 2002.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.

GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia Cristina. O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro. São Paulo, SP: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEZERRA, João Brígido [et al]. Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sócio demográficos dos refugiados (1998 – 2014). Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30866&catid=400&Itemid=424. Acesso em: 11 maio.2021.

GARCIA, Emerson. Proteção internacional dos direitos humanos: breves reflexões sobre os sistemas convencional e não-convencional. 3. São Paulo: Atlas, 2015. 1 recurso online ISBN 9788522499328.

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. Direitos humanos e hospitalidade a proteção internacional para apátridas e refugiados. São Paulo: Atlas, 2014. 1 recurso online ISBN 9788522490738

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 18. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2018. (Livro eletrônico)

TEIXEIRA, Carla Noura. Direito Internacional para o século XXI. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. (Livro eletrônico)

UNIDADE CURRICULAR: INSTITUIÇÕES, REGIMES E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

A evolução histórica das Organizações Internacionais. A Liga das Nações. O Sistema Nações Unidas. As organizações não-governamentais. As Organizações Internacionais e as perspectivas teóricas das Relações Internacionais. Os regimes internacionais. A cooperação internacional e a cooperação internacional para o desenvolvimento. Atuação e desafios das Organizações Internacionais nas diferentes agendas das relações internacionais. A Governança Global e as Organizações Internacionais. Processos de Integração Regional e as instituições derivadas. O Segundo e Terceiro Setores: as Organizações Não-Governamentais Internacionais, as Fundações e o papel das empresas transnacionais nos regimes e agendas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVAREZ, José E. International organizations as law-makers. Oxford: Oxford University Press, c2005.

SEITENFUS, Ricardo A. S. Manual das organizações internacionais. 4. ed., rev. e ampl. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2005.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direito das organizações internacionais. 5. ed., rev., atual. e ampl. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENJAMIN, Daniela Arruda. A aplicação dos atos de organizações internacionais no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-61-aplicacao_dos_atos_de_organizacoes_internacionais_no_ordenamento_juridico_brasileiro_a. Acesso em: 11 maio.2021.

GOMES, Eduardo Biacchi. Direito da integração regional: diálogo entre jurisdições na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2015. (Livro eletrônico).

HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. Organizações internacionais: história e práticas. 2 rev., atual. Rio de Janeiro, GEN Atlas, 2015. (Livro eletrônico).

MACHADO, Diego Pereira. Direito da União Europeia. São Paulo: Saraiva, 2013. (Livro eletrônico).

SANTOS, Antonio Carlos A. dos. Integração econômica regional. São Paulo: Saraiva, 2013. (Livro eletrônico).

7.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A implementação das atividades complementares (ACs) no curso tem como objetivo enriquecer o processo formativo do estudante por meio da diversificação de experiências, dentro e fora do ambiente universitário, propiciando o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, em atividades presenciais ou a distância. Atualmente o curso de Psicologia possui 80 horas-aula de ACs.

Consideram-se como ACs aquelas que tenham cunho acadêmico e que propiciem ao estudante as condições para o desenvolvimento de competências que contribuam para o aprimoramento da formação básica e específica do futuro profissional, bem como a integração com a sociedade e a capacidade de desenvolver ações sociais.

A partir de 2021, a AC buscou evocar os acadêmicos para as Trilhas de Desenvolvimento do Programa Propósito de Vida (PPV) da UCB, por meio de ambiente educativo que estimule atitudes de confiança, liberdade interior, alegria e responsabilidade social, promovendo competências socioemocionais e acadêmicas relevantes para construir o futuro que almeja. Visa também integrar o desenvolvimento regional, nacional e internacional, atuando como agente transformador.

Além disto, desde 2022, foram adotados como canais de solicitações para o cômputo das horas de AC o Portal do Estudante (GOL) e/ou a central de atendimento ao estudante, o ATENDE. Além disso, foi habilitado no Sistema Acadêmico (RM) o

recurso para registro e acompanhamento de eventos acadêmicos internos, sendo que estes poderão ser previamente cadastrados e validados pelos organizadores, cujo lançamento da categoria e carga horária será realizada automaticamente.

Para regulamentar a realização, o registro e a validação das ACs no curso foi construído e aprovado em Conselho o regulamento para o cômputo das horas de Atividades Complementares nos cursos de graduação presencial da UCB.

Resumidamente as AC dividem-se em categorias, conforme descrição a seguir:

a) Atividades internas:

- Atividades desenvolvidas pela UCB no âmbito das Trilhas de Desenvolvimento do PPV, aplicáveis aos estudantes que ingressaram a partir do ano de 2021;
- Outras atividades acadêmicas promovidas pela UCB (iniciação científica, atuação no Projeto Ser+, participação em grupos de estudo/ligas acadêmicas, atuação no Programa de Monitoria, participação em atividades de representação estudantil – CAs, Atléticas, DCE, participação em eventos acadêmicos – palestras, oficinas, cursos, minicursos, seminários, congressos entre outros);

b) Atividade externas: atividades externas que contribuam para a formação acadêmica (apresentação de trabalhos, publicação científica, exposição em Mostras, cursos de atualização, estágio não-obrigatório, viagem de estudo, atuação voluntária, representação esportiva, capacitação em instituições conveniadas, cursos de línguas estrangeiras, participações em intercambio, entre outros).

c) No âmbito da formação em Psicologia é considerada como Atividade complementar a submissão do estudante à Psicoterapia, haja vista a importância que tal processo de autoconhecimento e autodesenvolvimento tem para a formação do profissional de Psicologia em geral. Para que tal atividade seja validada como Atividade complementar à formação, é necessária a comprovação de participação regular na mesma por no mínimo 06 meses mediante Declaração emitida pelo profissional psicólogo(a) responsável, conforme as diretrizes definidas na Resolução CFP nº 06/2019 que orienta quanto à produção de documentos escritos pelo profissional de Psicologia.

De modo a permitir o controle, o aproveitamento, a validação e registro das respectivas horas de AC no histórico/currículo acadêmico dos estudantes, foram estabelecidas premissas básicas e o rol com a carga horária máxima das categorias das AC para os cálculos pleiteados.

Apresenta-se a seguir, no Quadro 05, uma síntese das categorias das atividades complementares e sua respectiva carga horária, para cálculo e registro.

QUADRO 05 – Síntese de categorias

Categorias/Trilhas	Atividades	Horas
Apoio ao Ensino	Programa de Monitoria	Carga horária total da monitoria*
	Atividades de representação discente (Ligas Acadêmicas, CAs, Atléticas, DCE, representante de turma)	Até 50 horas
Pesquisa	Programas de Iniciação Científica	60 horas
	Atividades em Grupos de Estudos	
Extensão	Projetos de Extensão	60 horas
	Trabalho Voluntário Continuado	60 horas
	Ser+	Carga Horária total do projeto
	Participação em Empresa Júnior	100 horas
	Ação Social	10 horas de atividades por evento ou as horas do certificado
	Estágios não obrigatórios (fora do componente curricular)	100 horas
	Atividades realizadas na UCB (Semanas temáticas / Semana universitária / Jornadas Acadêmicas / Congressos/ Seminários /Simpósios / Palestras, Conferências, Aulas Magnas / Oficinas, cursos de atualização	Até 60 horas
Eventos e cursos	Atividades realizadas fora da UCB (Semanas temáticas / Semana universitária / Jornadas Acadêmicas / Congressos/ Seminários /Simpósios / Palestras, Conferências, Aulas Magnas / Oficinas, cursos de atualização	Até 60 horas
	Participação em Audiências, Julgamentos	
	Eventos culturais	
	Aprovação em disciplinas eletivas, escolhidas dentre as disciplinas oferecidas nos diversos cursos	
Realização de Psicoterapia	Participação como “paciente/cliente” de processo psicoterapêutico, por no mínimo 6 meses, comprovada	Até 60 horas

	mediante declaração emitida por profissional Psicólogo(a).	
Trilhas de Desenvolvimento do Programa Propósito de Vida (PPV)	Liderança	Horas do certificado, com limite de 40 horas total
	Pesquisa	
	Esporte	
	Cultura	
	Espiritualidade	
	Empreendedorismo	

Fonte: UCB

7.10 ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Conforme preconizado na Lei 11.788/08:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

A referida lei também versa sobre as duas tipologias do estágio nas instituições cedentes estabelecendo que:

Art. 2º. O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

O estágio não obrigatório é desenvolvido pelo estudante como atividade opcional, visando ao aperfeiçoamento profissional na área de conhecimento de seu curso. É considerado como atividade riquíssima sob a perspectiva de agregar conhecimento prático ao conteúdo trabalhado em sala de aula, contribuindo efetivamente para a formação profissional do estudante para o mercado de trabalho.

A UCB conta com um setor específico para tratar dos Estágios não obrigatórios, o UCB Integra, que busca ajudar o estudante na escolha de campos de estágios condizentes com seus interesses de aprofundamento e prática profissionais.

Nesse sentido, o UCB Integra fomenta parcerias com empresas públicas e privadas, bem como com agentes de integração com o mercado de trabalho. As vagas de estágios e empregos são divulgadas no OL) e nos canais oficiais de comunicação com os estudantes.

A Universidade Católica de Brasília implantou um novo projeto na Instituição: a Plataforma de Carreira, cujo objetivo é oferecer aos estudantes desenvolvimento profissional totalmente integrado às melhores oportunidades de ingresso no mundo do trabalho.

A Plataforma de Carreira da UCB é um espaço exclusivo e dedicado ao estudante que busca se destacar no mundo do trabalho. Nela, é possível criar o currículo do futuro, de acordo com as competências de cada curso e fazer a orientação de carreira de maneira on-line, considerando os conhecimentos, habilidades, atitudes e potencial de empregabilidade de cada candidato.

Estágios obrigatórios:

O estágio supervisionado proporciona ao estudante vivenciar a prática profissional, conhecer as realidades sociais, aplicar os conhecimentos acadêmicos e científicos, bem como desenvolver a capacitação profissional necessária para o ingresso no mercado de trabalho. O objetivo principal é proporcionar ao estudante, por meio de atividades com grau crescente de complexidade e autonomia, a aproximação do cenário de prática profissional.

As práticas decorrentes dos estágios envolvem: vivência e problematização das organizações sociais, das instituições; do modelo assistencial, de promoção, prevenção e tratamento; do trabalho em equipe; das condições de saúde de diversos segmentos populacionais; da condução de análises e intervenções individuais e coletivas. Igualmente, o treinamento em serviço, conduzindo a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso, além de desenvolver no estagiário a atitude de trabalho em equipe e de liderança participativa, considerando os aspectos relevantes nos relacionamentos interpessoais com chefias, funcionários e clientes em unidades de saúde, clínicas, comunidades, escolas, empresas e instituições do sistema de garantia de direitos.

Para desenvolver essas atividades, o curso de Psicologia da UCB conta com uma rede de instituições parceiras, por meio de convênios firmados, nos setores público, privado e terceiro setor. Além disso, o curso tem a seu dispor um Serviço-Escola representado no Centro de Formação em Psicologia Aplicada (CEFPA).

O CEFPA, enquanto espaço de aprendizagem do Curso de Psicologia, oferece serviços de atendimento psicológico à comunidade, dirigidos à realização das aulas práticas das unidades curriculares de formação e dos Estágios Supervisionados, Básicos e Específicos. Essas Práticas são planejadas e organizadas pelos(as) respectivos(as) docentes e/ou supervisores(as) e contam com o apoio de técnicas(os) psicólogas(os) do CEFPA, assim como colaboradores e eventualmente monitores e estagiários em docência vinculados aos Programas de Pós Graduação Stricto e/ou Lato Sensu.

O público-alvo do Centro é formado preferencialmente pela população do Distrito Federal, alcançando eventualmente moradores do Entorno. São atendidos os usuários que procuram espontaneamente os serviços, bem como demandas encaminhadas por instituições parceiras do Centro, tais como os diversos órgãos que compõem o Sistema de Justiça (Conselhos Tutelares, diferentes Varas do TJDF, diferentes promotorias de Justiça vinculadas ao Ministério Público (MPDF) e as Secretaria de Saúde (SES), de Educação (SE), da Justiça (SEJUS) e do Desenvolvimento Social (SEDES), entre outras instituições parceiras vinculadas à sociedade civil organizada.

Entende-se que a oferta e organização de atividades práticas desde o primeiro semestre e ao longo de todo o curso é um diferencial do curso de Psicologia da UCB. Desse modo, as práticas são de início precoce, conforme preconizado pela DCN (2011), para o curso de Psicologia e se distingue em Prática Profissional em Psicologia, Observação e Técnica de Entrevista, Técnicas de Avaliação e Exame Psicométrico e Projetivo, Estágios Supervisionados Básicos, Estágios Supervisionados Específicos e demais componentes curriculares com a configuração prática. Essas atividades são planejadas e acompanhadas pelos(as) respectivos(as) docentes e/ou supervisores(as) – vinculados à Coordenação do Curso – sendo imprescindível a formação dos mesmos em Psicologia, assim como a situação regular e ativa junto ao Conselho Regional de Psicologia, conforme preconizado no documento norteador intitulado “Carta de Serviços sobre Estágios e Serviços-Escola” do Conselho Federal de Psicologia. Compete ainda à Coordenação do Curso, com apoio dos(as) respectivos(as) docentes e/ou supervisores(as), a mobilização e realização de parcerias com novas instituições que possibilitem ampliar e qualificar as atividades práticas realizadas no âmbito da formação em Psicologia.

Assim, as atividades práticas referentes ao núcleo comum do curso são representadas pelos Estágios Supervisionados Básicos e respectivos componentes curriculares. E as atividades afetas à proposta das respectivas ênfases curriculares do curso se correlacionam aos Estágios Supervisionados Específicos, em conformidade com as DCN vigentes e, ainda, propondo práticas, acompanhamentos e conduções, em atenção e respeito à Lei 11.788/2008, que rege sobre os estágios de estudantes.

I - Estágios Supervisionados Básicos

Os Estágios Supervisionados Básicos constituem práticas supervisionadas que estão distribuídas no fluxo curricular de modo a integrar competências e habilidades adquiridas até o momento de sua oferta, com progressão de complexidade das atividades a serem desenvolvidas.

Os Estágios Supervisionados Básicos organizam-se em dois semestres, sendo cada unidade curricular com 80 horas, o que totaliza uma carga horária de 160 horas, assim distribuídas:

Estágio Básico em Avaliação Psicológica: as práticas integrativas organizam-se em torno do tema Avaliação Psicológica Individual em diversos contextos. A integração do conjunto de habilidades e competências dar-se-á, neste estágio, por meio da avaliação do indivíduo (crianças, adolescentes, adultos e/ou idosos), em contextos diferenciados: clínico, escolar, organizacional, jurídico e/ou da saúde. Esse estágio focaliza o processo de aprendizagem da avaliação psicológica formal, com o objetivo de integrar habilidades e competências relacionadas à postura ética, ao uso de observações, entrevistas, técnicas do exame psicológico; compreensão de fenômenos psicopatológicos e estratégias de intervenção psicológica. As práticas integrativas são representadas pelos seguintes conhecimentos, competências e habilidades:

- Articular conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos nas unidades curriculares indicadas como pré-requisitos (Técnicas de Avaliação e Exame Psicométrico e Técnicas de Avaliação e Exame Projetivo);

- Avaliar as possibilidades do uso da avaliação psicológica, seus objetivos e finalidades nos diferentes contextos de atuação profissional do psicólogo: clínico, escolar, organizacional, jurídico ou da saúde.

- Identificar necessidades de natureza psicológica e realizar procedimento de avaliação psicológica formal, considerando as suas etapas constituintes, seu caráter

processual, objetivos, coerência teórica e características da população-alvo - crianças, adolescentes, adultos ou idosos; bem como do contexto institucional da avaliação.

- Relacionar-se adequadamente com os profissionais e pessoas envolvidas nos processos de avaliação, considerando as especificidades dos vínculos e limites da atuação.

- Descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes de informação relativas aos indivíduos.

- Planejar, selecionar e utilizar instrumentos, procedimentos e estratégias de avaliação adequadas e contextualizadas aos objetivos e características da população-alvo.

- Realizar diagnóstico psicológico, por meio da avaliação formal, de processos psicológicos de indivíduos.

- Efetuar análise e integração dos dados avaliados visando a compreensão dos processos psicológicos de indivíduos.

- Elaborar, conforme normatização de classe, evoluções, relatórios, pareceres, laudos e outros documentos produzidos pelo psicólogo.

- Efetuar a comunicação, verbal e escrita, dos resultados da avaliação obtida aos interessados, considerando as características do receptor e realizar as orientações necessárias.

- Elaborar projeto de intervenção psicológica, a partir da avaliação realizada, considerando referencial teórico-técnico pertinente, ético e especificidades do público-alvo.

- Elaborar questões de pesquisa relativas ao tema desse estágio básico.

De forma a melhor atender à ementa dos componentes curriculares de Estágio Básico, bem como as respectivas competências e habilidades descritas para cada Estágio, com a organização e acompanhamento/supervisão das atividades práticas desenvolvidas pelos estudantes, indica-se a necessidade de que as turmas destes componentes tenham como capacidade máxima o quantitativo de 10 estudantes.

Estágio Básico em Intervenções com Grupos: integra práticas relacionadas ao processo de avaliação, diagnóstico e intervenções grupais com diferentes públicos e/ou em diferentes contextos: organizações, escolas, comunidades, instituições jurídicas e de saúde. Busca a consolidação de habilidades e competências envolvidas na compreensão, avaliação e intervenção relacionadas aos processos interpessoais,

psicossociais e coletivos, a partir de referenciais teóricos específicos. As práticas integrativas deste estágio são representadas pelas seguintes experiências:

- Articular conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos na unidade curricular indicada como pré-requisito (Intervenções Psicológicas com Grupos);
- Avaliar as demandas grupais para intervenção, conforme o perfil do público-alvo e/ou do contexto institucional no qual a intervenção grupal será realizada;
- Elaborar projeto de intervenção grupal considerando referencial teórico-técnico e metodológico pertinente; assim como aspectos éticos e especificidades do público-alvo.
- Planejar, selecionar e utilizar instrumentos, procedimentos e estratégias de avaliação adequadas e contextualizadas aos objetivos e características do grupo;
- Planejar e executar atividades de coleta de dados, recrutamento e seleção dos participantes para intervenções grupais;
- Planejar atividades de divulgação, mobilização e acolhimento do público-alvo da intervenção grupal proposta;
- Realizar intervenções grupais direcionadas a públicos-alvo específicos, conforme planejamento prévio e sob supervisão docente;
- Coordenar e registrar as atividades desenvolvidas a partir das intervenções grupais;
- Elaborar, conforme normatização de classe, evoluções, relatórios, pareceres, laudos e outros documentos produzidos pelo psicólogo.
- Efetuar a comunicação, verbal e escrita, dos resultados da avaliação obtida aos interessados, considerando as características do receptor e realizar as orientações necessárias.

II - Estágios Supervisionados Específicos

Os Estágios Supervisionados Específicos são oferecidos no conjunto de cada uma das três Ênfases curriculares do curso. Este conjunto implica diferentes contextos de atuação do psicólogo contemplados em uma mesma ênfase. Deste modo, diferentes estudantes, em uma mesma ênfase, poderão atuar em contextos distintos, isso porque as habilidades e competências que definem a ênfase serão requeridas dos(as) estudantes em qualquer contexto. Ou seja, apesar de contextos diferentes, entende-se que as habilidades e competências concentradas na ênfase eleita estarão presentes e serão articuladas, garantindo a unidade da ênfase curricular.

Os Estágios Supervisionados Específicos organizam-se em três semestres, com uma carga horária total de 480 horas, assim distribuídas:

- Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Subjetividade e Processos Institucionais: 8º semestre, 160 horas;
- Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Processos Clínicos: 9º semestre, 160 horas;
- Estágio Supervisionado Específico – Ênfase em Intervenções Psicossociais: 10º semestre, 160 horas.

Destaca-se que nesta configuração curricular, os estudantes deverão realizar três Estágios Supervisionados Específicos devendo ser, obrigatoriamente, cada um deles em uma das Ênfases curriculares do curso, de forma a garantir o que fora preconizado nas DCN de 2011 de uma formação generalista, mas que especifique conteúdos e experiências de ensino capazes de garantir a concentração no domínio abarcado pelas ênfases propostas.

É importante destacar que não será possível a realização de dois estágios supervisionados num mesmo semestre letivo, não sendo possível a realização de duas unidades curriculares desta natureza de forma concomitante. Tal diretriz justifica-se no entendimento de que as atividades práticas de Estágio Supervisionado Específico se caracterizam como atividades de natureza processual e que impactam na dedicação, cumprimento da carga horária e desenvolvimento de habilidades e competências técnicas necessárias ao profissional de Psicologia. Para isso, torna-se fundamental que o estudante se dedique às atividades teórico-práticas previstas em cada uma das unidades curriculares de Estágio de forma independente e exclusiva.

No **Estágio Supervisionado Específico da Ênfase em Subjetividade e Processos Institucionais** é possível identificar o comprometimento com o conjunto de competências, definidas no núcleo comum de formação, para o diagnóstico, planejamento e uso de procedimentos e técnicas de avaliação e intervenção específicas, sobretudo para grupos. Prioriza-se a abordagem institucional para a análise crítica e aprimoramento de processos de gestão, formação e promoção da saúde em distintas organizações e instituições.

O estudante nesta Ênfase está em contato com situações e contextos que fomentam o desenvolvimento de competências teóricas e técnicas para atuar em organizações e instituições, de modo a promover o desenvolvimento, a saúde e o

bem-estar psicológico dos indivíduos e grupos das participantes, de forma preventiva, interventiva e educativa, considerando as especificidades do contexto.

A proposição desta ênfase atende à perspectiva de ampliação das possibilidades de atuação do psicólogo para o âmbito do grupo e da instituição, além de incluir propostas de prevenção e de formação, bem como o potencial para ação em situações diversas de crises e emergências.

Assim, a concretização da Ênfase em Subjetividade e Processos Institucionais, dar-se-á pelo seguinte conjunto de conteúdos e experiências:

- Analisar o campo de atuação do psicólogo escolar e/ou organizacional em seus desafios contemporâneos (formação, identidade, função social, visão institucional, necessidades educacionais especiais, saúde no trabalho, implicações éticas), sob uma perspectiva institucional.

- Analisar e compreender a realidade social e o ambiente interno das organizações e instituições, a partir de diferentes perspectivas teóricas, nos seus diferentes níveis de ação, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais o psicólogo se depara.

- Identificar, analisar e compreender as dimensões atuais do trabalho e das relações de trabalho.

- Analisar o contexto educacional em sua dimensão subjetiva assim, como nas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre seus agentes com foco nos aspectos facilitadores e dificultadores do processo ensino-aprendizagem.

- Caracterizar sistemicamente, avaliar e realizar intervenções junto a crianças e adolescentes que apresentem problemas no contexto de ensino-aprendizagem, efetivando contribuições, quando necessário, à família e à escola destes jovens.

- Identificar e analisar necessidades de natureza psicopedagógica emergentes no contexto educacional e redefini-las conforme modelo de atuação do psicólogo escolar (institucional e não clínico).

- Identificar e formular questões de investigação científica referentes à Ênfase.

- Construir instrumentos e procedimentos de coleta de informações sobre as organizações para fins de diagnóstico institucional (a exemplo de roteiros de observação e/ou de entrevista).

- Desenvolver habilidades para o manejo, o enfrentamento e a intervenção em situações de crise e emergências aplicadas a diferentes contextos institucionais e organizacionais.
- Realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, grupos e organizações.
- Coordenar e manejar processos grupais, no contexto institucional e do trabalho, considerando as diferenças individuais e socioculturais dos seus membros.
- Planejar e executar estratégias de intervenção no âmbito da instituição/organização, visando desenvolvimento e mudanças organizacionais.
- Realizar acompanhamento psicológico no âmbito da saúde mental do trabalhador, discriminando e elegendo diferentes estratégias pertinentes de intervenção: institucional, individual e grupal.
- Atuar de modo interdisciplinar, nos cenários organizacionais e institucionais, considerando a pertinência dos processos e fenômenos psicológicos envolvidos.
- Realizar orientação e aconselhamento psicológico no campo da orientação profissional.

O Estágio Supervisionado Específico na Ênfase em Processos Clínicos prioriza a promoção da saúde dos indivíduos e grupos, de modo educativo, preventivo e interventivo, considerando as especificidades de clientela, local de intervenção e relações multiprofissionais. O estudante do curso de Psicologia da UCB está em contato com situações e contextos de atenção primária (unidades básicas da rede de saúde, escolas, comunidades, etc.), secundária (ambulatórios e/ou similares) e terciária (instituições hospitalares e seus diferentes segmentos). As práticas formativas nesta ênfase ocorrem, em sua grande maioria, no Centro de Formação em Psicologia Aplicada – CEFPA. Essas experiências visam promover a concentração de habilidades e competências necessárias para a condução de avaliações psicológicas, intervenções, orientações, aconselhamentos e processos psicoterápicos de duração breve, haja vista o contexto da formação em Psicologia no qual a oferta de tais serviços é feita.

Compreende-se que os processos clínicos são uma rubrica para designar fenômenos de adoecimento e sofrimento psíquico, que se manifestam ao nível subjetivo e na vivência das relações, sob as perspectivas de prevenção, promoção e reabilitação em saúde psicológica. Do ponto de vista da subjetividade, enfatizam-se as diferenças individuais e, do ponto de vista das relações, as interações primárias,

aquelas relacionadas ao ambiente familiar e as secundárias, enquanto extensão do convívio social. Desse modo, trabalha-se o pressuposto de uma clínica ampliada e abrangente, que inclui diagnóstico e tratamento, assim como o trabalho preventivo e educativo.

Assim, a concretização da Ênfase em Processos Clínicos, dar-se-á pelo seguinte conjunto de conhecimentos e experiências:

- Analisar os diferentes campos de atuação profissional relacionados aos processos clínicos.

- Identificar e compreender as necessidades psicológicas de indivíduos ou grupos e ser capaz de propor e realizar estratégias de intervenção clínica, embasadas e justificadas do ponto de vista das diferentes teorias e das técnicas em psicologia.

- Identificar e compreender os fenômenos psicológicos de adoecimento e sofrimento psíquico do ponto de vista comportamental, cognitivo e afetivo, em diferentes contextos.

- Realizar atividades profissionais de prevenção, promoção e reabilitação em saúde, ao nível do indivíduo e/ou de grupos.

- Planejar e efetivar projetos de identificação de demanda, acompanhamento e intervenção clínica junto à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso nos cenários da saúde e psicoeducação.

- Efetuar avaliação psicológica com uso de testes e técnicas psicológicas pertinentes, legitimadas eticamente e com embasamento teórico, seja para indivíduos ou grupos.

- Atuar em equipes interdisciplinares, considerando a pertinência e adequação ao contexto de atuação, em especial em instituições que se configurem como parte da rede de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde - SUS.

- Realizar acompanhamento psicológico do indivíduo e sua família em situações de crise diante do adoecimento físico e tratamento hospitalar, seja ao nível ambulatorial ou de internação, a partir de estratégias de intervenção individual, grupal e/ou como membro de equipe interprofissional.

- Realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia individual, grupal e/ou familiar.

- Acompanhar, em diferentes níveis e estratégias terapêuticas, a criança, o adolescente, o adulto, a família e/ou o idoso que estiverem apresentando distúrbios psicológicos.

- Elaborar, conforme normatização de classe, evoluções, relatórios, pareceres, laudos e outros documentos produzidos pelo psicólogo.

As práticas relacionadas à **Ênfase em Intervenções Psicossociais** possibilitam ao estudante, sob uma perspectiva dialógica entre subjetividade e realidade social, avaliar, planejar e intervir junto a indivíduos, famílias e grupos, em contextos comunitários, institucionais ou jurídicos, com foco na prevenção, educação e/ou reabilitação e reintegração de sujeitos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, visando o fortalecimento e empoderamento dos mesmos.

Desde a idealização do curso, a perspectiva de uma Psicologia Comunitária se fez presente, considerando sua identidade com a missão da Instituição, que direciona e valoriza a dimensão do contexto sócio comunitário como cenário de aprendizagem que articula ensino, pesquisa e extensão. Ademais, as demandas sociais emergentes, no atual contexto de complexidade, violência e exclusão, legitimam a inclusão e relevância desta Ênfase curricular no curso de Psicologia da UCB.

Assim, a concretização da Ênfase em Intervenções Psicossociais, dar-se-á pelo seguinte conjunto de conteúdos e experiências:

- Analisar diferentes campos de atuação profissional relacionados aos contextos sociocomunitários e jurídicos, seus desafios contemporâneos, o trabalho interdisciplinar e o respeito à postura ética.

- Avaliar, atuar preventivamente e intervir em questões psicossociais relacionadas às condições familiares, socioeconômicas, ambientais, de trabalho de indivíduos ou grupos em diferentes espaços institucionais e comunitários, no âmbito da saúde, justiça, segurança e/ou assistência social.

- Elaborar e implementar projetos de temáticas psicossociais e/ou colaborar para a definição de políticas públicas, de cidadania, direitos humanos e prevenção à violência em suas diferentes manifestações.

- Realizar estudos e pesquisas sobre temas pertinentes à relação do indivíduo com a sociedade, com o intuito de promover a problematização e a construção de proposições que qualifiquem o trabalho e a formação no campo da Psicologia Social, da Psicologia Comunitária, da Psicologia Jurídica e da Psicologia em sua interface com as Políticas Públicas.

- Participar de pesquisas ou programas socioeducativos e/ou psicossociais e de prevenção à violência de gênero, construindo ou adaptando instrumentos de investigação psicossocial, para atender às necessidades de diferentes segmentos populacionais (crianças, adolescentes e adultos) em situação de vulnerabilidade e/ou risco, institucionalizados ou não.

- Avaliar condições intelectuais, emocionais e relacionais de crianças, adolescentes, adultos e/ou idosos envolvidos em conflitos judiciais e/ou processos jurídicos.

- Auxiliar, por meio de avaliação e/ou atendimento psicossocial, crianças, adolescentes, adultos e/ou idosos e famílias encaminhadas pelas instituições jurídicas, de segurança pública e/ou de assistência social.

- Acompanhar e efetuar intervenções psicossociais, com o objetivo de promover a autonomia dos sujeitos envolvidos explicitando a dinâmica de interação dos mesmos, contextualizada às características específicas dos seus participantes.

De forma a melhor contemplar a ementa das unidades curriculares de Estágios Supervisionados Específicos, assim como o desenvolvimento das habilidades e competência previstas diante da complexidade destes componentes curriculares para a formação em Psicologia, com o compromisso ético do acompanhamento/supervisão das atividades práticas desenvolvidas pelos estudantes; indica-se a necessidade de que as turmas destas unidades curriculares tenham como capacidade máxima o quantitativo de 10 estudantes.

No contexto do processo avaliativo das unidades curriculares de Estágio Supervisionado Específico torna-se obrigatório:

- o cumprimento da carga horária de atividades práticas previstas, conforme registro de frequência dos estudantes e validação do(a) respectivo(a) docente supervisor(a);

- formalização do termo de estágio mediante assinatura do(a) discente, do(a) supervisor(a) responsável, do órgão concedente e da Coordenação do Curso;

- da apresentação de documentos técnicos comprobatórios das atividades práticas executadas no âmbito do respectivo Estágio, conforme as orientações da Resolução CFP nº 06/2019 que orienta quanto à produção de documentos escritos pelo profissional de Psicologia;

- o efetivo cumprimento dos preceitos éticos que fundamentam a prática profissional do(a) Psicólogo(a), nos termos da Resolução CFP nº 10/2005, que aprova o Código de Ética do Profissional Psicólogo.

Estágios não obrigatórios:

O estágio não obrigatório é desenvolvido pelo estudante como atividade opcional, visando ao aperfeiçoamento profissional na área de conhecimento de seu curso. É considerado como atividade riquíssima sob a perspectiva de agregar conhecimento prático ao conteúdo trabalhado em sala de aula, contribuindo efetivamente para a formação profissional do estudante para o mercado de trabalho.

A UCB conta com um setor específico para tratar dos Estágios não obrigatórios, o UCB Integra, que busca ajudar o estudante na escolha de campos de estágios condizentes com seus interesses de aprofundamento e prática profissionais. Nesse sentido, o UCB Integra fomenta parcerias com empresas públicas e privadas, bem como com agentes de integração com o mercado de trabalho. As vagas de estágios e empregos são divulgadas no portal (GOL) e nos canais oficiais de comunicação com os estudantes.

A Universidade Católica de Brasília implantou um novo projeto na Instituição: a Plataforma de Carreira, cujo objetivo é oferecer aos estudantes desenvolvimento profissional totalmente integrado às melhores oportunidades de ingresso no mundo do trabalho.

A Plataforma de Carreira é novo projeto implementado na Instituição, cujo objetivo é oferecer aos estudantes desenvolvimento profissional totalmente integrado às melhores oportunidades de ingresso no mundo do trabalho. Oportunizando maior agilidade e transparência ao processo de oferta de oportunidades, recrutamento e seleção de candidatos, efetivação do contrato de estágio e acompanhamento das atividades realizadas pelos setores responsáveis. A Plataforma de Carreira da UCB é um espaço exclusivo e dedicado ao estudante que busca se destacar no mundo do trabalho. Nela, é possível criar o currículo do futuro, de acordo com as competências de cada curso e fazer a orientação de carreira de maneira on-line, considerando os conhecimentos, habilidades, atitudes e potencial de empregabilidade de cada candidato.

Cumpramos destacar que o Curso de Psicologia da UCB busca se pautar pelas orientações que o Conselho Federal de Psicologia indica no documento “*Carta de serviços sobre Estágios e Serviço-Escola*” editado em 2013 (CFP, 2013) e que orienta quanto aos cuidados éticos no que tange à organização e ao acompanhamento de estágios obrigatórios e não obrigatórios. O documento destaca a importância das práticas de estágio como importantes instrumentos pedagógicos de desenvolvimento *profissional, social e da própria Psicologia*.

No que tange especificamente aos estágios não obrigatórios o documento em tela registra que o mesmo deve contar com um *acompanhamento efetivo por orientadora(or) da instituição de ensino e por supervisora(or) da parte concedente*, sendo este de caráter *obrigatório*. Considerando ainda as orientações do Conselho acerca da orientação e supervisão dos estágios não obrigatórios, têm-se como parâmetro no Curso de Psicologia que:

No estágio não obrigatório, a (o) supervisora (or) do campo de estágio (da concedente) **deve ser psicóloga (o) com registro ativo no CRP de sua região**. Nos casos de estágio multiprofissional, a supervisão poderá ser realizada por profissionais de nível superior membros da equipe, desde que haja profissional psicóloga (o) com registro ativo no CRP de sua região na composição da equipe. (original sem grifo. CFP, 2013, p.18)

No curso de Psicologia da UCB, os estudantes são incentivados a realizar estágios não obrigatórios a partir do 4º semestre, dado o entendimento de que o estudante tenha se apropriado de competências e habilidades viabilizadas pelas unidades curriculares previstas nos dois primeiros anos do Curso. Tais disciplinas exploram aspectos éticos e teóricos que possibilitam uma compreensão sobre as bases teóricas e metodológicas da Psicologia, assim como sobre a importância da Psicologia enquanto Ciência e Profissão.

7.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A prática da pesquisa científica contribui para que os estudantes de graduação ampliem a qualidade da sua formação. Nesta perspectiva, a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se como momento fundamental para a construção de uma nova mentalidade quanto aos sentidos do desenvolvimento do graduando.

Em virtude de tais aspectos e da necessidade de atendimento à Portaria MEC 360/2022, que “Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital”,

criou-se o Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Católica de Brasília – NTCC/UCB - para oferecer suporte às coordenações de curso para aprimoramento dos processos de forma eficaz e eficiente.

A criação do NTCC visa fomentar a interface entre Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez que busca o incremento da prática da pesquisa como fator primordial. Trata-se de valorizar a pesquisa, considerando os diversos setores onde ela se realiza na UCB. Tal ação contribuirá para que sejam reforçadas as relações entre os cursos de graduação em que o TCC é obrigatório, os programas de pós-graduação *stricto sensu* e os projetos de pesquisa existentes na UCB.

Tem-se assim que todas as ações envolvendo a elaboração e defesa dos TCCs contribuam para a formação acadêmica e reafirmem a relevância da ciência como práxis social. Soma-se a esses motivos, o papel fundamental de uma universidade, qual seja, a de buscar respostas para problemas/necessidades sociais, oportunizando aos indivíduos viverem com mais dignidade, uma vez que será constantemente reafirmado o compromisso social ao qual a UCB deve permanecer engajada.

A DCN atual em vigência (Resolução CES/CNE nº 05/2011) não prevê a obrigatoriedade do TCC para a formação em Psicologia, razão pela qual essa unidade curricular não integra a matriz curricular vigente. Entendendo, no entanto, a relevância do acesso dos discentes aos princípios, fundamentos e orientações que primam pelo desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia, a matriz proposta para a formação em Psicologia da UCB prevê o componente curricular de Seminário de Pesquisa em Psicologia com uma carga horária de 80h a ser realizada no 10º semestre do curso.

7.12 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os fundamentos das Metodologias de Aprendizagem Ativa e do uso de tecnologias educacionais com intencionalidade pedagógica são elementos importantes da filosofia educacional da UCB e figuram há muito tempo em seus documentos institucionais. Tais fundamentos consideram o estudante protagonista no processo de aprendizagem, no ensino, na pesquisa e na extensão, com foco simultâneo no “conteúdo do sujeito” e no “conteúdo da matéria”. Propõe-se, assim, uma prática educativa calcada na cooperação, interatividade, e no olhar crítico,

reflexivo e criativo, comprometido com a pesquisa orientada para o desenvolvimento sustentável.

As metodologias ativas de ensino-aprendizagem são caracterizadas pelo protagonismo discente, com autonomia na construção de seu conhecimento e pela integração entre teoria/prática e ensino/serviço.

O estudante é estimulado a estabelecer relações entre suas experiências e os novos conceitos, com o objetivo de construir novos significados e novas relações. Estimular a autoaprendizagem reaviva a atenção do estudante, valorizando o que faz sentido real em sua vida profissional, inter-relacionando-a a diversos aspectos, como intelectual e social, por exemplo. Neste sentido, o professor atua como facilitador do processo, objetivando a aprendizagem do estudante.

Desta maneira, evidencia-se o compromisso da Universidade Católica com a dimensão humana, científica, ética, técnica e social da formação dos estudantes, desde a perspectiva de desenvolvimento de competências e habilidades, organização e planejamento da estrutura curricular, programação das atividades didáticas e da avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

A concepção pedagógica fundamenta-se: no espírito crítico; na valorização de atitudes e estratégias problematizadoras; na inovação; na inserção do estudante na realidade local e no seu papel como protagonista do processo de ensino e de aprendizagem, que se dará em diferentes cenários, incluindo aqueles mediados pelas novas tecnologias educacionais e práticas metodológicas inovadoras.

A integração dos saberes, a centralidade na aprendizagem, a pesquisa como eixo da estruturação curricular, a extensão como partícipe do processo de construção do conhecimento e do compromisso social e a avaliação como reflexão do ensinar e do aprender são os pontos norteadores da concepção didático-pedagógica da UCB, que se assenta no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Pretende-se, assim, oportunizar ao estudante a compreensão da sua responsabilidade pela aprendizagem no processo de ensino organizado pelo professor. Parte importante da estratégia metodológica é a adoção da concepção de aprendizagem híbrida.

A aprendizagem híbrida, ou *blended learning*, associa metodologias de aprendizagem ativa ao uso de tecnologias e estratégias da Educação a distância, alternando encontros presenciais e trabalho/estudo discente desenvolvido de forma autônoma. Um aspecto importante a se destacar é a utilização de metodologias e

atividades que promovam o trabalho coletivo e colaborativo. A troca de ideias, experiências e conhecimentos qualificam o processo de ensino e ampliam o potencial de aprendizagem, além de possibilitar o desenvolvimento de importantes competências socioemocionais (trabalho em equipe, resolução de problemas, colaboração, comunicação interpessoal, mediação de conflitos, resiliência, liderança, entre outras).

Na UCB, consideramos componentes curriculares híbridos todos aqueles cuja carga horária total seja realizada em encontros semanais de 3h/a (ou 2h/a, no caso das UC de extensão). Isto implica dizer que, para além da carga horária desenvolvida em sala de aula com o docente, o estudante deve dedicar horas de estudo e desenvolver atividades orientadas pelo docente no Plano de Ensino (nos itens pré e pós aula), a fim de cumprir a carga horária total prevista para o componente curricular. Assim, cabe ao docente a orientação para o desenvolvimento das atividades de estudo autônomo, e ao estudante a sua realização. As atividades desenvolvidas pelos estudantes de forma autônoma, por sua vez, devem ser retomadas pelo docente nas aulas presenciais, de forma a demonstrar sua integração e importância para a aprendizagem dos estudantes na disciplina.

O acompanhamento e a validação da proposta para as horas de trabalho efetivo, bem como seu registro no Plano de Ensino e no diário de classe, serão realizados no âmbito da gestão acadêmica institucional, garantindo a comprovação da integralização da carga horária da unidade curricular.

Em cada unidade curricular o docente deve, no processo de planejamento do componente curricular, o realizar a curadoria de materiais e objetos de aprendizagens disponíveis que sejam significativos para a aprendizagem discente (artigos, textos diversos, podcasts, vídeos, dentre outros recursos), e disponibilizá-los no ambiente virtual de aprendizagem. Importante considerar que estes conteúdos e atividades são complementares ao trabalho docente, e não esgotam os objetivos de aprendizagem previstos para o componente curricular.

A aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes são o foco do trabalho docente. O professor deve ter atenção especial no planejamento e na realização das práticas pedagógicas previstas a fim de que estas possam promover a aprendizagem ativa e ajudar os estudantes a desenvolver estratégias de estudo autônomo. As tecnologias educativas, o protagonismo estudantil, a aprendizagem “mão na massa”,

a autoria, o engajamento, a colaboração, a criticidade e a autonomia são elementos chave do processo.

Essa iniciativa traz inúmeras vantagens. Dentre elas, possibilita:

- a. o melhor aproveitamento do tempo em sala de aula;
- b. a proposição de atividades práticas e reflexivas que conduzem à melhoria na formação dos estudantes, favorecendo a aplicação de metodologias ativas;
- c. a construção de um portfólio de atividades realizadas no semestre e organizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, propiciando a ampliação do uso das TIC.

O fundamental dessa proposta é a percepção de que se trata de uma metodologia que valoriza a autonomia e a proatividade do estudante, em sua relação com o conhecimento, com a mediação do professor que orienta e acompanha as atividades.

Dentre as Metodologias Ativas e estratégias de ensino utilizadas na Universidade destacam-se:

- Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL - *Team Based Learning*): método de aprendizagem ativo centrado no aluno, conduzido por instrutor especialista na área, utilizado para grandes classes que são divididas em grupos menores referidos como equipes. O primeiro pilar da metodologia é a formação das equipes que objetivam a maior diversidade possível e relativa uniformidade entre as equipes. As formações serão mantidas durante cada conteúdo disciplinar;
- Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL - *Problem Based Learning*): utilizada como elemento motivador para o estudo e momento de integração dos diferentes conteúdos curriculares. As áreas temáticas dos eixos apresentam abordagem interdisciplinar cujo conteúdo é organizado em situações problemas significantes, contextualizadas e do mundo real e fornecedora de fontes, guias e instruções para os aprendizes.
- Gamificação: tem como base a ação de se pensar como em um jogo, utilizando as sistemáticas e mecânicas do ato de jogar em um contexto fora de jogo. A gamificação abrange a utilização de mecanismos de jogos para a resolução de problemas e para motivação, explorando os níveis de engajamento do indivíduo para a resolução de problemas. A gamificação traz

os feedbacks constantes, recompensas e a evolução relacionados aos níveis. Entre os benefícios estão o estímulo ao protagonismo, maior absorção de conteúdo e melhoria de desempenho

- Curricularização da extensão (*Service Learning*): metodologia ativa que coloca ensino e aprendizagem à serviço da comunidade, a fim de proporcionar experiências de aprendizado pragmáticas e progressivas, ao mesmo tempo que atende às necessidades da sociedade. Esta metodologia integra a vivência do ensino com atividades de extensão através da elaboração de projetos pelos alunos, promovendo o desenvolvimento dos acadêmicos por meio da aplicação prática dos conhecimentos.

Estratégias educacionais complementares podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento das competências, propostas no currículo. Exemplos de métodos complementares são Treinamentos de Habilidades (TH), Estudos de Caso (EC), Estudos Dirigidos (ED), Práticas na Comunidade (PC), Projetos em Equipe (PE), Ensino-Aprendizagem autodirigido (EAAD) e Ensino-aprendizagem em Ambientes de Trabalho (EAAT). Podem, ainda, ser utilizadas ferramentas de Educação a Distância (EaD), como fóruns virtuais e chats, disponibilizados em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Nos componentes curriculares ocorrem propostas de atividades pelos docentes aos estudantes no formato de supervisão. Ou seja, atividades práticas pelos estudantes sob a supervisão dos professores com registro obrigatório pelo professor no Plano de Ensino (atividades, critérios de avaliação e prazos de entrega) e pelo estudante no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

O fundamental dessa proposta é a percepção de que se trata de uma metodologia que valoriza a autonomia e a proatividade do estudante em sua relação com o conhecimento, com a mediação do professor que orienta e acompanha as atividades. Dentre as atividades que podem ser realizadas, citam-se: fóruns, wikis, produção de textos (resumos, resenhas, relatórios, entre outros), vídeos, experimentos em laboratórios, visitas técnicas, observação guiada, pesquisas, organização e participação de eventos, além de produtos específicos de cada uma das áreas de conhecimento dos cursos. Essas atividades privilegiam a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade uma vez que os conceitos trabalhados extrapolam os componentes curriculares e, ao mesmo tempo, fazem interconexões entre eles. O estudante aprende de forma sistêmica e não compartimentalizada.

O curso de Psicologia tem como parâmetro as premissas da UCB, que visam a formação profissional baseada em princípios técnicos, científicos e éticos que possam atender às especificidades da sociedade, priorizando intervenções que promovam a saúde mental da comunidade. O estudo do objeto de conhecimento da psicologia, requer uma leitura sistêmica e contextualizada sobre o fenômeno, priorizando uma concepção de ensino e aprendizagem que valorize as relações humanas, os aspectos da ontogênese e filogênese que constituem o homem, compreendidos a partir de um contexto social, histórico, cultural e econômico da sociedade.

Essa concepção de formação integral, histórico-cultural é iniciada desde o primeiro ano do curso, tendo como objetivo auxiliar o estudante no desenvolvimento de uma leitura crítica diante dos fenômenos, bem como oportunizar que os mesmos possam problematizar e contextualizar diferentes demandas que emergem na sociedade. Portanto, ressalta-se que durante a formação do estudante, o corpo docente utiliza metodologias ativas de ensino e tecnologias educacionais que propiciem a participação ativa do estudante, reforcem a autonomia diante da aprendizagem e oportunizem o desenvolvimento crítico reflexivo.

Dessa maneira, os contextos de aprendizagem são organizados e planejados de forma que o estudante compreenda a demanda a partir de uma leitura interdisciplinar e transversal, ou seja, o fenômeno não é estudado de forma fragmentada. Tal premissa coaduna com a Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais pontuam a importância em oferecer um ensino que possa “*garantir uma formação capaz de superar a visão/organização disciplinar, garantindo uma perspectiva interdisciplinar e rompendo com uma proposta fragmentada, buscando a implantação de uma lógica formativa integrada e dialógica*”.

Assim, para ajudar o estudante a analisar a realidade a partir dessa leitura contextualizada e integrada, são ofertados na grade curricular componentes curriculares de Estágio Supervisionados básicos e específicos, sendo esses espaços de aprendizagem *in loco*, que ampliam o olhar interdisciplinar e transversal sobre a realidade. Essa intenção pedagógica possibilita uma formação profissional sensível à realidade da população local e nacional, tendo profissionais comprometidos com as demandas sociais, conforme as diretrizes da UCB.

7.13 PROGRAMA DE MONITORIA

Outra significativa estratégia de apoio aos processos de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação é a consecução do Programa de Monitoria, instituído pela Portaria nº127/99, em conformidade com o proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 em que se prevê que os “discentes da Educação superior poderão ser aproveitados nas tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.” (BRASIL, 1996).

As atividades de monitoria foram estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nas Normas e Procedimentos Acadêmicos, para os Cursos de Graduação, e consubstanciadas na Resolução 65/2007, regulamentando, norteando e assegurando as bases de execução do Programa de Monitoria, reafirmando ainda sua relevância como espaço efetivo de ensino e de aprendizagem.

O referido programa é gerido pela Coordenação Acadêmica de Graduação Presencial da UCB, onde semestralmente são publicados editais de seleção dos monitores, bem como a Portaria Institucional formalizando tal atividade.

7.14 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) representam um conjunto de recursos tecnológicos auxiliares aos processos educacionais, aos informacionais e aos comunicativos visando maior qualidade do ensino, do planejamento e da gestão. Neste contexto, o ambiente tecnológico se torna um espaço privilegiado de pesquisa, de interação e de compartilhamento, abrindo ricas possibilidades de produção de conhecimento estimulando uma postura diferenciada de professores e estudantes acarretando mudanças significativas nos processos educacionais.

Para usufruir destes benefícios professores e a estudantes devem adquirir novas habilidades, que se convergem no cotidiano das salas de aula, visando o

avanço e a compreensão da importância da participação de ambos no processo de aula-pesquisa-intervenção e na utilização das tecnologias como suporte à aprendizagem.

Aos professores é necessário demonstrar aos estudantes a relevância de aprender a aprender, incentivando-os a gerenciar o volume de informações disponíveis, principalmente avaliando sua qualidade; a trabalhar em equipe; a gerenciar o tempo e; a compreender e interpretar mensagens diversas. As aulas se transformam em processos contínuos de pesquisa e de comunicação, nos quais se dá a construção do conhecimento em um equilíbrio dinâmico entre o individual e o grupal, entre o professor-mediador e estudantes-participantes-ativos. Nessa perspectiva, o papel do professor é o de facilitador do processo de aprendizagem. Cabe a ele adotar abordagens diferenciadas que não se limitem à exposição teórica e que permitam aos estudantes migrarem do status de consumidores de conhecimento para produtores de conhecimento.

Vislumbramos uma Educação cada vez mais voltada para a pesquisa, para processos abertos de gerenciamento e soluções de problemas educacionais, no qual o grupo cooperativo cumpre um papel central, para que a autonomia e a autoria dos estudantes sejam a principal meta na aprendizagem.

Como estratégia de suporte, registro e consolidação das aprendizagens, a União Brasileira de Educação Católica (Grupo UBEC) migrou de uma plataforma AVA gratuita para o D2L *Brightspace*, um sistema de gerenciamento de aprendizagem (LMS, na sigla em inglês) de uma multinacional canadense presente no Brasil desde 1999. A plataforma proporciona maior previsibilidade em relação à tecnologia, maior escalabilidade e estabilidade, além da possibilidade de oferecer melhor experiência para alunos e professores com uma plataforma responsiva.

Por meio do AVA o aluno pode acessar materiais interativos, como web aulas e livros digitais, interagir com professores e demais estudantes por meio recursos de interação, que permitem a rápida localização dos agentes envolvidos no processo de formação do estudante, além de realizar avaliativas e colaborativas. Tem à disposição documentos relativos ao seu curso e às disciplinas, tais como manuais com regras avaliativas, cronogramas de interações e, principalmente, o plano de ensino da disciplina. Além disso, o aplicativo *Brightspace* Pulse permite o acesso em outros dispositivos, como smartphones e tablets.

Também é disponibilizado recursos de contas Microsoft para todos os docentes e estudantes. Esta estratégia viabiliza a continuidade, a qualificação e a validação das aprendizagens que ocorrem na Universidade e fora dela, explorando diferentes recursos para o desenvolvimento e o engajamento do corpo discente.

Outro importante recurso disponível para os estudantes é o acesso à Minha Biblioteca, uma base de livros eletrônicos em português que oferece acesso a milhares de livros técnicos, científicos e profissionais de qualidade das principais editoras acadêmicas do país. Além das TICs que potencializam e enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, existem ferramentas que contribuem para facilitar a jornada acadêmica, oferecendo, tudo que o aluno precisa, ajudando a comunicar a este os principais marcos e acontecimentos do semestre e do seu curso. Destacamos o Portal do Aluno, por meio do software Educonnect e a Plataforma de Trabalhabilidade e Carreiras, a *Workalove*.

Em vistas a gerir as ferramentas tecnológicas e a mantê-las sempre alinhadas a eficientes preceitos metodológicos, a UBEC criou o Núcleo de Inovação e Tecnologia Educacional - NITE, para garantir à oferta de um modelo acadêmico isento de qualquer obstáculo quanto à acessibilidade tecnológica, promovendo o desenvolvimento de métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem que acolhem e incluem seus alunos nas mais diferentes necessidades.

O NITE trata-se de um ambiente voltado a criação e manutenção de tecnologias a partir de uma equipe multidisciplinar, composta por especialistas e docentes, tendo como principais atribuições: incentivar e colaborar com a inserção da tecnologia de informação e comunicação no seu Projeto Político Pedagógico; promover ações de formação continuada de professores e estudantes para uso dos recursos de forma autônoma e independente; acompanhar e avaliar os processos relacionados à inserção e inclusão das TICs; dentre outras ações.

Dessa forma, promovemos a todos as ferramentas, mas também formas de as utilizar com eficiência, garantindo um ambiente confortável e inspirador para crescimento contínuo do uso das TICs.

7.15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O processo educativo promovido pela UCB considera que, do ponto de vista pedagógico, cada estudante traz consigo conhecimentos prévios, concepções e percepções que devem ser consideradas no processo de aprendizagem, a qual não pode ser vista como um produto, mas como um processo que requer e estimula competências, como as de refletir, analisar, interpretar, comparar, criar, argumentar, concluir, processar, questionar, solucionar. Nesse sentido, a avaliação deve ser aplicada como prática de retorno, de revisão de conteúdos, de visualização do erro no processo, momento especial de retomada do aprendizado e de redirecionamento da atuação de professores e estudantes.

Ao longo do curso, os mecanismos de avaliação, em coerência com as metodologias ativas utilizadas ao longo dos componentes curriculares, são dispostos na forma de avaliações teóricas e práticas, estudos de casos clínicos interdisciplinares, seminários, relatórios, outras modalidades de avaliação. A participação do estudante nas atividades também é considerada no momento da construção do seu conceito final. Além da avaliação de conteúdos específicos a cada semestre, a integração entre estes também é avaliada, visando à valorização de uma visão crítica do conhecimento.

Dessa forma, a avaliação da aprendizagem do estudante se constituirá de testes, avaliações escritas individuais teóricas ou práticas, seminários, trabalhos, projetos, desenvolvimento de produtos e outros meios que possibilitem a verificação de seu progresso ao longo de cada componente curricular. Todos os resultados parciais serão comunicados aos estudantes por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), obedecendo ao prazo máximo de até 15 dias após sua realização para que possa acompanhar seu próprio progresso ao longo do semestre.

A nota mínima para aprovação é 7,0, associada ao requisito mínimo de 75% de frequência do estudante, resguardadas as especificidades de componentes curriculares que podem ampliar tais exigências, como TCC e Estágios Supervisionados. A avaliação é descrita em notas de 0 a 10, fracionada em múltiplos de 0,1. São realizadas, no mínimo, duas avaliações diferentes ao longo do semestre, sendo uma delas avaliação individual. O peso das avaliações individuais deve representar o mínimo de 60% da nota de cada componente curricular.

No caso de componentes curriculares com conteúdo gamificado, para valorizar o engajamento dos estudantes nas atividades no AVA, os docentes devem

seguir a orientação de atribuir de 10 a 30% da nota final do estudante ao seu desempenho na plataforma.

De forma a contemplar as diretrizes institucionais assim como as DCN de formação em Psicologia torna-se necessário o investimento maciço da Gestão do Curso em utilizar metodologias de ensino-aprendizagem que ofereçam ocasiões para que o estudante possa dialogar e refletir sobre temas diversos a partir de uma perspectiva multiprofissional e articulada entre ética, ciência e tecnologia. Desde o início do curso são oportunizadas, no contexto da unidade curricular de Prática Profissional em Psicologia, assim como Temas contemporâneos em Psicologia e Ética em Psicologia, experiências diversificadas que demandam postura ativa e a autonomia do estudante de modo que construa processualmente uma identidade profissional comprometida com diferentes realidades sociais e seu impacto ético e profissional.

Os processos avaliativos selecionados pelo corpo docente do curso de Psicologia visam contemplar as seguintes dimensões da avaliação, fundamentada na análise e exploração dos conhecimentos, competências e habilidades identificadas previamente para cada unidade curricular do curso:

- Avaliação de Conhecimentos específicos.
- Avaliação de Habilidades comunicativas.
- Avaliação de competências conceituais, procedimentais e atitudinais.
- Avaliação da Capacidade de pensar criticamente e resolver problemas.
- Avaliação da Atitude de autoaprendizagem.
- Avaliação do Profissionalismo e postura ética.
- Avaliação da Interação social, liderança, atitude cooperativa (competências interpessoais).

Os critérios de avaliação sugeridos e que deverão compor os Planos de Ensino das respectivas unidades curriculares do curso de Psicologia, deverão contemplar, como referência as seguintes orientações:

- Compreensão e domínio do conteúdo já trabalhado, assim como o embasamento teórico, objetividade das respostas e consistência argumentativa.
- Habilidade em levantar, acessar e apropriar-se de informação bibliográfica acerca do conteúdo indicado para o respectivo componente curricular.
- Domínio e embasamento teóricos e reflexão crítica sobre os mesmos.

- Produção com qualidade textual, habilidades de síntese e uso adequado e coerente da língua portuguesa.
- Pontualidade na entrega, autoria e originalidade.
- Respeito às orientações éticas quando da realização das atividades avaliativas.

Outros critérios de ordem específica a depender dos componentes curriculares poderão ser sugeridos pelos respectivos docentes quando da produção dos Planos de Ensino.

Deve ser oportunizada ao estudante a recuperação final ou processual para uma ou mais atividades avaliativas, dadas as particularidades de cada unidade curricular. O respectivo plano de ensino deve prever as atividades avaliativas diante das quais a recuperação é possível, de acordo com o desempenho apresentado pelo estudante, e se envolverá parte ou a totalidade do conteúdo programático do componente.

8 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO CURSO: AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DO CURSO E AVALIAÇÕES EXTERNAS

Os cursos da UCB são submetidos à autoavaliação desde os anos de 1996. Ao longo de todo esse tempo, a Universidade vem desenvolvendo melhorias no processo e cuidando da relação com a comunidade interna e externa, para que melhor subsidie suas decisões estratégicas.

Com a lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), publicada em 2004, as Comissões Próprias de Avaliação (CPA) passaram a ser uma determinação e a UCB reestruturou o processo instituindo sua CPA de acordo com as determinações da regulação.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA/UCB) foi criada pela Portaria/Reitor UCB nº 154/04, de 27/5/2004 e revisada pela Resolução CONSUN nº 15/2010, de 25/6/2010. Em cumprimento ao que determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a comissão é autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Universidade. É integrada por profissionais e cidadãos com reconhecida capacidade e idoneidade para colaborar com a Universidade, representando os seguintes segmentos: I - Corpo Docente, II - Corpo Discente, III - Corpo Técnico-administrativo (Comunidade Universitária UCB) e IV - Sociedade Civil Organizada, sendo composta por:

- 3 representantes do Corpo Docente;
- 2 representantes do Corpo Discente;
- 3 representantes do Corpo técnico-administrativo;
- 2 representantes da Sociedade Civil Organizada.

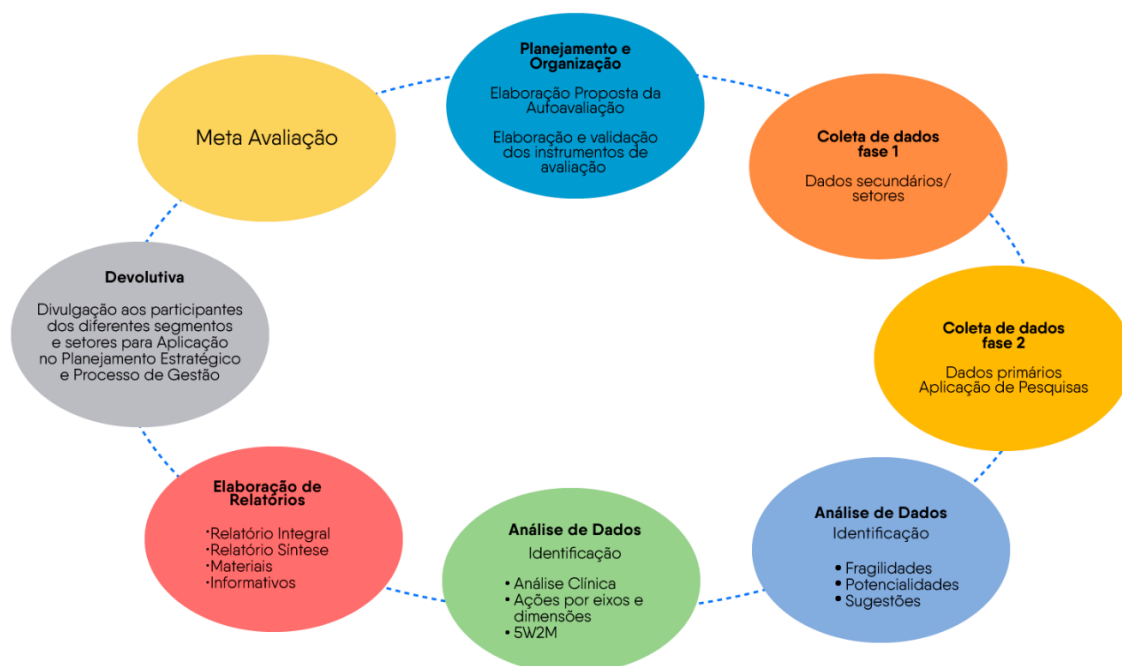
A CPA estruturou instrumentos de autoavaliação para que fossem aplicados semestralmente. Os instrumentos avaliam: os serviços terceirizados; a estrutura de apoio ao ensino (englobando infraestrutura e biblioteca) e o ensino/aprendizagem, utilizando-se de 3 modelos, um para o docente, outro para o discente e outro para técnicos administrativos. Os instrumentos vêm sendo melhorados ao longo do tempo e do desenvolvimento dos trabalhos, com reuniões da CPA e outros eventos relativos. Assim, além de atender às normas federais, orienta-se pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Planejamento Estratégico (PE) e Instrumentos Avaliativos externos, articulando aspectos políticos, estratégicos e operacionais da evolução Institucional.

A autoavaliação da UCB, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, constitui um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os sujeitos que atuam na Instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas.

Neste sentido, a autoavaliação se constitui como um processo de indução de qualidade da Instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela Instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

A Comissão Própria de Avaliação da UCB utiliza uma metodologia processual, contínua e cíclica de Autoavaliação, que busca atender às perspectivas da Universidade, ao mesmo tempo em que se mantém focada nas orientações do Sistema Nacional de Avaliação (SINAES). Tal metodologia apoia-se no envolvimento de toda a comunidade, que participa fornecendo dados, recebendo a devolutiva das informações geradas pela CPA e auxiliando na análise destas, a fim de que sejam evidenciadas as potencialidades e fragilidades de cada dimensão.

FLUXOGRAMA 01 – Avaliações institucionais



Fonte: UCB

Os períodos de aplicação são amplamente divulgados para a comunidade acadêmica, por meio das redes sociais, intranet, e-mail marketing, cartazes etc., visando à participação de todos.

Após o período de aplicação, a CPA prepara o relatório e as devolutivas pelos para a comunidade interna e externa pelos mesmos canais de divulgação, além do CPA Day, momento voltado para que os setores da instituição conversem com os estudantes sobre os resultados. A CPA também se utiliza da ferramenta 5W2H, definindo as tarefas e os responsáveis por elas, de maneira seja evidenciado com clareza a necessidade, ou não, de uma mudança, e formular um plano para alcançar esse objetivo.

Outra avaliação Institucional de grande importância para os cursos de Graduação é o Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE), que tem como objetivo avaliar o desempenho do estudante em formação nos Cursos de Graduação (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnológicos). O SIAE está ancorado na proposta geral do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), art. 5º da lei nº10.861 de 14/04/2004, qual seja a de avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, bem como as habilidades e competências para a atualização permanente e os conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento (Portaria nº 211, art. 1º. de 22/06/2012).

Com o intuito de alcançar o melhor acompanhamento dos estudantes, o SIAE se fundamenta na proposta de uma avaliação interna, diagnóstica e integrada ao processo de ensino e de aprendizagem, numa perspectiva projetiva. É um instrumento direcionado à avaliação do desenvolvimento das competências dos estudantes em suas áreas específicas de formação, por meio da aplicação do exame para aqueles que já possuem 50% ou mais de carga horária concluída. Os resultados possibilitam a revisão da formação dos estudantes em um movimento permanente de melhoria do processo educativo.

Os cursos participam do Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE) conforme o calendário do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Como regra geral, essa avaliação deve ser priorizada em relação a outras formas de avaliação realizadas por iniciativa dos cursos.

A análise da participação dos estudantes na prova SIAE gera relatórios, entregues às Coordenações de Curso, com resultados do desempenho dos

estudantes. Esses resultados servem de apoio à gestão e visam à implementação de ações para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.

9 CORPO DISCENTE

9.1 FORMAS DE INGRESSO

O ingresso ao Curso, conforme consta nas Normas e Procedimentos Acadêmicos e nos Editais dos processos seletivos, poderá ocorrer por diversas formas a saber:

- Processo seletivo para acesso ao Ensino Superior: vestibular ou nota do ENEM;
- Programa Universidade para Todos (ProUni, Lei nº 11.096, 13 de janeiro de 2005);
- transferência;
- transferência *ex-officio*;
- portador de Diploma.

9.2 REGISTRO ACADÊMICO

A comunidade acadêmica, para acesso aos registros acadêmicos, está organizada em grupos/perfis, identificados por código de acesso único (RA/ID).

Os estudantes possuem acesso exclusivamente via Portal do Estudante, para informações relativas à sua Vida Acadêmica (Histórico Escolar, Declarações, Renovação de Matrícula, Dados Cadastrais etc.). Fisicamente, a documentação do estudante está arquivada em pastas suspensas, ordenadas cronologicamente pelo “Registro Acadêmico do Estudante” (RAA) regularmente matriculado ou ainda vinculado ao Curso, além de compor o acervo digital da Secretaria Acadêmica. A Documentação dos Estudantes Formados, Desligados e ou Cancelados, estão armazenadas em envelopes numerados e caixas do tipo “Box”. O acesso a este acervo é restrito.

Os professores contam com os recursos do Portal Institucional para o relacionamento com as suas turmas durante o período letivo e realização dos registros de acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem. Pelo Portal o docente registra a frequência, as atividades realizadas com as turmas, e lança os

resultados finais. No AVA e por meio de outros recursos tecnológicos os professores podem entrar em contato com a turma e enviar material de apoio à aprendizagem.

Os gestores (Coordenadores) acessam o sistema e possuem permissões para consulta às informações acadêmicas do Curso para análise e validação de diferentes processos acadêmicos como o aproveitamento de disciplinas, análise de proficiência, revisão de notas, entre outros.

Funcionários administrativos lotados na Secretaria Acadêmica, no Atende ou áreas estratégicas da instituição também têm acesso às ferramentas e relatórios do Sistema, conforme perfil, para consulta de dados, orientação aos discentes e andamento de processos acadêmicos, sempre orientados pelas diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

9.3 APOIO E ATENÇÃO AO DISCENTE

A proposta Institucional da Universidade Católica de Brasília visa proporcionar ao discente a atenção e o apoio necessários ao acesso a uma trajetória acadêmica de aprendizado representada numa formação profissional integral e ética. Para tanto reforça seu compromisso com práticas educacionais e assistenciais que fomentam o acolhimento, a inclusão, o cuidado e o humanismo solidário. As atividades configuradas para promoção da inclusão e atenção aos discentes visam ainda o fortalecimento de redes, pessoais e institucionais, de forma a fomentar a qualidade das relações interpessoais e coletivas para além do espaço universitário.

Para isso a UCB investe na configuração e funcionamento do Núcleo de Inclusão e Orientação Psicopedagógica (NIOP), estruturado para oferecer a experiência da vivência acadêmica de forma produtiva e interativa, proporcionando a formação integral dos estudantes.

O Núcleo está estruturado para a oferta de ações de acolhimento e acompanhamento de estudantes que identificam desafios de natureza psicopedagógica, proporcionando espaços coletivos e/ou individuais para atividades de orientação pedagógica e reorientação profissional, que visam contribuir para um melhor aproveitamento acadêmico.

As atividades do Núcleo estão organizadas e direcionadas de forma a proporcionar uma rotina de avaliação, acompanhamento e enfrentamento de

possíveis dificuldades que se apresentem ao processo de ensino-aprendizagem, em especial ocorrências que comprometam ou inviabilizem a aquisição de novos conhecimentos, habilidades, atitudes e competências a serem desenvolvidas na formação discente.

O Núcleo oferece ainda uma atenção diferenciada e proporcional aos estudantes que, em situação de deficiência e/ou vulnerabilidade necessitam de estratégias específicas de acessibilidade, seja esta de natureza comunicacional, metodológica, digital, instrumental etc.

O Núcleo conta com uma equipe multidisciplinar e qualificada, e visa com isso ofertar atividades e serviços de atenção e acompanhamento de discentes, com o objetivo de avaliar conjuntamente suas dificuldades, em especial as de natureza acadêmica. A partir da identificação e mapeamento de situações que podem comprometer e/ou impossibilitar o processo de ensino-aprendizagem é possível traçar estratégias de intervenção e acompanhamento que possam assegurar o desenvolvimento profissional e pessoal discente, assim como qualificar as práticas docentes.

As ações executadas no contexto do NIOP podem se configurar em atividades individuais ou coletivas de apoio e orientação psicopedagógicas, assim como atividades de promoção de saúde e de fortalecimento das práticas educacionais, como a realização de oficinas pedagógicas, rodas de conversa, intervenções psicossociais, dentre outros. Tais atividades têm por objetivo a melhoria do desempenho acadêmico, social e emocional da comunidade acadêmica em geral, podendo contar para isso com membros da comunidade acadêmica mediante articulações institucionais assim como com parcerias externas.

Considerando ainda que o apoio discente, no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, exige a articulação com os docentes responsáveis pelo acolhimento a tais estudantes, o NIOP tem ainda como finalidade a oferta de suporte e assessoria ao corpo docente em práticas pedagógicas inclusivas. Esse suporte pode ser ofertado por meio de orientações e sugestões de estratégias de adequações pedagógicas, com a finalidade de acompanhar a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais diferenciadas.

A Universidade Católica de Brasília reforça seu compromisso com a implementação de políticas de inclusão e acessibilidade ao estabelecer, conforme previsto na Lei 13.146/2015, que os projetos pedagógicos dos diversos cursos

contemplem de forma Institucional a garantia do acesso ao atendimento educacional especializado. Esse atendimento, representado nos diferentes serviços ofertados pelo Núcleo de Inclusão e Orientação Psicopedagógica, visa organizar e proporcionar as adaptações necessárias para atendimento dos discentes com algum tipo de deficiência ou necessidade educacional diferenciada, de forma a garantir “o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia” (BRASIL, 2015).

Cumprir registrar que as estratégias de acessibilidade implementadas pelo Núcleo junto aos diferentes setores da Universidade são configuradas a partir do entendimento e definição da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n.º 6.949/2009) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), que assegura que “pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Sendo assim, toda a proposta de acompanhamento e adaptações razoáveis e necessárias é configurada pela equipe do Núcleo, em parceria com os respectivos discentes, de forma a assegurar sua participação ativa em todo o processo, reforçando com isso a necessidade do fomento a sua autonomia e participação ativa. Nesse sentido, o Núcleo trabalha em prol das necessidades e recursos identificados pela equipe multidisciplinar juntamente com o discente, sendo as estratégias periodicamente reavaliadas a partir dos resultados, assim como desafios encontrados.

O objetivo inicial do Núcleo é o de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos em todas as atividades que compõem o seu processo de ensino aprendizagem. É imprescindível como estratégia de fomento à autonomia que a própria pessoa com deficiência, neste caso o discente, indique o que é relevante para a acessibilidade com base em sua experiência. A razoabilidade das adaptações necessárias deve estar diretamente vinculada ao atendimento das necessidades específicas da pessoa com deficiência.

Em linhas gerais, é importante que as ações do NIOP visem assegurar estratégias e serviços que ofereçam condições de acessibilidade considerando o princípio da acessibilidade como as ações que garantam a igualdade de direitos e a

equidade de oportunidade às pessoas com deficiência. Para tanto é fundamental que as ações de acessibilidade contemplem os seguintes aspectos:

- acessibilidade instrumental: tem por objetivo assegurar o acesso aos diferentes recursos de tecnologia assistiva considerando a avaliação prévia das necessidades de cada discente acompanhado pelo Núcleo. A utilização de tais recursos assistivos, assim como das adaptações necessárias visam tão somente reduzir ao máximo as dificuldades de acesso a ferramentas e instrumentos de estudo, trabalho e interação sociocultural para o discente no contexto da rotina acadêmica;
- acessibilidade metodológica: as intervenções e o suporte ofertados aos docentes em suas respectivas práticas pedagógicas visam garantir esse tipo de acessibilidade aos discentes, considerando a necessidade de adaptação de metodologias de ensino, práticas laborais e atividades comunitárias, de forma a assegurar a participação ativa e formativa de todos os discentes envolvidos em cada componente curricular;
- acessibilidade digital: sempre que necessário e conforme o princípio da razoabilidade, a instituição têm por responsabilidade viabilizar o acesso dos discentes aos recursos e ferramentas tecnológicas e físicas e que envolvam o uso de equipamentos, seja proporcionando as adaptações necessárias e/ou oferecendo alternativas compatíveis;
- acessibilidade atitudinal: inclui ações de fomento à diversidade e à inclusão como estratégias de enfrentamento de atitudes estereotipadas e preconceituosas que possam comprometer a qualidade das interações interpessoais e institucionais no contexto da vida acadêmica dos discentes em geral. A qualidade da vida acadêmica está diretamente relacionada a um ambiente Institucional que fomente a solidariedade, a fraternidade e a comunhão entre os diferentes;
- acessibilidade comunicacional: apoio à implementação de ações que utilizem e reforcem diferentes estratégias de fomento à comunicação, com o uso de linguagens diversificadas, claras e acessíveis. Tais ações favorecem o acesso às informações compartilhadas, assim como a interação com as mesmas e a devida contribuição para a formação integral de todos os membros da comunidade acadêmica;

- acessibilidade arquitetônica: Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos;
- acessibilidade pedagógica: Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Dentre as várias ações de acessibilidade desenvolvidas no âmbito do NIOP é possível identificar: a organização e preparação da infraestrutura logística e física junto aos demais setores e serviços da Universidade, de forma a assegurar e disponibilizar o apoio necessário quando de ações específicas, bem como promover conhecimentos sobre acessibilidade.

A adequação curricular deverá ser produzida de forma individual a partir da configuração e avaliação das necessidades educacionais diferenciadas, apresentadas pelo estudante e em consonância com a avaliação da equipe técnica do NIOP, da participação de docentes e Coordenação do respectivo Curso ao qual o estudante esteja vinculado, e dos recursos institucionais disponíveis.

Em linhas gerais, a adequação a ser proposta e organizada pelo NIOP com os estudantes com necessidades educacionais diferenciadas deverá contemplar duas grandes referências, entendendo que as adequações se caracterizam como respostas educacionais de enfrentamento às dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes. Podem ser caracterizadas com adequações pontuais e transitórias aplicadas a situações cotidianas do cenário universitário, ou exigir recursos diferenciados e/ou de longo alcance frente a dificuldades mais intensas e persistentes.

Em linhas gerais os objetivos da adequação curricular devem compreender um processo de “planificação pedagógica” (BRASIL, 2003) a partir da avaliação conjunta da equipe técnica com os estudantes e os respectivos docentes e coordenações de curso de forma a conjuntamente definirem claramente:

- o que o aluno deve aprender;
- como e quando aprender;
- a identificação das formas de organização de ensino mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- como e quando avaliar o estudante.

Os pontos de partida para essa avaliação e consequente proposição das adequações curriculares necessárias serão: o Projeto Pedagógico do respectivo curso ao qual o estudante está vinculado, assim como as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação profissional correspondente. As adequações curriculares deverão ser propostas e operacionalizadas a partir da interação entre as necessidades do estudante e os recursos e possibilidades institucionais disponíveis e indicadas pela equipe técnica do NIOP. Essa adequação pode ser progressiva e regular tendo como finalidade o favorecimento da promoção de autonomia e independência do estudante frente ao seu processo de aprendizagem e a sua formação profissional.

Cumprido destacar que as ações de inclusão e atenção ao discente realizadas pelo Núcleo visam contemplar os discentes durante toda a sua trajetória acadêmica. O acompanhamento deve ser feito durante todo curso, mediante a formalização do cadastro discente junto ao NIOP e a apresentação de laudo/relatório médico atualizado (com validade de 1 ano, exceto em casos de deficiências sensoriais e físicas).

A partir do cadastro formal do discente junto ao Núcleo os respectivos Coordenadores(as) e docentes que acompanham semestralmente os discentes em seus cursos e disciplinas são informados sobre as necessidades educacionais desses estudantes. O informe visa orientar e acompanhar os docentes na necessidade de adequação e adaptação de suas respectivas práticas pedagógicas de tal forma a assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

É fundamental que estratégias de acompanhamento e avaliação da implementação e fomento às diferentes ações de acessibilidade citadas sejam realizadas com a regularidade necessária para garantir a qualidade nos serviços prestados, e/ou os ajustes necessários. Reforçando sempre que possível a necessidade do desenvolvimento da consciência inclusiva na Universidade e para além dela.

Além do NIOP, a UCB disponibiliza para a comunidade acadêmica outros serviços que visam acolher, e dar apoio e atenção ao discente de maneira a viabilizar uma vida acadêmica que lhe permita explorar todo seu potencial, e cujo foco seja de fato a formação integral desse estudante.

A própria concepção pedagógica dos cursos contribui para que o estudante receba toda a atenção de que necessita logo ao chegar à Universidade. Os componentes curriculares nos primeiros semestres trazem em sua gênese a proposta de que o estudante será acolhido em um contexto diferenciado de estudo, que é a Educação Superior e, dessa forma, terá uma visão do que é Universidade e condições de compreender os sentidos da formação acadêmica, ambientando no espaço da Universidade e conhecendo as melhores práticas de comunicação no meio acadêmico.

O estudante é, ainda, estimulado a participar de eventos internos e externos e de projetos de pesquisa e/ou extensão que irão compor sua formação acadêmica como componente curricular, tendo carga horária reconhecida para a integralização de seu curso. Eventos e atividades acadêmicas de relevância são divulgados pelos cursos a seus estudantes, bem como as possibilidades de intercâmbio.

No que tange ao processo de intercâmbio, os cursos contam com o apoio da Assessoria de Desenvolvimento Institucional, que tem como missão estimular o processo de internacionalização da Universidade Católica de Brasília. O estudante participante de tais programas é beneficiado com a isenção de taxas escolares durante sua permanência no exterior. Outro instrumento de estímulo para a participação dos estudantes em ações de mobilidade internacional é a oferta de bolsas de estudo em parceria com instituições conveniadas à UCB.

A UCB conta também com o Projeto de Relacionamento Estudantil (PRELEST) tem por objetivo contribuir para a articulação e formação política e cidadã dos estudantes, em uma perspectiva de fortalecer o movimento estudantil na UCB, através de projetos de formação, de espaço de diálogo e reflexão sobre as questões fundamentais que envolvem a Educação Superior e a Universidade, tendo em vista uma Educação de qualidade e o protagonismo juvenil. O PRELEST apoia e acompanha as ações das entidades estudantis: Centros e Diretórios Acadêmicos, Ligas Acadêmicas e Associações Atléticas. A Pró-Reitoria Acadêmica e os cursos são responsáveis pelo suporte às ações de mobilização e representação estudantil.

Os Centros e Diretórios Acadêmicos tratam dos interesses; apresentam e discutem ideias; reúnem os estudantes; solucionam problemas; reivindicam direitos, realizam acolhimentos aos calouros e podem promover eventos em parceria com a coordenação dos cursos.

As Ligas Acadêmicas são constituídas por meio de grupos de estudantes com interesse acadêmico comum que se reúnem para realizar atividades práticas e teóricas sobre um Tema ou Unidade Curricular do curso de origem, sob supervisão de um ou mais docentes da UCB. As ações consistem em criar grupos de estudos; organizar e ofertar palestras, minicursos e ações solidárias, em consonância com a coordenação dos cursos.

Outra modalidade de agremiações são as Associações Esportivas, conhecidas como Atléticas, formadas por grupos de estudantes atletas, organizadas por curso ou universidade, sob a liderança da Liga Geral da UCB. A Liga Geral tem o objetivo de acompanhar, orientar e apoiar às associações atléticas da UCB nas atividades esportivas e encaminhamentos às autoridades. Já as Atléticas fomentam o esporte no âmbito dos cursos e da Universidade, promovem a participação dos estudantes em jogos universitários e selecionam equipes de diversas modalidades.

Os cursos de Graduação da UCB elegem representantes de semestre, buscando promover a escuta ativa dos seus estudantes. A representação de semestre é exercida, única e exclusivamente, em ambientes acadêmicos da UCB. A UCB destaca de modo específico, as seguintes contribuições da função de representante de semestre:

- a) permitir a participação do corpo discente, de maneira mais intensa, no processo acadêmico;
- b) viabilizar a representação os alunos junto à Coordenação de Curso e aos outros setores da UCB, por delegação do coordenador;
- c) ampliar e facilitar a comunicação entre o corpo discente e os docentes, coordenação e direção.

Em relação ao acompanhamento de egressos, a Universidade Católica de Brasília segue os princípios de relacionamento continuado e de parceria pedagógica estratégica. O princípio de relacionamento continuado (PRC) refere-se ao postulado de que o acompanhamento dos egressos é apenas uma das etapas de um processo ou sistema de relacionamentos da Instituição. Esse processo ou sistema inicia-se ainda antes da entrada do estudante na UCB, na parceria entre Escolas de Educação Básica e os Cursos. A segunda etapa dá-se quando da passagem do estudante pela instituição. A terceira consiste na oferta de serviço de apoio dado especificamente aos estudantes da Graduação, atendendo às especificidades de cada um deles. Por fim, a última etapa do processo de relacionamento continuado consiste no

acompanhamento dos egressos, por meio da manutenção de vínculo com a Universidade.

O princípio de Parceria Pedagógica Estratégica (PPE) é referente ao postulado de que o protagonismo do estudante (preconizado pelos fundamentos das metodologias de aprendizagem ativa) não é interrompido ou finalizado com a cerimônia de colação de grau. Na UCB, os egressos são concebidos e tratados como um rico cabedal de conhecimentos sobre a Universidade e seus cursos, sobre o mercado de trabalho e as demandas da sociedade, e sobre os diferentes setores da economia nos quais os egressos estão diretamente inseridos e atuando.

Pelas razões acima, o capital de conhecimento dos egressos é tido na UCB como insumo fundamental para retroalimentar o seu sistema de ensino e de aprendizagem e para o repensar de suas práticas didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão. Desse modo, os egressos são vistos não como “ex-estudantes”. Para muito além disso, são tidos como “parceiros” privilegiados da Instituição, a qual beneficiam e por meio da qual são beneficiados.

A operacionalização da política de acompanhamento de egressos dos cursos de Graduação da UCB se dá por meio de encontros e participação de Egressos e Concluintes em atividades dos Cursos: os encontros e a participação de Egressos em atividades dos cursos são estimulados institucionalmente, promovendo entre os estudantes do curso a divulgação e a troca de experiência com profissionais egressos de destaque no mercado de trabalho, por um lado, e fortalecendo o vínculo e favorecendo a formação continuada, por outro.

9.4 OUVIDORIA

Outro serviço de apoio que merece destaque é a Ouvidoria, uma instância de constante diálogo com a comunidade acadêmica, recebendo e encaminhando para soluções as manifestações desta. Cabe à Ouvidoria administrar com independência, imparcialidade e autonomia toda a demanda do setor, dialogando constantemente com os demais gestores, tanto da área acadêmica quanto da administrativa e outros agentes externos na busca de respostas e soluções às questões que lhe são formuladas.

9.5 POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Segundo a legislação brasileira, o termo acessibilidade é definido como “possibilidade e condição de alcance para utilização, como segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência” (BRASIL, 1994).

A partir dessa definição, pode-se considerar que um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a seus usuários. Sabe-se que a dificuldade de acesso não se restringe apenas aos usuários de cadeira de rodas, pessoas com deficiência auditiva, visual ou intelectual, mas também àqueles que possuem mobilidade reduzida temporária, gerada por fatores como idade, gravidez e lactantes.

Semestralmente, são verificadas as condições de acessibilidade dos espaços de uso e passagens de áreas livres da UCB, seguindo orientações das normas de acessibilidade NBR 90/50. Isso contribui para que os setores específicos que cuidam da infraestrutura façam a manutenção adequada das rotas de passagens da pessoa com deficiência física, por exemplo, ou para a verificação e ajuste de qualquer barreira nas edificações e mobiliário.

A Universidade Católica de Brasília atende aos critérios de acessibilidade especificados na Portaria Federal Nº 3.284/2003 e do Decreto 6581/08, possibilitando ao estudante, ao colaborador e ao público com deficiência, autonomia nos espaços de aprendizagem, de atendimento ao público e nas demais áreas do espaço acadêmico.

Em atendimento a essa demanda por inclusão e permanência de seus estudantes, a UCB oferece inúmeras ações, criando as condições para que todos usufruam em plenitude de todas as oportunidades de aprendizagem e formação. Os “Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (BRASIL, 2013, p. 36-39) apresentam um quadro síntese com o espectro de acessibilidade, sua definição e prática/exemplos relacionados às IES, o qual reproduzimos abaixo, indicando as ações realizadas Institucionalmente para atender aos requisitos legais previstos no documento em epígrafe:

QUADRO 06 – Acessibilidade

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
Acessibilidade atitudinal	<p>Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.</p>	<p>A UCB investe constantemente em sua infraestrutura para o atendimento aos estudantes com necessidades específicas, em campanhas que tratam da diversidade, e em programas e projetos de extensão que atendam à comunidade interna e externa, promovendo, dessa forma, uma convivência saudável e respeitosa entre seus diversos atores sociais.</p> <p>Há uma evidente preocupação Institucional com a formação de valores em seus estudantes. O cuidado e o acolhimento com vistas à inclusão antecedem à chegada do estudante à instituição que recebe tratamento diferenciado desde o processo seletivo seja na oferta de ambiente adequado, no acompanhamento profissional quando da realização da prova, nos recursos físicos para acesso à avaliação até a correção das provas.</p> <p>Toda a comunicação com a sociedade, por meio de seu portal, oferece condições de acessibilidade visual. Em as palestras abertas ao público interno e externo contam com intérpretes de LIBRAS e acessibilidade física em seus ambientes.</p> <p>A UCB também atende à legislação no que diz respeito à contratação de profissionais com deficiência.</p>
Acessibilidade arquitetônica	<p>Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.</p>	<p>O espaço físico da UCB foi projetado para atender a diferentes necessidades de sua comunidade acadêmica, contando com:</p>

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
		<ul style="list-style-type: none"> - rampas de acesso em vários pontos da área externa da Universidade e, na área interna dos edifícios, rampas ou elevadores, possibilitando a circulação; - vagas nos estacionamentos próximas às rampas e porta de acesso aos blocos, que permitem o embarque e desembarque de pessoas em condição de mobilidade reduzida; - adaptações dos banheiros estão de acordo com as exigências arquitetônicas de acessibilidade. Há adaptações nas bancadas (lavabos), algumas portas são de estilo sanfonadas (PVC), o que permite o acesso de cadeiras de rodas; as barras de apoio encontram-se fixadas à parede; o vaso sanitário é de modelo comum com altura adaptada; e há espaço condizente para locomoção das cadeiras de rodas; - existem bebedouros adaptados na área de circulação interna e telefones públicos em todos os blocos e uma unidade de telefone público próprio para deficientes auditivos (TDD); - há também mobiliário adaptado nas salas de aula.
<p>Acessibilidade pedagógica</p>	<p>Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.</p>	<p>Os estudantes da UCB com deficiências são encaminhados atendidos e recebem o apoio e orientação inclusiva realizada por profissionais, contando com tratamento acolhedor e especializado. A eles são disponibilizados: acesso a <i>Softwares</i> que facilitam o acesso à informação; intérpretes de LIBRAS; leitores e</p>

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
		<p>transcritores; entre serviços e apoios outros.</p> <p>Os professores e coordenadores de curso são orientados sobre o atendimento a ser dado ao estudante, criando uma rede de atendimento de qualidade que contribua efetivamente para a sua aprendizagem.</p> <p>O atendimento inclusivo na UCB desenvolveu materiais informativos e orientações específicas ao docente que recebe em sua turma o estudante com deficiência, além de desenvolver oficinas e atividades formativas que são realizadas nas semanas e jornadas pedagógicas realizadas semestralmente.</p> <p>Com isso, pretende-se ampliar os conhecimentos do docente acerca do processo de adaptação curricular e do atendimento aos estudantes com deficiência e distúrbios de aprendizagem.</p>
<p>Acessibilidade Programática</p>	<p>Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).</p>	<p>A UCB promove processos de sensibilização como a inclusão componentes curriculares específicos institucionais para a formação dos estudantes, como: LIBRAS e outras unidades curriculares de formação geral e humanística, além de diferentes ações que tratam do respeito à diversidade, às relações étnico-raciais e de gênero, etc.</p> <p>Ademais, promove recorrentemente eventos de conscientização e informação sobre as temáticas da inclusão e os direitos que vão sendo paulatinamente agregados a essa</p>

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
		população. Cuida ainda dos estudantes que chegam com dificuldades advindas da formação precária ao ofertar como mecanismos de nivelamento, e monitorias.
Acessibilidade nas comunicações	É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).	A UCB conta com a presença de intérpretes e letores na sala de aula, em consonância com a Lei de Libras – e Decreto de Acessibilidade. Investe na acessibilidade às formas digitais de comunicação com a comunidade interna e externa.
Acessibilidade digital	Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.	A UCB promove todas as condições para que os recursos digitais para facilitar a aprendizagem do estudante sejam disponibilizados de forma fácil e rápida. No portal da UCB, evidenciam-se as condições de acessibilidade visual, como aumento de fonte, alteração de cor. Os estudantes também recebem suporte técnico para utilização plena dos recursos digitais no AVA, os quais são adaptados de acordo com a necessidade e realidade do estudante. Para os estudantes com deficiência visual, os recursos oferecidos são: <i>scanner</i> acoplado ao computador, réguas de leitura, kit de escrita Braille com prancheta, reglete, punção e folhas Braille; digitalização de textos; leitor e transcritor; impressão em Braille em parceria com a Biblioteca Braille de Taguatinga – Dorina Nowill. Está ainda disponível, no Sistema de Biblioteca da UCB, o total geral de 203 exemplares em Braille (coleções de

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
		livros, periódicos e folhetos). Em audiolivros, são 144 gerais de títulos e 198 exemplares.

Fonte: UCB

Como se pode constatar, a UCB, em conformidade com os “Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (2013, p. 5), contribui efetivamente para “materializar os princípios da inclusão educacional que implicam assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes”.

10 GESTÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA

10.1 PERFIL DA COORDENAÇÃO DE CURSO

O delineamento atual do PPI da UCB conduz a um perfil de gestor que, para além de acompanhar, possa atuar de modo crítico e proativo na condução do grupo de pessoas, no processo de formação e na busca de soluções para os desafios que se apresentam. A gestão dos cursos é realizada pelo coordenador do curso com apoio da Pró-Reitoria Acadêmica e de diferentes áreas acadêmicas.

A Coordenação do curso de graduação em Psicologia deve ser exercida por profissional de Psicologia com o perfil docente, integrante do quadro permanente da Universidade Católica de Brasília e com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região (CRP 01/DF). O/A coordenador(a) do Curso deverá ser nomeado(a) e/ou destituído(a) *ad nutum rectoris* a partir da indicação e anuência da Pró-Reitoria Acadêmica.

Em linhas gerais, compete à Coordenação do Curso:

- conhecer, cumprir e apropriar-se dos parâmetros oficiais da Universidade e do regimento da Educação Superior no Brasil, além de fomentar a discussão crítica entre seus pares;
- ter disponibilidade e dedicação ao curso, representado pelo envolvimento pessoal e profissional no desempenho de suas atribuições;
- estar aberta a discutir propostas, sugestões, questões e problemas trazidos pelos diferentes integrantes do processo de formação e manter, rotineira e planejadamente, espaços e momentos de discussão dialogada;
- estabelecer trabalho compartilhado com os demais coordenadores de curso, Colegiado do curso, e demais setores da Universidade de forma a potencializar e qualificar as ações realizadas no âmbito de cada curso e da Universidade em geral;
- acompanhar docentes e discentes no que diz respeito às avaliações internas e externas, sensibilizando-os para o engajamento e sucesso nesses processos e implementando medidas corretivas quando necessário;
- acompanhar, de forma sistemática, os resultados da avaliação institucional e das avaliações externas do Ministério da Educação (MEC) e demais órgãos competentes;

- planejar e coordenar ações direcionadas à preparação dos estudantes para as avaliações externas do MEC e demais órgãos competentes;
- gerenciar o planejamento das atividades acadêmicas e administrativas do curso de acordo com as orientações da Pró-Reitoria Acadêmica e executá-las com a colaboração dos docentes e educadores administrativos;
- acompanhar e promover o desenvolvimento acadêmico dos discentes;
- elaborar e acompanhar anualmente a execução orçamentária, propondo melhorias e ajustes, se for o caso;
- assessorar a análise da situação econômico-financeira do curso e propor melhorias;
- identificar e propor convênios ou acordos com instituições públicas e/ou privadas, com vistas a estabelecer parcerias institucionais estratégicas para o desenvolvimento do curso;
- atuar no processo de seleção e/ou desligamento de docentes, no âmbito do curso, sempre que necessário de forma a qualificar as atividades acadêmicas ofertadas;
- identificar e sugerir, sempre que possível e necessário, as demandas de formação continuada dos professores do curso;
- convocar e presidir as reuniões do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante do curso, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- exercer a ação disciplinar no âmbito do curso sempre que necessário;
- representar o curso no âmbito de suas atribuições;
- coordenar a elaboração e atualização do Projeto Pedagógico do Curso e do Planejamento do Curso;
- zelar pela qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e do desenvolvimento da pesquisa e da extensão.

Além da gestão pedagógica e administrativa do Curso e dos setores que o caracterizam, cabe à Coordenação do Curso de Psicologia a relação com os docentes que atuam na formação em Psicologia para fins de orientação e acompanhamento das práticas pedagógicas alinhadas com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em Psicologia, para a formação de profissionais de saúde, assim como as diretrizes institucionais da União Brasileira de Educação Católica – Grupo UBEC. É importante ainda a participação e representatividade da Coordenação do curso nos

diferentes colegiados e conselhos superiores da Universidade sempre que possível e/ou necessário.

Em sua atuação cotidiana, a Coordenação do Curso deve ainda manter e preservar estreita relação com os estudantes e suas representações discentes de forma a possibilitar uma comunicação regular, transparente e colaborativa que incorpore, sempre que possível e necessária, a efetiva participação discente na estruturação do curso, suas mudanças e aperfeiçoamento.

10.2 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e o Programa de Avaliação Institucional, a avaliação do curso de Psicologia da UCB é periódica e continuamente avaliado por meio dos instrumentos internos (avaliações realizadas pela Comissão Permanente de Avaliação – CPA e Sistema Interno de Avaliação do Estudante - SIAE) e pelas avaliações externas (avaliações do MEC).

A Avaliação Institucional na UCB realiza-se mediante a articulação dos seguintes processos:

- a) avaliação externa: compreende as avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ou outros órgãos e contempla, entre outras, a avaliação da Instituição, as avaliações de curso e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade);
- b) autoavaliação: compreende os processos avaliativos realizados pela própria UCB e inclui a análise dos relatórios gerados pelas avaliações externas. É coordenada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, que define a metodologia, os procedimentos e os objetivos dos processos avaliativos, bem como constrói e avalia a proposta da autoavaliação.

A autoavaliação dos cursos de graduação presenciais é realizada semestralmente via processo eletrônico e aberta aos estudantes e docentes dos cursos.

O objetivo é subsidiar a melhoria contínua dos processos de ensino e de aprendizagem e dos recursos e métodos didático- pedagógicos. Os instrumentos de autoavaliação são analisados e organizados pela CPA e avaliam as seguintes

dimensões: o componente curricular; as estratégias de ensino; as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a atuação da coordenação de curso. Os instrumentos são elaborados de forma que o preenchimento seja facilmente realizado e possibilite resposta rápida.

Também compõem a autoavaliação dos cursos de graduação:

- os aspectos relacionados à Instituição, como a infraestrutura física, os serviços oferecidos e prestados, a comunicação Institucional, entre outros. Eles são analisados permanentemente por meio do formulário da Avaliação de Serviços e Infraestrutura no site da UCB, possibilitando aos estudantes, professores e técnico-administrativos o envio de sugestões, elogios e críticas durante todo o ano, agilizando a resolução de eventuais problemas identificados;
- a Pesquisa de Satisfação, aplicada a cada dois anos e que verifica a satisfação dos estudantes;
- a Pesquisa de Empregabilidade dos Egressos no curso verifica a contribuição da UCB na formação e trajetória profissional dos diplomados.

Os instrumentos de avaliação são aplicados com o apoio técnico-operacional do setor de Avaliação e Regulação, com acompanhamento da CPA. Os estudantes são estimulados a participar e são informados sobre os períodos de avaliação por meio de campanhas. A participação no processo é democrática e voluntária.

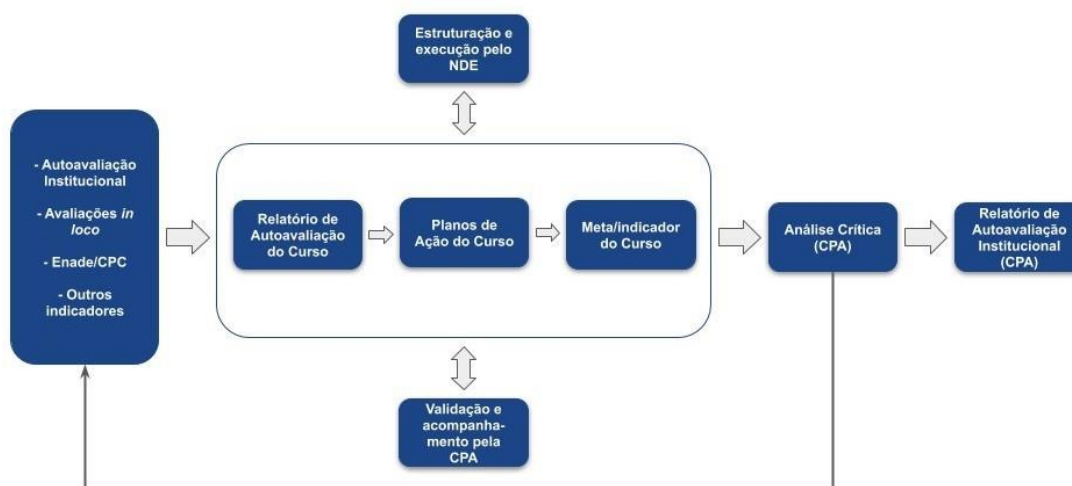
A partir do resultado dessas avaliações a coordenação do curso decide que ações promover, juntamente com o NDE, de modo a resolver todas as necessidades apontadas. Além disso, o coordenador do curso mantém abertos diversos canais que possibilitam o diálogo com os estudantes, professores e funcionários administrativos. Em cada turma são apontados dois representantes discentes que se comunicam diretamente com a coordenação do curso e o NDE. Entre os professores, é escolhido também aquele que representará duas turmas, para que faça a interlocução dos demais professores daquelas turmas com a coordenação. Em acréscimo, reuniões periódicas com o NDE, Colegiado e Centro Acadêmico balizam a relação dialógica que a coordenação do curso tanto preza. Finalmente, há a opção de contato direto dos estudantes e professores– seja pessoalmente ou por meio virtual – com o coordenador do curso ou a assessoria pedagógica.

Como resultado dos processos de avaliação externa e da autoavaliação são elaborados planos de ação a serem implementados visando à qualificação e ao

aperfeiçoamento contínuo do curso e da qualidade dos serviços prestados pela UCB. Nas reuniões do Conselho de Curso em que estão presentes representantes dos discentes é apresentado o planejamento para atendimento das sugestões ou demandas oriundas dos processos avaliativos.

Da autoavaliação dos cursos resulta o Relatório de Autoavaliação Institucional, redigido pela CPA e enviado eletronicamente ao Ministério da Educação de acordo com as regulamentações vigentes. A figura 10 demonstra o fluxo de análise dos resultados das avaliações.

FIGURA 10 – Fluxo de análise dos resultados das avaliações



Fonte: UCB

A divulgação dos resultados dos processos de avaliação é realizada por meio da página da Avaliação Institucional no *site* da UCB; em notícias no *site* da UCB e nas redes sociais; em reuniões periódicas entre a Reitoria e a comunidade discente; e em reuniões semestrais da Reitoria com representantes de turma; entre outros.

11 CORPO DOCENTE

11.1 COLEGIADO DO CURSO E PERFIL DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Colegiado de Curso corresponde a um fórum que tem por finalidade promover a racionalização e a otimização dos procedimentos pedagógicos e administrativos, por meio da discussão e deliberação sobre assuntos referentes ao cumprimento da missão, visão de futuro e valores da UCB, bem como do cumprimento das propostas constantes no PPC.

O Colegiado do Curso de Psicologia é um órgão representativo de caráter consultivo cuja composição e critérios de representatividade são definidos por cada curso.

No Curso de Psicologia, o Colegiado de Curso é formado por:

- docentes vinculados ao curso;
- representantes do corpo discente;
- representante do corpo técnico-administrativo.

Compete ao Colegiado de Curso assessorar a Coordenação do curso na administração dos assuntos acadêmicos, bem como encaminhar à Coordenação do curso assuntos de ordem ética e disciplinar no âmbito do curso. O Colegiado do curso se reúne, ordinariamente semestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Coordenação do curso ou por solicitação de, no mínimo, um terço dos seus membros.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de Graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. (Resolução CONAES n. 01/2010, art.1).

O PPC passa por avaliações do NDE, tendo como ponto de partida os relatórios anuais da Comissão Própria de Avaliação, que contempla os resultados da avaliação Institucional, os relatórios do Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE), do último ENADE e das visitas in loco de avaliadores do INEP. Estas informações e dados subsidiam as reuniões do NDE para reavaliação do Projeto e de sua aderência com o mercado de trabalho e o marco legal vigente.

Os critérios para a constituição do NDE, seu papel, função e atuação estão descritos no Regulamento Geral da Graduação.

11.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente da UCB é formado por especialistas, mestres e doutores, em regime de trabalho de tempo parcial, integral ou horista, experientes no magistério superior. A proposta Institucional de formação integral da pessoa humana reveste o papel do docente de fundamental importância. Assim, espera-se um perfil de educador que expresse os seguintes compromissos:

- conhecer e tomar para si o Projeto Pedagógico do Curso, de modo que sua práxis docente esteja articulada com todo o processo de formação e objetivos do curso, assim como com os diferentes atores envolvidos;
- estender a sua ação docente para além da sala de aula, compreendendo que as atividades de pesquisa e extensão são também espaços de aprendizagem interdependentes, que existem diferentes formas de aprender e que a perspectiva esperada é a de foco na aprendizagem, e não na transmissão ou na instrução;
- valorizar e apropriar-se de estratégias formativas bem-sucedidas, com o foco no processo de aprendizagem e não na instrução, pesquisando a própria atividade docente e, a partir disso, desenvolver e validar diferentes estratégias formativas;
- manter relações construtivas e éticas com os estudantes de modo a promover autonomia, comprometimento e desenvolvimento de estratégias efetivas de estudo e aprendizagem;
- utilizar metodologias de ensino e avaliação coerentes com a proposta de formação integral da pessoa, de modo que estes processos contemplem habilidades teóricas, técnicas e de cidadania;
- dispor-se e comprometer-se com a produção de conhecimento e com a preparação das novas gerações;
- dominar e desenvolver as competências pretendidas para o perfil dos egressos.

O perfil docente descrito confere homogeneidade e identidade ao curso, mantendo-se coerente com o perfil do educador descrito no PPI. Homogeneidade, contudo, não implica ausência de diversidade. Nesse sentido, o corpo docente deve constituir-se de profissionais de formação acadêmica consistente, com diferentes experiências profissionais e acadêmicas. Essas características podem garantir formação de alto nível e generalista. Além disso, a perspectiva de diversidade propicia melhor adequação da formação docente às diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Considerando que o curso de Psicologia estrutura-se na proposta de uma formação generalista, com o acesso a conhecimentos e práticas preparatórias a diversas possibilidades de atuação, o corpo docente do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Brasília tem uma configuração diversa quanto às competências e habilidades de atuação, assim como as parcerias interinstitucionais já consolidadas e outras em expansão de forma a contemplar a relação com as demandas sociais e a organização das políticas públicas locais.

É imprescindível que o corpo de docentes do curso de Psicologia tenha qualificação acadêmica e/ou experiência profissional comprovadas em suas áreas de atuação específicas, como requisito mínimo para ministrar as unidades curriculares sob sua responsabilidade. Torna-se obrigatório que o ensino de unidades curriculares específicas, tais como os Estágios Básicos e supervisionados, assim como aquelas que envolvem o uso de testes e instrumentos psicológicos, seja realizado exclusiva e obrigatoriamente por psicólogos habilitados, em situação regular e com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região (CRP 01/DF). O aperfeiçoamento e a formação continuada dos docentes devem ser de caráter regular e de corresponsabilidade da Universidade, visando a melhoria da qualidade do ensino e a construção coletiva do papel de educador, em consonância com os valores e a missão institucional da Universidade Católica de Brasília.

O corpo docente deve contemplar professores vinculados diretamente à Coordenação de Graduação do Curso, atendendo a um perfil generalista sem, no entanto, perder de vista o conhecimento e experiência dos docentes no que tange às especificidades das 03 Ênfases Curriculares do Curso.

Além do grupo vinculado diretamente à Coordenação de Graduação, o curso conta ainda com o apoio e a participação regular de docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia, em Educação e/ou em

Gerontologia, oportunizando a interação com docentes doutores e com amplo domínio teórico e técnico em áreas e temáticas mais específicas.

O perfil docente indicado visa conferir diversidade e identidade à formação em Psicologia de forma a valorizar o perfil generalista do profissional que se pretende formar. Nesse sentido, o corpo docente deve constituir-se de profissionais de formação acadêmica consistente, com diferentes níveis de titulação e experiências profissionais acadêmicas e não acadêmicas. Essas características podem garantir formação de alto nível e generalista, como previsto na DCN da formação em Psicologia. Além disso, a perspectiva de diversidade propicia melhor adequação da formação docente às diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para que tal perfil seja alcançado, quando do processo seletivo para docentes do Curso de Psicologia, dentre os critérios exigidos como obrigatórios e/ou desejados estão:

- Conhecimento especializado (teórico e prático) na área de atuação prevista na docência (seja em componentes curriculares do Núcleo comum da formação, seja em alguma das ênfases curriculares do curso);
- Conhecimento no uso dos recursos tecnológicos aplicados ao contexto educacional disponíveis, e em especial na utilização de Tecnologias e Educacionais que possam contribuir para a melhor utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Habilidade quanto à utilização de metodologias de ensino e avaliação coerentes com a proposta de formação integral da pessoa, de modo que estes processos contemplem habilidades teóricas, técnicas e de cidadania.
- Conhecimento e propriedade quanto às DCNs de formação em Psicologia e consequentemente do Projeto Pedagógico do Curso, de modo que sua práxis docente esteja articulada com todo o processo de formação e objetivos do curso, assim como com as diretrizes institucionais.
- Conhecimento em didática e práticas pedagógicas inovadoras e na aplicação de metodologias ativas;
- Comprometimento e respeito para com as orientações institucionais;
- Disponibilidade para realização de atividades práticas vinculadas às disciplinas;
- Disponibilidade para atuação em equipe e construções coletivas.

11.3 FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE

A formação continuada docente na UCB tem privilegiado a reflexão e a problematização da prática docente a partir de sua articulação com o PPI e com o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs), fomentando o planejamento do ensino com foco na aprendizagem ativa e no protagonismo do estudante. Assim, convidamos nossos professores a assumirem a prática docente como objeto de sua curiosidade, questionando-a e reelaborando-a permanentemente na busca de sua qualificação. Este movimento de ação-reflexão-ação, por sua vez, se dá tanto no âmbito individual, da prática de cada professor, quanto no âmbito coletivo, através da promoção de espaços de colaboração e socialização de boas práticas e de experiências exitosas.

11.3.1 Objetivo geral

Realizar um processo formativo que valorize a atualização e o aprimoramento contínuo da prática docente, buscando garantir a qualidade e a inovação dos métodos e práticas pedagógicas, de modo a contribuir para a consolidação coletiva do perfil docente desejado pela UCB.

11.3.2 Objetivos específicos

Para a formação continuada do corpo docente são determinados os seguintes objetivos específicos:

- a. Promover a articulação do planejamento docente com o PPI e com o PPC, compatibilizando as concepções de aprendizagem no desenvolvimento do perfil de egresso;
- b. Fomentar os professores ao desenvolvimento e aprimoramento de suas práticas docentes, tendo a aprendizagem ativa como foco do planejamento das atividades de ensino;
- c. Estimular os professores ao questionamento e à elaboração do fazer docente;

- d. Incentivar o uso de tecnologias educativas como facilitadoras do processo de aprendizagem;
- e. Estimular a interação entre professores, a partir da reflexão, discussão e socialização das práticas docentes;
- f. Promover a reflexão sobre a prática docente, reconhecendo os desafios da Educação superior, e a realidade como complexa e marcada pela diversidade;
- g. Favorecer a articulação entre o contexto pedagógico e a avaliação contínua do desempenho discente e docente;
- h. Estimular os professores no engajamento pela transformação da sociedade, por meio de suas práticas educativas.

O Plano de Formação Continuada Docente se organiza a partir de 03 (três) eixos:

- Reflexão sobre a prática: a partir do fazer concreto dos professores nos diferentes espaços de aprendizagem, refletir sobre como percebem a própria atuação e promover a busca por diferentes soluções para os desafios do cotidiano educativo.
- Atualização, qualificação e aperfeiçoamento: realização de estudos, discussão e vivências que promovam a adoção de novas práticas, por meio da socialização de conhecimentos e experiências positivas, inspirando novas reflexões e práticas que respondam de forma mais efetiva aos desafios enfrentados pelos docentes nos diferentes espaços de aprendizagem.
- Elaboração e reelaboração das práticas docentes: adoção efetiva de novas práticas alinhadas ao perfil docente delineado no PPI, e que promovam a autoria, a autonomia e o protagonismo discente na construção da aprendizagem ativa e significativa.

Para efetivação e articulação desses eixos são desenvolvidas diferentes ações:

- a. Acolhida docente: realizada no início de cada semestre e que tem como propósito mobilizar, despertar a reflexão e inspirar novas práticas aos professores;
- b. Reuniões docentes: realizadas ao longo do semestre e que objetivam o debate e a troca de experiências entre os docentes;

- c. Oficinas e formações: realizadas principalmente no início e final de cada semestre, tem como propósito a atualização, a qualificação e o aprofundamento de conhecimentos didático-pedagógicos;
- d. Orientações e debate em espaço virtual docente, disponível permanentemente, onde podem ser acessados documentos institucionais, como o Guia de Orientação para a Docência Centrada na Aprendizagem Ativa e a utilização de ferramentas de tecnologia para a facilitação da aprendizagem.

As atividades de formação continuada são realizadas especialmente nos períodos destinados às atividades pedagógicas e de formação docentes, previstas no Calendário Acadêmico. Ao longo de todo ano ainda são organizadas e ofertadas atividades de formação continuada de acordo com as demandas e necessidades identificadas juntos aos Cursos, considerando o interesse, as necessidades e a disponibilidade dos docentes.

11.3.3 Resultados esperados

Espera-se que sejam alcançados os seguintes resultados:

- Reflexão crítica contínua acerca da prática docente frente aos desafios da Educação Superior no Brasil;
- Percepção da prática docente como fundamento essencial do processo de construção do perfil de egresso do curso e da UCB;
- Articulação e alinhamento entre as práticas docentes, o PPI e o PPC;
- Utilização crítica e consciente de metodologias de aprendizagem ativa;
- Difusão e uso de tecnologias educativas por professores e estudantes;
- Melhoria das práticas docentes, verificadas pela avaliação Institucional, e da aprendizagem discente, observada nas avaliações internas e externas.

A formação docente também participa do processo de acolhida e adaptação do docente recém-contratado. A Coordenação Acadêmica disponibiliza aos docentes um espaço de interação, troca de experiências e formação on-line no ambiente virtual de aprendizagem.

Além das Oficinas e Formações já realizadas para o público docente, com foco nas atividades de ensino, são ofertadas ainda formações específicas para

docentes em funções de Gestão (Coordenadores de Curso e Assessores) e NDEs. Estas formações têm como temáticas especiais: Planejamento Estratégico, Planejamento e Acompanhamento do trabalho docente (PPC e Plano de Ensino); Acompanhamento e Avaliação de Cursos (Avaliações internas e externas), Avaliação da aprendizagem e relatórios ENADE e Tecnologias aplicadas à Gestão Acadêmica.

12 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Entende-se que o corpo técnico e administrativo da UCB é parte integrante e fundamental na consolidação dos objetivos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UCB. Assim, o perfil desse funcionário relaciona-se com:

- criação de uma responsabilidade coletiva, partilhada com todos os atores do processo de formação, por meio da colaboração;
- compromisso com o desenvolvimento profissional para o bom desempenho das suas atividades na UCB;
- compromisso com a sustentabilidade e conservação do patrimônio da UCB e dos recursos físicos sob sua responsabilidade;
- cuidado no trato e encaminhamento dos processos e trâmites documentais, fornecendo e divulgando informações pertinentes, com respeito ao sigilo e privacidade exigidos.
- A UCB oferece regularmente cursos que visam à contínua formação de seus funcionários.

13 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO CORPO DOCENTE E AO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O cuidado, o respeito, a valorização e o acolhimento são aspectos centrais nas relações humanas, pessoais, profissionais e acadêmicas no âmbito da Universidade. A comunidade acadêmica, de forma geral, e seus educadores - docentes e técnico-administrativos, de forma especial, zelam pela construção e manutenção de um ambiente amistoso e acolhedor, onde as relações se estabeleçam de forma afetuosa. Esta perspectiva deve inspirar todos os processos, os procedimentos e as comunicações que se estabelecem e se desenvolvem na UCB.

Neste sentido, diferentes espaços de acolhimento, escuta e apoio foram instituídos na universidade e servem para a melhoria permanente do clima organizacional, bem como da promoção e qualificação dos processos educativos que se realizam na UCB. No que diz respeito ao corpo docente, a Pró-Reitoria Acadêmica é o eixo deste processo, zelando pelas políticas de atenção e valorização do corpo docente. Já o corpo técnico-administrativo encontra na Pró-Reitoria Administrativa as diretrizes e ações de promoção do cuidado e da melhoria do ambiente de trabalho e de valorização das pessoas.

São instâncias importantes neste processo: os gestores em seus diferentes níveis, a Coordenação de Pastoral, a Ouvidoria, a Comissão Disciplinar, os serviços de atendimento e apoio à comunidade acadêmica e a Coordenação de Recursos Humanos, como articuladora das políticas institucionais voltadas para os educadores (docentes e administrativos).

Em nível macro, todos os educadores da UCB são assistidos e orientados pelas políticas institucionais da Mantenedora que, amparadas nos valores cristãos e nos carismas de seus santos fundadores, apresentam à comunidade acadêmica os parâmetros que regem suas relações e seus processos. Exemplos importantes destes parâmetros podem ser encontrados na política de contratação e dispensa de colaboradores, no código de conduta ética, na política de segurança da informação e na política de incentivo à qualificação.

13.1 POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO E DISPENSA DOS COLABORADORES

Incentivar processos e soluções justos, eficientes e equitativos, de acordo com a legislação vigente para os conflitos decorrentes de relações de trabalho relacionadas com a contratação e dispensa de colaboradores; apoiar os gestores para uma abordagem transparente, justa, coerente e eficaz para a contratação e dispensa de colaboradores; assegurar que as atividades de contratação e dispensa de colaboradores sejam realizadas em conformidade com a legislação vigente e com as convenções sindicais que regulam esse tema; definir as diretrizes para a realização de contratação e dispensa de colaboradores; assegurar que as atividades de contratação e dispensa sejam realizadas de forma transparente, ética, justa, segura, eficiente, eficaz e em conformidade com a lei.

13.2 CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA

Fortalecer a cultura ética da Organização, elevando o nível de confiança, respeito e solidariedade em todas as suas relações internas e externas; administrar, prevenindo, reduzindo ou eliminando conflitos de interesse entre pessoas e grupos ou áreas da instituição; servir de referência na avaliação de eventuais violações das Normas do Código de Conduta Ética; preservar a imagem e a reputação da instituição ante as comunidades na quais atua.

13.3 POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Assegurar a proteção de nossas informações e nossos sistemas de informação incluindo-se, mas não se limitando a: computadores, dispositivos móveis, equipamentos de rede, software e dados; e a mitigação de riscos associados com o roubo, perda, mau uso ou dado aos nossos sistemas; fornecer um ambiente de trabalho e sistemas de informação protegidos e seguros para colaboradores, alunos e quaisquer outros usuários autorizados; assegurar que todos os nossos usuários autorizados compreendam e cumpram esta política e quaisquer outras políticas, normas, procedimentos relacionados, e também trabalhem de acordo as melhores

práticas; certificar que todos os usuários compreendam suas próprias responsabilidades para proteger a confidencialidade e a integridade dos dados que eles acessam; proteger nossa organização de uma eventual responsabilização ou de eventuais danos sobre o uso indevido de suas informações, sistemas de informação e recursos de TI; responder às demandas legais e institucionais sobre o assunto e iniciar um ciclo de melhoria contínua dos mecanismos de governança.

13.4 POLÍTICA DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO

Manter elevados padrões de desempenho no trabalho; melhorar a compreensão dos fatores que afetam o desempenho no trabalho; compartilhar ideias e divulgar boas práticas; melhorar a efetividade da gestão e a implementação de mudanças efetivas; construir equipes capazes e eficazes; aumentar a motivação e a satisfação dos colaboradores para o trabalho; facilitar o desenvolvimento profissional dos colaboradores; apoiar gestores para uma abordagem transparente, justa, coerente e eficaz para o incentivo à qualificação dos colaboradores; assegurar que cada indivíduo seja encorajado a desenvolver seu potencial pessoal e profissional; assegurar que a aprendizagem ao longo da vida seja apoiada e incentivada para todos os colaboradores; proteger a instituição de eventuais litígios, sanções, responsabilizações ou eventuais inconformidades, ilegalidades decorrentes de eventuais incentivos à qualificação de colaboradores sem a observação da legislação e das normas em vigor; definir as diretrizes para a realização de incentivo à qualificação; assegurar que os incentivos à qualificação sejam realizados de forma transparente, ética, justa, eficiente, eficaz e em conformidade com a lei.

13.5 POLÍTICAS DE ATENÇÃO






Todos estes documentos se fundamentam numa perspectiva qualificada e humanizadora, atenta aos aspectos individuais e coletivos na defesa dos valores cristãos e na consecução de uma gestão acadêmica justa, transparente, coerente e eficaz.

A Coordenação de Recursos Humanos, em consonância com os princípios institucionais, tem como principal objetivo oferecer atendimento e encaminhamento de cunho trabalhista aos colaboradores do corpo técnico-administrativo e corpo docente, assim bem como, no desenvolvimento profissional.

Releva notar a obtenção do selo Great Place to Work (traduzido como Melhores Lugares para Trabalhar), um indicador de gestão de pessoas em uma dada organização, obtido a partir de uma pesquisa com os colaboradores, para avaliar uma série de critérios relacionados ao ambiente de trabalho, clima organizacional e gestão de pessoas.

Em 2022 as Unidades de Missão da UBEC participaram da pesquisa, onde foram avaliadas as seguintes dimensões:

FIGURA 11 – Dimensões avaliadas pelo Grupo UBEC

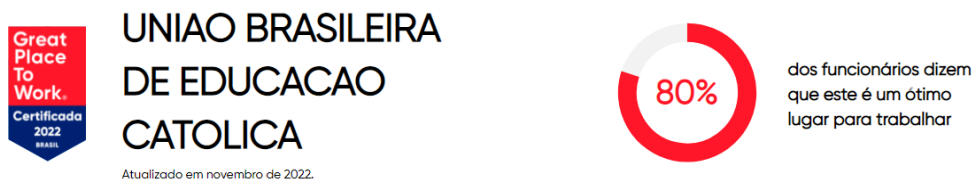
Dimensões	Como elas atuam no ambiente de trabalho
Credibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação informativa e acessível • Competência na condução de pessoas e negócios • Integridade e consistência na condução da visão
Respeito 	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento em decisões relevantes • Reconhecimento • Apoio para desenvolvimento profissional
Imparcialidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Equidade e equilíbrio no reconhecimento • Ausência de favoritismo • Justiça no tratamento
Orgulho 	<ul style="list-style-type: none"> • Orgulho do trabalho realizado individualmente • Orgulho do trabalho realizado coletivamente • Orgulho da imagem e atuação da empresa na comunidade e mercado
Camaradagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço para ser espontâneo • Ambiente amigável e hospitaleiro • Sentimento de “família” ou “equipe”

Fonte: UCB

Cada dimensão foi avaliada a partir das visões da empresa e de área. A Visão da Empresa (VE) representa a percepção dos colaboradores em relação à empresa como um todo. Já a Visão da Área (VA) corresponde à área de trabalho e ao gestor imediato.

Os resultados da pesquisa apontam que 80% (oitenta por cento) dos funcionários reconhecem o Grupo UBEC como um ótimo lugar para trabalhar.

FIGURA 12 – x



Fonte: UCB

14 INFRAESTRUTURA

14.1 INSTALAÇÕES GERAIS

A instituição reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes espaços acadêmicos e extrapola o ambiente da sala de aula tradicional. Entretanto, não há como negar que, na atualidade, a sala de aula ainda se revela um espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Para atender a comunidade universitária, a sala de aula dos tempos modernos precisa incorporar elementos de conforto ambiental e de modernização, a exemplo de equipamentos e ferramentas tecnológicas tais como recursos audiovisuais, internet, entre outros. Esses elementos viabilizam a utilização de novas metodologias de ensino e imprimem uma nova dinâmica às aulas, motivam estudantes e professores e elevam a qualidade do ensino.

A UCB tem 18 blocos de edifícios, 5 auditórios, 2 ginásios, 2 bibliotecas e espaços que permitem a formação integral de acordo com o perfil do egresso de seus cursos, conta com 160 laboratórios, sendo que destes, 61 são de uso comum e 99 de uso específico e continua o seu projeto de expansão, inovação, alta tecnologia agregada ao ensino de qualidade com os novos espaços:

- Laboratório Colaborativo de Ideias (Colabid), em que parte do conceito co-working para se situar como um ambiente voltado para o desenvolvimento de processos criativos;
- Startup Católica, uma sala que acolhe empresas selecionadas pelo programa de pré-aceleração que ajuda no amadurecimento dos projetos e na sua transformação em negócios;

- Laboratório de Empreendedorismo, novo espaço de conhecimento, ensino e pesquisa da Universidade em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- Laboratório de Nanobiotecnologia, um dos mais importantes e completos do Brasil (em construção).

A Seção de Laboratórios de Informática (SLAB) oferece aos alunos e professores os recursos de informática necessários para o desenvolvimento da formação acadêmica disponibilizando uma estrutura de 21 Laboratórios de Informática, instalados nos Câmpus Taguatinga. Dentre estes, 04 são salas públicas, que têm por finalidade:

- disponibilizar aos usuários os recursos necessários às suas atividades extraclasse para a elaboração e impressão de monografias, trabalhos acadêmicos e pesquisas na Internet;
- apoiar a condução dos componentes curriculares de todos os cursos da UCB que necessitam pedagogicamente de recursos computacionais;
- oferecer suporte para treinamentos e capacitação de Docentes e Discentes.

Das 04 salas públicas, uma é preparada e equipada exclusivamente para os estudantes dos cursos de Tecnologia de Informação que encontram neste espaço todas as características e *softwares* específicos do seu curso.

Os outros 17 laboratórios são destinados ao desenvolvimento das aulas, utilizados pelos mais diversos cursos, conforme descrição a seguir:

QUADRO 07 – Relação dos laboratórios de Informática da UCB

LABORATÓRIOS	ESPECÍFICO			LOCALI- ZAÇÃO	ÁREA (M ²)	CAPACI- DADE
	FG/B	FP/E	PP/PSC			
Laboratório de rede de computadores		X		C103	77	30
Laboratório de Informática – Perícia Digital		x		B007	74	35
Laboratório de Informática	X	X		A013	52	27
Laboratório de Informática	X	X		B106	78	35
Laboratório de Informática	X	X		B107	78	34
Laboratório de Informática	X	X		C102	77	35
Laboratório de Informática	X	X		R01A	80	40
Laboratório de Informática	x	x		R01B	80	36
Laboratório de Informática	x	x		K033	40	21
Laboratório de Informática	x	x		K134	54	27
Laboratório de Informática	x	x		K261	54	21
Laboratório de Informática	x	x		M107	93	54
Laboratório de Informática	x	x		M108	80	44
Laboratório de Informática	x	x		M109	61	34
Laboratório de Informática	x	x		M110	61	34
Laboratório de Informática	x	x		M111	80	48
Laboratório de Informática	x	x		M113	80	48
Laboratório de Informática	x	x		M114	80	44

Fonte: UCB

A integração entre ensino, pesquisa e extensão, também demanda laboratórios bem equipados que respondam à pluralidade e às especificidades dos cursos oferecidos pela instituição no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação, bem como a implantação de ações de inovação técnico-científica.

A Universidade, a partir de uma perspectiva de crescimento e atualização constantes, exige um contínuo redimensionamento da sua estrutura física, particularmente dos espaços de aprendizagem, de investigação e de cultura. Nesse sentido, a reorganização e a ampliação de espaços obedecem necessariamente a um projeto arquitetônico Institucional, respeitando as diretrizes de mobilidade e acessibilidade, a harmonia das suas edificações, a criação de espaços acolhedores, as finalidades acadêmicas, e de conservação. Entre as inovações presentes, destacamos as salas de aula inovativas.

14.2 RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

A Universidade dispõe de equipamentos audiovisuais tais como projetores, tela interativa, máquina fotográfica, filmadora, DVD e equipamentos de som para atender a demanda de professores e estudantes da instituição.

14.3 ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CURSO

A Universidade Católica de Brasília conta com ampla estrutura física. Neste contexto, o curso dispõe de salas de aula com microcomputadores ligados à internet, recursos multimídia como data show e caixas de som, além de quadro branco.

Os estudantes também contam com auditórios nos quais são realizadas atividades das disciplinas e eventos científicos, que vão desde palestras com profissionais convidados externos à instituição a eventos científicos, amplamente incentivados pela instituição.

Além destes, o curso usufrui dos seguintes espaços:

- a) Sala de professores e sala de reuniões – A Universidade Católica de Brasília dispõe de quatro salas de professores, uma em cada um dos blocos: Prédio São João Batista de La Salle – Bloco Central (sala B108); Prédio São Gaspar Bertoni – Bloco M (sala M112); Prédio São Marcelino Champagnat – Bloco K (sala K241); Prédio Papa Francisco – Bloco S (sala S212). Atendem adequadamente aos requisitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação, acessibilidade, instalações sanitárias e comodidades necessárias às atividades desenvolvidas;
- b) Gabinetes de trabalho para docentes – Em todas as salas de professores, existem gabinetes de trabalho para uso dos professores, com computadores e recursos de *software* e internet, além de espaços propícios a pequenas reuniões;
- c) Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos – O curso possui um espaço físico destinado a coordenação do curso. Neste espaço há mobiliários para organização e disposição dos documentos do curso e para atender o estudante individualmente, além de computador recursos de *software*, internet e impressora;
- d) Salas de aula – A UCB dispõe atualmente de 129 salas de aula, equipadas com projetor, equipamento de som, computador com monitor e acesso à internet, 04 destas salas possuem projetor com tela interativa, e todas possuem mesas para os professores, cadeiras estofadas e sistema de ventilação ou ar-condicionado. A quantidade de salas atende a demanda de oferta dos componentes curriculares dos cursos;
- e) Salas inovativas – Referência de utilização nas melhores universidades do mundo, as salas inovativas são sinônimo de modernização do ensino em sala de aula. Com uma nova proposta de aprendizagem e uma resposta à mudança de paradigma em que vivemos no mundo, na tecnologia e em especial, na Educação, as Salas possuem um papel fundamental: serem um elo facilitador aos estudantes, como um modelo inovador de ensino. Neste sentido, além de permitir várias configurações de ambiente, que possibilitam a utilização de estratégias e metodologias

dinâmicas com foco na aprendizagem ativa e colaborativa, também disponibiliza *chromebooks* para uso individual dos estudantes.

14.4 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS E AMBIENTES DE FORMAÇÃO BÁSICA E ESPECÍFICA DO CURSO DE PSICOLOGIA

Para os componentes curriculares da formação básica e específicos, o curso de Psicologia conta com laboratórios que são compartilhados com outros cursos da UCB. Estes laboratórios prezam pela excelência e são adequados às demandas desses cursos. Em cada laboratório, técnicos especializados organizam as atividades conforme os planos de ensino e os roteiros de aulas práticas de cada professor.

Todos os ambientes e laboratórios possuem quantidade satisfatória de material (permanente e de consumo) de qualidade. A aquisição desses materiais e produtos é programada a partir do planejamento orçamentário anual, realizado pelo gestor do Centro de Custos ao qual o laboratório ou setor está subordinado. Os processos de planejamento e aquisição dos materiais contam com o apoio do curso, da supervisão dos Espaços de apoio Pedagógico (EAPs), do Setor de Compras e do Almoxarifado Central da UCB.

O Curso de Psicologia respeita a capacidade de cada laboratório em relação ao número de alunos nas aulas práticas, uma vez que, nessas, os professores prestam um atendimento mais individualizado aos estudantes, facilitado pela participação de estudantes monitores.

A UCB preocupa-se em garantir a segurança das pessoas que constituem a comunidade interna e externa à Universidade, cumprindo os preceitos legais sobre o tema, bem como a segurança e proteção ambiental no espaço interno e externo à Instituição. Assim, foram regulados os procedimentos de segurança na utilização dos Espaços de Aprendizagem Prático-Profissionais (EAPs). Todos os usuários dos laboratórios (professores, técnicos e alunos) utilizam obrigatoriamente os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) de acordo com a especificidade do Laboratório. Os extintores de incêndio são conferidos e recarregados (se necessário) a cada semestre, de acordo com as normas técnicas correspondentes. Chuveiros e lava-olhos são averiguados e sua água é trocada semanalmente. Todas as capelas e bancadas são limpas, os lixeiros conferidos quanto a inexistência de luvas, rejeitos de reações ou vidraria quebrada após o término de cada aula prática.

Da mesma forma, a Instituição conta com procedimento referente ao gerenciamento de resíduos conforme Resolução específica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A UCB também possui o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de saúde (PGRSS), que objetiva minimizar os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e promover a proteção da saúde do trabalhador e população em geral; estimular a minimização da geração de resíduos, promovendo a substituição de materiais e processos por alternativas de menos risco. Em consonância com o Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e a Comissão de Biossegurança, o gerenciamento da totalidade dos resíduos gerados na UCB é realizado por uma equipe multidisciplinar.

Outra preocupação da UCB refere-se à comodidade e acessibilidade para seus usuários, com especial atenção para as pessoas com deficiência. Todos os prédios da Instituição dispõem de acesso específico, seja por rampas ou elevadores, desde a via pública à sala de aula. Os prédios possuem também banheiros adaptados, vagas específicas nos estacionamentos e sinalização de acordo com a NBR9050.

A Universidade prima pela atualização dos equipamentos a fim de garantir a quantidade, tipos de equipamentos; as condições de uso são adequadas e atendem às exigências de formação da área básica. As atualizações e aquisições de novos equipamentos, vidrarias e reagentes, bem como qualquer outra melhoria no espaço físico (consertos, ampliações, reformas, etc.) ocorrem em conformidade com o planejamento anual da instituição (orçamento). Este planejamento vem ocorrendo há vários anos e nele são contemplados todos os gastos necessários para atender a demanda do curso de Psicologia e dos demais cursos que utilizam os laboratórios. Com o objetivo de fortalecer tal processo, a UCB trabalha de forma colegiada entre a coordenação do curso, Gerências e Pró-Reitorias Acadêmica e de Administração com vista a priorizar os melhores investimentos para seus cursos.

Destaca-se no Curso de Psicologia da UCB o Espaço de Aprendizagem Prática representado no Serviço-Escola denominado de Centro de Formação de Psicologia Aplicada (CEFPA). O Centro oferece ao estudante do curso salas para diferentes modalidades de atendimento psicológico destinado à comunidade externa, assim como espaços diversificados para estudo, supervisão, reuniões de pesquisa e observação de atividades práticas.

Com área total superior a 800 m², o CEFPA é um espaço destinado à realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para a comunidade externa e

para os estudantes do Curso. A configuração do Centro atende ao indicado como necessário nas Diretrizes Curriculares Nacionais no Art. 25º (DCN/2011): “O projeto do curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruente com as competências que o curso objetiva desenvolver no aluno e as demandas de serviço psicológico da comunidade na qual está inserido”.

O CEFPA comporta: espaço externo com playground infantil, salas de atendimento psicológico com configurações diferenciadas (salas para atendimento individual e/ou de grupos, atendimentos para o público infantil, famílias, adolescente, adultos e idosos), salas destinadas à aplicação de instrumentos e recursos de avaliação psicológica, salas de observação e supervisão; assim como salas específicas destinadas aos técnicos psicólogos e estagiários; sala de espera para os pacientes e usuários do CEFPA, bem como banheiros para adultos e crianças, dentre outros.

14.5 BIBLIOTECA

Desde que foi instituído, o Sistema de Bibliotecas (SIBI) disponibiliza mecanismos de apoio ao processo pedagógico, implementando ferramentas utilizadas nas melhores bibliotecas universitárias do Brasil e exterior de modo a fornecer aos seus usuários subsídios para o desenvolvimento dos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão. O SIBI também é responsável por reunir, organizar, preservar e disseminar o conhecimento produzido pela comunidade acadêmica da UCB.

O SIBI participa de redes de cooperação com instituições que produzem e oferecem acesso à informação especializada. Entre seus principais parceiros estão: ABEC Brasil, CAPES; CBBU; IBICT; OPAS/BIREME; ReBAP e Rede Pergamum.

O SIBI é constituído pela Biblioteca Central e pelos Polos de Atendimento de Ceilândia e Sobradinho. A Biblioteca Central executa de forma centralizada, para todo o Sistema de Bibliotecas, as atividades técnicas e administrativas para formação, desenvolvimento e manutenção do acervo bibliográfico. O atendimento aos usuários é oferecido pelas três unidades

A Biblioteca Central, localizada no Campus de Taguatinga, ocupa uma área de 4.197m², distribuídos em andar térreo e pavimento superior, e dispõe dos seguintes espaços:

- Sala Google: com capacidade para 50 pessoas, é destinada à realização de treinamentos, aulas, palestras e seminários, dispondo de um espaço inovador com 40 *chromebooks* e 1 retroprojeter;
- Sala Interativa *e. e. cummings*: com capacidade para 30 pessoas, foi criada em parceria com o Curso de Letras e a Embaixada dos Estados Unidos. Dispõe de lousa interativa e retroprojeter para apresentação de treinamentos, aulas, palestras e seminários;
- Sala Docente Prof. Nazareth: sala de uso exclusivo dos docentes da instituição, dispõe de uma mesa com capacidade para 12 pessoas.
- Cabines de Estudo em Grupo: são 25 cabines de estudo para uso exclusivo dos docentes e alunos regularmente matriculados;
- Áreas de Estudo Individual: diversas mesas de estudo individual estão distribuídas nos dois pisos da Biblioteca;
- Sala Audiovisual: sala destinada exclusivamente à reprodução de materiais da Coleção Multimeios, podendo ser usada em grupo ou individualmente, por docentes e alunos regularmente matriculados;
- Esquina da Ciência: espaço americano criado para divulgar e promover as ciências. Única no Brasil, ela é aberta a qualquer pessoa que tenha interesse em obter mais informações sobre meio ambiente, tecnologia, saúde e muitos outros temas. Dispõe de materiais de apoio para ensino e aprendizado da língua inglesa, programas culturais e estudo nos Estados Unidos;
- Memorial Prof. Nazareth: espaço destinado à organização e registro dos fatos históricos da UCB. Tem como objetivo manter e preservar o patrimônio, material e imaterial, relacionado à instituição, e os bens a ela historicamente vinculados;

O acervo do SIBI é composto por aproximadamente 300 mil volumes, sendo eles: livros, folhetos, teses, dissertações, DVD, Blu-ray, CD-ROM, audiolivros, jornais, revistas científicas e documentos eletrônicos. Além disso, o SIBI assina as seguintes bases de dados:

- ABNT Coleção: plataforma eletrônica que oferece acesso a várias normas técnicas nacionais e internacionais;
- Minha Biblioteca: plataforma que reúne mais de 10 mil livros eletrônicos publicados pelas principais editoras acadêmicas do Brasil. O acervo, em português, atende às bibliografias de mais de 250 cursos de Graduação;
- Portal de Periódicos da Capes: plataforma que reúne e disponibiliza o melhor da produção científica internacional. Oferece acesso a textos completos disponíveis em mais de 45 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e a diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento.

O SIBI também é responsável pela administração e alimentação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, do Repositório Institucional e do Portal de Revistas Eletrônicas da UCB, sistemas responsáveis por reunir, organizar e disseminar a produção acadêmica da UCB.

14.6 UNIDADES DE SAÚDE CONVENIADAS

Regiões de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

O Distrito Federal em comunhão com o decreto 7508/2011 foi dividido em regiões administrativas de Saúde. Estas são responsáveis através de suas superintendências, pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e unidades hospitalares. As UBS de acordo com as portarias 77 e 78/2017 (que ordenam a reformulação da Atenção Primária) funcionam com equipes de Saúde da Família. Em paralelo e em consonância à atenção primária, as unidades hospitalares compreendem um número variável de leitos, de acordo com a comunidade em que estão inseridas.

Atenção Primária - Unidades Básicas de Saúde da SES-DF

Nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) os estudantes prestam atendimento ao usuário e sua família, com foco na Estratégia de Saúde da Família, entendendo que esta deve ser a principal porta de entrada do SUS. O estudante atua integrando as equipes, entrevistando e orientando os usuários visando a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação em saúde, além de fornecer informações sobre seus direitos e deveres, normas, códigos e legislação pertinentes à demanda apresentada, não só

a ele como a sua família. Há, também, a vivência quanto aos direitos dos cidadãos em risco pessoal e social (violências: física, sexual, psicológica, intrafamiliar, negligências; acidentes: de trânsito, quedas, queimaduras e outros) dos diversos segmentos sociais (criança, adolescente, mulher, homem, idoso, pessoa com deficiência) de modo a garantir e viabilizar benefícios e serviços sociais existentes no SUS.

Nestes cenários os estudantes desenvolvem atividades com as equipes multiprofissionais no acompanhamento de usuários e assessoram atividades específicas das especialidades e de interesse da área de modo a garantir o atendimento integral do usuário - Palestras em Educação em Saúde, Oficinas, Seminários etc. Podem observar o desenvolvimento de projetos e programas de intervenção assistencial ou educativa que possibilitem a remoção ou minimização dos fatores sociais que interferem negativamente no tratamento do usuário e do servidor da saúde.

Atenção Secundária - Hospitais Regionais e Ambulatórios de Especialidade da SES-DF

Os Hospitais Regionais são unidades de saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Os cenários possíveis de vivência dos estudantes do curso compreendem desde a estrutura hospitalar até o Instituto de Saúde Mental – ISM e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); que também fazem parte dos cenários disponibilizados para os estudantes na SES-DF. Os estudantes têm atuação, ainda, nos ambulatórios de especialidade nos diversos hospitais e policlínicas vinculados aos hospitais citados.

Unidades de Pronto Atendimento - UPAS

As unidades de pronto atendimento 24h são estruturas de complexidade intermediária (nível secundário) entre as unidades básicas de saúde, unidades de saúde da família e a rede hospitalar, que funcionam 24h por dia, todos os dias da semana, e compõem uma rede organizada de atenção às urgências e emergências com o objetivo de garantir o acolhimento aos pacientes, intervir em sua condição clínica e contrarreferenciá-los para os demais pontos de atenção: atenção básica ou especializada ou para internação hospitalar, para garantir a integralidade da assistência.

Atenção Terciária

1. Hospital de Base do Distrito Federal

O Hospital de Base (HB) é um hospital da SES-DF que tem a missão de prestar assistência integral e humanizada em serviços de saúde de alta complexidade aliada à produção de conhecimento. Com 54 mil m² de área construída e mais de 4 mil colaboradores, é o hospital de referência para atendimento terciário no DF.

2. Hospital das Forças Armadas

O Hospital das Forças Armadas (HFA) é um hospital terciário da rede militar do Ministério da Defesa. Inaugurado em 27 de março de 1972, possui a missão de prestar assistência Médico-Hospitalar aos militares das Forças Armadas e seus dependentes, à Presidência da República e a outros segmentos da sociedade, bem como desenvolver de maneira permanente o ensino e a pesquisa. O HFA presta atendimento ambulatorial, emergencial e internação em diferentes clínicas. Além disso, oferece serviços de diagnóstico e terapia complementar com o laboratório de análises clínicas, hemodinâmica, medicina hiperbárica, medicina nuclear, radiologia, unidade de terapia intensiva adulto e neonatal.

3. Hospital da Criança de Brasília José Alencar

O Hospital da Criança de Brasília José Alencar (HCB), inaugurado em novembro de 2011, foi construído pela Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (Abrace). Este hospital disponibiliza consultas, internação, cirurgias, diagnóstico básico e por imagem, quimioterapia, diálise peritoneal, hemodiálise e procedimentos ambulatoriais sob sedação, em ambientes próprios para este público. O hospital foi viabilizado em conjunto com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), por meio de convênio celebrado entre a Abrace, Ministério da Saúde e Ministério Público do Trabalho, além de recursos captados junto à comunidade civil. O HCB atende exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e é gerido pelo Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada (ICIPE). A missão do HCB é assistir a população de 29 dias a 18 anos, referenciada para atenção especializada de média e alta complexidade, com integralidade e resolutividade humanizada, promovendo ensino e pesquisa e inovações no modelo de gestão, em parceria com o Governo do Distrito Federal (GDF).

Outros Locais de Atuação

Cenários outros são apresentados aos estudantes no processo formativo; parcerias com escolas públicas, além do Centro Educacional Católica de Brasília

(CECB) e Organizações Não Governamentais como abrigos, creches e asilos são ambientes utilizados para realização de atividades educativas com foco na promoção de saúde e prevenção de doença, além da realização de pesquisas importantes para o conhecimento desta população e nas suas necessidades.

15 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

15.1 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Brasília (CEP-UCB) é um comitê permanente vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde (CONEP/CNS) e criado pela PORTARIA nº 072/00 da Reitoria da UCB, de 15 de maio 2000 e vinculado à Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Trata-se de uma instância colegiada de abrangência institucional, de múnus público, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, autônoma em relação aos demais colegiados e instâncias institucionais. Tem por finalidade a análise e o acompanhamento das pesquisas envolvendo seres humanos, preservando os aspectos éticos em defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa, individual ou coletivamente considerados, levando-se em conta o pluralismo moral da sociedade brasileira. Sendo assim, o CEP-UCB promoverá a análise e o controle social dessas pesquisas, orientado pelos princípios da razoabilidade, impessoalidade, transparência, proporcionalidade e eficiência.

Nenhuma pesquisa em seres humanos poderá ser realizada na Universidade Católica de Brasília sem aprovação do CEP-UCB, mesmo que este projeto já tenha sido avaliado por outro Comitê de Ética em Pesquisa. Prontuários, históricos ou qualquer outro documento dos voluntários/participantes da pesquisa que estão sob guarda da Universidade Católica de Brasília, bem como todos os dados colhidos e consignados, somente poderão ser acessados para fins de pesquisa com autorização do CEP-UCB. Todos os protocolos de pesquisa a serem analisados pelo CEP-UCB deverão ser submetidos através do Sistema Plataforma Brasil, respeitando a normas exigidas pelo CEP-UCB.

É vedado a qualquer membro do CEP- UCB a revelação de quem seja o relator do projeto em análise, para se evitar eventual pressão tendenciosa nesta avaliação ou criar um caráter pessoal. A avaliação dos relatores será colocada em votação na reunião, e a palavra final será do Colegiado e não individual, mesmo que a decisão seja contrária ao expositor.

15.2 FUNCIONAMENTO

O Comitê de Ética em Pesquisa se reúne no mínimo 09 (nove) vezes ao ano, mensalmente, de fevereiro a novembro, exceção feita ao mês de julho, e extraordinariamente por convocação do Coordenador, *ex officio* ou em decorrência do requerimento de metade mais um dos seus membros. As reuniões são realizadas com a presença mínima de metade mais um (50%+1) do total de membros titulares. Na impossibilidade da participação do titular, um suplente será automaticamente indicado pelo coordenador para assumir a função de relator na reunião, seja ela ordinária e/ou extraordinária.

As datas das reuniões são divulgadas ao público na página do Comitê de Ética. Contudo, as reuniões não são abertas como forma de garantir o sigilo e a confidencialidade do processo. A pauta será preparada com as matérias correlatas e com os protocolos de pesquisa apresentados para apreciação. As deliberações do CEP serão tomadas em reuniões, por voto de dois terços dos presentes. Havendo empate na votação, esta será decidida pelo voto do coordenador.

A apreciação de cada projeto, sempre com base em parecer consubstanciado ou em resumo. O parecer do relator deve conter fundamentalmente características como: clareza, objetividade, concisão, completude, fundamentação e adequação às normas vigentes. O parecer a ser feito pelo Sistema CEP/CONEP incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa. A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si. Tal avaliação incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos participantes. A apreciação de cada projeto resultará em uma das seguintes deliberações:

- Aprovado: quando o protocolo se encontra totalmente adequado para execução;
- Com pendência: quando a decisão é pela necessidade de adequações, hipótese em que serão solicitadas alterações ou complementações do protocolo de pesquisa. Por mais simples que seja a exigência feita, o protocolo continua em “pendência”, enquanto esta não estiver completamente atendida;
- Não aprovado: quando a decisão considera que os óbices éticos do protocolo são de tal gravidade que não podem ser superados pela tramitação em “pendência”;
- Arquivado: quando o pesquisador descumprir o prazo para enviar as respostas às pendências apontadas ou para recorrer;
- Suspenso: quando a pesquisa aprovada, já em andamento, deve ser interrompida por motivo de segurança, especialmente referente ao participante da pesquisa;
- Retirado: quando o Sistema CEP/CONEP acatar a solicitação do pesquisador responsável mediante justificativa para a retirada do protocolo, antes de sua avaliação ética. Neste caso, o protocolo é considerado encerrado.

As deliberações serão tomadas pelo CEP na forma de Parecer Consubstanciado, conforme modelo da CONEP, assinado pelo coordenador. Não poderão participar das deliberações do CEP, no momento da apreciação dos projetos de pesquisa, os membros do Comitê que estejam diretamente envolvidos ou que tenham interesses no protocolo.

As respostas aos protocolos com pendências serão apreciadas pelo membro designado pelo coordenador. O CEP-UCB determinará o arquivamento do protocolo de pesquisa nos casos em que o pesquisador responsável não atender, no prazo de 30 dias, às solicitações que lhes foram feitas. Os relatores poderão solicitar as exigências necessárias ao esclarecimento da matéria proposta para análise protelando a decisão até que atendidas às necessidades. Após entrar em pauta, a matéria deverá ser votada no prazo máximo de até duas reuniões.

Aprovado o Protocolo de Pesquisa, o CEP-UCB passa a ser corresponsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa. Ao receber denúncias ou perceber

situações de infrações éticas, sobretudo as que impliquem em riscos aos participantes de pesquisa, os fatos deverão ser comunicados às instâncias competentes para averiguação e, quando couber, ao Ministério Público.

Os projetos de pesquisa que não serão apreciados pelo sistema CEP/CONEP, estão elencados no Parágrafo único do Artigo 1 da Resolução CNS 510/16, como segue:

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

- I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;
 - II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;
 - III – pesquisa que utilize informações de domínio público;
 - IV - pesquisa censitária;
 - V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e
 - VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica; VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e
 - VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.
- § 1º Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;
- § 2º Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP. (BRASIL, 2016)

Deverão ser apreciados os projetos de pesquisa, de acordo com a Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, no seu item IX.4, os que envolverem:

1. genética humana, quando o projeto envolver:
 - 1.1. envio para o exterior de material genético ou qualquer material biológico humano para obtenção de material genético, salvo nos casos em que houver cooperação com o Governo Brasileiro;
 - 1.2. armazenamento de material biológico ou dados genéticos humanos no exterior e no País, quando de forma conveniente com instituições estrangeiras ou em instituições comerciais;
 - 1.3. alterações da estrutura genética de células humanas para utilização *in vivo*;
 - 1.4. pesquisas na área da genética da reprodução humana (reprogenética);
 - 1.5. pesquisas em genética do comportamento; e
 - 1.6. pesquisas nas quais esteja prevista a dissociação irreversível dos dados dos participantes de pesquisa;
2. reprodução humana: pesquisas que se ocupam com o funcionamento do aparelho reprodutor, procriação e fatores que afetam a saúde reprodutiva de humanos, sendo que nessas pesquisas serão considerados “participantes da

pesquisa” todos os que forem afetados pelos procedimentos delas. Caberá análise da CONEP quando o projeto envolver:

- 2.1. reprodução assistida;
- 2.2. manipulação de gametas, pré-embriões, embriões e feto; e
- 2.3. medicina fetal, quando envolver procedimentos invasivos;
3. equipamentos e dispositivos terapêuticos, novos ou não registrados no País;
4. novos procedimentos terapêuticos invasivos;
5. estudos com populações indígenas;
6. projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte;
7. protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa;
8. pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e
9. projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP. (BRASIL, 2012).

15.3 O COMITÊ DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA (CEUA-UCB)

O Comitê de Ética no Uso de Animais da Universidade Católica de Brasília (CEUA-UCB) é um comitê permanente vinculado à Comissão Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e criado pela PORTARIA nº 072/00 da Reitoria da UCB, de 15 de maio de 2000 e vinculado à Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Trata-se de uma instância colegiada de abrangência institucional, de múnus público, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, autônoma em relação aos demais colegiados e instâncias institucionais. Tem por finalidade a análise e o acompanhamento das pesquisas envolvendo animais, preservando os aspectos éticos em defesa da integridade e dignidade dos sujeitos da pesquisa, individual ou coletivamente considerados, levando-se em conta o pluralismo moral da sociedade brasileira. Sendo assim, o CEUA promoverá a análise e o controle social dessas pesquisas, orientado pelos princípios da razoabilidade, impessoalidade, transparência, proporcionalidade e eficiência.

Nenhuma pesquisa envolvendo animais vertebrados poderá ser realizada na Universidade Católica de Brasília sem aprovação do CEUA-UCB, mesmo que este projeto já tenha sido avaliado por outro Comitê de Ética no Uso de Animais. Prontuários, históricos ou qualquer outro documento dos animais envolvidos da

pesquisa que estão sob guarda da Universidade Católica de Brasília, bem como todos os dados colhidos e consignados, somente poderão ser acessados para fins de pesquisa com autorização do CEUA-UCB. Todos os protocolos de pesquisa a serem analisados pelo CEUA-UCB deverão ser submetidos de acordo com as instruções no site da CEUA-UCB (<https://ucb.catolica.edu.br/portal/pesquisa/comissoes-e-comites-institucionais/comissao-de-etica-no-uso-de-animais-ceua/>), respeitando a normas exigidas pela entidade.

É vedado a qualquer membro do CEUA- UCB a revelação de quem seja o relator do projeto em análise, para se evitar eventual pressão tendenciosa nesta avaliação ou criar um caráter pessoal. A avaliação dos relatores será colocada em votação na reunião, e a palavra final será do Colegiado e não individual, mesmo que a decisão seja contrária ao expositor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. 2013. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução CNE/CP nº 2 de 15 de junho de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 de ago. 2015.

BRASIL. INEP/MEC. Censo Escolar da Educação Básica 2013 Resumo Técnico. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2012. Julho de 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

Constituição Apostólica do Sumo Pontífice Francisco Veritatis gaudium sobre as Universidades e as Faculdades Eclesiásticas. – Brasília, DF: CNBB, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, CFP. Resolução nº 10 de 2005. Aprova o Código de Ética do Profissional Psicólogo.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, ABEP & FENAPSI. Ano da Formação em Psicologia – 2018. Documento online, disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/07/RELAT%C3%93RIO-FINAL-REVIS%C3%83O-DAS->

DIRETRIZES-CURRICULARES-NACIONAIS-PARA-OS-CURSOS-DE-GRADUA%C3%87%C3%83O-EM-PSICOLOGIA.pdf > Acesso em 10 set. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Indicadores de acesso e participação 2014: rede pública estadual DF. 2014. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/lei4850_dados_indicadores_educacionais/ii_c_taxa_escolarizacao_totaldf_2014.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. Síntese Histórica UCB - 39 Anos de Educação Superior, 18 Anos de Universidade. Página UCB, Out, 2013.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Carta de Princípios da Universidade Católica de Brasília. Brasília:UCB, 1998. 15p.

_____. Estatuto. Série UCB Legislação e Normas. Brasília, DF. 2010. Disponível em <<http://portal.ucb.br/docs/estatuto2010.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

_____. A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA. Portaria UCB nº 154 de 27/05/2004. BRASÍLIA, 2010.

_____. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução CONSEPE, 63/2009. BRASÍLIA: UCB, 2009.

_____. NORMAS E PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO. BRASÍLIA: UCB, 2007.

_____. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE. Parecer CONSEPE n.º 91 de 24 de agosto de 2010. BRASÍLIA, 2010.

_____. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL. BRASÍLIA: UCB, 2008.

_____. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. BRASÍLIA: UCB, 2013.

_____. Regimento Interno da UCB. Brasília, DF. 2010. Disponível em: <<http://www.ucb.br/textos/2/1358/UniversidadeCatolicaDeBrasilia/?sIT=1>>. Acesso em: 03 fev. 2014.